Bicentenário da Independência do Brasil

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

Número – 84 | Dossiê

100 Anos da Semana de Arte Moderna

Cuiabá – 2022

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

Número – 84

Dossiê

Bicentenário da Independência do Brasil & 100 Anos da Semana de Arte Moderna

Cuiabá
2022

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
IHGMT – 102 anos

Conselho Consultivo e Científico
Consult and Cientific Coucil

História *History*
Arno Welling (UFRJ/UNIRIO/UGF)
Giovani José da Silva (UNIFAP)
Leandro Mendes Rocha (UFG)
Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT)
Luiza Rios Ricci Volpato (USP-SP)

Geografia *Geographic*
Cláudio Antônio Di Mauro (UFU)
Eliane Tomiasi Paulino (UEL/PR)
José Borzacchiello da Silva (UFC)
Rosimeire Aparecida de Almeida (UFMS)
Solange Terezinha de Lima Guimarães (UNESP)

Educação E*ducacion*
Elizabeth Figueiredo Sá (UFMT)
Nicanor Palhares Sá (UFMT)

Áreas Afins *Related areas*
Rosemar Eurico Coenga (UNIVAG)
Cristina Teobaldo (UFMT)

Editores *Plublischers*
Elizabeth Madureira Siqueira
Eduardo Mahon

Conselho Editorial *Publisher's Council*
Anna Maria Ribeiro Fernandes da Costa (IHGMT)
Edson Benedito Rondon Filho (IHGMT)
Eduardo Mahon (IHGMT e AML)
Elizabeth Madureira Siqueira (IHGMT e AML)
João Carlos Vicente Ferreira (IHGMT e AML)
Luiza Rios Ricci Volpato (IHGMT)
Maria Teresa Carrión Carracedo (IHGMT)
Nileide Souza Dourado (UFMT/IHGMT)
Renilson Rosa Ribeiro (UFMT/IHGMT)
Suelme Evangelista Fernandes (IHGMT)

Diretoria 2020-2022
Presidente: Neila Maria Souza Barreto
1º Vice-Presidente: Allan Kardec Pinto Acosta Benitez
2ª Vice-Presidente: Anna Maria R. F. M. da Costa
1º Secretário: Fernando Tadeu de Miranda Borges
2ª Secretária: Zuleika Alves de Arruda
1ª Tesoureira Geral: Isis Catarina Martins Brandão
2º Tesoureiro: Francisco Ildefonso da Silva Campos

Conselho Fiscal
Suíse Monteiro Leon Bordest
Tereza Cristina Cardoso de Souza-Higa
João Eloy de Souza Neves

Conselho Consultivo
Sônia Regina Romancini
Nilza Queiroz Freire
Felipe Rodolfo de Carvalho

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

Número – 84

Dossiê

Bicentenário da Independência do Brasil & 100 Anos da Semana de Arte Moderna

Cuiabá
2022

© Copyright @ 2022 IHGMT
Os direitos desta edição são reservados ao IHGMT
A responsabilidade intelectual dos textos cabe aos autores

ISSN 1677-0897

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso/ Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. n. 84. Cuiabá, 2022.

296 p.: 15,5 cm.
Anual
Inclui bibliografia, Índice e ilustração

CDD 981.72

Editora da Revista do IHGMT:
Elizabeth Madureira Siqueira

Revisão:
Conselho Editorial

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:
Candida Bitencourt Haesbaert | Paruna Editorial

Capa:
Arte 01: **Independência ou Morte**, 1888, óleo sobre tela, 415 cm x 760 cm, Pedro Américo, Museu Paulista da USP, São Paulo.
Arte 02: Montagem de releituras das obras da Semana de Arte Moderna com os principais artistas.

IHGMT – 102 anos

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
Rua Barão de Melgaço n. 3.869 (Centro) – Cuiabá, MT – 78005-500
Site: www.ihgnt.com
e-mail: ihgmt@hotmail.com
Fone: (65) 99287-5848 | 99287-7764

Índice

APRESENTAÇÃO 10
Neila Maria Souza Barreto

EDITORIAL 13

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

1822 como "continuidade" da história da nação: o episódio da Independência do Brasil e a figura do herói D. Pedro na escrita de Francisco Adolfo de Varnhagen 17
Renilson Rosa Ribeiro

José Bonifácio de Andrada e Silva: revisitando os 'apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil' 44
Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa
Lidiane Álvares Mendes

O centenário da Independência: momento fundador do parlamento mato-grossense 66
Allan Kardec

O ocaso do Império em Mato Grosso: base documental para compreensão das divergências 78
Elizabeth Madureira Siqueira

Imprensa católica e civismo: o centenário da independência nas páginas de A Cruz 93
Marcos Amaral Mendes

200 anos de independência: será que realmente somos independentes? .. 116
Túlio Eugênio dos Santos

Espacialidades urbanas, imagens e práticas cotidianas em cuiabá no período imperial 147
Sônia Regina Romancini
Edenilson Dutra de Moura

Expedição Langsdorff: paisagem, imaginário e representação geográfica da Província de Mato Grosso no início do império (1822-1829) 173
Zuleika Alves de Arruda

100 ANOS DA SEMANA DE ARTE MODERNA

O pioneirismo do poeta Lobivar Matos no cenário literário mato-grossense 207
Eduardo Mahon
Cristina Campos

A semana de 22 e uma certa modernidade na arquitetura 231
Gabriel Francisco de Mattos

Oswald de Andrade: a Semana de Arte Moderna e além 246
Maurilia Valderez Lucas do Amaral

Semana de 22 e as revoluções artístico-culturais em tempos pós-pandêmicos 268
Ahmad Jarrah

RESENHA

Cadernos cuiabanos 1 – O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana
Carlos Rosa

Prefeitura Municipal de Cuiabá/Secretaria de Educação e Cultura/ Departamento de Cultura e Turismo, 1976 283
Luiza Volpato

HOMENAGENS PÓSTUMAS

Adeus Therezinha 289
Claudio de Oliveira

Moacyr Freitas, simplicidade, competência e talento 292
Elizabeth Madureira Siqueira

Content

PRESENTATION 10
Neila Maria Souza Barreto

EDITORIAL 13

BICENTENNIAL OF BRAZIL'S INDEPENDENCE

1822 As the "tontinuity" of the Nation's History: the episode of the Independence of Brazil and the figure of the hero D. Pedro in the writing of Francisco Adolfo de 17
Renilson Rosa Ribeiro

José Bonifácio de Andrada e Silva: revisitando las 'Notas para la civilización de los valientes indios del Imperio de Brasil' 44
Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa
Lidiane Álvares Mendes

The centenary of Independence: founding moment of the Mato-Grossense Parliament 66
Allan Kardec

El oscuro del imperio en Mato Grosso:base documental para comprender las divergências 78
Elizabeth Madureira Siqueira

Catholic press and civism: the centenary of Independence on the pages of *A Cruz* 93
Marcos Amaral Mendes

200 years of Independence: are we really independent? 116
Túlio Eugênio dos Santos

Urban spatiality, images and everyday practices in Cuiabá during the Imperial Period 147
Sônia Regina Romancini
Edenilson Dutra de Moura

Expedición Langsdorff: Paisaje, Representación Imaginaria Y Geográfica de la Provincia de Mato Grosso al inicio del Imperio (1822-1829) 173
Zuleika Alves de Arruda

100 YEARS OF MODERN ART WEEK

The pioneering of the poet Lobivar Matos in the literary scenario of mato-grossense 207
Eduardo Mahon
Cristina Campos

The “Semana de 1922” and a certain modernity in architecture 231
Gabriel Francisco de Mattos

Oswald de Andrade: the week of Modern Art and beyond 246
Maurilia Valderez Lucas do Amaral

Modern Art Week of 1922 And the Artistic-Cultural Revolutions in Post-Pandemic times 268
Ahmad Jarrah

REVIEW

Cadernos cuiabanos 1 – The independence process in Mato Grosso and the cuiabana hegemony
Carlos Rosa

Municipality of Cuiabá/Secretariat of Education and Culture/Department of Culture and Tourism, 1976 283
Luiza Volpato

POSTHUMANS HOMAGE

Goodbye Therezinha 289
Claudio de Oliveira

Moacyr Freitas: simplicity, competence and talent 392
Elizabeth Madureira Siqueira

Apresentação

Presentation

Neila Maria Souza Barreto[1]

A revista do IHGMT, de n° 84, que é dedicada ao Bicentenário da Independência do Brasil e aos 100 anos da Semana de Arte Moderna, chega até você após esforço e competência técnica do Conselho Editorial e dos Associados do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT.

O Sesquicentenário da nossa Independência foi comemorado em todo Brasil, no ano de 1972, por ocasião deste evento, e festejado em publicações, seminários e colóquios e outras modalidades. No acervo da Biblioteca da Casa Barão de Melgaço existe um exemplar ricamente encadernado alusivo à data, material confeccionado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e presenteado aos congêneres estaduais.

Em Mato Grosso, a iniciativa de se comemorar o Sesquicentenário da nossa Independência ficou a cargo das duas instituições culturais mais antigas de Mato Grosso: o Instituto Histórico e Geográfico, criado em 1919, e a Academia Mato-Grossense de Letras, criada em 1921, sob a denominação de Centro Matogrossense de Letras, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), recém-criada. Nesta instituição de ensino superior, a iniciativa partiu do Dr. Gervásio Leite, à época, Coordenador dos cursos das áreas das Ciências Humanas e Sociais, o qual sugeriu ao então Reitor Dr. Gabriel Novis Neves a organização de um Ciclo de Palestras e a confecção de medalha comemorativa. Segundo o citado Reitor, "Sabedor que o governo federal faria uma grande festa cívica para comemorar os 150 anos da nossa Independência, fez um projeto, aprovado pelo governador Fragelli: confeccionar mil medalhas de bronze, com colares de seda com as cores da bandeira brasileira e colocadas em caixas azuis de veludo. A entrega ficaria a critério

1 Professora, jornalista e historiadora. Membro efetivo desde 2016 e atual Presidente do IHGMT. E-mail: neila.barreto@hotmail.com

da reitoria da UFMT" (NEVES, Gabriel Novis. *Meus primeiros auxiliares*. *In*: blog *bar do bugre*, publicado aos 9 de março de 2022).

As palestras do Sesquicentenário, publicadas nas revistas do IHGMT, abordaram o tema da Independência do Brasil graças à colaboração dos confrades Philogônio de Paula Corrêa, em *O papel da Maçonaria na Independência do Brasil*. RIHGMT, Anno III, Tomo VII – 1922, p. 93-104; de Luís-Philippe Pereira Leite, com *A Capitania de Mato Grosso e a Independência* (Conferência na Universidade Federal de Mato Grosso). RIHGMT, Ano XLIX, Tomos CVII e CVIII – 1977. p. 9-23; além da colaboração de Raimundo Pombo Moreira da Cruz, com o texto *O Papel do Clero na Independência* (conferência pronunciada na Academia Mato-Grossense de Letras, em comemoração aos festejos do Sesquicentenário da Independência, evento promovido pela Universidade Federal de Mato Grosso). RIHGMT, Ano XLIX, Tomos CVII e CVIII – 1977. p. 25-37 e, anos depois, Joel Leão *O Hino Nacional e o Hino À Independência*. RIHGMT, V. 66 – 2008, p. 125-128.

Gervásio Leite foi político e advogado detentor de vasta cultura, rara inteligência e capacidade oratória espantosa, um intelectual que marcou sobremaneira a literatura, o direito e a história de Mato Grosso. Já Luis-Philippe Pereira Leite, também advogado, político e cartorário, escreveu, mesmo com dificuldade visual, quase meia centena de obras, tendo sido por 20 anos Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, além de ter pertencido à Academia Mato-Grossense de Letras. O salesiano Padre Raimundo Pombo Moreira da Cruz, também membro da Academia Mato-Grossense de Letras, deixou uma excelente contribuição para a literatura e história eclesiástica de Mato Grosso, especialmente através das peças teatrais que produziu. Dedicou-se à política nos últimos anos de sua vida. Já Joel Waner Leão, associado do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, dedica-se prioritariamente ao cinema, com produções muito festejadas nacionalmente.

Agora, no século XXI, ao se aproximar o Centenário da Independência do Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso estimulou seus associados para contribuir com artigos em homenagem a esta efeméride, consubstanciada em artigos da sua Revista n. 84. Nela,

a temática é tratada enquanto mito fundador, percorrendo o cenário empírico-documental para calçar a argumentação, seus reflexos no cenário político, o patriarca, Andrada e Silva, a abertura para reconhecimento e exploração do nosso território através das expedições científicas mas também contemplando a Independência nos periódicos regionais e sua representação na paisagem urbana de Cuiabá.

Na parte dedicada aos 100 anos da Semana de Arte Moderna, efeméride de grande relevância para a arte e cultura do Brasil, os artigos cotejaram o evento com a recuperação do cenário literário regional da época, passando para seus ícones arquitetônicos e figuras de relevo nacional, finalizando com a análise do embricamento entre os ícones modernos e os tempos de pandemia, para o quê foram convidados associados e *experts* no tema.

A presente Revista do IHGMT, n. 84 é composta de 7 artigos referentes ao bicentenário da Independência e 4 concernentes à Semana de Arte Moderna, incluindo também a resenha de uma obra escrita na década de 1970, *O processo de independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana,* de autoria de Carlos Rosa, produção clássica aos estudos sobre a Independência em Mato Grosso, hoje esgotada. Ao final, como de praxe, nosso Instituto presta tributo de saudade aos associados falecidos: Moacyr Freitas e Therezinha de Jesus Arruda.

Na categoria de Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, esperamos que os esforços de pesquisa despendidos pelos autores, possam servir de leitura para pesquisadores, alunos universitários e estudantes que se interessem pelos temas. Uma boa leitura.

Editorial

A Revista do IHGMT, n. 84 aborda dois eventos relevantes para a História nacional, o Bicentenário da Independência do Brasil (1822-2022) e os 100 anos da Semana de Arte Moderna (1922-2022), cuja Apresentação coube à atual Presidente do IHGMT, Neila Maria Souza Barreto, que analisa as produções da Instituição sobre o tema da Independência, em especial no seu Sesquicentenário, 1977.

A primeira parte é dedicada ao Bicentenário da nossa Independência, e tem início com o artigo *A Independência do Brasil nos escritos de Varnhagen*, de autoria de Renilson Rosa Ribeiro, que traz à luz as reflexões do clássico historiador paulista Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), na obra *Historia Geral do Brazil* (1855-1857, a qual versa, dentre outros temas do momento da nossa Independência. Trata-se de um estudo que objetiva "compreender a escrita da história, vinculada a um lugar de memória – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sentida e ressentida nas páginas do livro-monumento de Varnhagen no contexto do Segundo Reinado e o projeto centralizador saquarema". Em seguida, Anna Maria R. M. da Costa e Lidiane Álvares Mendes, em *José Bonifácio de Andrada e Silva no processo de Independência do Brasil*, centrando suas reflexões numa das mais poeminente figura do Império, em suas diversas facetas. Allan Kardec prossegue avançando para as ações redundantes da Independência, qual seja, o período regencial e os efeitos do Ato Adicional à Constituição de 1824, trazendo este evento para o interior do Parlamento mato-grossense em seus primórdios. Elizabeth Madureira Siqueira, em *O ocaso do Império em Mato Grosso: base documental para compreensão das divergências,* traz à luz uma série de documentos capazes de embasar a compreensão das divergências existentes no crepúsculo do período colonial. O evento do Centenário é também analisado por Marcos Amaral Mendes, tendo por base um dos mais sedimentados periódicos salesianos, o jornal *A Cruz*. Segundo o autor, "O texto dialoga com notícias, pastorais, discursos e outros apontamentos para compreender a apropriação da efeméride pela Igreja Católica, com vistas a reforçar sua aproximação com o governo republicano e o atributo do catolicismo como elemento basilar da identidade e da unidade

nacional". Já Túlio Eugênio, com *O bicentenário da Independência: será que somos realmente independentes?,* tece reflexões embasadas na teoria do agir comunicativo de Habermas sobre a desconstrução dos arquétipos do atraso enquanto afirmação da nossa efetiva independência, por meio do uso da teoria do agir comunicativo. Para o autor, trata-se de "fazer um exame de consciência sobre os principais problemas os quais pairam no âmbito cultural e da psiquê coletiva nacional e que obstaculizam o desenvolvimento, a emancipação e a independência efetiva". Sônia Regina Romancini e Edenilson Dutra de Moura, em *Espacialidades urbanas, imagens e práticas cotidianas em Cuiabá no período imperial,* analisam, através de textos e imagens, "a expressão territorial urbana de Cuiabá no período imperial, através da seleção de algumas espacialidades e práticas cotidianas, as quais permitem entender a complexidade da relação espaço-tempo na dinamização da paisagem urbana cuiabana". Encerrando a temárica do Bicentenário, Zuleika Alves de Arruda, colabora com *Expedição Langsdorff: Paisagem, Imaginário e Representação Geográfica da Província de Mato Grosso no Início do Império (1822-1829),* estabelecendo um vigoroso diálogo entre a categoria a paisagem e a geograficidade, no interior dos relatos de viagem da expedição russa comandada por Langsdorff. Na opinião da autora, o artigo faz reflexões sobre o "vínculo que os viajantes naturalistas estabelecem com o espaço e o sentido comum atribuído, incluindo a subjetividade do seu olhar na construção de paisagens, sem desconsiderar a formação socioespacial que constitui a base de representação da paisagem, ou seja, que paisagens estão relacionadas às representações do espaço, mas também aos espaços de representação, uma vez que que é permeada pelas relações sociedade-natureza".

A segunda parte do nosso periódico é dedicado aos 100 anos da Semana de Arte Moderna e se inicia com o artigo *O Pioneirismo do Poeta Lobivar Matos no cenário literário mato-Grossense*, de autoria de Eduardo Mahon e Cristina Campos. O artigo analisa o pioneirismo modernista do poeta Lobivar Matos no bojo do contexto romântico-parnasiana mato-grossense, dos anos 1930-1940. Na concepção dos autores, "Ao perceber a complexidade do confronto com a tradição, é possível alcançar a relevância da poesia marginal do autor, inclusive no contexto nacional, onde o movimento modernista ainda não se aprofundava em

questões sociais como Lobivar Matos". Já Maurília Valderez, em *Oswald de Andrade: A Semana de Arte Moderna e além*, traz uma reflexão sobre "a questão da 'canibalização' das vanguardas europeias por Oswald de Andrade no contexto do movimento modernista de 1922. Através da tese da *congenialidade*, o texto "questiona a hipótese de transplantação cultural ou cópia dos experimentalismos europeus pela Antropofagia, para pensar o primitivismo nativo como arma crítica que tem como alvos a desmistificação da história escrita, do patriarcado e da cultura intelectual a que esta deu nascimento". Além do conceito de *congenialidade*, a autora de apropria da *diferença* para mostrar que a problemática das influências se manifesta no espaço da *intertextualidade*, onde a devoração antropofágica contida no Manifesto está para além da racionalidade europeia, colidindo as visões de mundo dos ameríndios e dos civilizados, tipicamente brasileira. Gabriel Francisco de Mattos, em *A Semana de 1922 e uma certa Modernidade na Arquitetura*, se propõe a discutir a Arquitetura na Semana de Arte Moderna de 1922 e sua interface com o conceito de Modernismo aplicado à prática da Arquitetura naquele momento, assim como a evolução desse conceito, para demonstrar que "as fronteiras do Modernismo são bastante flexíveis, podendo até se falar em "Modernismos", com diferentes formas de se enfrentar o que está em questionamento". Encerrando a temática da Semana de Arte Moderna, *Semana de Arte Moderna e as revoluções artístico-culturais em tempos de pós-pandêmicos*, de autoria de Ahmad Afif Jarrah, quando "a Semana de Arte Moderna de 1922 é revisitada e alguns dos seus contextos situacionais são colocados em perspectiva com o ano de seu centenário e ano do bicentenário da Independência, para o apontamento de verossimilhanças e contrastes que possam contribuir com os estudos acerca da arte e cultura no Brasil, em especial em Mato Grosso". Metodologicamente, o artigo se apropria do conceitos de colonialidade-modernidade e decolinialidade-transmodernidade, reunidos por Walter Mignolo e Enrique Dussel, concluindo que, na contemporaneidade, a história se circunscreve à espacialidade enquanto organismo vivo, indicando, ao final, "como a Amazônia é uma questão central para as revoluções artístico-culturais contemporâneas".

O IHGMT se sente mais coeso e fortalecido com a presente Revista, agradecendo aos associados e convidados, desejando uma boa leitura.

Bicentenário da Independência do Brasil

1822 como "continuidade" da história da nação: o episódio da Independência do Brasil e a figura do herói D. Pedro na escrita de Francisco Adolfo de Varnhagen

1822 as the "continuity" of the nation's history: the episode of the iIndependence of Brazil and the figure of the hero D. Pedro in the writing of Francisco Adolfo de Varnhagen

Renilson Rosa Ribeiro[2]

RESUMO: Este artigo apresenta reflexões do historiador paulista Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) acerca do processo de independência do Brasil e o lugar de destaque do príncipe de D. Pedro presente na 1ª edição da obra *Historia Geral do Brazil* (1855-1857), numa articulação com os conceitos de história, identidade, memória e narrativa. Nessa perspectiva, este estudo tem por objetivo compreender escrita da história, vinculada a um lugar de memória – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sentida e ressentida nas páginas do livro-monumento de Varnhagen no contexto do Segundo Reinado e o projeto centralizador saquarema.

Palavras-chave: Independência do Brasil. D. Pedro I. Memória. História do Brasil. Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878).

2 Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com estágio pós-doutoral em Educação pela Universidade de São Paulo (Usp). Professor Associado de Didática e Prática de Ensino de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Docente permanente do Mestrado Profissional em Ensino de História e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem na mesma instituição. Pró-reitor de cultura, extensão e vivência (Procev) da UFMT. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT).

ABSTRACT: This article presents reflections by the São Paulo historian Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) about the process of independence in Brazil and the prominent place of the Prince of D. Pedro present in the 1st edition of the work *Historia Geral do Brazil* (1855-1857), in an articulation with the concepts of history, identity, memory and narrative.

From this perspective, this study aims to understand the writing of history, linked to a place of memory – the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB), felt and resentful in the pages of Varnhagen's book-monument in the context of the Second Reign and the centralizing project saquarema.

Keywords: Independence of Brazil. D. Pedro I. Memory. History of Brazil. Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878).

Ao entender o passado colonial como o lugar de nascimento da nação brasileira, o visconde de Porto Seguro – o historiador paulista Francisco Adolfo de Varnhagen (1916-1878) – reordenou os seus enredos e sujeitos a partir da lógica de que a independência seria um fim pré-estabelecido. O desfecho da história já era conhecido muito antes do início da escrita da trama. A nação era a verdade esperada e projetada pela sua narrativa. Não haveria quebras ou descontinuidades na linha interpretativa e temporal da *Historia Geral do Brazil*. O processo de independência não era necessariamente um acidente de percurso, mas uma passagem ou uma ponte que ligava o passado (colônia) com o presente (nação) do Brasil (RIBEIRO, 2015; Cezar, 2018).

O passado colonial devia estar no presente nacional. Em nome deste princípio, desta essência, Varnhagen inventou uma narrativa *continuum* para a história do Brasil. Para Rogério Forastieri da Silva (1997, p. 13-14), na historiografia da nação criada pela geração do historiador sorocabano havia que se *buscar no passado o presente da nação*. Assim, a história tenderia a constituir como uma biografia da nação:

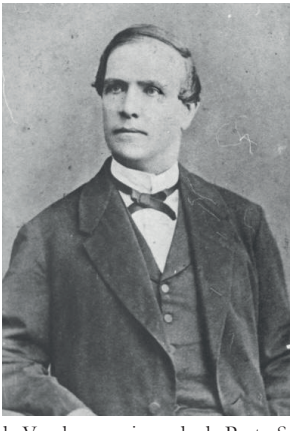
> Na tentativa de construir esta biografia, procura-se juntar elementos, eventos, sinais que sirvam de "testemunho" e justifiquem a nacionalidade nascente. A constituição dessa biografia é uma tarefa de gerações, de tal forma que ao passar o tempo, à força da constante repetição desde as primeiras letras até os bancos da universidade, com graus variados de acuidade e sofisticação, forjam-se determinados estereótipos, determinados temas que passam a ter um peso suficientemente marcante para dar consistência a um corpo que há pouco não existia.
>
> Aos poucos passa-se de hipóteses, de hipóteses, de suposições a afirmações, e a colônia é posta como um antecedente da nação. Constroem-se histórias nacionais e uma "história geral" passa por um somatório dessas histórias nacionais. A partir desta perspectiva a época colonial perde sua historicidade e passa ser um "momento" da história nacional, e essa, por sua vez, pelo fato mesmo de apresentar-se como "nacional", unifica, homogeneíza, seleciona eventos supondo sempre uma direção unívoca, em que, mais uma vez, em nome da "história nacional" elide-se a própria história.

Com o intuído de fazer *o desvendamento do processo de gênese da nação*, Varnhagen e seus pares no IHGB atuaram de forma intensa na atividade

de *colligir, methodizar, archivar e publicar* documentos que ajudassem a construir uma história geral do Brasil, tomando o passado colonial como o *locus* privilegiado para o nascimento da jovem nação (GUIMARÃES, 1988, p. 6). Segundo François Hartog (2003, p. 24), para os historiadores franceses do século XIX, à semelhança de Varnhagen no Brasil:

> [...] a nação é [...] ao mesmo tempo uma evidência, uma arma política, um esquema cognitivo e um programa histórico. [...] Ao longo de todo o século, os historiadores tentaram entender este momento fundador, e, portanto, inscrevê-lo e dar-lhe sentido no longo percurso da história da França.

A identidade ou caráter nacional seria para os artífices da história do Brasil no século XIX entendida e representada como primordial. Os elementos essenciais da nacionalidade, como observou Stuart Hall (2003, p. 53), seriam imutáveis para homens como Varnhagen. A essência do ser brasileiro estava lá – no passado mítico – desde a sua origem primeira, unificado, continuo e eterno. Em todo lugar, tempo, fato e sujeitos possíveis era vislumbrada esta essência nacional em estado de latência, sendo gestada, até seu amadurecimento. Neste sentido, 1822 seria o momento da árvore da nação de Varnhagen florescer e dar seus frutos. O historiador-jardineiro Varnhagen elegeria aquela data como a melhor época para fazer a colheita, depois de 322 anos de espera e preparação. Em outras palavras, o filho (D. Pedro ou a colônia) estava preparado para se emancipar do pai (D. João VI ou a metrópole).



Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro (1816-1878).
Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional

Para Varnhagen, a obra colonial estava completa e a nação emergia, saia do casulo. Era um nascimento que trazia no seu corpo, sangue e espírito o legado de uma paternidade – a origem portuguesa. O estabelecimento de uma monarquia constitucional nos trópicos, governada por um herdeiro natural da casa dos Bragança, confirmava o discurso da continuidade – da emergência do Brasil como um legado da Coroa portuguesa, de um processo iniciado pelo monarca pai D. João VI (1767-1826) e concretizado pelo regente filho D. Pedro (1798-1834), o primeiro Imperador do Brasil.[3]

Esta monarquia constitucional seria a responsável – de acordo com a interpretação de Varnhagen – pela promoção do progresso, a manutenção da ordem, a preservação da unidade territorial e a defesa do projeto civilizacional europeu. Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães (1988, p. 6),

> Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da ideia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional.

A defesa deste projeto de escrita da história do Brasil, apresentada nas páginas da *Historia Geral do Brazil*, foi explicitada pelo próprio visconde de Porto Seguro em correspondência ao imperador D. Pedro II. Nesta carta, os fundamentos definidores da identidade da nação como um legado da colonização europeia no Brasil seriam apresentados de forma clara e direta:

> Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a Portuguezes, ou à *extrangeira* Europa, que nos beneficia com illustração;

3 Segundo Michel Foucault (1999, p. 77-78), este tipo de narrativa histórica serviria para fortalecer o poder do soberano. Ela seria uma espécie de "*ritual do poder: mostra que o que os soberanos e os reis fazem jamais é vão, jamais inútil ou pequeno, jamais abaixo da dignidade da narrativa. Tudo quanto eles fazem pode e merece ser dito e é preciso guardar perpetuamente sua lembrança, o que significa que do menor feito e gesto de um rei se pode, e se deve, fazer uma ação brilhante e uma façanha; e, ao mesmo tempo, inscreve-se cada uma de suas decisões como uma espécie de lei para seus súditos e de obrigação para seus sucessores*".

> tratei de pôr um dique a tanta declamação e *servilismo* à *democracia*; e procurei ir *disciplinando* productivamente certas idéas soltas de nacionalidade; préguei quanto pude, a par da tolerancia, a unidade [...]. (CARTA ao imperador D. Pedro II, 14 de julho de 1857, coligida por Lessa, 1961, p. 247).

Na mesma correspondência, Varnhagen confidenciava ao imperador o compromisso de sua atividade intelectual com a construção de um projeto de unidade nacional dentro dos moldes propostos pelos saquaremas. Esta obsessão de unidade não estava restrita apenas a sua *Historia Geral do Brazil*, mas também em escritos como o seu *florilégio*. Nesta obra, lembrava ao monarca:

> [...] escrevia biographias de Brazileiros de todas as provincias era para ir assim enfeixando-as todas e fazendo bater os corações dos de umas provincias em favor dos das outras, infiltrando a todos nobres sentimentos de patriotismo de nação, único sentimento que é capaz de desterrar o provincialismo excessivo, do mesmo modo que desterra o egoismo, levando-nos a morrer pela pátria ou pelo soberano que personifica seus interesses, sua honra e sua glória. (CARTA ao imperador D. Pedro II, 14 de julho de 1857, coligida por Lessa, 1961, p. 247).

Os propósitos de Varnhagen se coadunavam com as finalidades do IHGB expressas pelo discurso do secretário Januário da Cunha Barboza (1840, p. 14), na medida em que ambos desejavam a consolidação da unidade da nação por intermédio da tarefa historiadora de documentar e forjar uma memória para o Império brasileiro, superando as mazelas dos tempos das regências. Esta tarefa só seria possível por meio do acompanhamento da *marcha da nossa gloriosa Independência de monumentos historicos e geografico*s.

Neste relatório de novembro 1840, Januário da Cunha Barboza, de certa forma, anunciava o caminho que deveria ser seguido tempos depois por Varnhagen ao escrever a sua *Historia Geral do Brazil*, traçando uma relação intrínseca entre 1500 e 1822:

> A nossa Historia necessitava de uma luz que a fizesse sahir do obscuro cahos, em que a lançarão os dyscolos, ou apaixonados inimigos

> da nossa gloria; e ella foi accendida no dia 21 de Outubro de 1838. Esta luz, apparecendo nutrida pelos desvelos de uma Associação de Litteratos, como os que já formão o respeitavel corpo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, deve projectar seus reflexos não só á mais remota posteridade, como também sobre os factos, que enchem o largo periodo de 322 annos, que começando da feliz descoberta de Pedro Alvares Cabral, terminou com a proclamação da nossa gloriosa Independencia, desprendida nas margens do Ypiranga dos labios do Senhor D. Pedro I, Immortal Fundador do nosso Império, e acolhida com electrica celeridade pr todos os filhos da Terra de Sancta Cruz, em cujos corações Independencia, Throno, e Liberdade Constitucional são fibras indispensaveis ás funcções de sua existencia política. (BARBOZA, 1840, p. 247).

A experiência do tempo transformada, sentida e vivida pela geração de Varnhagen a partir do episódio da independência não se traduziu, em última análise, em ruptura, mas sim em fabricação de uma história pautada pela ideia de unidade e continuidade:

> [...] explicitas na metáfora do fio, que constituem um campo de experiência diferente da galeria de exemplos isolados. Paralelamente, as demandas por imitação do passado e dos efetivos virtuosos perdem o caráter de repetição para assumir a dimensão da experiência. Esse conceito assume uma função central no relacionamento dos homens com a história. Não se trata aqui de conhecer um repertório limitado de situações e, a partir desse conhecimento, saber como se comportar quando de seu retorno, mas de acrescentar e acumular experiências produzidas no passado que devem garantir a superioridade do presente e do futuro. (ARAÚJO, 2008, p. 154).

O passado colonial pela experiência da independência tornava-se o lugar do tempo da formação da nacionalidade brasileira. (ARAÚJO, 2008, p. 154). A história, para esta elite letrada em torno do IHGB, era um importante instrumento político e sua escrita envolvia escolhas pautadas por jogos de interesses. A este grupo de homens letrados e, em sua maioria funcionários do Estado, era incumbida a tarefa de fazer uma história que atendesse aos fins do reinado de D. Pedro II: o símbolo do presente do Brasil. (GUIMARÃES, 1988, p. 10).

O próprio Varnhagen deixou evidente a importância do conhecimento da história para o governo ao analisar as escolhas feitas pelo regente D. João de seus ministros de Estado no contexto da vinda da família real para o Brasil:

> D. Rodrigo, logo conde de Linhares, seguiu com a pasta dos negocios da guerra e estrangeiros. A da fazenda e interior (negocios do Brazil), foi confiada a D. Fernando José de Portugal. logo marquez de Aguiar, que de todos os fidalgos que estavam com elrei era o que melhor devia conhecer o Brazil, pelos annos que fôra governador da Bahia e vice-rei do Rio de Janeiro. Esta escolha nos evidencêa não só a intenção do regente de occupar-se principalmente do Brazil, como a sua prudencia em querer mais conhecer o passado para corrigil-o e melhoral-o, que impôr ao paiz uma subita importação de instituições estranhas a elle, as quaes de ordinário radicam mal, se é que já em tempos anteriores não revele a propria historia colonial que foram improficuamente ensaiadas. E' assim que os estudos acerca do passado de uma nação nunca são inuteis para o governo della, como muitos politicos improvisados querem desdenhosamente inculcar, para não dar importância ao que não aprenderam, e que alias devera nas universidades ensinar-se com o direito administrativo, até porque as glorias communs da mesma historia suscitam mais sympathias mutuas e por conseguinte das vicissitudes por que passou o paiz, quer como colonia dependente, quer como estado sujeito, quer finalmente como nação livre, é essencial ao estadista que pretende governar com prudencia e emprehender reformas de boa fé. – Para edificar solidamente necessita o architecto conhecer o terreno; se já alguma vez desabou, se ha nelle ruinas, cujas pedras e alicerces possam aproveitar-se; se tem matos que se devam cortar, utilizando-se as madeiras etc. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 313-314).

O período joanino no Brasil teria uma avaliação favorável por parte de Varnhagen. Na sua *Historia Geral do Brazil,* a atuação do rei D. João VI e seus ministros criariam as condições para o estabelecimento do Brasil como futura nação independente. D. João VI abriria uma nova página para um império em processo de constituição. A abertura dos portos às nações amigas, as medidas de incentivo à economia, a elevação do Brasil a Reino Unido, as obras urbanas e o estímulo à cultura foram os ingredientes que, na sua leitura, habilitaram a colônia a ser uma nação

independente. Além disso, considerou eficiente estratégia de integração a eleição do Rio de Janeiro como capital e sede do governo:

> A academia de marinha, a de artilheria e fortificação, o archivo militar, a typographia regia, a fabrica da polvora, o jardim botanico (por meio do qual se propagaram, entre outras plantas da Asia, as do chá, graças ás primeiras remettidas de Macáu pelo dezambargador Arriaga), o novo theatro (antes só existia o de S. Januario), a bibliotheca nacional, dada generosamente pelo proprio principe, e aberta ao publico em 1814, e por fim a academia de bellas artes, o banco e os estabelecimentos ferriferos do Ipanema são instituições mais que sufficientes para que, para todo o sempre, o Brazil bemdiga a memória do governo de D. João. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 317).[4]

Para o visconde de Porto Seguro, em razão de sua administração, o avô paterno de D. Pedro II era, se não o *primeiro imperador*, ao menos o *"verdadeiro fundador do imperio"* do Brasil. Ele lançaria os alicerces da obra que seu filho e neto iriam depois levantar a *casa* da nação. A pretensão de construir o Império do Brasil era documentada por Varnhagen com o manifesto de guerra à França feito por D. João, em 1º de maio de 1808. Nesta declaração teria o regente afirmado que no Brasil iria "*crear um novo império"*. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 315).

Entretanto, o governo de D. João VI não era isento de críticas por parte de Varnhagen. Ele fez severas restrições ao ministro dos negócios D. Fernando José de Portugal (1752-1817), o marques de Aguiar, por ter cometido erros inadmissíveis para a sua função, especialmente tendo conhecida experiência administrativa como governador da Bahia e vice-rei do Rio de Janeiro:

> Infelizmente porem o márquez de Aguiar, alias prudente, integro e sensato, com todos os seus annos de mando no Brazil, desconhecia o paiz em geral, era pouco instruido, e sobretudo nada tinha de grande pensador original, para ser o estadista da fundação do novo imperio. Minguado de faculdades creadoras, para sacar da propria mente e da meditação fecunda as providencias que as necessidades do paiz fossem dictando, o marquez de Aguiar parece ter começado por consultar o almanack de Lisboa, e á vista delle ter-se proposto

4 Conferir também as seções XLVIII, XLIX, L, LI, LII, LIII, LIV e LV.

> a satisfazer a grande commissão que o principe lhe delegára, [...]. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 316).

D. João era descrito como o *Enéas do nosso império*, assumindo o papel de protagonista das tramas varnhagenianas para narrar a antessala da independência do Brasil. Ele era tido, pelo discurso moralista do visconde de Porto Seguro, como bom filho, pai e rei por conta do seu fervor religioso. Era apresentado como *perfeito modelo de um soberano amante do povo*:

> D. João era naturalmente bom, religioso e justo. A historia de Portugal lhe chama por antomasia o Clemente; e o carinho e delicadeza com que se occupou da augusta-mãi enferma, e o não querer cingir-se a corôa real, pelo alias facil meio de uma abdicação que podia insinuar, nos evidencêa como foi bom filho. – Sua devoção e animo religioso eram tão reconhecidos que não faltou quem chegasse a calumnial-o de supersticioso. [...] De seu espirito de justiça e rectidão temos exemplos patentes no modo como recompensou tantos dos seus bons servidores, e nós pessoalmente recolhemos outros dos papeis originaes de muitos expedientes de negocios desse tempo no Brazil, que vimos, e em cujas margens encontrámos de sua propria lettra notas sufficientes para comprovar que o principe tinha no coração gravado sentimento de que a verdadeira missão dos reis e observar a lei e administrar justiça á grei. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 314-315).

Ao construir o perfil de D. João VI, Varnhagen procurava por intermédio de um discurso moral e conservador estabelecer um modelo de governo e uma interpretação sobre o processo de emancipação. O bom governo de D. João VI não estava apenas no seu perfil de homem bom, mas sim na sua capacidade de manter a unidade entre as partes constituintes do Brasil e de estabelecer a ordem sufocando as insurreições locais. Para o visconde de Porto Seguro, a prova da habilidade de governar com a ordem e o progresso de D. João VI foi a sua atuação no combate à Revolução Pernambucana de 1817.

No tribunal da história, presidido pelo historiador-juiz sorocabano, o rei era ascendido à condição de herói no panteão nacional por evitar a fragmentação da futura nação, enfrentando a insurreição. Os revoltosos, contaminados por posições ultraliberais, ideais enciclopedistas e boataria

sobre os excessos praticados no Rio de Janeiro, seriam no mesmo tribunal varnhageniano, condenados por cravarem entre as monumentais seções da sua *Historia geral Brazil*, dedicadas aos feitos do *benefico Sr. D. João*, uma pouca simpática sobre a Revolução Pernambucana de 1817. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. LIV). A partir da análise da sua postura judiciosa, Martha Victor Vieira (2006, p. 2) observou que:

> O discurso da imparcialidade, condizendo com a cultura historiográfica do período, ajudou a conferir legitimidade para a narrativa de Varnhagen que, agindo como um árbitro, não raro, emitia o seu veredicto condenando a ambição daqueles que movidos por interesses pessoais e vingança atentavam contra os interesses da Pátria.
>
> Sua intenção era escrever uma história nacional que primasse pela verdade. Seu envolvimento com a Coroa, porém, parecia ser maior que seu compromisso com a ciência, por isso censurou alguns episódios considerados descabidos e injustos. Afinal, acreditava que tinha a responsabilidade de servir a ideais civilizadores, a fim de colaborar para o desenvolvimento da nação emergente.

No estabelecimento de uma narrativa condenatória dos eventos em Pernambuco, corroborando o retrato desenhado acima, Varnhagen convidou o leitor a ajudá-lo na confirmação do seu juízo de que aquela revolução, assim como as outras dos tempos colônias e as que eclodiriam no período das regências, seria sem motivo. Por entender que o Brasil ali já seria uma totalidade, não caberia fissuras ou rivalidades entre as partes. Na sua leitura, a colônia, desfrutando da condição de Reino do Brasil, seguiria o caminho natural e hereditário da emancipação sem a necessidade daquela revolta:

> Ao sensato leitor brazileiro que tenha reflectido no estado próspero do Brazil, que se collige de quanto fica referido nas precedentes secções, deixamos que sinta e decida em consciencia se lhe parece que haveria motivos para que, em alguma extensão maior do Brazil, se intentasse uma revolução contra o benefico Sr. D. João, e contra a integridade do seu predilecto reino de novo creado, -- então verdadeiramente centro e cabeça de um grande imperio, maior que os dois romanos, que estendia seu poder, na actual Oceania, ás ilhas de Solor e Timor; na Ásia, aos estados de India portugueza e á feitoria

> de Macau; em Africa, aos terrenos de Moçambique de dependencias, ao reino de Angola, e ás ilhas de S. Thomé e de Cabo Verde, e na Europa, ao reino de Portugal, com ilhas adjacentes de Madeira e Açores, -- se é que estas e sobre tudo aquella se devem considerar como da Europa. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 373).

O destino do Brasil como nação, segundo Varnhagen (1857, t. 2, p. 375), não estava em datas como 1817 e muito menos 1789. A integridade do império era resultado de outra data: *1808*, ano da vinda da família real para o Brasil. A "*madureza da independencia* procederia *da carta regia sobre o franqueo dos portos, e por conseguinte ao mez de janeiro de 1808*, e que, portanto, com base na sua retórica da continuidade, *com mais glória para o Brazil, que dest'arte remonta a sua emancipação colonial da Europa a uma epoca anterior á de todas as republicas continentaes hispano-americanas*".

A Revolução Pernambucana de 1817 seria uma tragédia para o monarquista Varnhagen, pois significaria a emergência de uma república dentro do integro império luso-brasileiro. E como toda ameaça republicana que pairava no ar no passado e no presente era objeto do ataque voraz de sua pena nas páginas da *Historia Geral do Brazil* e de outros escritos, celebrando a retomada pelas tropas da ordem real e os julgamentos dos revoltosos.[5]

As revoltas com aspiração republicanas contra a ordem colonial seriam, para o visconde de Porto Seguro, uma selvageria, recebendo adjetivações sempre negativas. Eram marcas de um provincialismo interesseiro que se deveria deixar de lado, pois – repetia em tom de conselho e advertência:

> [...] todas as províncias tambem sabem que nos povos mui faceis são as separações, ao passo que muito custam a effectuar-se novas uniões. E senão que o digam os vãos esforços dos povos da Allemanha e da Italia para reorganisar uma nova Germânia ou um só estado ítalo. (...) Ao provincialismo associam-se apenas idêas de *interesse* provinciaes, quando principalmente as da gloria andam annexas ao patriotismo,

5 Segundo Arno Wehling (1999, p. 34-35), em nome do discurso da centralização política e da unidade territorial do Império, Varnhagen construiu sua narrativa do passado colonial e do processo da emancipação marcada pela celebração de determinados fatos e personagens e silenciamento ou desvalorização de outros, que poderiam permitir o aparecimento de versões diversas.

> sentimento tão sublime que faz até desaparecer no homem o egoismo, levando-o a expôr a propria vida pela patria, ou pelo soberano que personifica o seu lustre e a sua glória. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 392).

Na *História Geral do Brasil* e na *História da Independência do Brasil*,[6] a última só publicada postumamente, Varnhagen traçaria os fios das tramas da independência a partir de três ações decisivas de D. João VI para a formação de uma nação brasileira: 1) a vinda da família real em 1808, transferindo a sede do império português para os trópicos; 2) a elevação da colônia à categoria de Reino, em 1815, agregando as diferentes partes num único corpo político e territorial; 3) a opção do rei D. João VI em regressar para Portugal, atendendo as pressões das Cortes, mas deixando D. Pedro como príncipe regente (VIEIRA, 2006, p. 3).

Ao apresentar esta interpretação do processo de independência do Brasil, Varnhagen descreveu os acontecimentos que conduziram ao episódio do 7 de setembro de 1822, às margens do riacho do Ipiranga, como resultantes do protagonismo de personagens da família real, em especial o pai-monarca D. João VI e o filho-regente D. Pedro. O fiel súdito da casa dos Bragança oferecia, portanto, ao seu soberano uma narrativa da nação que legitimasse o governo monárquico e a sua sucessão. É nítido o permanente uso por parte do historiador-diplomata, em diferentes situações, da ideia de legado ou herança como importante estratégia discursiva de legitimidade do mundo que ele vivia e ajudava a transformar numa metanarrativa identitária inquestionável.[7]

Segundo Wilma Peres Costa, a interpretação elaborada por Varnhagen para a formação do Brasil como corpo político autônomo, além de enfatizar as continuidades entre a colônia e a nação, atribuiu a essas conotações marcadamente positivas:

---

6 Cf. Francisco Adolfo de Varnhagen, na obra *Historia da Independencia do Brasil, até ao reconhecimento pela antiga metrópole, comprehendendo, separadamente, a dos sucessos occorridos em algumas províncias até essa data*, publicada na *RIHGB*, no v. 79, de 1916.

7 Para uma crítica sobre as mitologias constituintes da identidade nacional brasileira, cf. De Decca, 2002, p. 7-20.

> [...] valorizava-se com ela a obra civilizadora da monarquia portuguesa e seu papel na construção da nação. O Brasil Independente, colônia que amadureceu para se tornar nação sob a égide benevolente da mão pátria, expressava, em Varnhagen, a vitória da civilização européia sobre a barbárie autóctone.
>
> A obra máxima do engenho fora a apropriação e consolidação de um território, legado intacto à nova nação. (COSTA, 2005, p. 58).

Dessa maneira, Varnhagen soterrou pelo discurso unificador e hegemônico do ser brasileiro – daquele que aderia à causa do Brasil – diferentes identidades que tinham se forjado na colônia (cf. MATTOS, 2004; 2005). Para István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta (2000, p. 140), no final do século XVIII e início do XIX não existiam *brasileiros*, *nenhuma identidade política coletiva ultrapassando o regional*, o que havia eram identidades variadas que apresentavam três diferenças básicas: a regional, a americana e a portuguesa:

> Na verdade, isso não é de surpreender. A força coesiva do conjunto luso-americano era indiscutivelmente a Metrópole, e o *continente do Brasil* representava, para os colonos, pouco mais que uma abstração, enquanto para a Metrópole se tratava de algo muito concreto, a unidade cujo manejo impunha esta percepção. É por isso que é correto afirmar que "a apreensão de conjunto das partes a que 'genericamente' se chamou de Brasil" estava "no interior da burocracia estatal portuguesa".

A ideia de totalidade desejada pelos escritos do Visconde de Porto Seguro precisava cobrir, como se fosse o manto real, o mosaico das identidades que coexistiam no Brasil. E seria a partir da imagem da monarquia que inventaria uma identidade para a jovem nação. A exaltação de D. Pedro I seria uma forma de lembrar o seu descendente, D. Pedro II. Nesta perspectiva, o historiador não fugia aos compromissos do IHGB com o seu mecenas.[8]

A figura do regente D. Pedro, nas páginas da *Historia Geral do Brazil*, emergiria como o grande herói da independência, superando em espaço e elogios a personagem de José Bonifácio de Andrade e Silva (1763-1838),

8 Cf. Guimarães, 1995.

conhecido como o *Patriarca da Independência*. Varnhagen seria o representante de uma rede historiográfica antipatriarca, apresentando José Bonifácio com ambiguidade e reservas. A sua dessacralização era uma tarefa não apenas política e ideológica, mas também uma questão de família, uma vez que José Bonifácio havia ofendido o pai de Varnhagen na época da fundição de Ipanema, em Sorocaba. Não seria por mero acaso que a *Historia Geral do Brazil* teria uma seção inteira dedicada à reabilitação da memória do tenente-coronel Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen (1783-1842) – seu pai,[9] enquanto o patriarca era lembrado em uma nota quase no fim do tomo II.[10]

As providências das Cortes de Lisboa, após a revolução constitucional de 1820, desejando "*submetter o Brazil ao antigo estado de colônia"* e a não submissão do próprio herdeiro da Coroa a esta ordem foram alguns dos elementos apontados por Varnhagen que *aceleram* o *processo natural* de emancipação. Tomado por sentimento de indignação, como se quisesse com suas próprias mãos fazer justiça, o autor da *Historia Geral do Brazil* teceu severos ataques às decisões das Cortes, responsabilizadas pela forma como se deu a separação entre Brasil e Portugal:

> Estava ja lançado o pomo da discordia; mas, como se as côrtes não quizessem que de forma alguma se questionasse a todo o tempo a procedencia delle, não parou nas suas providencias de oppressão. Para si haviam sido liberaes: haviam abolido a inquizição, proclamado a imprensa livre, a negação do veto e dos privilegios ecclesiasticos e seculares; e eis que começam, sem esperar ao menos a reunião dos deputados do Brazil, a legislar contra este estado; isto quando a provincia e côrte do Rio de Janeiro soffria dolorosamente pela falta de subsidios e falencia do banco; e quando o principe regente escrevia do Rio a seu augusto pae, lastimando sua situação e falta de meios, para accudir ás despesas da sua côrte, sem outras mais rendas que as da provincia, e pedindo-lhe inclusivamente que não compromettesse a dignidade de seu filho, que tambem era a sua. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 417).

9 Cf. Varnhagen, 1857, t. 2, seção LIII.

10 Segundo Temístocles Américo Cezar (2005, p. 207), o pai e o patriarca *são personagens em tramas urdidas pela pena de Varnhagen. Nos dois casos estão expressos os limites da imparcialidade de um historiador, questão, segundo Hannah Arendt, decisiva no século XIX para toda historiografia que procurava se afastar da poesia e da lenda, e que, no entanto, era difícil de se reconhecer.*

De sua sentença condenatória, Varnhagen (1857, t. 2, p. 399) inocentaria a figura de D. João VI, visto que "*elrei amava muito o Brazil, e via-se nelle bastante querido*". Caberia na sua narrativa a D. Pedro, príncipe herdeiro, concretizar a missão iniciada pelo pai monarca. A partir do regresso da família real e das pressões das Cortes, D. Pedro seria o protagonista do processo de independência, sendo aclamado – inclusive pelo próprio visconde de Porto Seguro – como aquele que evitaria o regresso do Brasil à condição de colônia. O príncipe regente, como já foi observado, superaria o próprio patriarca José Bonifácio, que para o historiador sorocabano não seria uma figura que estava acima da história. Ele não faria jus ao título de patriarca e de herói.[11]

Diante das ameaças das Cortes, os levantes nas diferentes partes do Reino e os confrontos entre brasileiros e realistas, o D. Pedro descrito por Varnhagen se sobressairia como liderança e única via de se preservar a integridade do Brasil, evitando o caos vivenciado pelas ex-colônias espanholas tomadas pela onda republicana.[12] A opção por ficar no Brasil era tida como a mais acertada para o bem da futura nação, uma vez que para o historiador monarquista, num tom providencialista, significava a manutenção da casa reinante, da ordem e da unidade:

> Não faltaram Portuguezes que vissem nesta resolução do principe desobediencia, deslealdade e até traição; entre tanto é certo que elle não fez mais que seguir os impulsos da prudencia, e a recommendação de seu proprio pai antes de partir para a Europa. A agitação no Brazil não podia ser maior. Abandonar nesta conjunctura aos furores das tempestades politicas a terra que o hospedára e a seu pai, no momento do perigo, deixar entregue aos horrores da anarchia a patria dos seus filhos, a joia mais preciosa da corôa que por direito de successão lhe devia um dia caber, fôra mais que deslealdade a seu pai, fôra ingratidão ao paiz acolhedor, fôra um crime ante a humanidade. O principe seguiu o partido que devia seguir; mas esta

11 Juízos mais severos à figura de José Bonifácio podem ser identificados na sua *Historia da Independencia do Brasil, até ao reconhecimento pela antiga metrópole, comprehendendo, separadamente, a dos sucessos occorridos em algumas províncias até essa data*. (Varnhagen, 1916, p. 139-140).

12 Para Martha Victor Vieira (2006, p. 7), no discurso varnhageniano a política das Cortes "*teve uma positividade porque fez as provinciais se unirem em prol da separação, o que favoreceu a unidade. Esse aspecto da narrativa nos parece bastante pertinente, na medida em que ele argumenta que a união do "Brasil num só Estado", congregando, de norte a sul, provinciais tão distantes entre si, foi beneficiada pela oposição às atitudes das Cortes".*

> generosa resolução era ja um primeiro acto de rebeldia aos decretos das côrtes: tudo o mais que se segue foi consequencia logica delle.
>
> Toda a philosophia se abisma e calla onde factos tão contradictorios e como sobrenaturaes, e o historiador confuso ao buscar a explicação das causas e dos effeitos, se prosterna ante a sábia Providencia que nos havia destinado o principe D. Pedro para personificar no acto da separação a integridade do Brazil. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 426-427).

Embora apresentasse uma diversidade de sujeitos e agentes envolvidos no processo de independência do Brasil, Varnhagen encaminhou a trama em torno das ações e reações do príncipe regente. O nascimento da nação era narrado, enfim, como fruto dos eventos políticos coordenados pelas autoridades do Estado – os grandes personagens tradicionalmente presentes nas páginas dos manuais escolares e memorizados há tempos pelas crianças e jovens nas aulas de História.[13] O Brasil de Varnhagen, bem como o novo Império nos trópicos, teria sido obra das mãos do D. Pedro I. A biografia de D. Pedro I (sua biografia) se confundiria com a própria história da fundação do Império do Brasil nas páginas da primeira edição da *História Geral do Brazil* e, posteriormente, da *História da Independência do Brasil*.[14]

Para o visconde de Porto Seguro, 7 de setembro era a coroação de um projeto de longa data, remontando os feitos da dinastia dos Bragança, protetora do Brasil. A independência proclamada por D. Pedro I era o único caminho, pois *se assim não procedesse, e elle se separa, por si só se retalha, e se perde na anarchia.* (VARNHAGEN. 1857, t. 2, 1857, p. 438)[15].

13 Para uma reflexão sobre o papel dos heróis nacionais no ensino da História como parte do projeto de fabricação da identidade nacional brasileira, cf. Miceli, 1994; Fonseca, 2003; Gasparello, 2004; Ribeiro, Valério, 2013.

14 Segundo Wilma Peres Costa (2005, p. 59), "é relevante observar que "continuidade" enfatizada por Varnhagen decorreu de uma postura política e não do reconhecimento de algo "realmente existente", pois ele próprio reconhecia que "na época da Independência, a unidade não existia: Bahia e Pernambuco algum tempo marchavam sobre si, e o Maranhão e o Pará obedeciam a Portugal, e a própria província de Minas chegou a estar por meses emancipada".

15 A preocupação em fazer justiça à memória de D. Pedro I era apresentada pelo próprio Varnhagen nas suas cartas ao Imperador D. Pedro II: "*Era necessário começar por não me constituir adulador, para melhor encaminhar commigo o leitor a crer o que logo depois digo em tópicos mais melindrosos e essenciais à heroicidade. Como chronista poderei ser mais adulador ou panegyrista, como historiador produziria effeitos negativos. Creio que faço justiça ao Sr. D. Pedro 1º*". (CARTA ao imperador D. Pedro II, 14 de julho de 1857, coligida por Lessa, 1961, p. 247).

O príncipe regente, segundo as transcrições da correspondência com o pai D. João VI, proclamava a emancipação como resposta a um conselho paterno (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 433-434).

Esta data de celebração não significava a ruptura, mas a preservação da integridade de um Brasil uno, ou melhor, que se desejava uno pelo ideal centralizador saquarema do qual Varnhagen era porta-voz e artífice da sua história. A narrativa desta luta pela defesa da unidade territorial e política remontava aos tempos coloniais em episódios como a fundação do governo geral de Tomé de Souza, as guerras contra os holandeses, a criação do principado e a vinda da família real:

> O Brazil conta ainda hoje, e contará eternamente, o dia 7 DE SETEMBRO, como o primeiro do anno no kalendario das festividades nacionaes. E com fundamento. Nesse dia nasceu a nação, renascendo são e salvo o reino que emancipára elrei D. João VI, o principado que creára D. João IV, o estado que fundára D. João III. -- Tambem por todas estas razões devêra Portugal festejar este dia, pois de certo que, sem a resolução tomada em 7 de setembro de 1822, não podéra regosijar-se de ver hoje tão próspero, e alimentando em grande parte o seu commercio e marinha mercante, este seu filho, descançando á sombra do solio brigantino, e seguro, esperamos em Deus, de correr a sorte de outros que... não foram tão afortunados. O Brazil não deveu a D. Pedro a sua emancipação, que essa consummada estava desde 1808, e era impossível retroceder, até em vista do tratado celebrado em 1810 com Inglaterra: deveu-lhe porém a sua *integridade*, e deveu-lhe a sua integridade, e deveu-lhe a monarchia, que foi symbolo de ordem no interior, e de confiança no exterior; e por fim veiu até dever-lhe a dynastia, pela sua abdicação feito muito a tempo para a poder salvar. (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 438-439).

Na sua *Historia Geral do Brazil*, o Brasil era um legado transferido entre dinastias. D. Pedro I havia preservado a integridade da nação e cabia ao filho D. Pedro II consolidar o Império, mantendo a ordem, a unidade e o progresso. Com o primeiro imperador "*a independência e o imperio ficam proclamados; e este com bandeira, escudo d'armas, ordens de mérito, laço e hymno nacional*" (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 442).

E foi a partir deste fato, a proclamação da independência, que Varnhagen encerrou *a Historia Geral dos Primeiros anos do Imperio* e também

o longo percurso trilhado pelo Brasil na sua formação como nação. Para o historiador-diplomata, o poder esteve sempre com D. Pedro I. Ele havia nascido para cumprir "*o destino de herói nacional*. A regência, pelas lentes varnhagenianas, *teria sido a preparação final para que o príncipe, pronto para o exercício de governar, assumisse a liderança do Estado imperial brasileiro*" (BITTENCOURT, 2006, p. 45).

Na sua *História Geral do Brazil*, bem como na sua correspondência ao Imperador, Varnhagen deixava transparecer sua preocupação em lidar com questões referentes à história política do Brasil pós-Independência. Ele temia que era ainda muito cedo para se firmar juízos definitivos sobre fatos e personagens. Logo, esta era uma tarefa para um futuro ainda indeterminado:

> Desejava chegar com a redacção ao anno de 1825 e comprehender a Constituição, e reconhecimento da Mãe Pátria e o nascimento de V. M. I., mas não me foi possível. Tão espinhosa é por enquanto a tarefa da imparcial narração desse período, sobretudo para um nacional. Daqui a poucos annos não o será. (CARTA ao imperador D. Pedro II, 06 de maio de 1853, coligida por Lessa, 1961, p. 201).

Ao transcrever na última página do livro-monumento a carta enviada de bordo por D. Pedro I ao seu filho, Varnhagen a transformava em uma espécie de testamento que delegava ao filho o futuro de um Império, cuja história ainda estava viva e latente, esperando que fosse escrita:

> Meu querido filho e meu Imperador: Muito lhe agradeço a carta que me escreveu, eu mal a pude ler porque as lagrimas erão tantas que me impedião o ver; agora que me acho, apezar de tudo, hum pouco mais descançado, faço esta para lhe agradecer a sua, e para certificar-lhe que em quanto vida tiver as saudades jamais se extinguirão em meu dilacerado coração.
>
> Deixar filhos, patria e amigos, não pode haver maior sacrificio; mas levar honra illibada, não pode haver maior glória. Lembre-se sempre de seu pae, ame a sua e minha patria, siga os conselhos que lhe derem aquelles que cuidarem na sua educação, e conte que o mundo o ha de admirar, e que eu me dei de encher de ufania por ter um filho digno da pátria. Eu me retiro para a Europa: assim he necessario para que o Brazil socegue, o que Deus permitta, e possa para o futuro chegar

> áquelle gráu de prosperidade de que he capaz. A Deus meu amado filho, receba a benção de seu pae que se retira saudozo e sem mais esperanças de o ver. – D. Pedro de Alcantara. Bordo da náu Warpite, 12 de abril de 1831". (VARNHAGEN, 1857, t. 2, p. 443).

Para Varnhagen, o menino D. Pedro II não fora abandonado, e sim tinha herdado um Império. Esta era a sua missão, ou melhor, a que Varnhagen fazia crer que era a de D. Pedro II. Em nome deste presente – o do Segundo Reinado – o passado deveria ser documentado, organizado e escrito por Varnahgen. A *Historia Geral do Brazil* era a epopeia que interpretava e legitimava o Império para o próprio Império, ou seja, para os diferentes sujeitos que constituíam esta comunidade imaginada. No corpo do monarca traduzia-se o corpo político da nação. Em torno da construção da memória do imperador-herói D. Pedro I se envolveria os construtores do império em discursos, biografias e monumentos ao longo do Segundo Reinado (SOUZA, 1999). De acordo com Wilma Peres Costa (2005, p. 59-60):

> Se interrogarmos a obra de Varnhagen em busca do significado nela atribuído á Independência na construção do Estado e da Nação, verificaremos que este significado é diminuto, pois ambos (Nação e Estado) estavam já configurados na colonização portuguesa. A ação colonizadora, semente européia lançada em solo bárbaro, é entendida como ação civilizadora que se impõe sobre a barbárie, cristianizando índios e escravos, estabelecendo e defendendo essa imensidão territorial. A Independência, feita sob a égide da legitimidade monárquica, foi o gesto pelo qual esse legado se transmitiu, cabendo aos herdeiros defendê-lo e preservá-lo em sua integridade e soberania.

A ressignificação da figura de D. Pedro I como o arauto da liberdade e da ordem, segundo Zina Maria Valdetaro (2008), fazia parte da experiência imperial brasileira fundada na premissa da expansão para dentro. Neste conjunto de elementos simbólicos, forjados pelos dirigentes do Estado imperial, sob a direção saquarema, trazia-se a meta de inscrever o discurso da ordem nas almas dos súditos-cidadãos brasileiros espalhados pelo vasto território.

A presença simbólica de D. Pedro I, seja pela estátua equestre de autoria do escultor francês Louis Rochet (1813-1878), seja pelo quadro

monumental criado pelo do pintor Pedro Américo (1843-1905), atenderia a tarefa de inventar uma identidade nacional para os brasileiros. Em larga medida, esta era também a meta dos letrados do IHGB e da produção historiográfica do visconde de Porto Seguro.[16]

Pedro Américo": Proclamação da Independência, 1887-88. Óleo sobre tela, 415 x 776 cm. São Paulo, Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

A obra de Varnhagen, respaldada pelo discurso da continuidade, iria ajudar a definir uma interpretação sobre o evento do 7 de setembro nas margens do riacho do Ipiranga, baseada no depoimento do próprio D. Pedro I, de 1823, em testemunhos de época e estudos históricos. A sua *Historia Geral do Brazil*, para Iara Lis Schiavinatto (2002, p. 82-83), reafirmaria "*a tríade grito, Ipiranga, figura de D. Pedro que acabou por conformar um cenário, uma ação, um protagonista para o ato que inaugura a nação*".

Estas representações, produzidas neste tipo de escritos fundacionais, aos poucos constituíram uma imagética do *Grito do Ipiranga* como o momento do nascimento da nação brasileira, que ocuparam o imaginário coletivo nacional principalmente pelas obras artísticas. Imagens como o

16 De acordo Arno Wehling (1999, p. 193), as interpretações de Varnhagen sobre o processo de Independência mostraram-se paradigmáticas, transformando-se "*matrizes de uma versão que, no século XX, seria depreciativamente apodada de "oficial". Embora contestadas num ou noutro ponto desde as obras de juventude de Capistrano de Abreu e por historiadores positivistas, as idéias de Varnhagen sobre o assunto continuaram dominando a historiografia, o conhecimento histórico vulgarizado pedagogicamente e a simbologia política até a década de 1930*. Para uma análise da temática da independência na historiografia brasileira", cf. COSTA, 2005, p. 53-118.

quadro *Proclamação da Independência* [ou *Independência ou Morte*], de Pedro Américo, que povoaram as páginas dos livros e manuais escolares de História e as festas cívicas em diferentes momentos da história política do Brasil.[17]

Segundo Iara Lis Schiavinatto (2002, p. 82), o referido quadro de Pedro Américo sobre a proclamação da independência:

> [...] de uma ação decisiva e militarizada que declarasse a independência. O quadro tornou-se peça-chave do Museu Paulista e reitera, no presente, o mesmo gesto fundador. Feito em 1888 e apresentado, primeiramente, para majestades inglesas, italianas e brasileiras em Florença, o quadro definiu uma cena primeira e única do fato histórico que funda a nação e foi elaborado por meio de uma série de referências da pintura histórica e acadêmica oitocentista. A força desse quadro, sua repercussão, contínua divulgação e repetida publicação acabaram por erigi-lo na própria cena da independência ou na imagem do próprio fato. Recentemente, na minissérie de TV *O Quinto dos Infernos* com o enredo baseado mais numa versão literária, fabulosa, em tom carnavalesco e caricatural, quando a narrativa exige que se mostre o ato da independência, evoca-se a mesma formatação geral da cena de Pedro Américo, homens a cavalo, no cume da colina, espada ao alto a fim de comunicar ao espectador que ali D. Pedro estaria inventando um país, como dizia o personagem Chalaça. A forte presença dessa imagem na memória nacional colocou numa espécie de limbo, num lugar opaco, outras cenas e representações, marcadamente públicas, em torno do processo de autonomização do Brasil.

O relato do episódio do próprio D. Pedro I, a *Historia Geral do Brazil*, de Varnhagen, e o quadro da *Proclamação da Independência*, de Pedro Américo, se constituíram em documento-monumento da emergência do Brasil-nação, fabricados sob a ótica da continuidade e do culto ao poder monárquico, responsável pela emancipação. Para a memória nacional desejada e imposta ficava a fonte, a narrativa-ciência e o retrato.

O tipo de história do Brasil forjada por Varnhagen, logo, seria "*um operador, um intensificador de poder*" – para usar uma expressão de Michel

17 Cf. Oliveira, 1995, p. 195-208; Oliveira, 2002, p. 65-80.

Foucault (1999, p. 77). A sua história assumiria esta função legitimadora e dominadora, assim "*como os rituais, como as sagrações, como os funerais, como as cerimônias, como os relatos legendários"*.

A escolha da Independência como marco organizador do tempo da nação, numa linha de continuidade entre o passado colonial e o presente independente, ajudava a inventar uma tradição que não apenas legitimava um modelo de Estado, governo e identidade, mas também afastava *"as sombras que pairavam sobre a história portuguesa"*. Brasil e Portugal desfrutavam de um passado comum, mas viviam um presente marcado pelo estabelecimento de suas respectivas singularidades. No caso do Império brasileiro, havia a necessidade de se determinar as suas marcas como um Estado-nação independente. Segundo Valdei Lopes de Araújo (2008, p. 156):

> O estatuto desse passado muda, não há corresponder à experiência histórica das últimas décadas. A relação entre portugueses e brasileiros passa a ser referida ora como a de povos irmãos, ora como a relação entre mãe e filho. As distintas individualidades eram assim garantidas, sem que fosse necessário um movimento de ruptura mais radical. À medida que a década de 1840 avançava, com D. Pedro II à frente do Império, o sentimento antilusitano da década anterior perdia espaço, especialmente entre os grupos mais próximos do Paço, como era certamente o caso dos fundadores do IHGB.

Ao tomar como referência esta transformação da experiência do tempo a partir do evento de 7 de setembro de 1822, Varnhagen inventou a sua história geral para o Brasil. Ele coligiu e organizou os fragmentos documentais do passado produzindo uma narrativa da nação que explicasse, ou melhor, tornasse uma verdade seu presente: a de um Brasil independente, governado por uma Monarquia Constitucional, sob o reinado de D. Pedro II, herdeiro legítimo do trono por parte da casa dos Bragança – tendo como centro irradiador do poder e da civilização o Rio Janeiro.

De acordo com José Murilo de Carvalho (2008, p. 561-562), o Brasil no século XIX era mais uma aspiração do que uma realidade de fato e que sua história foi produzida quase que exclusivamente a partir do

centro político localizado na Corte. A hegemonia política e econômica do Rio de Janeiro, bem como o monopólio da produção intelectual do país, só perderia espaço a partir dos 1930:

> É fácil demonstrar por que a história foi escrita no século XIX a partir do Rio de Janeiro. A capital nacionalizava a visão dos historiadores, não importando de onde viessem. Ela atraía a si não só a elite política, mas também os que ambicionassem uma carreira nas letras e nas artes. [...]. Assim é que praticamente todos os que escreveram histórias nacionais o fizeram na capital, dentro ou fora do IHGB, e valorizaram a unidade nacional.

Para legitimar uma identidade nacional unificada e centralizada, tendo ponto irradiador do poder e da civilização o Rio de Janeiro, adotou na construção da sua *Historia Geral do Brazil* três elementos que, segundo Ernest Renan (1823-1892), em seu famoso ensaio sobre o tema de 1882, constituiriam o princípio *espiritual* da unidade da nação: "1) *a possessão em comum de um rico legado de lembranças*; 2) *o desejo de viver em conjunto*; e 3) *a vontade de continuar a fazer valer a herança que receberam esses indivíduos*" (RENAN, 2006, p. 18).

Neste sentido, ele transformou os fatos do passado – a herança da colonização portuguesa na América –, forjou uma narrativa de conjunto que vislumbrasse neste lugar do tempo a origem da nação e fez desta uma linha de continuidade entre a colônia e o império. A força desta herança iria, pela lógica do seu discurso, legitimar o tempo saquarema. Ao buscar desde os remotos tempos coloniais, o desejo pela ordem, unidade e centralização, confirmava as pretensões políticas de um governo que se instituía no Segundo Reinado.

Na exaltação das memórias do passado, no desejo por uma vida em conjunto e na perpetuação da herança estava a base constitutiva da comunidade imaginada denominada Brasil Imperial. Este era um processo em permanente escrita, invenção e embates de narrativas. Varnhagen tinha consciência disso, mesmo sabendo da força da sua obra, e não poucas vezes refez os caminhos da escrita e reescrita da sua *História Geral do Brazil* (2ª edição, 1877), bem como na produção de outros escritos como a "*Historia das lutas com os hollandezes no Brazil desde 1624 a 1654*

(1872) e a *Historia da Independencia do Brasil, até ao reconhecimento pela antiga metrópole, comprehendendo, separadamente, a dos sucessos occorridos em algumas províncias até essa data"* (1916).

A preocupação com a (re)escrita de uma história geral para a jovem nação dominava as suas memórias, biografias e notas nas páginas da *Revista do IHGB* e a sua correspondência ativa e passiva com consócios, amigos de letras e próprio Imperador.[18] Constituiria um capítulo à parte nas tramas e dilemas do autor, num intenso e doloroso embate com seus críticos e comentadores, no processo de revisão e anotação da segunda edição da sua *Historia Geral do Brazil*, publicada em 1877.[19]

Referências

ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

BARBOZA, Januário da Cunha. Relatório do Secretario Perpetuo na Segunda Sessão Publica Anniversaria, do dia 27 de novembro de 1840. *RIHGB*. Rio de Janeiro, t, 2 (Supplemento), p. 13-39, 1840.

BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *Da alteza Real ao Imperador*: O Governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. D. João e as histórias dos Brasis. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, n. 56, p. 551-572, 2008.

CEZAR, Temístocles Américo. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaios sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*. São Paulo, v. 24, n. 2, p. 207-240, 2005.

_____. *Ser historiador no século XIX*. O caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

COSTA, Wilma Peres. A Independência na historiografia brasileira. *In*: JANCSÓ István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2005. p. 53-118.

DE DECCA, Edgar Salvadori. Cidadão, mostre-me a identidade! *Cadernos Cedes*. Campinas, v. 22, n. 58, p. 7-20, dez. 2002.

18 Cf. A correspondência ativa de Francisco Adolfo de Varnhagen, coligida por Clado Ribeiro de Lessa (1961).

19 Para saber alguns momentos deste processo de reescrita da *Historia Geral do Brazil* e as diversas modificações efetuadas pelo autor, cf. Oliveira, 2007, capítulo VI.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: Curso no Collège de France (1975-1976), São Paulo, Martins Fontes, 1999.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades*: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, Rio de Janeiro, ano 156, n. 388, jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTOG, François. *O século XIX e a história*: o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2003.

JANCSÓ, István; João PIMENTA, Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). *In*: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta*: a experiência brasileira. v. I, São Paulo: Ed. SENAC; SESC, 2000. p. 127-175.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da união política. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 1, p. 8-26, mai. 2005.

_____. *O tempo saquarema*: a formação do Estado imperial. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MICELI, Paulo Celso. *O mito do herói nacional*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, Cecília Helena Salles de. O Espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 3, p. 195-208, 1995.

_____. O Museu Paulista da USP e a memória da Independência. *Cadernos Cedes*. Campinas, v. 22, n. 58, p. 65-80, dez. 2002.

OLIVEIRA, Laura Nogueira, *A palavra empenhada*: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen. Tese (Doutorado em Letras: Estudos Literários). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

RENAN, Ernest, *O que é uma nação?* Revista Aulas, Dossiê Gênero, Subjetividades e Cultura Material. Campinas, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2006.

RIBEIRO, Renilson Rosa. *O Brasil inventado pelo Visconde de Porto Seguro*: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção do Brasil Colonial no Brasil Império (1838-1860). Cuiabá: Entrelinhas, 2015.

RIBEIRO, Renilson Rosa; VALÉRIO, Mairon Escorsi. Para que serve a história ensinada? A guerra de narrativas, a celebração das identidades e a morte da política. *Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, v. 6, p. 39-52, 2013.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. A praça pública e a liturgia política. *Cadernos Cedes*. Campinas, v. 22, n. 58, p. 81-99, dez. 2002.

SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e Nativismo*: A História como "biografia da nação". São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Iara Liz Carvalho S. *Pátria Coroada*: o Brasil como corpo político autônomo. 1780-1831. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

VALDETARO, Zina Maria de Teive e Argollo, "*Lições da Ciência do Belo*": Os saquaremas e a conformação dos brasileiros. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência Ativa*, *coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

_____. *História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole*: compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias. RIHGB. Rio de Janeiro, v. 133, 1916.

_____. *Historia das lutas com os hollandezes no Brazil desde 1624 a 1654*. Nova edição melhorada e acrescentada. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1872.

_____. Visconde de Porto Seguro, *Historia Geral do Brazil antes da sua separação e independencia de Portugal*. t. I, 2. ed., muito augmentada e melhorada. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmmert, 1877.

_____, *Historia Geral Brazil*, tomo I, Madrid, Imprensa da V. de Dominguez, 1854.

_____, *Historia Geral Brazil*, tomo II, Madrid, Imprensa da V. de Dominguez, 1857.

VIEIRA, Martha Victor. Varnhagen: um intelectual monarquista. *Revista Intellectus*. Rio de Janeiro, ano 5, v. II, p. 1-12, 2006.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória*: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

José Bonifácio de Andrada e Silva: revisitando os 'apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil'

José Bonifácio de Andrada e Silva: revisitando las 'notas para la civilización de los valientes indios del Imperio de Brasil'

Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa[20]
Lidiane Álvares Mendes[21]

RESUMO: Para além das comemorações alusivas ao bicentenário da independência do Brasil, por que revisitar o estudo *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, de autoria de José Bonifácio de Andrada e Silva. Cremos que, apesar da distante temporalidade do documento, grande parte das preocupações de seus fundamentos se faz presente no cenário da política indigenista da atualidade. Neste estudo, portanto, iremos rever os apontamentos citados acima, sobretudo quando se refere aos povos indígenas. Nosso percurso escriturístico é iniciado com uma breve biografia de José Bonifácio, o "Patrono da Independência", com ênfase no seu papel no processo de independência junto ao Imperador D. Pedro I. Seguimos com uma apresentação de *Projetos para o Brasil*, livro organizado por Miriam Dolhnnikoff (2000) que disponibiliza um precioso conjunto de escritos de José Bonifácio. Finalizamos com uma análise dos *Apontamentos para a Civilização dos Índios bravos do Brasil* que discorre sobre os esforços do líder político do Império e seus propósitos de pôr em prática um projeto de integração dos índios à sociedade nacional.

20 Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membra efetiva do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. E-mail: anna-edu@hotmail.com

21 Mestra em História Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professora da rede pública e privada de ensino em Cuiabá/MT. E-mail: lidianemendes2@hotmail.com

Palavras-chave: José Bonifácio de Andrada e Silva. Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil. Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil.

RESUMEN: Además de las conmemoraciones alusivas al bicentenario de la independencia de Brasil, ¿por qué revisar el estudio *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, de José Bonifácio de Andrada e Silva? Creemos que, a pesar de la lejana temporalidad del documento, gran parte de las preocupaciones de sus fundamentos están presentes em el escenario de la política indígena actual. En este estúdio, por lo tanto, revisaremos las notas mencionadas anteriormente, especialmente cuando se hace referencia a los pueblos indígenas. Nuestro viaje escritural comienza com uma bree biografia de José Bonifácio, el "Patrón de la Independencia", con énfasis em su papel em el processo de independência com ela Emperador D. Pedro I. Continuamos con la presentación de *Projetos para o Brasil*, libro organizado por Miriam Dolhnikoff (2000) que ofrece un precioso conjunto de escritos de José Bonifácio. Terminamos con un análisis de los *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil* que discute los esfuerzos del líder político del Império y sus intenciones de poner en práctica un proyecto de integración de los indios en la sociedad nacional.
Palabras claves: José Bonifácio de Andrada e Silva. Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil. Asamblea General, Constituyente Y Legislativa del Imperio de Brasil.

Introdução

> Os índios devem gozar dos privilégios da raça branca.
> José Bonifácio de Andrada e Silva (2000, p. 64)

Uma infinidade de acontecimentos e personagens se faz presente nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental e Médio. Nesses espaços, prevalece uma organização historiográfica curricular de caráteres cronológico e linear, ainda que se façam presentes estratégias de inovação para estabelecer articulações na abordagem nacional-mundial e de se livrar de fragmentações entre espaço e tempo. São poucas personagens que nela transitam. Afinal, a História tem muitas caras. Quem é contemplado a ocupar o púlpito da historiografia? Essa escolha é bastante controversa.

Lembramos dos estudos *O mito do herói nacional*, de Paulo Miceli (1994), e *Meus heróis não viraram estátua*, de Luiz Bolognesi e Pedro Puntoni (2012). E por que não *Ideologia* (1988), dos cantores e compositores Cazuza e Frejat? Todos, às suas maneiras, põem em discussão as tantas "verdades" históricas estabelecidas quase sempre por um pensamento hegemônico, com influência preponderante exercida por cidades, povos, países sobre outros.

Quais nomes são escolhidos para logradouros? Quais monumentos são reservados aos espaços públicos? Quem determina a escolha de pessoas para se imortalizarem em esculturas? Quem autoriza sua retirada? Neste último caso, como moradoras da cidade de Cuiabá, Mato Grosso, fazemos referência ao fato ocorrido em 2019 com a Árvore de todos os povos, escultura-poema de Wladimir Dias-Pino (1927-2018), e o mural de Adir Sodré (1962-2020). Após a reforma da Praça 8 de Abril, onde estavam instaladas as referidas obras, as mesmas deixaram de integrar o cenário do logradouro. Diversas manifestações acontecem na cidade. Reivindicam esclarecimentos sobre o paradeiro da Árvore de todos os povos e seu imediato retorno ao local de origem e a recriação do mural que foi apagado.

No ano em que se comemora o bicentenário da independência do Brasil, destacamos a figura do estadista José Bonifácio de Andrada e

Silva (1763-1838). José Bonifácio, um herói nacional, vem sendo homenageado com nomes de avenidas, ruas, praças e inúmeras estátuas edificadas em diversas partes do Brasil e até mesmo nos Estados Unidos. Em 21 de abril de 2007 seu nome foi inscrito nas páginas de aço do *Livro de heróis e heroínas da pátria*, mantido no Panteão da Pátria Tancredo Neves, localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília. No encontro de personagens brasileiras, foi proclamado oficialmente "Patrono da Independência" por sua atuação no processo de independência do Brasil (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2018). José Bonifácio, após a partida de D. João VI para Portugal ocorrida em 1821, passou a ser o principal ministro e conselheiro de D. Pedro I, Príncipe Regente do Reino do Brasil. Tornou-se responsável por executar uma política rumo à plena independência do Brasil e à defesa de sua integridade territorial.

Sobre o "Arquiteto da Independência", "Pai da Pátria", "Timoneiro da Independência", como também é referendado, nos ocupamos especialmente com seu estudo *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, publicado no livro *Projetos para o Brasil / José Bonifácio de Andrada e Silva*, organizado por Miriam Dolhnikoff (2000). Dividido em três partes, iniciamos com "O Brasil do 'velho Bonifácio', que se dispõe a trazer breves dados sobre sua trajetória política, fundamentais ao entendimento de seus *Projetos para o Brasil*. Seguimos com uma explanação de *Projetos para o Brasil*, que expõe um precioso conjunto de escritos de José Bonifácio que contempla uma diversidade considerável de temáticas: escravos, índios, mulheres, sesmarias, povoação do Brasil, dissolução da Assembleia Constituinte, D. Pedro I, dentre outras. Por último, adentramos em *Apontamentos para a Civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, de 1823, de José Bonifácio de Andrade e Silva. Discorremos sobre seu programa de integração dos índios à sociedade, com vista à catequização e ao aldeamento destinados aos "índios bravos". Silva (2000) propunha promover a miscigenação entre índios e "brancos", que resultaria no surgimento de uma nova raça e homogeneização da cultura brasileira, com a prevalência do elemento "branco", que para José Bonifácio era o "civilizador".

O herói que escreveu muitas histórias e virou estátuas por este Brasil afora permanece longe de habitar o imaginário do povo brasileiro. Encoberto por outros "heróis nacionais", Carlos Guilherme Mota (1998) ressaltou que José Bonifácio de Andrada e Silva permanece envolto em uma reduzida imagem: "Patrono da Independência". Vida, obra e ideias provocativas à frente de seu tempo permanecem ainda hoje à sombra. Por outro lado, seu nome se inscreve em livros didáticos e em inúmeras cidades e logradouros do Brasil. Como definiu o historiador acima citado, um "enigma histórico-ideológico". O historiador José Caldeira (2017), ao concordar com Mota, o coloca também como "Patriarca das florestas do Brasil", diante sua preocupação com a destruição de florestas no território nacional, externada em 1821, quando o Brasil estava na condição de Reino Unido a Portugal.

Em relação aos povos indígenas, José Bonifácio, em seus *Apontamentos para a Civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, idealizou a integração do indígena à sociedade brasileira. Ideias essas encontradas no indigenismo de Candido Mariano da Silva Rondon. Presentes no sentimento de muitos brasileiros que entendem os povos indígenas como empecilho ao desenvolvimento de uma nação. Discurso que se encontra vigente no Império e na República do Brasil.

O Brasil do "Velho Bonifácio"

Nascido João Bonifácio na vila portuária de Santos nos idos de 1763, de família bem conceituada social e economicamente, não possuía títulos de nobreza, mas gozava de conforto financeiro e certa influência. Viveu no lugarejo até os 14 anos quando mudou-se para São Paulo. Alterou seu nome quando passou a se chamar José Bonifácio. Considerado homem feito aos 17 anos, partiu em viagem pelo interior do Brasil. Foi de São Paulo a Santa Catarina, onde suas observações sobre a pesca da baleia lhe renderam artigos científicos. Esteve em Minas Gerais para também observar a mineração daquelas paragens.

Em seu retorno ao Rio de Janeiro, embarcou para a Europa no ano de 1783, quando só voltou à terra brasileira trinta e poucos anos depois. Do Brasil que José Bonifácio de Andrada e Silva deixou ao cruzar o Atlântico

para aquele que encontrou por ocasião de seu retorno, pouca coisa havia mudado. Os ares da Revolução Francesa e os ideais iluministas chegavam por aqui nos discursos de intelectuais e cientistas que bradavam pelos jornais apelos abolicionistas, republicanos e federalistas. Porém, esses ideários não foram suficientes para proclamarem a independência do Brasil, alforriar os escravos e propor educação primária, tão pouco para pensar sobre a situação dos indígenas, da reforma agrária e de tantos outros problemas desse país colonial.

O Brasil ainda vivia sobre o cetro da Coroa Portuguesa e, como sua metrópole, não progredia nos aspectos sociais e econômicos. No entanto, o século XIX trouxe consigo a independência de várias colônias das Américas. As repúblicas que se formavam nas terras além-mar abalavam o então Reino Unido de Portugal e Algarves, a anunciar que a independência não tardaria. Uma questão de tempo!

O pano de fundo do desembarque de José Bonifácio não era dos mais animadores para alguém que respirava os ventos transformadores da Europa. O Brasil de 1819, ano de seu regresso, era o espelho de Portugal: pobre, retrógrado, arcaico, escravocrata, intolerante, com uma economia sugada por Portugal. Para Caio Prado Júnior (1981, p. 90), o Brasil desse período "baseava-se na estrutura econômica básica que produzia para exportar e que se organizara, não para atender a necessidade própria, mas para servir a interesses estranhos."

Com o retorno de Dom João VI para Portugal, o Brasil ficou com seus cofres vazios. A extração de ouro e diamantes, a produção do açúcar em decadência devido ao surgimento de outros centros produtores, o que se esperar da Colônia portuguesa na América, a não ser "corpos imensos de cabeças pequenas." (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 88). Corpos que enchiam a sala do beija mão e compravam títulos de nobreza, formando uma elite conservadora, ignorante e atrasada. Juntando-se a uma economia capenga, aqui e acolá eclodiam reuniões formadas por insatisfeitos com o Antigo Regime. Conflitos e revoltas regionais eram constantes.

> De cada três brasileiros, dois eram escravos, negros forros, mulatos, índios ou mestiços. Era uma população pobre e carente de tudo. O medo de uma revolução escrava pairava sobre a minoria branca.

> Os analfabetos somavam 90% dos habitantes. Os ricos eram poucos e, em sua maioria, ignorantes. (GOMES, 2010, p. 56).

O cenário político, econômico e social não era convidativo para quem conviveu no "Velho Mundo" e ocupou o posto de defesa militar em Portugal durante a Revolução Francesa e vivenciou profundas transformações que ocorreram na Europa. Seus conhecimentos sobre a terra natal estavam nas correspondências que trocava com amigos e familiares.

No Brasil, pensava em descansar na localidade de Ourinhos. Não tinha mais fôlego de outrora, quando Portugal desejou ser reconhecido e ocupar cargos de alto escalão. Nem mesmo a maçonaria, na qual tinha sido iniciado quando era um estudante na Universidade de Coimbra, abriu-lhe as portas que desejava em solo luso. Porém, em terra brasileira, fez uso da fraternidade secreta para se articular. Uma vez em São Paulo, por influência de seus irmãos, integrou a Junta Governativa que reconheceu Dom Pedro de Alcântara como Príncipe Regente do Reino do Brasil. Mais tarde, essa fraternidade secreta o destituiu do cargo de Ministro das Negociações do Reino e Estrangeiros, quando se empenhou para que o Brasil se tornasse independente de Portugal, apoiando-se na monarquia constitucional.

José Bonifácio foi um homem repleto de contradições. A soberba, os adultérios, a pretensão e a arrogância na rudez de suas atitudes que tanto lhes apontaram seus opositores não apagaram as convicções de que as transformações sociais e econômicas que vivenciou na Europa deveriam ser implantadas aqui. (PRIORI, 2019)

Sobre suas opiniões, que por vezes foram mal interpretadas, José Bonifácio, em inúmeras de suas anotações e considerações sobre o Brasil, avaliou a necessidade da miscigenação para a civilização desta nação.

> É da maior necessidade ir acabando tanto heterogeneidade física e civil; cuidemos, pois, desde já, em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários e em amalgamar tantos metais diversos, para que saia um todo homogêneo e compacto, que se não esfacele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política. Mas que ciência química e que desteridade não são precisas aos operadores de tão grande e difícil manipulação? (SILVA, 2000, p. 63).

Comparava a homogeneidade das raças às composições metálicas. Para Bonifácio, era necessário construir uma raça brasileira, pois em sua concepção o Brasil precisava de um povo forte que pujasse em suas veias a ordem, a disciplina e a civilidade das grandes nações europeias. Foi subjugado e traído por aqueles que nos bastidores tramaram sua saída do ministério. Nos jornais de oposição eram divulgadas situações sobre sua conduta moral, seus pensamentos e sobretudo sobre seu caráter.

Um de seus inimigos declarados foi Cipriano Barata, cirurgião, filósofo, político e jornalista. Em seus artigos publicados no jornal *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, Barata destilou seu fel contra José Bonifácio e seus irmãos, os afamados políticos "irmãos Andrada", como foram chamados à época:

> prossigo que os senhores Andradas tem coraçoens ferozes por essencia de sua natureza e são capazes de servir ao publico por suas maneiras duras e crueis; o senhor Joze Bonifacio sendo Intendente da Policia do Porto (ou em lugar similhante) foi um verdugo da humanidade. (O SENTINELLA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, 1823, p. 1).

Muitas vezes, as ofensas eram redigidas em tom de alerta ao povo brasileiro, acusando os Andradas de terem as mãos banhadas de sangue, de conduzir seus discursos a seu bel prazer e mais verbos, substantivos e adjetivos em críticas às suas ações e falas, que não tardou a revidar. O revide veio em forma de publicações também em um jornal, *O Tamoyo* (1823) consistia em um periódico de circulação efêmera onde não só José Bonifácio, mas seus apoiadores se defendiam.

As respostas às provocações e acusações de Barata e de outros opositores vieram em tom de defesa e, sobretudo, na montagem do cenário para consagração de José Bonifácio de Andrada e Silva como o "Patrono da Independência". Nessa contenda e trocas de farpas, os redatores de *O Tamoyo* defendiam os Andradas, tecendo elogios e acusando os opositores: "apezar dos latidos do Correio, e dos seus correspondentes, o Brasil olhará agradecido para os Andradas, como para seus libertadores, a fama desses inernitaveis Cidadãos, ora grosseiramente caluniados, crescera com a idade." (O TAMOYO, 1823, p. 2)

As escritas que vociferavam a favor dos "irmãos Andrada" tornaram-se reticências e o presságio de que o Brasil olharia agradecido aos feitos dos irmãos, principalmente José Bonifácio, se cumpriu. Do palco de elogios ao título de "Patrono da Independência," este personagem entrou para a história do Brasil. Porém, antes que seus feitos fossem oficializados, sofreu no exílio. Seus propósitos não agradaram Dom Pedro I e, nesse momento, entraram em rota de colisão. O Imperador do Brasil, sem pestanejar, enviou os "irmãos Andrada" para a França. O desenho da primeira Constituição brasileira não atendia aos interesses de D. Pedro I.

> Em 12 de novembro d. Pedro ordena o fechamento da Constituinte, por discordar do projeto de Constituição elaborado pelos deputados. Nesse mesmo dia, Bonifácio é preso em sua casa e conduzido para o Arsenal da Marinha, para onde foram levados presos outros constituintes considerados perigosos. Poucas horas depois é transferido pra a fortaleza de Laje e em 20 de novembro é exilado para a França. (DOLHNIKOFF, 2000, p. 18).

Seis anos passaram. Nesse ínterim, José Bonifácio novamente leu sobre sua terra e trocou correspondências. Escreveu seus *Projetos para o Brasil* como apontam os organizadores de suas memórias. A ironia do destino fez com que Dom Pedro I o chamasse de volta, em 1831, para que fosse o tutor de seus filhos.

Em seu retorno, José Bonifácio encontrou o Brasil moldado com as mesmas estruturas prosaicas que havia deixado – talvez quase um espelho de 1819. A Independência que não foi, pois o grito de liberdade não cerrou os grilhões da escravidão, tão pouco a educação primária e uma economia ainda capenga.

José Bonifácio não aceitou o cargo somente para pajear os herdeiros do trono. Aproveitou-se da liberdade de ir e vir pelos corredores da Regência para se expressar na Assembleia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Em 1833 foi destituído da tutoria. Passou o resto de sua vida quase que no ostracismo. Longe da vida pública que tanto lhe afagou a alma, das discussões acaloradas e ideias inovadoras, foi se convalescendo. José Bonifácio faleceu em 1838. Seu cortejo foi acompanhado

por amigos, familiares e curiosos, assistido também por Dom Pedro II, da sacada do Paço, com apenas 13 anos de idade. Seu corpo foi levado a Santos, sua terra natal. Sobre o pensamento de José Bonifácio,

> de acordo com as divisões maniqueístas da política brasileira de então e de agora. No campo social, defendia ideias progressistas, como a gradativa extinção do tráfico e da escravidão, e exigia tratamento digno aos índios brasileiros, sobre os quais publicara algumas teses. Era a favor da reforma agrária, da livre entrada de imigrantes no país e do trabalho assalariado. (BUENO, 2003, p. 176).

José Bonifácio de Andrada e Silva viveu e morreu em um tempo de profundas transformações. Perseguiu o alto escalão, o reconhecimento, a glória por seus feitos. Realizou importantes pesquisas científicas e propostas para um Brasil livre, que pudesse ser conduzido ao patamar de uma grande nação. Controverso em suas atitudes, negou a honraria oferecida por Dom Pedro I, a Ordem do Cruzeiro do Sul. Suas propostas para o Brasil foram veementemente renegadas pelos conservadores e até mesmo por alguns apoiadores. Para eles, era inadmissível pensar no fim da escravidão, a exemplo, de uma de suas proposições para uma nova nação, sendo este modelo servil à base da economia nacional.

Projetos para o Brasil

Projetos para o Brasil (DOLHNIKOFF, 2000) disponibiliza anotações, considerações e ideias avulsas de José Bonifácio, um homem reformista que pensou um Brasil pós-independência inspirado nas nações europeias. Debruçou-se para a consolidação de suas ideias para o nascimento de um grande país. Os tópicos da obra *Projetos para o Brasil*, elencados por Dolhnikoff (2000) de maneira sistematizada e com subtópicos são alocados em: Representação à Assembleia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura; Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império; Paládio contra revoluções políticas; Apontamentos sobre as sesmarias no Brasil; Misturaremos os negros com as índias; Colônia de pretos; Caráter dos brasileiros; Sobre a fidalguia; O governo deriva da propriedade; Heresias literárias; Força primordial; Avulsos, Miscelânea e Pessoal. Podemos observar, por exemplo, suas

considerações em relação ao papel da mulher na sociedade, "por que as mulheres devem obedecer a leis feitas sem sua participação e consentimento? (SILVA, 2000, p. 179). Ou, "educar as mulheres, para que estas eduquem seus filhos e maridos; e nesta parte seguir o sistema de Catarina." (SILVA, 2000, p. 180)

Para além das mulheres que aparecem timidamente em suas considerações, José Bonifácio descreve a índole, o caráter e a moral do povo brasileiro. O ócio, a inversão de valores, a indolência são ressaltadas. Sobre tais comportamentos ele escreve:

> Quando me ponho a refletir no estado e na índole atual dos meus naturais e considero atentamente na sua educação e polícia, não me admiro que sejam maus e corrompidos; admiro-me decerto que o não o sejam mais ainda – e pelos meios ordinários nenhuma esperança me fica na sua regeneração. Como podem ser eles virtuosos, se não são, para assim, mecanicamente educados para a virtude; se desde a mais tenra mocidade todos os exemplos que os rodeiam os conduzem ao crime a ao mais envilecido egoísmo? (SILVA, 2000, p. 99).

Sobre o caráter do povo brasileiro, Silva (2000, p. 197) não deixou dúvidas de sua posição, seu pensamento e seu caráter: "Meu caráter reúne contradições palpáveis, ativo por vezes, e indolente por gosto, capaz dos maiores esforços de trabalho, contando que não seja monotônico, e diariamente regular". Comportamento peculiar e parecido com os de seus conterrâneos que tanto o desagravada, como ele mesmo externou: "indolente por gosto!" (SILVA, 2000, p. 177).

Seu pensamento crítico não poupou a Igreja Católica e seu clero. Corajoso! Pois, sendo o Brasil um país de colonização católica e que por séculos não permitiu que outras religiões se propagassem aqui, pelo menos não oficialmente, Bonifácio considerava que "a religião que convida à vadiação e faz do celibato uma virtude é uma planta venenosa no Brasil. Demais, o catolicismo convém mais a um governo despótico, que a um constitucional." (SILVA, 2000, p. 177).

Suas reflexões mais profundas, que balançavam as bases econômicas e sociais do país, não dizem respeito somente ao papel das mulheres, tão pouco se restringiam à religião ou ao comportamento vil da sociedade

local. São análises e propostas sobre a escravidão e os *Apontamentos para a civilização dos "índios bravos" do Império do Brasil*. Junto à polêmica desses assuntos, são abordadas a miscigenação entre índios e negros que, em seu entendimento, poderiam gerar homens e mulheres fortes e pertencentes a esta nação. "Misturemos os negros com as índias, e teremos gente ativa e robusta – tirará do pai a energia, e da mãe a doçura e bom temperamento." (SILVA, 2000, p. 82).

Bonifácio avaliava que "o legislador sábio e prudente é um escultor, que de pedaços de pedra faz estátuas." (SILVA, 2000, p. 81). Uma alusão à miscigenação de forma oficial para a construção de uma identidade nacional. Outra questão que se relacionava à identidade nacional era a escravidão, uma situação de atraso, em seu entendimento. Em uma de suas alocuções à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, declarou:

> E por que os brasileiros somente continuarão a ser surdos aos gritos da razão, e da religião cristã, e direi mais da honra e do brio da nacional? Pois somos a única nação de sangue europeu que ainda comercia clara e publicamente em escravos africanos." (SILVA, 2000, p. 24).

Sobre a escravatura, em trinta e dois artigos apresentados à Assembleia Geral Constituinte do Império do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva dispõe sobre alforrias dadas e benesses que receberiam seus senhores e estes que alforriassem negros escravizados, velhos e doentes teriam que sustentá-los. Dentre os artigos, selecionamos trouxemos um que trata sobre a gestação de mulheres negras escravizadas:

> A escrava durante a prenhez, e passado o terceiro mês, não será obrigada a serviços violentos e aturados; no oitavo mês só será ocupada em casa; depois do parto terá um mês de convalescença; e passado este, durante um ano não trabalhara longe da cria. (SILVA, 2000, p. 36)

E, sobre premiações aos senhores de escravos que alforriassem:

> Para recompensar a beneficência e sentimentos de religião e justiça, todo senhor, que der alforria e mais de oito famílias de escravos, e lhes distribuir terras e utensílios necessários, será contemplado pelo

> governo como benemérito da pátria, e terá direito a requerer mercês e condecorações públicas. (SILVA, 2000, p. 38)

Os artigos acima surtiram efeitos negativos. Bonifácio mexeu em um vespeiro. A escravidão consistia na base econômica em um país em que a Assembleia era constituída pela elite conservadora. Eram propostas inovadoras para aquele corpo legislador. Mas, este era Bonifácio, sábio e intransigente. Quando os ventos não sopravam a seu favor, debruçava-se em alçadas perigosas para a época.

Nem correndo riscos, José Bonifácio optou pelo silêncio. Sobre a amizade construída e destruída em tão pouco tempo com o jovem príncipe, escreveu o que pensava sobre a postura de Dom Pedro I. Em uma de suas missivas endereçada ao Príncipe Regente com o título de "Pérfido Pedro", ele desabafou:

> Pérfido Pedro, quando me fazia amizades com a metade do rosto, com a outra se azedava da minha popularidade e no seu corrompido coração tramava calúnias, que espalhava contra mim – claramente espalhava entre seus escravos rumores surdos, que me eram desfavoráveis, e por todos os meios procurava abortar os meus planos e projetos. Com a máscara da fraqueza iludia a minha boa-fé, e acolhia os meus mais secretos pensamentos, que espalhava às escondidas, desnaturando-os e empeçonhentando-os. Quando obrava despropósitos, dizia que lhos tinha aconselhado; e quando cedia às minhas representações, dizia que se tinha arrependido de ter cedido à amizade que bazofiava de ter por mim. (SILVA, 2000, p. 125).

Este foi Bonifácio. Amargurado com o rompimento brusco dos laços com o Príncipe Regente. Sua ida para o exílio aumentou seu sentimento de amargura e traição. Tais sentimentos foram esquecidos, tão logo o próprio D. Pedro I pediu-lhe que retorne ao Brasil. Mesmo com os dessabores da amizade com o Imperador, suas histórias entrelaçam-se e, nesta junção, José Bonifácio sabia do lugar que ocupara no cenário nacional. A relevância de suas ideias para a formatação de um Brasil perpassou o tempo e, conforme ele previu, "ler-me-ão até o fim do mundo, se esta obrinha lá chegar". (SILVA, 2000, p. 200).

Os "índios bravos" do Brasil

Pouco antes da independência do Brasil, em 1821, em um momento em que o Brasil caminhava para o estabelecimento de uma Monarquia Constitucional, José Bonifácio apresentou às Cortes de Lisboa seus *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*. No documento, José Bonifácio fixou uma exposição de procedimentos contendo 44 itens voltados aos meios para a "civilização" dos índios: justiça, brandura, constância e sofrimento da nossa parte, estabelecimento de comércio com os indígenas, relacionamento amistoso com os "índios inimigos", favorecimento de casamentos entre indígenas e não indígenas (SILVA, 2000, p. 53). Contudo, não obteve êxito em transformar seu escrito em lei. Almejava que os índios tivessem reconhecidos os seus direitos sobre as terras que ainda lhe restavam (SILVA, 2000). Consistia, também, em um programa de assimilação dos indígenas de índole "brava" que pela matriz dominante adotaria métodos "brandos", isto é, educação, trabalho, agricultura, comércio, convívio e casamento com "brancos" e escravos, contando com a participação de

> brancos e mulatos morigerados para misturar as raças, ligar os interesses recíprocos dos índios com a nossa gente, e fazer deles todos um só corpo da nação, mais forte, instruída, e empreendedora, e destas aldeias assim amalgamadas irá convertendo algumas em vilas. (SILVA, 2000, p. 61)

Após a independência, com poucas modificações, a mesma proposta foi apresentada à Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, instalada em 3 de maio de 1823, no Rio de Janeiro. O projeto constitucional, que desenhava um teor moderador, causou o rompimento de D. Pedro I com os constituintes, diante sua não aceitação à tentativa de redução do seu poder. Com apoio dos militares, o monarca deu um golpe de Estado ao dissolver a Constituinte. Foi a "noite da agonia", no Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 1823, quando as atividades da primeira Assembleia Constituinte do Brasil independente eram marcadas pela intranquilidade.

Em 12 de novembro do mesmo ano, D. Pedro I nomeou um Conselho de Estado para a elaboração de uma Constituição, procedimento

de que tanto necessitava o Brasil, especialmente para a consolidação de sua soberania. Foi no ano de 1824 que a primeira Constituição do Brasil, apelidada de "Constituição da Mandioca" em referência ao "critério censitário estabelecido para o direito de voto. Só poderiam ser eleitores ou candidatos a deputado aqueles que tivessem renda anual equivalente a 150 alqueires de farinha de mandioca. Este critério mostrava a influência da elite agrária brasileira" e dava amplos poderes ao Imperador do Brasil. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 233). O Brasil estabelecia um governo monárquico, hereditário e constitucional representativo. Os *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil* foram engavetados, em descumprimento à proposta inicial de serem discutidos durante a Assembleia Constituinte. (FAUSTO, 2007).

Não se tem dúvidas de que os *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil* possibilitaria ao Império do Brasil uma urgente discussão sobre política indigenista. A proposta de José Bonifácio não se limitava à produção de um discurso que contemplasse um Brasil independente, que precisava ser "civilizado". Seus *Apontamentos* buscavam um indigenismo que apresentasse significativas mudanças em relação às ações da Colônia, ao Diretório do Índios (1755-1798). E mais: erguia o processo educativo como uma ação transformadora da sociedade e a "mestiçagem" como propulsora de uma "nova raça".

A crença de José Bonifácio era a de que a "mestiçagem" seria o caminho que levaria ao surgimento de uma "nova raça", assim como a instituição de uma "cultura comum". Por "nova raça" e "cultura comum", José Bonifácio contaria com "o elemento branco e civilizador", termos usados em seus *Apontamentos*. Para isso, o governo deveria "favorecer por todos os meios possíveis os casamentos entre índios, brancos e homens de cor." Seus *Apontamentos* dão a conhecer um minucioso programa de integração dos indígenas à sociedade nacional. Nas palavras de seu autor, tratava-se "do modo de catequizar, e aldear os índios bravos do Brasil: matéria esta de suma importância, mas ao mesmo tempo de grandes dificuldades na sua execução". (SILVA, 2000, p. 47). E, de forma sistemática, expõe suas explicações sobre em que consistiam as grandes dificuldades de execução de seu programa:

> 1º) de serem os índios povos vagabundos, e dados a contínuas guerras e roubos; 2º) de não terem freio algum religioso, e civil, que coíba, e dirija suas paixões, donde nasce ser-lhes insuportável sujeitarem-se a leis, e costumes regulares; 3º) entregues naturalmente à preguiça, fogem dos trabalhos aturados e diários de cavar, plantar e mondar as sementeiras, que pelo nímio viço da terra se cobrem logo de mato, e de ervas ruins; 4º) porque temem, largando sua vida conhecida e habitual de caçadores, sofrer fomes, faltando-lhes alimento à sua gula desregrada; 5º) para com as nações nossas inimigas recresce novo embaraço, e vem a ser o temor que têm que depois de aldeados vinguemos a nosso sabor as atrocidades contra nós cometidas ou porque não vendo ainda provado o devido castigo de seus atentados, desprezam-nos, confiados na sua presumida valentia; e achando ser-lhes mais útil roubar-nos que servir-nos; 6º) porque os mais valentes e poderosos dentre eles temem perder a ocasião de cobrar entre seus naturais o nome de guerreiros, que muito prezam, esperando ficar seguros das nossas armas no meio de suas matas, e esconderijos; 7º) finalmente porque conhecem que se entrarem no seio da Igreja, serão forçados a deixar suas contínuas bebedices, a poligamia em que vivem, e os divórcios voluntários. (SILVA, 2000, p. 47).

No que diz respeito às maneiras de como eram representados os indígenas do Império pela população não indígena, José Bonifácio denominava-os de "povos vagabundos", "dados a contínuas guerras e roubos", "preguiçosos", de "gula desregrada", de "presumida valentia". Considerados avessos ao trabalho agrícola, despossuídos de preceitos éticos, nem mesmo religiosos e civis que obstassem "suas paixões", com gosto ao roubo ao invés de servir aos trabalhos a eles impostos. Por outro lado, José Bonifácio, que defendia a humanidade, a perfectibilidade e a criação de estabelecimentos de catequese e "civilização" dos indígenas, expostas na legislação indigenista Imperial, inclusive o artigo da Constituição de 1823 que viriam a ser formalizadas no Regulamento das Missões de 1845. O Brasil, na análise de Oliveira e Freire (2006, p. 97), "daria aos índios hostis a oportunidade de constituírem uma sociedade civil. Essas ideias acabaram formalizadas no Regulamento das Missões, datado de 1845.

A política para os povos indígenas concentrava-se nas ideias de José Bonifácio de Andrada e Silva como um projeto político maior. Consistiu em um chamamento dos indígenas

> à sociedade civil, amalgamá-los assim à população livre e incorporá-los a um povo que se deseja criar. É no fundo o projeto pombalino, mas acrescido de princípios éticos: para chamar os índios ao convívio do resto da nação, há de trata-los com justiça e reconhecer as violências cometidas. (CARNEIRO DA CUNHA, 1998, p. 137).

Em seu *Apontamentos*, sobre as violências cometidas contra os povos indígenas, José Bonifácio reconheceu

> o desprezo, com que geralmente os tratamos, o roubo contínuo das suas melhores terras, os serviços a que os sujeitamos, pagando-lhes pequenos ou nenhum jornais, alimentando-os mal, enganando-os nos contratos de compra, e venda, que com eles fazemos e tirando-os anos e anos de suas famílias, e roças para os serviços do Estado, e dos particulares; e por fim enxertando-lhes todos os nossos vícios, e moléstias, sem lhes comunicarmos nossas virtudes, e talentos. (SILVA, 2000, p. 48).

José Bonifácio, que providenciava a construção de um Brasil livre e moderno, não testemunhou a consolidação de uma proposta administrativa imperial. Em relação aos povos indígenas, "se o índio real era discriminado, cabia aos dirigentes políticos apropriarem-se da imagem do 'bom selvagem' que continuava a ser difundida pelo Romantismo europeu, encontrando sua expressão brasileira no 'indianismo literário'". (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 97). Seu projeto civilizacional para os indígenas, em "estado selvático" visava a inserção dos indígenas à população não indígena, isto é, ao "mundo civilizado". A criação de novos aldeamentos e a reativação de antigos tornaria essencial, impondo a transferência compulsória aos indígenas, obrigando-os a deixar suas aldeias.

Seus projetos não obtiveram o reconhecimento das Cortes Gerais de Lisboa, onde foi apresentado inicialmente. Para o etnohistoriador Carlos de Araujo Moreira Neto (2005, p. 247), é de causar surpresa "que, pelo menos o plano de José Bonifácio, pela extraordinária importância e prestígio desse líder político, tenha sido, posteriormente,

também rejeitado, depois, pela Assembleia Constitucional que preparava a Constituição Política do Império do Brasil, de 1824", outorgada pelo Imperador. No Brasil pós-independente prolongou-se a velha política indigenista do período colonial. Significou a predominância dos interesses da classe dominante em detrimento à perspectiva humanista de José Bonifácio. D. Pedro I, com a dissolução da Assembleia Constituinte e, consequentemente, com a saída de José Bonifácio do processo de elaboração da carta constitucional, inviabilizou que seus *Apontamentos* fossem incorporados à Constituição de 1824. Contudo, constituíram-se "em fonte de inspiração para outros ideólogos do processo civilizatório que foi implantado no decorrer do século XIX" (VASCONCELOS, 1999, p. 46). Será no período regencial que os *Apontamentos para a Civilização dos índios bravos do Império do Brasil* ganharão espaço, quando a escravidão e as guerras justas contra os indígenas, explicitadas nas Cartas Régias, serão revogadas. José Bonifácio, reconciliado com D. Pedro I, de volta ao cenário palaciano, designado como tutor de seus filhos.

À guisa de conclusão: José Bonifácio, um quase desconhecido?

A independência do Brasil proclamada por D. Pedro I, a Constituição Política do Império do Brasil, de 1824, apelidada de "Constituição da Mandioca", e a instalação do regime monárquico pouco ou nada fizeram em prol dos povos indígenas. A esperada revisão das ações impostas aos indígenas desde os anos da Colônia foi interrompida com a dissolução da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, instalada no Rio de Janeiro em maio de 1823. Os anos após a proclamação da independência foram assinalados por uma continuidade da política anterior de ocupação de terras indígenas, ainda que oficialmente não tenha sido declarado novas guerras de extermínio.

O Imperador, em descontentamento com o rumo das discussões dos constituintes, recusou pela limitação de seus poderes absolutos quando se desenhava uma identidade de um novo Estado brasileiro. Sem a atenção que o documento merecia, José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1821, apresentou às Cortes de Lisboa seus *Apontamentos para a*

civilização dos índios bravos do Império do Brasil. Em seguida, foram levados à Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, com pouco tempo de projeção.

D. Pedro I dissolveu a referida Assembleia para outorgar a primeira Constituição do Brasil, a impor seu próprio projeto e deixar de lado uma discussão sobre os povos indígenas. Os indígenas são mencionados na Carta Constitucional como "cidadãos brasileiros", como todos aqueles que nasceram em território nacional. Na Constituição do Império do Brasil não há uma única vez a palavra índios, como eram designados à época. Todo o empenho do "Patriarca da Independência" foi desconsiderado. Histórias invisibilizadas.

Contudo, os povos indígenas encontravam-se na persistência de José Bonifácio, materializada em seus escritos. Na idealização da implantação de um programa de integração dos índios à sociedade nacional. Na catequese dos índios. Na promoção da miscigenação entre índios e "brancos" para o nascimento de uma nova raça e homogeneização da cultura brasileira, com a prevalência do elemento "branco", o civilizador. Acreditava que o caminho a ser trilhado seria a criação de novos aldeamentos e a manutenção dos antigos, para onde seriam transferidos compulsoriamente os índios. Pela educação, passariam a atender a uma ordem social, política e religiosa, um poderoso instrumento de desenvolvimento humano, na concepção de José Bonifácio. O caminho civilizatório para conduzir não apenas os indígenas, mas a população brasileira.

Não se tem dúvidas do papel do "Patriarca da Independência" nas discussões sobre os povos indígenas durante o Império brasileiro. Apartou-se dos ideais do Estado por discordar da aplicação da "guerra justa" e da usurpação dos territórios das populações autóctones. Revisitar o estudo *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, de autoria de José Bonifácio de Andrada e Silva, consiste em um bom começo para o entendimento do papel crucial do indígena na formação da sociedade brasileira, para compreender o papel do índio na formação do Brasil.

Ainda que haja uma distante temporalidade do documento ora visitado, acreditamos que grande parte das preocupações de José Bonifácio

se faz presente no cenário do Brasil e da política indigenista da atualidade, mesmo que a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, pela primeira vez na história, reserve um capítulo especialmente aos povos indígenas. Entender um documento escrito há quase dois séculos, consiste em uma oportunidade para se repensar no tratamento que o Estado brasileiro vem destinando aos povos autóctones nos dias de hoje. Uma oportunidade de calcular há quanto tempo os povos indígenas aguardam pela efetivação e cumprimento de políticas indigenistas que possam contemplar seus modos tão diferenciados de estar no mundo. É ter conhecimento do reconhecimento de José Bonifácio diante às violências cometidas contra os povos indígenas de seu tempo. Violências ainda presentes.

A História tem muitas caras. Quem é contemplado a ocupar o púlpito da historiografia? É uma questão controversa. Mas, certamente, José Bonifácio de Andrada e Silva, por se propor a entender e estudar os povos indígenas, bem como outras bandeiras levantadas enquanto estadista, deveria sair da invisibilidade em que se encontra; por discordar da aplicação da "guerra justa" e da usurpação dos territórios das populações autóctones, práticas predominantes de sua época; por estar o "Arquiteto da Independência" nas páginas de aço do *Livro de heróis e heroínas da pátria*, exposto no Panteão da Pátria Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, careceria estar mais presente nos livros didáticos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Excelentes oportunidades para atender ao que estabelece a Lei 11.645/ 2008, ainda que as escolas não devam ser, nos termos de Paulo Miceli (1994, p. 18), "um viveiro de heróis".

Em 1953, o governo brasileiro presenteou a cidade de Nova Iorque com uma escultura em bronze do "Patriarca da Independência", de autoria do artista José Otávio Corrêa Lima (1878-1974). Inaugurada em 1955, foi erigida no Bryant Park, junto à Avenida das Américas, um dos pontos mais valorizados de Nova Iorque. No fim dos anos 80, após uma remodelação do Bryant Park, a estátua de José Bonifácio não foi colocada no local onde se encontrava inicialmente. A comissão de arte que acompanhou os trabalhos de revitalização do parque e áreas de entorno

não concordou com a nova localização da obra escultural e intercedeu no sentido de removê-la para um local mais visível e valorizado. Hoje o "Arquiteto da Independência" encontra-se no espaço conhecido por Nikot Tesla Corner, saindo da invisibilidade do espaço anterior.

José Bonifácio de Andrada e Silva, ainda que com pouca expressividade nos livros didáticos, é um herói nacional e internacional que virou estátua. Proferiram Bolognesi e Puntoni (2012) que a história é um instrumento de poder. Exprime uma vontade de poder. E, da mesma forma, um discurso que desenha a memória coletiva do Brasil. Como conjeturou José Bonifácio, "ler-me-ão até o fim do mundo, se esta obrinha lá chegar". (SILVA, 2000, p. 200).

Referências

BOLOGNESE, Luiz; PUNTONI, Pedro. *Meus heróis não viraram estátua*. São Paulo: Ática, 2021.

BUENO, Eduardo. *Brasil*: uma história. 2ª. ed. rev. São Paulo: Ática, 2003.

CALDEIRA, Jorge. *História da Riqueza no Brasil*. Cinco séculos de pessoas, costumes e governos. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos índios no Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1998, p. 133-154.

CAZUZA; FREJAT. Ideologia. *In*: *Ideologia*. CAZUZA; ROMERO, Nilo; NEVES, Ezequiel (produt.). Rio de Janeiro: Philips, 1988. 1 CD; faixa 1.

CORRESPONDENCIA. O Tamoyo, Rio de Janeiro, n.4, p. 2, 26 agosto 1823. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/700533/per700533_1823_00004.pdf. Acesso em: 29.09.2021.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. *Lei 13.615, de 11 de janeiro de 2018*. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1782011/do1-2018-01-12-lei-no-13-615-de-11-de-janeiro-de-2018-1782007. Acesso em: 19.09.2021.

DOLHNIKOFF, Miriam. Introdução. *In*: SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. Organização de Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000, p. 3-19.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12ª. ed., 2ª. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007 (Didática, 1).

GOMES, Laurentino. *1822*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. 4ª. ed. São Paulo: Contexto, 1994 (Coleção Repensando a História).

MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília: CGDOC/ Funai, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme. Nosso pai fundador. *In*: *Folha de São Paulo*. Jornal de Resenhas, São Paulo, 13 ago. 1998. Disponível em: http://resenhasbrasil.blogspot.com/2008/11/projetos-para-o-brasil.html. Acesso em 19.09.2021.

ALERTA! O Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco, Recife, n.36,pag.1, 06 de agosto de 1823. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=759961&pasta=ano%20182&pesq=Andradas&pagfis=12. Acesso em 30.09.2021.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006 (Coleção Educação para Todos, 13)

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 26ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRIORI, Mary Del. *As vidas de José Bonifácio*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil*: uma biografia. 2ª. ed., 2ª. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, José Bonifácio de Andrada. *Projetos para o Brasil*. Organização de Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na província de Mato Grosso*: conflito, trama e continuidade. Campo Grande: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1999.

O centenário da Independência: momento fundador do parlamento mato-grossense

The centenary of Independence: founding moment of the mato-grossense parliament

Allan Kardec[22]

RESUMO: Este artigo objetivou discutir a criação das Assembleias Legislativas Provinciais por força do Ato Adicional à Constituição de 1824 em seu momento fundador e sua abertura oficial com o Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Antônio Pedro de Alencastro, que procurou apresentar aos parlamentares o cenário de Mato Grosso naquele momento.
Palavras-chave: Ato Adicional. Assembleia Legislativa Provincial. Mato Grosso.

ABSTRACT: This article aimed to discuss the creation of Provincial Legislative Assemblies by virtue of the Additional Act to the Constitution of 1824 at its founding moment and its official opening with the Report presented by the President of the Province, Antônio Pedro de Alencastro, which sought to present the scenario to parliamentarians of Mato Grosso at that time.
Keywords: Additional Act. Provincial Legislative Assembly. Mato Grosso.

22 Professor da rede estadual de Educação, possui mestrado e doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea pela UFMT, é vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Deputado Estadual e presidente do Diretório Estadual do PDT-MT, líder do bloco Resistência Democrática na Assembleia Legislativa de Mato Grosso

O Ato Adicional e a instituição das Assembleias Legislativas Provinciais

A Independência do Brasil foi um importante e inaugural marco na constituição da Nação brasileira. Com ela, a antiga Colônia se desvinculou da Metrópole, iniciando sua trajetória enquanto Monarquia constitucional. A primeira Carta Constitucional foi outorgada em 1824, uma vez da inexistência de experiências anteriores. Nela, 4 poderes foram instituídos: o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o Moderador, este último enfeixado unicamente em mãos do Monarca.

Segundo Paulo Benevides Paes de Andrade (1990, p. 109), "A Constituição do Império, ao contrário do que ordinariamente se supõe, foi em seu texto primitivo – o de outorga em 1824 – causa de graves transtornos políticos e origem de dificuldades para lograr-se a paz e a normalidade institucional durante o período de consolidação da Independência [...]". O primeiro imperador resistiu em alterar a primeira Constituição, temendo pela integridade de seus princípios. Ao deixar o poder em 1831, pela abdicação, as Regências imprimiram modificações de caráter reformista e mais liberal.

Um dos mais expressivos avanços ocorreu com o Ato Adicional, promulgado pela Assembleia Geral através da Lei n. 16, de 12 de agosto de 1934, e de cunho liberal, conflitante com o posicionamento conservador do Senado, que sequer participou dessa transformação. Vale lembrar que o Brasil estava sendo administrado por Regências, considerando que Pedro II era ainda criança, vindo a governar oficialmente somente a partir de 1840.

Pelo teor do Ato Adicional, as Assembleias Legislativas poderiam deliberar "sobre a organização judiciária, a polícia e a economia municipal, precedendo proposta das Câmaras (ATO ADICIONAL, artigo 10, § 4º. 1834), mas também "[...] sobre a criação e supressão dos empregos municipais e provinciais, e estabelecimento dos seus ordenados" (Ibidem). Uma de suas deliberações de cunho liberal dizia respeito à Educação formal, cabendo-lhe sua organização e normalização.

Anteriormente ao Ato Adicional, as discussões na Assembleia Geral já apontavam para diversas modificações que, segundo Andrade (op. cit., p. 113) se consubstanciaram nos seguintes pontos:

> Os avanços mais notáveis constantes da proposta em tramitação abrangiam: a abolição do Poder Moderador, a substituição da monarquia unitária do Império por uma monarquia federativa, a temporalidade e elegibilidade do Senado, a legislatura bienal, o enfraquecimento do poder de veto do Imperador em proveito da autoridade legislativa, a supressão do Conselho de Estado, a substituição da regência trina pela regência una e a criação de assembleias legislativas provinciais.

O Ato Adicional foi discutido e finalmente aprovado aos 12 de agosto de 1834, sendo um dos pontos mais significativos a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, organismo de cunho liberal e descentralizador. Suas proposituras atenderam às aspirações dos liberais moderados, deixando de contemplar aquelas emanadas dos liberais exaltados, assim como as dos conservadores. Nessa medida, o Ato Adicional foi cauteloso em manter a paz e a unidade do Império.

Na concepção de Freitas (2015, p. 143-144):

> O Ato Adicional consistiu numa reforma constitucional de tendência política federalista liderada pela corrente liberal de inspiração moderada em conjunto com as forças mais conservadoras (ambas integrantes do núcleo da elite imperial) em desfavor dos interesses defendidos pelos liberais autênticos ou radicais.
>
> [...] O Ato Adicional esvaziou o poder das comunidades locais ao conceder às Assembleias Legislativas Provinciais a competência para organizar o Poder Judiciário. Curiosamente, no entanto, o Ato Adicional, considerado por muitos como sendo a maior expressão do federalismo no Brasil imperial, terminou por contribuir, paradoxalmente, no médio prazo, para a centralização política do Império. Ao abrir caminho para o denominado "regresso conservador", a reforma política representou "um primeiro passo rumo à centralização que se concretizaria no começo da década de 1840, Tal reforma constitucional atingiu não somente a organização judiciária imperial, mas também suprimiu a possibilidade do Poder Moderador ser exercitado durante a Regência, além de extinguir o Conselho de Estado.

Em Mato Grosso, a Assembleia Legislativa Provincial. criada pelo mesmo Ato Adicional, teve sua instalação datada de 3 de julho de 1835. Sua primeira sede foi num antigo casarão erguido à Rua Pedro Celestino, esquina com a Rua Campo Grande. No momento inaugural, foram eleitos e tomaram posse os seguintes Deputados:

PARLAMENTARES	DATA POSSE	PARTIDO	Nº VOTOS
Deputado Albano de Souza Osório			35
Deputado Corrêa da Costa			50
Deputado Antonio José da Silva			27
Deputado Caetano José da Silva			19
Deputado Joaquim José de Almeida			30
Deputado Félix de Miranda Rodrigues			14
Deputado João Poupino Caldas			37
Deputado Joaquim de Almeida Falcão			33
Deputado Pe. Joaquim José Gomes da Silva			18
Deputado José Antonio Soares			18
Deputado José da Silva Guimarães			49
Deputado José Feliciano Bueno Mamoré			18
Deputado José Gomes Monteiro			23
Deputado José Leite Pereira Gomes			34
Deputado José Mariano de Campos			29
Deputado Manoel Pinto Guedes			18
SUPLENTES			
Deputado Antonio José de Araujo Ramos			16
Deputado Antonio José Duarte			16
Deputado Manoel Pinto de Siqueira			16
Deputado Francisco Xavier de Almeida Freitas[2]			17
Deputado Luiz da Costa Ribeiro			15
Deputado Felix de Miranda Rodrigues			14
Deputado Miguel Dias de Oliveira			
Deputado Manoel Gomes de Faria[3]			

Observações:

1. Por não existir ata de posse de Deputados, os nomes dos Parlamentares do ano de 1835 foram baseados de acordo com as suas participações nas Sessões (consta atas a partir da 5ª Sessão).

2. Na ata do dia 17 de agosto de 1835, consta que o Secretario do Governo deu ciência ao cidadão Francisco Xavier de Almeida Freitas para tomar posse como Suplente, mas não consta nas atas a sua posse.
3. Conforme ata do dia 17 de agosto de 1835, 38ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial Matogrossense, consta oficio recebido do Deputado Suplente Manoel Gomes de Faria, alegando os motivos de não ter tomado posse.
(IMPL/AML. *Livro de resumo das Atas do ano de 1835*).

Estevão de Mendonça, na clássica *Datas Matogrossenses* (1919), assim descreveu o cenário por ocasião da instalação do Parlamento provincial:

> [...] foi cercada de grande esplendor à Rua Augusta, nome da época, encontrava-se tapizada de flores, e as janelas das casas ornamentadas com colchas de damasco. Uma guarda de honra, composta de municipais e pedestres, formava-se à entrada do edifício. O Presidente (da província), Antônio Pedro de Alencastro, ladeado pelo Bispo Dom José dos Reis, à direita, pelo Comandante das Armas, Coronal J. J. Almeida, fez a sua entrada ao som do Hino Nacional executado pela banda de pedestres e da guarda cívica. À uma hora da tarde, o Presidente da Província leu o seu relatório, datado de 28 de agosto de 1835 (MENDONÇA. E. *apud* MENDONÇA, R., 1967, p. 10-11).

Fala do Presidente da Província em acolhendo aos primeiros Deputados provinciais

Tornou-se tradição que a abertura dos trabalhos legislativos tivesse início com uma Fala ou Relatório do Presidente da Província ou do Estado. Esta tradição marcou um cerimonial que permanece até os dias atuais.

No momento fundador da Assembleia Legislativa Provincial, o então Presidente da província, Antônio Pedro de Alencastro, em Relatório, proferiu sua Fala de abertura saudando os Parlamentares:

> Senhores Deputados da Assembleia Provincial. Muito me regozijo de vos felicitar por ocasião de se ajuntarem nesta primeira Legislatura Provincial, e pela primeira vez, para entrarem nas importantes obrigações a que são chamados pela escolha dos nossos honrados

> concidadãos cuiabanos. É para mim um manancial de sincera satisfação esta comunicação que tenho com os Senhores Deputados da Província, e que convida a mútuos e recíprocos parabéns e as Devotas ações de Graça à Divina Providência.
>
> Não posso deixar de lembrar-vos, em primeiro lugar, o justo reconhecimento em que estamos para com o Governo Supremo, pelo andamento que tem dado ao Sistema Constitucional que felizmente nos rege com a Santa Lei das Reformas, donde decerto deve porvir a maior ventura ao fiel e obediente Povo Brasileiro, que firme nos bens de que goza, adianta-se em conhecimento, liberdade e felicidade social. (UNEMAT/NUDHEO. RELATÓRIO recitado pelo Exmo. Presidente da Província de Mato Grosso na abertura da primeira sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de julho de 1835, p. 3-4. *In*: http://caceres.unemat.br/portal/. Acesso 18/09/2021).

Em seguida, não deixou de tocar na Rusga, movimento armado recente que abalara a província, especialmente a Capital, porém, foi o mesmo contido graças à ação da Justiça, que fez prender e deportar os cinco cabeças do movimento, os quais foram "[...] surpreendidos e presos pelos cautos e pacíficos cidadãos [...]", garantindo a tranquilidade necessária para os trabalhos da Assembleia Provincial (RELATÓRIO..., 1835, p. 1).

Segundo o Auto Sumário-Crime, a Denúncia teve um cunho popular foi assim registrada pelo Juiz de Paz do Primeiro Distrito, Antônio Rodrigues do Prado, condutor do processo e mais importante autoridade no âmbito jurisdicional:

> Representações dos Cidadãos que acompanharam o respeitável ofício incluso de 31 de outubro do corrente ativando as acusações dos crimes que as mesmas representações encerram em si, com acumulação de insultos a insultos e atrocidades a atrocidades, que trouxeram logo a paz em si outros efeitos tão horrorosos que só a desumanidade poderia inventar, cumpre-me fazer presente a V. Sa. que os fatos que tiveram execução avançou além do limite dos poderes marcados pela Constituição do Império, aos Chefes dos Governo Representativo, e assim o poder arbítrio levantado no quartel, onde as ordens eram expedidas nas palavras – nós queremos,

> nós mandamos, nós governamos tudo – e era executado sem lei, sem processo, sem Audiência das vítimas tiranizadas, e era um poder destruidor da Constituição do Império e da forma de governo estabelecido, e um poder tumultuário que entrou no Quartel para excitar desordens, obstando e impedindo o efeito das Determinações legais. (AUTO SUMÁRIO-CRIME DA RUSGA, *apud* SIQUEIRA, E. M., 1992, p. 112).

Dando continuidade ao Relatório do Presidente da Província, Antônio Pedro de Alencastro (RELATÓRIO..., 1835, p. 7), por ocasião da abertura do primeiro trabalho legislativo, aclarou aos parlamentares sobre a situação do Gabinete da Presidência, relacionando o número de seus funcionários e respectivos salários, justificando:

> Não é demasiado o número dos Empregados, nem os seus ordenados em vista do laborioso expediente, que de tempos a esta parte têm progredido, e do alto preço dos víveres. Ninguém duvida que o Estado de nada necessita mais que de bons cidadãos; e porque não é a natureza quem os faz, mas sim a boa educação; e por mais engenho que tenha uma pessoa, não pode sem aplicação ser excelente em alguma coisa: confesso, Srs., o quanto me é sensível a lenta instrução primária, pelo que tenho podido alcançar na generalidade das escolas estabelecidas, que não apresentam todo o aproveitamento. Estou certo que não dimana em tudo esta falta de Professores. É muito essencialmente dos pais por não obrigarem aos filhos a frequência, e os mestres pelo os não aplicar como devem aos estudos.

O assunto tratado em seguida foi o da criação de uma Diretoria para Catequese dos Índios, instituição que não vingou em função da movimentação da Rusga, sendo retomada anos depois.

Posteriormente, o Presidente Alencastro sobrelevou os dois únicos estabelecimentos ligados à Saúde e Caridade: "[...] são os de São João dos Lázaros e o Hospital Nossa Senhora da Conceição da Misericórdia desta Capital, os únicos que existem na Província" (Ibidem, p. 5). Esclareceu o mesmo governante que o sustento financeiro destas instituições sobrevinha "[...] dos juros de 5% do Capital de R$ 61:856$020 réis tomados pela Fazenda Pública por empréstimo do Legado deixado por Manoel Fernandes Guimarães, cujo arbítrio foi aprovado pela Carta Régia de

6 de junho de 1814; além destes tem outros pequenos créditos provenientes de prédios, serviços de escravos e Dívidas da Administração [...]" Nessa medida, os primeiros Deputados puderam tomar conhecimento da precária situação da Santa Casa de Misericórdia e do Hospital de São João dos Lázaros, servindo futuramente de base para projetos de lei, finalizando: "É verdade que suas rendas não têm sido desaproveitadas, todavia, uma nova reforma ditada pela vossa sabedoria, levaria estes dois Estabelecimentos ao grau da sua perfeição, e até porque nem sempre se encontram pessoas hábeis que por filantropia se prestem para tais Empregos" (Ibidem). Naquele momento, Antônio Pedro de Alencastro propôs a constituição de uma Sociedade Filantrópica, para administrar as duas instituições, sem grande êxito.

O assunto seguinte disse respeito aos Correios, tendo o mesmo Presidente previsto e indicado melhorias aos parlamentares, visto a distância entre Mato Grosso e o litoral e a necessidade de maior brevidade na tramitação das comunicações.

O próximo tema tratado foi o da Segurança da província e a quantidade de efetivo necessário para garanti.la. Vale lembrar que a Rusga havia eclodido meses atrás, evento de grande impacto. Destacando que:

> A força de defesa desta Província, que consiste em 1.484 baionetas, é composta de um Corpo de Ligeiros com 300 praças, de uma Companhia de Municipais Permanentes, com 62, e de 1.132 praças de Guardas Nacionais alistadas em todo este território e constam de 4 Batalhões que deverão formar a Legião desta Província, não se incluindo naquele número praças do Batalhão da Cidade de Mato Grosso, por não ter chegado o mapa exigido por este Governo. (RELATÓRIO..., 1835, p. 6-7).

Quanto ao armamento, assim avaliou o citado Presidente: "O Armamento existente no parque e mais depósitos da Província acha-se pela maior parte arruinado: existindo entre um número espalhado, para cuja arrecadação, a fim de se conhecer do seu estado, qualidade e quantidade, bem que se conte com as desordens da Província, com muita parte desta extraviado, tenho expedido as necessárias ordens às competentes Autoridades" (Idem, p. 7).

Em seguida, explanou brevemente sobre as Unidades Judiciárias, em mãos dos Juízes de Paz, anunciando sua criação em outras cidades. Lamentou a carência de homens formados devidamente para o cargo, lamentando o pouco desenvolvimento das forças municipais para fazer frente às obras necessárias, incluindo a edificação de cadeias para abrigar os infratores, num franco alerta aos Deputados:

> Não é menos digno de vossa atenção, Senhores, a construção de uma casa de correção, a qual se deve reputar um dos mais urgentes Estabelecimentos nesta Capital, A sua empreensão tem sido procrastinada, e baldado também tem sido os esforços deste Governo, que antolhando a obra que certamente exige uma soma que está acima das forças dos Cofres Provinciais, nem aos primeiros impulsos à efetivá-la se tem animado, apesar de convencer-se de sua grande utilidade. (RELATÓRIO..., 1835, p. 9).

Educação e Instrução Públicas e o papel binário

Pelo Ato Adicional, a instrução pública elementar e complementar ficaria a cargo das Assembleias Legislativas, sendo que a superior em mãos do governo imperial. É o que prescreveu o Artigo 10, § 2º "Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Jurídicos, Academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral" (ATO ADICIONAL, 1834).

Segundo Siqueira (2002, p. 40):

> O Ato Adicional concretizou uma histórica reivindicação liberal, a descentralização, pela qual as províncias pleiteavam uma autonomia político-administrativa e econômica. Nessa movimentação, as elites provinciais almejavam fortificar-se, mantendo relativa independência com relação ao poder central. [...] Pelo Ato Adicional operava-se uma descentralização política, porém no que tange à instrução pública, uma nítida dualidade se apresentava: de um lado, as províncias teriam sob sua tutela e direção os ensinos primário (hoje básico) e secundário (hoje médio), cabendo ao poder central a condução do ensino superior.

Assim, inúmeras reformas de ensino, os chamados Regulamentos da Instrução Pública, pulverizaram o cenário provincial, os quais eram propostos pelas autoridades de ensino e passavam pela aprovação da Assembleia Legislativa provincial, porém cabia unicamente ao Presidente da Província, autoridade máxima nomeada pelo Poder Central com ela concordar ou vetar. Muitas vezes, até mesmo as propostas de nomeação do Diretor Geral da Instrução Pública e dos Inspetores escolares oscilavam entre a direção regional ou nacional.

Pela normatização do Ato Adicional, de 9 de dezembro de 1834, o aparente caráter regional se desfazia na homogeneidade tão almejada para o setor educacional de todo o Império:

> $ 12: Satisfeitas as necessidades da Administração que ficam indicadas, revela promover a instrução e a moral sem as quais não haverá civilização, e muito menos liberdade. Um plano de educação uniforma em todas as Províncias, que torne nacional, que dê caráter e particular fisionomia ao povo brasileiro, é objeto de suma necessidade. Os primeiros que servem para o desenvolvimento da razão humana, e as principais regras dos direitos e obrigações do homem, devem formar a base da instrução geral. [...] Mas, enquanto este plano se não pode realizar, convém ao menos que certo grau de instrução e moralidade seja um requisito indispensável para admissão aos empregados, na qual deverá sempre preferir o homem instruído e moral, e entre estes os casados e os que fizerem as vezes de chefes de legítimas famílias. (ATO ADICIONAL, regulamentação, 2020).

Assim, instruir e educar se consubstanciavam numa única ação. Primeiramente, formar homens moralizados, depois repassar-lhes conhecimentos, consoante com a direção central. Necessário se fazia retirar a maioria da população do universo da oralidade, inserindo-a no entendimento da leitura e da escrita, signos que norteavam a nascente nação, uma vez que a Constituição e a legislação em geral eram escritas e deveriam ser conhecidas e apropriadas pela maioria da população. Vale lembrar que até meados dos oitocentos, quando tem início as leis abolicionistas, a população escrava era proibida de frequentar escolas e somente passavam a fazê-lo quando libertos.

Na terceira década pós-independência, o discurso das elites tencionava "derramar" a instrução pública a toda população, porém, cada segmento deveria ser agraciado com sua condição social e econômica: para as elites, do ensino elementar ao superior. Para as camadas médias: o elementar até, quando possível, o secundário. Para as camadas subalternas: apenas o elementar, caso seus componentes integrassem o conjunto dos homens livres, pois aos escravos era impeditivo frequentar os estabelecimentos escolares.

Conclusão

A Independência do Brasil, seguida do Ato Adicional à Constituição de 1824, colocou em cena uma das mais relevantes instituições – as Assembleias Legislativas.

Com elas, ocorreu uma real descentralização das decisões, antes, concentrada apenas no Governo Central. Foi o momento em que as forças políticas regionais puderam se expressar, pelo voto, mas, sobretudo propor e decidir o mais adequado para a realidade provincial.

Naquele momento, a figura dos Deputados representava a descentralização, sendo que os Presidentes das Províncias, nomeados pelo Governo Central, representavam a garantia de que a obediência ao centro, ao lado das deliberações de cada província, era fundamental na garantia do regime monárquico.

A eleição dos Deputados provinciais, em termos numéricos, variava de acordo com a importância de cada província, como rezou o artigo 2º do Ato Adicional: "Art. 2º Cada uma das Assembleias Legislativas Provinciais constará de 36 membros nas Provinciais de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo; de 28 nas do Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Sul; e de 20 em todas as outras. Este número é alterável por Lei Geral" (ATO ADICIONAL, 12/08/1834, 2020).

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso, hoje contando com 187 anos, teve uma trajetória relevante para o cenário político regional e nacional. Sendo uma grande articuladora do desenvolvimento socioeconômico de Mato Grosso e palco das lutas democráticas, a partir da

atuação dos deputados e deputada da legislatura atual. No momento em que a sociedade tem se reinventado por conta da pandemia de COVID 19 a Assembleia Legislativa tem se empenhado dando respostas com a emergência que o momento requer. Sendo o Poder Legislativo um instrumento na garantia do direito à vida e de melhores condições para a população mato-grossense.

Referências

ANDRADE. Paulo Benevides Paes de. *História constitucional do Brasil*. Brasília: s/ed., 1990.

BRASIL. ATO ADICIONAL À CONSTITUIÇÃO DE 1824. *Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834*. Presidência da República do Brasil. Subchefia para assuntos jurídicos, 2020.

FREITAS, Ricardo. Luzias e Saquaremas em confronto: A organização judiciária como problema político no Brasil imperial – Passagens. *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro: V. 7, no. 1, janeiro-abril, 2015, p. 133-154.

MENDONÇA, Estevão de. *Datas Matogrossenses*. Cuiabá: s/ed., 1919.

MENDONÇA, Rubens de. *História do Poder Legislativo de Mato Grosso*. Cuiabá: ALMT, 1967, v. I e II.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e Sombras*: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889). Cuiabá: EdUFMT; INEP/COMPED, 2000.

O ocaso do Império em Mato Grosso: base documental para compreensão das divergências

El oscuro del imperio en Mato Grosso: base documental para comprender las divergências

Elizabeth Madureira Siqueira[23]

RESUMO: O presente artigo navega na seara documental, seja apresentando documentos relativos ao final da Colônia e início do Império em Mato Grosso, tendo por base uma leitura Benjaminiana, capaz de aumentar as lentes na compreensão do conjunto documental, ou juntando novas peças do universo empírico capazes de ampliar o olhar do pesquisador.
Palavras-chave: Mato Grosso. Ocaso colonial. Documentação.

ABSTRACTO: Este artículo navega por el campo documental, ya sea presentando documentos relacionados con el fin de la Colonia y el inicio del Imperio en Mato Grosso, basados en una lectura benjaminiana, capaz de ampliar la lente en la comprensión del conjunto documental, o incorporando nuevos piezas documentales capaces de ampliar la mirada del investigador.
Palabras-Clave: Mato Grosso. Fin del periodo colonial. Documentación.

23 Doutora em Educação, Mestre em História e atualmente associada efetiva do Instituto Histórico de Mato Grosso e da Academia Mato-Grossense de Letras. Curadora da Casa Barão de Melgaço.

Muito se escreveu sobre o final do período colonial em Mato Grosso, com base nos escritos clássicos. Trago neste artigo algumas contribuições no âmbito documental que poderão inspirar novas escrituras e inovadoras interpretações. Trata-se de um conjunto documental oferecido à Instituição pelo sócio fundador do IHGMT, Antônio Fernandes de Souza. Vale a pena conhecer um pouco mais desta personalidade:

Antônio Fernandes de Souza

Nasceu em Cuiabá-MT, aos 15 de janeiro de 1879, descendendo de Sabino de Souza e Maria Inocência de Souza. Membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso prestou inestimáveis serviços ao fomento cultural do Estado.

Foi funcionário da Fazenda Estadual e Secretário particular do Presidente do Estado Antônio Paes de Barros. Durante o período deste governante, Antônio Fernandes de Souza e Estevão de Mendonça foram incumbidos de editar uma das mais importantes revistas, *O Archivo,* repositório invulgar de textos históricos mato-grossenses e que circulou entre 1904 e 1906. Disse textualmente Fernandes de Souza: "Essa revista que mereceu em sua tão curta existência os melhores elogios dentro e fora das raias do Estado, da imprensa e dos homens ilustres do País, despertou a minha vocação pelo estudo da história de Mato Grosso" (SOUZA, A. F. de. *Breve Advertência. In*: A VOZ DO NORTE, ano I, n. 11, Cuiabá, 28 de setembro de 1938, fls. 1).

Na iniciativa privada, Fernandes de Souza ofereceu seus conhecimentos a Antônio Paes de Barros (Totó Paes) como contador geral da Usina do Itaicy, o maior estabelecimento industrial de Mato Grosso no começo do século XX.

Pesquisador de relevo, compulsava os mais variados arquivos em busca de documentos que pudessem esclarecer ainda mais a História de Mato Grosso. Colaborou por diversas vezes como Secretário do IHGMT, elaborando relatórios precisos e fundamentados que foram publicados em diversas páginas do periódico institucional, o que lhe valeu o título de Secretário Perpétuo: *Resenha dos trabalhos realizados durante o anno de 1921*. (RIHGMT, Ano III, Tomos V-VI– 1921, p. 153-158); *Relatório* relativo ao quarto ano do Instituto Histórico de Matto-Grosso. (RIHGMT, Anno IV, Tomo VIII – 1922, p. 127-129); *Relatório lido pelo 1º Secretário, na Sessão de 6 de Janeiro de 1924*. (RIHGMT, Anno IV, Tomos IX-X – 1923, p. 159-161) e *Relatório lido na sessão magna de 30 de Dezembro de 1925 no Instituto Histórico de Matto-Grosso*. (RIHGMT, Anno VIII, Tomo XV – 1926, p. 267-278).

No interior da Revista do IHGMT escreveu os seguintes artigos: *O Centenário do Bispado de Cuyabá*. (Da "*A Cruz*" de 16 de Julho de 1926 e (RIHGMT, Anno VIII, Tomo XVI – 1926, p. 60-65); *O Combate do "Alegre"*. (RIHGMT, Ano XI, Tomos XXI-XXII – 1929, p. 114-121); *Tópicos de uma monografia. (*RIHGMT, Anos XXIII e XXIV, Tomos XLV--XLVIII – 1941-1942, p. 71-82); *A fundação de Cuiabá*. (RIHGMT, Anos XXXI e XXXII, Tomos LXI a LXIV – 1949 e 1950, p. 119-123) e *Pedro Celestino*. (RIHGMT, Anos XXXV e XXXVI, Tomos LIX a LXII – 1953 e 1954, p. 104-116).

Na Revista do Centro Mato-grossense de Letras, publicou *Elogio a Luiz D'Alincourt*, patrono da Cadeira 11, por ele ocupada, e também na citada revista o seu discurso de posse. *Pro Patria cógnita atque imostalli*. (1823) e *Festas Populares* (1930).

Deixou publicado em livro: *A invasão paraguaia em Mato Grosso*, comemorativa ao bicentenário de fundação de Cuiabá*; Elogio a Luiz D'Alincourt; Antonio Paes de Barros (Totó Paes) e a Política de Mato Grosso* (1958 e reeditado nas Publicações Avulsas do IHGMT, 23); *Conferência proferida no Salão Nobre do Palácio da Instrução, em Sessão do Centro Mato-Grossense de Letras, realizada a 17 de janeiro de 1923; Discurso de Encerramento de Anno Lectivo Lyceu Salesiano e Artes e Ofícios de Cuiabá* (1924).

Como contador, fundou ao lado de outros contadores e guarda-livros o *Instituto Matogrossense de Contabilidade*. Em suas palavras: "[...] do qual fui eleito, no primeiro ano, Presidente do Conselho Técnico, e no segundo, Presidente do mesmo Instituto e diretor de sua Revista trimestral" (SOUZA, A. F. de. *Breve Advertência. In*: A VOZ DO NORTE, ano I, n. 11, Cuiabá, 28 de setembro de 1938, fl. 1).

No ano de 1925, fundou a *Escola de Contabilidade e Datilografia*, "[...] que tem funcionado sem interrupção até esta data (1938), na qual se tem preparado muitos de nossos jovens estudiosos conterrâneos de ambos os sexos para a carreira pública e comercial" (SOUZA, A. F. de. *Breve Advertência. In*: A VOZ DO NORTE, ano I, n. 11, Cuiabá, 28 de setembro de 1938, fl. 1).

Faleceu em Cuiabá-MT, no dia 6 de agosto de 1959.

Nosso agradecimento a ele pela intensa contribuição.

Preâmbulo: A nomeação de Francisco Magessi Tavares de Carvalho

Francisco Magessi Tavares de Carvalho substituiu a João Carlos Oeynhausen de Gravenberg, que governou a capitania de Mato Grosso de 1907 a 1818, e foi considerado estadista de grande prestígio no seio da população mato-grossense. A nomeação de Magessi ocorreu no último ano, porém ele só chegou em Cuiabá no dia 6 de janeiro de 1819. Logo que adentrou à Capitania, criticou seu antecessor, dizendo que encontrou-a na mais grave penúria e os cofres limpos. (CORRÊA FILHO, Virgílio, 1969, p. 457), embora tenha trazido na bagagem 40.000 Cruzados utilizados para pagar os que o acompanharam, conseguiu ingerir algumas poucas verbas nos cofres da capitania.

Magessi, logo que iniciou sua administração, procurou aliviar o comércio de Mato Grosso fechado por Oeynhausen, especialmente na região da fronteira Oeste, aproveitando uma decisão de D. João VI que permitiu abertura das fronteiras, instalando uma "[...] alfândega no porto de Cuiabá, onde pagariam direitos os artigos oriundos das províncias castelhanas, com as quais permite relações mercantis" (Ibidem).

Sua ida para Vila Bela, a então Capital, foi adiada por recomendação da Câmara Municipal de Cuiabá. Por Carta Régia de 18 de setembro de 1818, elevou Cuiabá à categoria de Cidade, o que ocasionou a transferência para Cuiabá da Junta de Fazenda, da Casa de Fundição e do Desembargo do Paço (DECRETO REAL de 4 de novembro de 1819), garantindo que governantes permanecessem na cidade de Cuiabá, o que gerou descontentamento dos habitantes de Vila Bela.

De outro, este governante tomou medidas rígidas com relação ao policiamento das vilas e cidades, mandando prender os ladrões de gado, desautorizando qualquer pagamento provincial, sem sua aprovação, o que lhe valeu o conceito de muito rígido. Em resposta, Magessi ponderou que "Justiça branda faz o povo cruel" (CORRÊA FILHO, V. op. cit., p. 460).

Sua ida para Vila Bela foi breve, ali permanecendo de 26 de julho a 30 de agosto de 1820. As dificuldades da gestão Magessi foram agravadas com a Constituição lusitana do mesmo ano que determinava o retorno das colônias portuguesas à obediência da nova Carta Constitucional, eliminando qualquer deliberação anteriormente tomada. Magessi apoiou inteiramente as determinações ditadas pela Constituição Portuguesa, quando fez jurar, aos 3 de junho de 1821, fidelidade às suas determinações. Isso repercutiu negativamente. Como prova da desobediência civil, foram instituídas Juntas Governativas nas diversas unidades coloniais. Em Mato Grosso, a exemplo de São Paulo, foi formada uma primeira Junta provisória que comunicou a Magessi o seu afastamento no comando provincial:

Indicação do afastamento do capitão-general Francisco de Paula Magessi de Carvalho

> Ilmo. Sr. Havendo ocorrido nos Paços do Conselho no dia 20 do corrente, a Tropa de Primeira e Segunda Linha, o Clero, Nobreza e Povo desta Cidade do Cuiabá, deliberam e resolveram a ereção de uma Junta Governativa Provisória e efetivamente elegeram nove Deputados para comporem a dita Junta que se acha instalada.
>
> Em consequência de tais acontecimentos, V. Exa. se suspenderá do exercício e funções que antes competiam a V. Exa., em razão do lugar que ocupava. Assim o participam a V. Exa. os Deputados da Junta Provisória. Deus guarda V. Exa.. Cuiabá, nos Paços do Conselho,

> 21 de agosto de 1821. Ilmo. e Exmo. Sr. Tenente General Francisco de Paula Magessi de Carvalho: Assinaram, representando o Clero: D. Luiz, Bispo de Ptolomaide, Pe. Agostinho Luiz Goulart Pereira, Vigário Geral, Pe. José da Silva Guimarães, Comissário da Bula; representando a Nobreza: André Gaudie Ley, merecedor do Hábito de Cristo; representando o Povo: João José Guimarães e Silva, Capitão-Mor das Ordenanças e Intendente dos Reais Armazéns, Félix Merme, representante dos Oficiais de 1ª Linha e seu Comandante. Jerônimo Joaquim Nunes, Tenente Coronel Graduado da 1ª Linha, Luiz D'Alincourt, Capitão de Engenheiros da 1ª Linha, Antônio Bernardo de Oliveira, Comandante da 1ª Linha, e representando a 2ª Linha: Antônio Navarro de Abreu, negociante e Tenente Coronel de Milícias, de Cuiabá, decidiu a pauta, visto que solicitavam um governo único para Mato Grosso.

Paralelamente, foi constituída outra Junta na Capital Vila Bela da Santíssima Trindade, constituída pelo Vigário José Antônio de Assunção Batista, Manoel Teodoro Tavares da Silva, Manoel Veloso Rabelo e Vasconcelos, José da Silva Gama e Cunha, Pe. Joaquim Teixeira Coelho, pelo Comandante de Casalvasco, Tenente Luiz Antônio de Souza, Pe. Joaquim Vieira Passos, Ajudante Mateus Vaz Pachedo e pelo Quartel Mestre J. F. Guimarães (CORRÊA FILHO, V. op. cit., op. cit., o. 502).

Logo constituídas, as duas Juntas passaram a disputar a hegemonia política na condução da província. Para bloquear as ações da Junta vilabelense, a Junta cuiabana diminuiu o espaço de sua manobra, oferecendo apenas saída pelo Rio Madeira. Porém, ocorreram, para agravar o quadro, dissidências entre os membros da Junta cuiabana. D. Pedro adiava a solução governativa de Mato Grosso, até que um relevante documento, D. Pedro acabou acatando o pedido da Câmara Municipal de Cuiabá, em 20 de abril de 1824. Nomeou para governar Mato Grosso José Saturnino da Costa Pereira, homem culto e formado pela Universidade de Coimbra, além de ter sido irmão de Hipólito José da Costa.

O nicho documental privilegiado e a metodologia adotada

Este trio documental foi oferecido ao IHGMT pelo associado fundador, Antônio Fernandes de Souza, e que está estampado na Revista do IHMT, 1922 – Documentos relativos à deposição de Magessi. Cuiabá, Ano III, T. VII. p. 65-76. Antes de adentrar propriamente à documentação, aclaramos nossa opção metodológica sobre os procedimentos adotados.

A perspectiva de Walter Benjamin para o trabalho documental

O grande filósofo Walter Benjamin registrou, no texto *Porcelanas da China*, sua concepção sobre o trabalho do historiador frente aos documentos, distinguindo o olhar superficial daquele que lê, do olhar profundo daquele que os transcreve:

PORCELANAS DA CHINA

> A força da estrada do campo é uma se alguém anda por ela, outra se a sobrevoa de aeroplano. **Assim é também a força de um texto, uma se alguém o lê, outra se o transcreve**. Quem voa vê apenas como a estrada se insinua através da paisagem, e, para ele, ela se desenrola segundo as mesma leis que o terreno em torno. Somente quem anda pela estrada experimenta algo de seu domínio e de como, daquela mesma região que, para o que voa, é apenas a planície desenrolada, ela faz sair, a seu comando, a cada uma das voltas, distâncias, belvederes, clareiras, perspectivas, assim como o chamado do comandante, faz sair soldados de uma fila. **Assim comanda unicamente o texto copiado a alma daquele que está ocupado com ele**, **enquanto o mero leitor nunca fica conhecendo as novas perspectivas de seu interior**, tais como as abre o texto, essa estrada através da floresta virgem interior que sempre volta a adensar-se: porque o leitor obedece ao movimento do seu eu no livre reino aéreo do devaneio, enquanto o copiador o faz ser comandado. A arte chinesa de copiar livros foi, portanto, a incomparável garantia de cultura literária, e a cópia, uma chave para os enigmas da China (BENJAMIN., W. *Obras Escolhidas II – Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 16).

Por isso, mesmo já tendo lido inúmeras vezes tais documento, considerei que, para conhecê-los em sua profundidade, seria necessário transcrevê-los. Neste exercício descobri muita coisa, a exemplo do que o "escriba" quis priorizar, sobrelevando com letras maiúsculas o que para ele era considerado prioritário, além da pontuação utilizada, considerando todos os arcaismos léxicos e sintáticos. Este exercício me permitiu também perceber os alinhavos do texto, o andamento construtivo e sua cadência. Portanto, deixo aqui transcritos alguns documentos que considerei relevantes para se conhecer o momento dos primórdios do primeiro Império, produzidos por personalidades centrais deste processo.

O nicho documental escolhido

Três peças documentais foram relevantes para circundar o enredo que terminou com o afastamento de Magessi e a instalação das Juntas Governativas: o primeiro é de autoria do citado próprio governante, datado de 10 de setembro de 1821, posicionando-se sobre as motivações de seu afastamento. O segundo trata de uma Representação da Câmara Municipal de Cuiabá dirigida ao Imperador, expondo a crítica situação de Mato Grosso naquele momento; o terceiro trata da resposta da Repartição dos Negócios do Império ao Imperador Pedro I, fazendo ponderações sobre as divergências políticas entre as Juntas Governativas de Cuiabá e de Vila Bela, datado de 7 de maio de 1823.

Ofício de Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho ao Imperador, D. Pedro I sobre seu afastamento do governo de Mato Grosso

> Com bem mágoa do meu coração participo a V. Exa. que nesta Província, caso não esperado! não só por ver como tenho governado estes Povos, como pela satisfação com que viviam, porém certos orgulhosos, que assentam que o Governo de um é escravidão, fomentaram esta desordem, corrompendo a Tropa da Legião na dita noite, e embriagando-a de maneira tal que houve oficial que amanheceu bêbado à porta das Casas da Câmara, sendo o cabeça, que se apresentou à frente da Tropa, o Tenente Antonio Bernardo de Oliveira com mais dois oficiais, que sendo insinuado por seu Cunhado, o Capitão de Engenheiros Luiz D'Alincourt, deu princípio a este motim, além de outros, que quando tiver a honra de de

beijar a mão de S. A. R. dando por causa o não quererem receber o meu Sucessor Francisco de Assis, dizendo-me o mesmo Luiz D'Alincourt, no dia sucessivo, o qual se ingeriu em Secretário do Governo (o que tudo feito com o maior suborno), que era o principal motivo que os movia nesta causa, servindo-lhe de exemplo a Bahia. Porém, como o Povo viu o modo porque tinha sido iludido, entrou em uma convulsão, que foram precisas providências grandes para aplaca-la, arrastando-se a artilharia, e eu fazendo da minha parte tudo quanto me foi possível para evitar uma Guerra civil por ver as tristes consequências que daí podiam resultar, lembrando-me da Sábia Prudência com que o nosso Amado Soberano, o estimadíssimo Príncipe Regente se tem portado na época presente com os tristes acontecimentos que tem vivido.

Depois de alguns dias, vendo que o Povo não se sossegava, fez o dito Secretário uma Proclamação, dizendo-lhe que estivesse tranquilo, que as providências que se tomavam eram para o livrar da escravidão em que viviam, sujeito ao Governo de um déspota, frouxo, e que tratava mais dos seus interesses privados do que dos da Capitania. Este mesmo Secretário tinha há bem pouco tempo feito ver a todo este Povo as Excelências do meu governo, o bem que dele lhe resultava, pela prosperidade dos Estabelecimentos, aumento do Comércio e Agricultura, enfim, o quanto me deveriam estar agradecidos pela assiduidade com que trabalhava no aumento desta Província; Porém, então, não tinha aparecido a Constituição, à qual os mal intencionados assentam lhe dá liberdade para fazerem tudo quanto quiserem com franqueza e despotismo: Triste época para quem governa! Porque ou hão de fazer correr sangue ou se hão de conformar com o tempo para evitar males maiores! Do Povo não posso queixar-me, porque está num descontentamento geral e só se sujeita pelo Poder da força. Para provar a V. Exa. a satisfação em que viviam estes povos, bastam os dois documentos que remeto juntos, que me dirigiu a Câmara nas ocasiões em que estava a partir para Mato Grosso, porém, aparecendo aqui o Tenente Coronel Antônio Navarro de Abreu, vindo com 45 dias do Rio de Janeiro, entrou a relatar fatos acontecidos nessa Cidade em 5 de junho do corrente ano, que pôs a cabeça de toda esta gente em movimento, fazendo-lhe ver que não devia receber o novo Governador, pelo seu gênio, o qual devia chegar aqui dentro de três meses, o que bem se prova pela aceleração com que veio o dito Tenente Coronel; e se o meu governo era mau estava acabado, não tinham mais a recear,

posto que agora o passo mais inocente que eu tinha dado eles o foram um crime para se salvarem do delito que cometeram e servir-lhe de tema para fim a que se propuseram. Não haverá uma só pessoa que se queixe do mais pequeno despotismo e violência que lhe fizesse, e para provar o quanto tenho trabalhado para aumentar esta Província basta ver-se a correspondência oficial que tenho tido com a Corte, e quando se faça necessário poderá deduzir mais provas para fazer ver a minha verdade e inocência. E como é fruto do tempo é preciso resignar-me para não aumentar mais o número dos desgraçados, uma vez que este Governo fica debaixo das ordens de S. Majestade, porque de outro modo seria mais fácil reduzir-se tudo a Cinzas do que eu assentir em semelhante caso.

Estou certo de que S. A. R. estará informado do quanto tenho feito neste Governo, sem que tenha tido a mais pequena omissão, não só para sua conservação como para o seu aumento, e se eu não estivesse confiado no bem que tenho obrado e no sossego em que viviam os Povos não haveria um acontecimento tal, porque o homem que vive com a consciência pura e sossegada nunca pode lembrar-se que haja quem queira perturbar a Paz, para viver em inquietação e desassossego que não lhe deve servir-se não de vergonha pelo seu delito.

Eu parto no dia 13 corrente desta Cidade e quanto tiver a satisfação de chegar a esta Corte farei ver a V. Exa. mais claramente tudo quanto se tem passado.

Deus Guarde V. Exa. Cuiabá, 10 de setembro de 1821.

Ilmo e Exmo. Sr. Carlos Frederico de Paula.

Ass.: Francisco da Paula Magessi de Carvalho

(REVISTA DO IHGMT, 1922 – Documentos relativos à deposição de Magessi. Cuiabá, Ano III, T. VII. p. 65-76).

Contraditoriamente, a mesma Câmara Municipal que solicitara o afastamento de Magessi de Carvalho, no documento que se segue indicou como positivo o final das Juntas governativas, sob a alegação de que o governo por uma única pessoa seria o mais saudável naquele momento:

Representação da Câmara Municipal de Cuiabá ao Imperador

O desejo de ser feliz é o desejo de todos os tempos, de todas as idades. Quando o homem passou do nada para a existência, nenhuma coisa encontrou mais de quanto devia à natureza do que este sentimento que forma a sua existência, e que passa com ele além dos tempos. Ou seja, nas selvas em companhia dos brutos, ou seja nas Cidades vivendo com seus semelhantes, ele que ser feliz. Seus cuidados, suas fadigas e seus esforços são auspiciosos incensos que seu coração oferece sem cessar ao Ídolo da felicidade. Nenhum poder, nenhuma lei, nem ele mesmo pode fazer que se renuncie à forte inclinação que arrasta para esta Divindade. Assim, quando ele trabalha pelo legítimo de seus direitos, pelo direito de ser feliz, nenhuma coisa há também que o possa suspender, que o possa arredar de tão natural tarefa.

O Povo de Cuiabá quis ser feliz, quis aquilo que se lhe não podia disputar. Em todos os momentos que formaram os tempos de sua existência política, ele não conhece o que existia senão para servir, não conheceu nos Depositários do seu destino, nos Representantes do Soberano senão uns violentos árbitros e caprichosos mandões sempre prontos, sempre dispostos para vexar, para oprimir os Súditos, pequenos tiramos a proporções ainda mais execráveis que todos esses que se famigeraram na história pelos males que causaram à Humanidade. Tal era o estado desta Província, estado em que os males legados por um aturado sofrimento produziram aquela fermentação que. Segundo a ordem eterna das coisas devia chegar um dia ao seu requintamento. A exemplo de todas as Província deste vasto Império, igual em sorte, igual em sentimentos, ela derruba o colosso da sua opressão e crê acabar com este preciso acontecimento a causa próxima de todas as suas desgraças. Tinha sido assaz profunda a ferida que no seio dos povoa abriram estes bachás soberbos, era assaz aterradora a impressão que havia arraigado neles os males procedidos pelos caprichos de um só homem, para se não continuar aquela mesma forma de Governo que há pouco acabam de de excluir. Numa Junta ao princípio de sete, e depois de nove Membros depositaram a suprema Autoridade Provincial e com ela toda a sua confiança, todas as suas esperanças. O gosto da novidade, os prejuízos do tempo, e a preocupação de muitos espalharam por todas as partes o contentamento, cuja duração contudo foi a duração de poucos meses.

A Junta Governativa, composta do melhor que havia na Província deixa logo de ser conhecida a mais própria para governa-la. O Governo depositado em uma só pessoa começa a parecer o mais conforme à razão e o mais acomodado ao gênio dos Povos, contanto que as leis fossem sabiamente executadas e que os abusos que provinham do total desprezo delas deixassem de ser, como até então, as únicas máximas e o primeiro princípio dos governantes.

Assim, via-se logo uma divisão temerosa que. principiando pela cabeça, imediatamente se difundiu por todos os Membros. Se se não pediram as antigas vexações, se o indivíduo não foi perturbado na fruição dos seus direitos, se se não viram reiteradas as arbitrárias prescrições, e as Autoridades Civis suspensas do livre exercício de suas jurisdições e o poder destas violentamente arrogado pela arbitrariedade, poderíamos, contudo, ser menos infelizes? Eram grandes, na verdade, os males que vínhamos de sofrer, mas produzidos por causas particulares, eles não se faziam geralmente sensíveis senão pelas suas frequentes repetições. Não eram, pois, a mesma fonte de onde imanavam os que carregam agora sobre nós. Depois de se ter arraigado no espírito de alguns Membros da Junta Governativa a antipatia que os desuniu os ânimos, ela desenvolveu uma espécie de indiferença para tudo que lhe não fosse relativo. A intriga, a ambição, a rivalidade e o orgulho espalharam entre eles uma oposição de sentimentos que se comunicou imediatamente às suas famílias, aos seus amigos e a todos os seus afeiçoados. Dois partidos igualmente numerosos e acirradamente opostos rompem todos os laços da unidade, a paz e a moderação desaparecem inteiramente do meio de um Povo que, pela paz e moderaçao, mais do que nenhum outro que até aí havia conduzido. Ocupam os prejuízos o lugar da justiça, o interesse próprio o cuidado de representar, e os esforços para se desfazer de um contrário são preferidos à obrigação de mandar os Povos e de fazer a sua felicidade. Quase sempre se viu comnater a razão, a verdade e o bom conselho só porque tinham sido propostos por um Membro que se não fraternizava com a parte impugnamente. Já se vê que um tal Governo devia de cair precisamente da opinião dos Povos, devia perder toda a sua energia e uma grande parte de sua Dignidade e que também os ódios devem progredir rapidamente até um ponto de onde se não afastaram, enquanto a anarquia, a desolação e a carnagem não decidir pelo mais forte e não nos constituir em vítimas desgraçadas do primeiro tirano que nos quiser dominar. Quando não há alguma confiança, quando o

descontentamento é geral, quando os membros de um mesmo corpo se negam mutuamente a reações precisas para a prosperidade do todo deixa de ser maravilhoso aquele momento que em semelhante situação não tem produzido o maior de todos os males? Tal é o estado atual desta Província: ao Nepotismo, a essa paixão abominável, a mais funesta à Sociedade, é que ela refere em muita parte a origem de suas desgraças. A impunidade do crime, a elevação ou a conservação de um parente, o interesse das famílias são outros tantos objetos a que se sacrificam continuamente o bem público e o direito mais legítimo do Cidadão benemérito e do homem virtuoso.

Assim, Senhor, nós, os fiéis súditos de V. I. M., cujos nomes vão assinados na relação que unida a esta nossa humilde representação, levamos pelo ministério da Câmara desta Cidade ao sólio Augusto de V. M. I., nós os aflitos Cidadãos de uma Pátria infelizmente agitada, nos ousamos rogar com todos os esforços de nossos corações, com a necessidade a mais pressante a V. I. M se Digne tomar em sua Alta Consideração a sorte desta Província, do primeiro propugnáculo do Império Brasiliense. Salvai-a, Senhor, do profundo abismo em que vão precipitá-la as dissenções, as intrigas e a anarquia. Permiti que entre os imensos benefícios que deve à Paternal solicitude de V. M. I. um homem que se assemelhe nas virtudes de V. I. M. que saiba servir à lei e não mandar a ela; que conheça o seu primeiro dever, o dever de fazer felizes os Povos; que respeite a propriedade dos Cidadãos, suas virtudes e seus merecimentos, que reconheça que é constituído naquela dignidade para se dever a todos e que não deve a si, senão para ser homem de bem e bom Cidadão; um homem de quem se arredem absolutamente, ou seja pelo lugar de nascimento ou pena razão do sangue, todas as relações com os naturais desta Província. Um homem em que a extensão de sua responsabilidade e poder esteja sempre ligada à extensão de sua responsabilidade e com medidas tão exatas que o obriguem a conhecer seus súditos e a conhecer-se a si mesmo; um homem finalmente que saiba conter-nos nos limites da Justiça e com a imparcialidade desta faça a felicidade da Província.

Senhor, quando V. I. M. permitir a este fiel Povo o prazer de gestor de cena tão sublime, ele adorará de longe o Augusto Protetor, que fez sua felicidade e a gratidão, a amizade e o respeito dele com a doce satisfação de o tornar feliz serão os mais preciosos bens capazes de encher o Magnânimo Coração de V. I. M. e os melhores que os Soberanos podem possuir.

O Juiz Presidente, *José de Pinho e Azevedo*, o Vereador *José Joaquim Vieira*, o Vereador *Antônio José de Cerqueira Caldas*, o Procurador *José Coelho Lopes,* o Escrivão da Câmara *Pedro de Moraes Batista*. E. R. M.

———

Relação que inclui os nomes dos Cidadãos da Cidade de Cuiabá que, debaixo de um mesmo sentimento, se dirigem ao Augusto Trono de S. M. I. pedindo ao mesmo Senhor reconduzir e restabelecer nesta Província a antiga, a extinta forma de Governo General, o mais próprio e cômodo ao gênio e constituição deste Povo, o qual, com as modificações do Poder, conformes aos sentimentos e ao sistema que tem feito produzir a nova ordem geral da política, ocorra as intestinas agitações que tão terrivelmente têm abalado este País, e mais de uma vez tem feito temer para ele um estado de verdadeira desolação e ruína.

Seguem mais de 30 nomes;

(REVISTA DO IHGMT, 1922 – Documentos relativos à deposição de Magessi. Cuiabá, Ano III, T. VII. p. 65-76).

Parecer da Repartição dos Negócios do Império

Sendo presente a S. M. o Imperador a Representação da Câmara da Cidade de Cuiabá, acompanhando uma relação assinada por alguns indivíduos, em que expõe a necessidade de se reconduzir e restabelecer na Província de Mato Grosso a antiga e extinta forma de governo, julgando o mais próprio e acomodado ao gênio e constituição daquele Povo, para acorrer à intestinas agitações, que tão terrivelmente têm abalado a referida Província, fazendo-a correr precipitadamente a uma verdadeira dissolução e ruína, o Mesmo Augusto Senhor, ponderando mui seriamente o estado atual em que se acham aqueles Povos, a que tem dado lugar às rivalidades e sucessivas oposições suscitadas entre a dita Cidade e a de Mato Grosso, mui circunstanciadamente referidas nos Ofícios das referidas Câmaras e Governos, que tem subido à Sua Augusta Presença; e tendo mui fortes razões para se persuadir que tem parte em tais desordens Félix Merme, João Poupino Caldas e os Padres Joaquim José Gomes da Silva e José Gomes da Silva, os quais espera que se justifiquem de semelhantes suspeitas. Manda pela Secretaria dos Negócios do Império.

(REVISTA DO IHGMT, 1922 – Documentos relativos à deposição de Magessi. Cuiabá, Ano III, T. VII. p. 65-76).

Concluindo, o ocaso do Império em Mato Grosso prognosticou futura agitação, a exemplo da Rusga (1834), numa demonstração de que a disputa pelo poder no seio das elites cuiabanas persistiu e finalizou nesta eclosão armada, da qual participaram muitos dos nomes mencionados na década de 1820, enquanto suspeitos.

Boa leitura!

Referências

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL, 1969.

CORRÊA FILHO, Virgílio. O governo de Mato Grosso de Magessi a Pimenta Bueno. *Revista do IHGMT*, Ano IV, Ts. VIII, 1923, p. 48-64..

CORRÊA FILHO, Virgílio. O governo de Mato Grosso de Magessi a Pimenta Bueno. *Revista do IHGMT*, Ano IV, Ts. IX e X, 1923, o. 104-114.

CORRÊA FILHO, Virgílio. O governo de Mato Grosso de Magessi a Pimenta Bueno. *Revista do IHGMT*, Ano VI, Ts. XI e XII, 1923, o. 63-71..

LEITE, Luis-Philippe Pereira. *A Capitania de Matto-Grosso e a Independência*. Cuiabá: Ediprel, 1972. BCBM 273.

REVISTA DO IHGMT, 1922 – *Documentos relativos à deposição de Magessi*. Cuiabá, Ano III, T. VII. p. 65-76.

ROSA, Carlos. *O processo da independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*. Cuiabá; Prefeitura Municipal, 1976 (Cadernos Cuiabanos, n.º 1).

SOUZA, Antônio Fernandes de. *Breve Advertência*. *In*: A VOZ DO NORTE, ano I, n. 11, Cuiabá, 28 de setembro de 1938, fls. 1.

Imprensa católica e civismo: o centenário da independência nas páginas de *A Cruz*

Catholic press and civism: the centenary of independence on the pages of the *A Cruz*

Marcos Amaral Mendes[24]

RESUMO: O artigo examina a forma pela qual o Centenário da Independência do Brasil foi registrado nas páginas do jornal *A Cruz*, órgão oficial da Arquidiocese de Cuiabá. O texto dialoga com notícias, pastorais, discursos e outros apontamentos para compreender a apropriação da efeméride pela Igreja Católica com vistas a reforçar sua aproximação com o governo republicano e o atributo do catolicismo como elemento basilar da identidade e da unidade nacional. Os resultados demonstram uma efetiva participação da Igreja nas Festas do Centenário e um enaltecimento dos valores cívico-patrióticos nos discursos e ações desencadeados pelo episcopado.
Palavras-Chave: Centenário da Independência do Brasil. Igreja Católica. A Cruz.

ABSTRACT: The article examines the way in which the centenary of Brazil's independence was recorded in the pages of the newspaper *A Cruz*, the official organ of the Archdiocese of Cuiabá. The text dialogues with news, pastorals, speeches, and other notes to understand the appropriation of the ephemeris by the Catholic Church with a view to strengthening its approximation with the republican government and the attribute of Catholicism as a basic element of identity and national unity. The results demonstrate effective participation of the Church in the Centenary Celebrations and exaltation of civic-patriotic values in the speeches and actions triggered by the episcopate.
Keywords: Centenary of the Independence of Brazil. Catholic Church. A Cruz.

24 Doutor em História e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT). E-mail: markoscuiaba@gmail.com.

Introdução

O ano de 1922 foi emblemático no cenário sociopolítico brasileiro, ao qual se reportam disputas políticas, motins militares e efemérides que tiveram desdobramentos relevantes sobre inúmeros acontecimentos posteriores. Na Presidência da República, em novembro, ocorreu o término do mandato de Epitácio Pessoa e a posse de Arthur Bernardes, que havia sido eleito no mês de março após disputa acirrada com Nilo Peçanha em um movimento de ruptura nas oligarquias políticas. O resultado provocou descontentamento no meio militar e alguns oficiais do Exército, no dia 5 de julho, tentaram impedir a posse de Artur Bernardes e arquitetada a derrubada do governo de Epitácio Pessoa sublevando o Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, desencadeando a primeira das rebeliões tenentistas que marcaram a década de 1920 (FAUSTO, 2006).

O ano também registrou a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB) e do Centro Dom Vital, de orientação católica, que possuíam propostas diferenciadas quanto ao encaminhamento da questão social no Brasil, em ebulição desde a segunda metade da década de 1910 com a organização do movimento operário na luta por direitos e melhores condições de trabalho (MIGUEL, 2016). O espírito de contestação e o desejo de mudança também se manifestaram nas artes plásticas, na música e na literatura. No mês de fevereiro, os modernistas realizaram a Semana de Arte Moderna, marco que assinalou a remodelação da cultura brasileira ao romper com a mera reprodução de padrões europeus (NASCIMENTO, 2015).

Perpassando esses fatos notáveis, o Brasil celebrou o centenário de sua emancipação política. A efeméride não poderia passar em branco e desde 1916 a imprensa vinha insistentemente pressionando o governo federal a realizar uma comemoração em grande pompa, capaz de mostrar ao mundo um país que passava por mudanças econômicas e sociais e desejava se projetar como ator internacional no pós-Primeira Guerra Mundial via Liga das Nações. Nessa diretriz, a realização de uma Exposição Universal no Rio de Janeiro foi a mais ousada de todas as atividades que marcaram as festividades dos 100 anos da soberania nacional (ATLAS..., 2016; FUNDAÇÃO..., 2016).

A Exposição Universal, primeira organizada no mundo após a Grande Guerra, foi aberta na data magna – 7 de setembro de 1922 – e se estendeu até abril de 1923. Em um espaço de 2.500 metros, mais de três milhões de pessoas puderam conhecer 15 pavilhões estrangeiros, 11 pavilhões temáticos representando as principais atividades do país, além de pavilhões de todos os estados brasileiros que ali expuseram seus produtos. Durante a Exposição foi inaugurada a transmissão de rádio no país, com um discurso do presidente Epitácio Pessoa e trechos da ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes (ATLAS..., 2016; FUNDAÇÃO..., 2016).

Nesse contexto, a Igreja Católica, enquanto instituição presente nas mais relevantes etapas de formação da nacionalidade brasileira, não ficou indiferente às comemorações relacionadas ao Centenário da Independência e procurou transformar as festividades em uma ocasião para revitalizar a prática e a presença do catolicismo no país. Desde a Proclamação da República, em 1889, as relações entre Estado e Igreja haviam sofrido modificações substanciais com a extinção do padroado e a implantação de um regime laico, o que levou a tensões, conflitos e a afastamentos entre essas duas instâncias. Destituído da prerrogativa de religião oficial, o catolicismo foi, aos poucos, enfraquecendo sua influência política e social no país, posto que o Estado, além de deixar de tutelar a Igreja, assumiu espaços anteriormente ocupados pela instituição.

No início da década de 1920, em perspectiva diferenciada, a Igreja passou a atuar em parceria com o Estado oferecendo suporte às instituições governamentais com vistas a reconquistar privilégios e buscar uma maior inserção política. O governo republicano, por seu turno, também estava interessado em estabelecer aliança com a instituição, pois via na Igreja uma ferramenta que legitimava os poderes públicos e concorria para a manutenção da ordem. O movimento de aproximação foi coordenado por Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, arcebispo do Rio de Janeiro que se tornou líder inconteste do catolicismo brasileiro até sua morte, ocorrida em 1942. O prelado desenvolveu diversas ações destinadas a mobilizar os católicos para assumirem uma atuação mais incisiva no cenário sociopolítico brasileiro de modo a alterar as bases laicas e agnósticas do regime republicano que pretendiam neutralizar o apelo do catolicismo junto da população (BENCOSTTA, 2014; CRUZ, 2008).

Um dos instrumentos utilizados pela instituição para ampliar sua visibilidade na sociedade brasileira foi a fundação de jornais e revistas para fazer frente às transformações pelas quais passava o país, orientando os católicos sobre os mais diversos temas. Embora os primeiros jornais vinculados à Igreja datassem da década de 1830, foi somente a partir da Questão Religiosa (1873-1875) que se articulou um movimento nacional católico na área do jornalismo, o que levou à proliferação de diversos periódicos que seguiam essa orientação. O movimento se expandiu ainda mais após a instalação da República, pois o episcopado brasileiro colocou a chamada "boa imprensa"[25] no cerne de suas preocupações e procurou dotar os periódicos de lastro financeiro e administrativo que assegurasse uma circulação expressiva e duradoura (LUSTOSA, 1983).

Na Arquidiocese de Cuiabá, a imprensa católica surgiu durante o episcopado de Dom Carlos Luiz d'Amour (1877-1921). A iniciativa pioneira coube aos salesianos, criadores da revista *O Matto-Grosso* em 1903. O passo seguinte foi o início da circulação, em 1910, do jornal *A Cruz*, cuja fundação foi patrocinada pela Liga Social Catholica Brazileira de Matto-Grosso. O periódico foi impresso até o ano de 1969, quando chegou à edição de número 2890, sendo um dos jornais de maior longevidade em toda a história de Mato Grosso (OLIVEIRA, 2016). Sua redação foi instalada no Seminário da Conceição e no período aqui analisado (1922-1923) eram estampadas as seguintes informações logo abaixo do título: "*Sêmanario de maior tiragem no Estado de Matto-Grosso*" e "*A grandeza do Brasil pelo Catholicismo*".

A Cruz se tornou órgão oficial da arquidiocese, instrumento de divulgação e defesa de seus interesses. Nessa esteira, o artigo examina, doravante, os discursos e registros das comemorações relacionados ao Centenário da Independência que foram veiculados em suas páginas nos anos de 1922 e 1923. São cartas pastorais, palestras e notícias que seguiram o mesmo parâmetro das falas do episcopado nacional: a de que o Brasil nasceu e se desenvolveu sustentado nos ensinamentos ditados pela Igreja Católica.

25 Termo utilizado pelo episcopado para diferenciar os jornais católicos daqueles que difamavam o catolicismo, a chamada "má imprensa".

O discurso sobre o centenário

O episcopado brasileiro aproveitou as comemorações do Centenário da Independência para reforçar sua política de aproximação com o Estado brasileiro, retomar sua influência sociopolítica e reforçar o apanágio do catolicismo como religião nacional. Assim, a alta hierarquia católica publicou, no segundo semestre de 1922, a *Carta pastoral do episcopado brasileiro ao clero e aos fieis de suas dioceses por occasião do Centenario da Independencia* (CARTA..., 1922). Trata-se de documento robusto, contendo 22 capítulos e 129 páginas, publicado na íntegra pel'*A Cruz*. Em razão de sua extensão, o texto foi distribuído por 23 edições do jornal entre os meses de dezembro de 1922 a julho de 1923.

Apesar da política de reaproximação com o Estado, a Igreja havia ocupado uma posição secundária nas comemorações oficiais do Centenário da Independência, praticamente limitada ao desfile de Dom Sebastião Leme ao lado do presidente Epitácio Pessoa na abertura das festividades no Rio de Janeiro. Nesse contexto, a pastoral coletiva enfatizou a contribuição da Igreja na formação da nação brasileira, colocando o catolicismo como pedra angular da nacionalidade, como se essa religião fosse parte integrante de um projeto nacional que atravessou diferentes períodos históricos: "Nella procuramos bosquejar, em rapido painel, o que em prol da nossa Patria tem feito até hoje a Egreja e delineamos o que agradecido lhe deve o Brasil" (A CRUZ, 17 dez. 1922, p. 1).

O clero é o protagonista dos fatos expostos e pouco destaque é conferido à atuação dos leigos e das mulheres. A ideia de que o Brasil era um país identificado com o catolicismo perpassa todo o documento e a Igreja é apresentada como instituição que conseguiu se moldar aos diferentes regimes politicamente constituídos. O amor à pátria e o zelo pela religião são colocados no mesmo patamar de importância para as lideranças católicas que auxiliaram na construção da nacionalidade, visto que entendidos como elementos propulsores inseparáveis do desenvolvimento do país.

O documento é iniciado sublinhando que o Brasil nasceu sob o signo da cruz, com as missas celebradas na partida da esquadra de Pedro Álvares Cabral de Lisboa e na tomada de posse das terras descobertas

no dia 1º de maio de 1500. Daí em diante, o texto realiza um panegírico sobre o trabalho do clero na evangelização e defesa dos indígenas; na fundação de colégios, hospitais e asilos; na defesa do território contra invasores estrangeiros, notadamente nas tentativas de ocupação do Rio de Janeiro e do Maranhão pelos franceses, e do Nordeste pelos holandeses; na tomada de parte em expedições que expandiram o território; na ocupação das Minas Gerais; e nos movimentos que culminaram no processo de emancipação política.

As narrativas sobre o período imperial são abertas com a premissa assumida pela pastoral coletiva de que Estado e Igreja eram instituições constituídas para serem umbilicalmente unidas, dada a particularidade de culto oficial determinada pela Constituição de 1824 e complementaridade recíproca a despeito de desempenharem funções em esferas bem delimitadas. Uma gramática discursiva que transitava pelas concepções de religião, nação e pátria e que pode ser sintetizada na máxima: "Quão identificado com a nação viveu sempre o Catholicismo no regimen monarchico!" (A CRUZ, 18 fev. 1823, p. 2). O documento prossegue salientando o papel exercido pelo clero na pacificação do país durante as rebeliões que ocorreram no Primeiro Reinado, nas Regências e no início do Segundo Reinado. Um dos casos exemplificados tem como protagonista Dom José Antônio dos Reis, bispo de Cuiabá que tentou evitar, sem sucesso (ao contrário do que sugere o texto da pastoral), a eclosão da Rusga em 1834:

> Expondo-se a perder a vida, D. José Antonio dos Reis, primeiro Bispo de Cuiabá, dirige-se ao quartel a 30 de Maio de 1834 por occasião do levante da soldadesca, que desenfreada, commetia assassinatos, depredações e outras violencias e consegue conter os amotinados, surdos à lei, sem respeito ao Presidente da Provincia, desobedientes ao commandante da guarnição. (A CRUZ, 18 fev. 1923, p. 2).

No prosseguimento das considerações, a pastoral exalta a regência do padre Feijó; o engajamento de sacerdotes na Guerra do Paraguai e comenta sobre acontecimentos do conflito favoráveis aos brasileiros atribuídos à intervenção divina. Aborda a delicada Questão Religiosa, que abalou o relacionamento entre Estado e Igreja no ocaso do Segundo

Reinado; e destaca a participação da Igreja no movimento abolicionista. Conclui o tópico relacionado ao período imperial esquadrinhando a atuação da instituição na monarquia e os problemas decorrentes do padroado. Destaca, entre outros pontos, a criação de prelazias e bispados pela Santa Sé, os obstáculos impostos pelo governo imperial ao ingresso de ordens religiosas no país e à catequese dos indígenas, além das tentativas políticas de se criar uma Igreja Católica nacional desvinculada de Roma (um projeto nesse sentido chegou a ser apresentado pelo deputado Estevam Raphael de Carvalho em sessão legislativa realizada no dia 6 de junho de 1835, sendo rejeitado pelos parlamentares).

O período republicano, como não poderia deixar de ser, é aberto com o exame da implantação de um Estado laico no Brasil e das tentativas do episcopado em recuperar sua influência junto ao poder político, na configuração da ordem social e na condução dos destinos da nação. Assim, o documento salienta a reorganização da estrutura administrativa da instituição no país promovida pelo Vaticano; enfatiza a expansão de sua ação social; a coroação da imagem de Nossa Senhora Aparecida em 1903 por determinação papal (a declaração como padroeira do Brasil só ocorreu em 1931); a elevação do santuário de Aparecida à dignidade de Basílica Menor em 1908; a gradativa melhora nas relações diplomáticas do país com a Santa Sé que levou à transmutação para embaixada da legação brasileira no Vaticano; além de destacar o grande apreço que o pontífice de então, Bento XV, nutria para com o Brasil (um dos casos citados para exemplificar essa estima foi a coroação papal da imagem de Maria Auxiliadora em Cuiabá).

O documento é concluído realizando uma análise dos desafios que a Igreja enfrentava naquele momento histórico: os ataques que sofria da "má imprensa", a necessidade de se incentivar vocações sacerdotais, o afastamento das famílias da prática religiosa e a supressão do ensino religioso nas escolas públicas. Realiza, então, uma convocatória ao laicato para que assumisse a defesa dos interesses do catolicismo no país, salvaguardando seu domínio na sociedade com vistas a preservar o Brasil como nação católica.

No âmbito da Arquidiocese de Cuiabá, o primeiro documento que procurou mobilizar os católicos para as comemorações do Centenário da Independência foi uma carta pastoral de Dom Aquino Corrêa datada de 26 de abril de 1922, poucos dias após assumir a governança da arquidiocese. A circunscrição eclesiástica estava vacante desde o falecimento de seu titular, Dom Carlos Luiz d'Amour, ocorrido em 9 de julho de 1921. Dom Aquino Corrêa era bispo-auxiliar de Cuiabá, mas exercia, desde 1918, a Presidência de Mato Grosso, cargo que ocupou até 21 de janeiro de 1922. No dia 16 de abril, Domingo da Ressurreição, assumiu a governança da arquidiocese por determinação do papa Bento XV, que o havia nomeado arcebispo em 26 de agosto de 1921 (A CRUZ, 22 jan. 1922, 23 abr. 1922).

Na pastoral em apreço, dirigida aos fiéis da arquidiocese, Dom Aquino, depois de rememorar as manifestações de dedicação e carinho que lhe foram devotadas por ocasião de sua posse no arcebispado, externou o acontecimento que deveria marcar o início de seu episcopado:

> Eis porque logo após a nossa primeira Pastoral vos dirigimos novamente a palavra para lembrar-vos um acontecimento extraordinario, de cujos arreboes já se engalana a historia patria, e que não é licito passe despercebido em nossa veneravel Archidiocese.
>
> Queremos alludir, irmãos e filhos muito amados, ao **Centenario da Independencia Nacional**, que ahi vem por perto, em vibrações de aurora, que tudo allumia, tudo vivifica, tudo alegra. (A CRUZ, 14 maio 1922, p. 1, grifos no original).

A argumentação que se segue procura imprimir uma interpretação católica à história nacional. O arcebispo comenta que: "Tres seculos fazia que Deus depaiára ao mundo antigo, para alem do mar tenebroso, o berço predestinado a um grande povo. Este povo cresceu, agigantou-se, mas trazia na fronte o estigma infausto da servidão". Relembra que: "Foi ha cem annos, a 7 de Setembro de 1822, que a liberdade lampejou em nossas terras e no convivio universal das nações surgia mais uma, na gloria de sua independencia politica: a Nação Brazileira". Para o arcebispo, "Só este facto, na sublime mudez da sua simplicidade, justifica, de per si, os enthusiasmos sadios que o momento historico de nossa vida nacional

vae suscitando, lado a lado, por todas as fibras do colloso brazileiro." (A CRUZ, 14 maio 1922, p. 1).

Neste entrecho, cumpre destacar que Dom Aquino Corrêa, ao lado de Dom Sebastião Leme, foi uma das lideranças católicas que a partir da década de 1920 procuraram atuar junto às elites políticas republicanas com o objetivo de reconstruir as relações da Igreja com o Estado. Por conseguinte, a hierarquia católica passou a aproveitar as datas cívicas para estreitar seus vínculos às esferas do poder político em busca de boas relações com governos e grupos dominantes. Valores cívicos-patrióticos, ao lado dos cristãos, passaram a ser exaltados nas pastorais, ações e discursos do episcopado, sendo o catolicismo apresentado como baluarte da identidade e da unidade nacional (BENCOSTTA, 2014).

Referendando esse posicionamento, Dom Aquino atesta que: "[...] o coração dos catholicos cuiabanos não ficará indifferente [ao Centenário da Independência], mas pulsará como sempre no alvoroço do mais sincero patriotismo" para, na sequência, alertar: "O que queremos é que este patriotismo seja verdadeiramente christão". Para o antiste,

> O patriotismo não consiste apenas em palavras, mas antes em bôas obras.
> Ser patriota é considerar-se membro desse grande corpo que é a Patria e, como tal, exercer do melhor modo as proprias funcções, cumprindo o dever, em publico como em privado, praticando a solidariedade natural a todo proximo, concorrendo para o equilibrio da vida nacional, procurando, emfim, com os proprios meos, a honra e felicidade da Patria. (A CRUZ, 14 maio 1922, p. 1).

Um esforço intelectual é realizado, no prosseguimento da pastoral, para demonstrar que o patriotismo cristão busca, em última instância, ter a Pátria Celeste como exemplo e modelo para a Pátria Terrena. Conclama o corpo da arquidiocese a celebrar "christã e condignamente" o primeiro centenário da emancipação política do Brasil, a despeito do "[...] quão escasso o tempo de bem nos apparelharmos para a grande commemoração". Determina aos párocos, superiores das congregações religiosas, associações e escolas católicas que atendam ao chamado para se engajarem no programa cívico-religioso a ser posteriormente definido

sendo prevista, de antemão, uma Semana de Oração pela Pátria. Esta deveria ter a Eucaristia como centro, visto que constitui sacramento de importância capital na vida cristã. Assim, "[...] a festa centenaria seja, entre nós como alhures, uma verdadeira manifestação eucharistica ao Senhor das Nações pela prosperidade do Brazil". (A CRUZ, 14 maio 1922, p. 1).

Para a Festa do Centenário, o arcebispo não se contentava apenas em demonstrar a força social e mobilizadora da Igreja Católica em sua arquidiocese. Era preciso marcar a paisagem da cidade com um signo que traduzisse a força atuante da instituição, externasse seu desejo de se recolocar na arena política nacional, materializasse a dimensão de fé e patriotismo pretendida pelo prelado e expressasse a visibilidade da Igreja Católica para todos, fossem praticantes ou não da religião.

> E para que este acto se revista de maior solenidade e se perpetue em monumento digno da fé do patriotismo do povo Cuiabano, é nosso proposito que se effectue **em o Sanctuario de Nª Sª do Bom Despacho** cujas obras de reconstrucção [estão] bem adiantadas, mas infelizmente suspensas há mezes por falta de recursos, já demos providencias no sentido de serem immediatamente recomeçadas. (A CRUZ, 14 maio 1922, p. 1, grifos no original).

As obras do templo mencionado, localizadas em um morro, haviam sido iniciadas em 1918 por ordem de Dom Carlos Luiz d'Amour. Estavam sendo executadas no mesmo lugar onde existia a Capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, cuja construção remontava ao ano de 1725, que foi demolida para ceder espaço ao novo santuário. O idealizador do templo foi o frei Ambrósio Daydé, tendo León Joseph Louis Mousnier como construtor. Ambos eram de origem francesa, razão pela qual o projeto arquitetônico se inspirou no gótico daquele país. (MATOS, 1998; MENDES, 2020).

No documento, o arcebispo reitera que durante a cerimônia de posse na arquidiocese havia feito um voto a Nossa Senhora do Bom Despacho de celebrar a Festa do Centenário nas dependências do templo a ela consagrada. Cumpre destacar que a festividade dessa padroeira, no calendário católico, é o dia 8 de setembro, que se segue ao da data magna

nacional, o que não foi esquecido por Dom Aquino: "Oxalá nos fosse dado realizar este grande acto no proprio dia 7 de Setembro proximo, data da Independencia e vigilia da Natividade de Maria Virgem, em que festejamos annualmente a mesma Senhora do Bom Despacho". (A CRUZ, 14 maio 1922, p. 1).

O antiste, todavia, tinha ciência dos desafios que uma obra arquitetônica de tal envergadura representava para a cidade. Eram muitos os contratempos e as dificuldades que se impunham para concretizar o santuário em curto espaço de tempo, desde a arrecadação de fundos até a aquisição do material de acabamento que foi, em parte, importado da Europa. Essa foi a razão pela qual uma ressalva foi feita na pastoral: "Si, porem, dada a angustia do tempo, não fôr possivel tão suggestiva coincidencia, teremos todo o resto do fluente anno centenario em que esta commemoração calhará ainda perfeitamente" (A CRUZ, 14 maio 1922, p. 1).

O documento é concluído com Dom Aquino pontuando que a obra apresentava entraves financeiros para sua retomada, mas que estava partindo para o Rio de Janeiro com o objetivo de obter recursos para este fim. Realiza um último apelo aos fiéis para obter contribuições associando religião e civismo em uma cidade historicamente identificada com o catolicismo (como de resto era todo o Brasil).

> A obra é de religião, mas é também do mais acentuado patriotismo: quem quer que ame a nossa legendaria cidade natal, desejando vel-a sempre mais formosa e garrida, ha de, por força, concorrer para levar adiante esta grandiosa construcção artistica, que virá ornamental-a tão primorosamente, e mais do que simples esperança, já é quasi uma explendida realidade (A CRUZ, 14 maio 1922, p. 1).

O apelo do arcebispo para transformar uma efeméride cívica em um evento religioso e patriótico a ser celebrado em um templo católico, encontrou ressonância em amplos setores da sociedade cuiabana. Levantamentos arrolados n'*A Cruz* demonstraram que comissões foram constituídas para arrecadação de fundos com a realização de quermesses, saraus e peditórios de esmolas, além de generosas contribuições ofertadas por pessoas de destaque no meio sociopolítico local.

A intelectualidade cuiabana igualmente se mostrou interessada no projeto. Em discurso realizado no Cine Parisien durante sessão cívica comemorativa do Centenário da Independência promovida pelo Instituto Historico de Matto-Grosso, Centro Matto-Grossense de Letras e Gremio Literario Julia Lopes, o acadêmico Manoel Paes de Oliveira, ao discorrer sobre a contribuição da Igreja Católica na formação da nação brasileira, expressou que:

> Outra vez o appello partiu da religião que professo para não deixar morrer o sonho magestoso que se vae erguendo ao gracioso outeiro do Bom Despacho, a visão de um templo encantador a lembrar a grandeza das explendidas architecturas, inspiradas no ideal religioso, na prodigiosa expansão do genio artistico pelas almas exaltadas no sentimento catholico que, as algemas do feudalismo, da intolerancia e da prepotencia não conseguiram suffocar (A CRUZ, 17 set. 1922, p. 1).

Comungando com os projetos da arquidiocese, catolicismo e nação eram ideias que se mostravam emaranhadas nas páginas d'*A Cruz*, uma sempre evocando a outra. O discurso assumido pelo periódico nunca era isoladamente religioso, mas sempre assentado nas premissas de nação e pátria, manifestações que resultavam em patriotismo e nacionalismo, ambos considerados virtudes nas páginas do periódico. Por tal razão, *A Cruz* apressou-se, na edição seguinte, em cobrir de elogios e conferir um tom otimista e positivo à proposta realizada por Dom Aquino na pastoral.

> Neste importante documento a alta autoridade ecclesiastica discorre, com a sua conhecida proficiência e o seu grande patriotismo, acerca da notavel ephemeride que a nossa Patria commemora neste anno – a do centenario da sua existencia autonoma, de sua independencia politica, suggerindo a bellissima idéa de se adoptar como numero commemorativo dessa grande festividade nacional a inauguração do Santuario de Nª Sª do Bom Despacho, cujas obras de construcção estiveram algum tempo paralysadas, achando-se agora novamente em andamento, graças ás providencias por S. Exc. tomadas logo que assumiu o governo da Archidiocese (A CRUZ, 28 maio 1922, p. 1).

O periódico lembrou a necessidade de se acelerar as obras antes da chegada da estação chuvosa, que na climatologia regional inicia-se

em setembro, posto que "[...] as chuvas successivas pódem occasionar o estrago e deterioramento das paredes e arcadas já construídas com grandes sacrifícios". (A CRUZ, 28 maio 1922, p. 1). O editorial é finalizado nestes termos:

> A occasião é, portanto, imperiosa e urge que o nosso povo não deixe cahir em terreno esteril a palavra do seu Arcebispo: leve cada um o seu quinhão, grande ou pequeno, na medida de suas posses e de sua liberalidade, mas não deixe de auxiliar essa obra patriotica e religiosa que, uma vez terminada, se constituirá o mais bello padrão de gloria para os sentimentos nobres do nosso povo.
>
> Que ainda este anno possamos ouvir a missa commemorativa do centenario da Independencia do Brasil sob as bellas arcadas ogivaes do templo de N. Senhora do Bom Despacho [...]. (A CRUZ, 28 maio 1922, p. 1).

A despeito da ampla mobilização de boa parte da cidade, o projeto do arcebispo de celebrar o Centenário da Independência na Igreja do Bom Despacho, ou de inaugurá-la antes de 7 de setembro de 1923, quando as festividades alusivas ao ano centenário seriam encerradas, não se concretizou e a obra chegou inacabada a estes dois marcos temporais. O templo só começou a ser utilizado em setembro de 1924, quando foi coberto, tijolado e concluídas a capela-mor e as duas capelas laterais (COMETTI, 1994). A par disso, *A Cruz* ainda noticiava, em dezembro de 1923, a realização de uma quermesse no Jardim Alencastro, organizada por iniciativa de diversas famílias cuiabanas, em benefício das obras do santuário. (A CRUZ, 9 dez. 1923, p. 1). Curiosamente, a última edição daquele ano foi fechada com um questionamento direto, desafiador e provocativo dirigido aos leitores e assinantes do jornal: "V. Exc. já deu alguma cousa para a reconstrucção da Capella de Nª Sª do Bom Despacho?". (A CRUZ, 30 dez. 1923, p. 4). Dessa forma, o patriotismo cristão preconizado pelo arcebispo teve que ser externalizado em outros espaços locais no contexto das comemorações do Centenário da Independência. É o que se investiga a seguir.

O registro das comemorações

A indiferença da elite dirigente laica nacional em matéria de religião não constituiu empecilho para que a Igreja Católica procurasse transformar a Festa do Centenário em um evento cívico-religioso, cujos atos concorressem, ou até mesmo suplantassem, os oficiais. Era preciso mostrar às autoridades republicanas sua capacidade mobilizadora e seu caráter de reserva moral que havia sido construído ao longo de quatro séculos de história nacional, elementos que poderiam ser úteis ao Estado, sobretudo em razão da força agregadora e pacificadora exercida pela religião em momentos de crise e descrença. Sob este prisma,

> No meio das desillusões e angustias da hora presente, quando nas phosphorecencias e acclamações ruidosas das festas civicas, no coração de muitos haja esmorecido a confiança nos destinos da Republica, nós, que temos fé no Deus que ama a Terra de Santa Cruz, e não podemos descrêr dos destinos do Brasil, nós, genuflexos aos pés da Eucharistia, seremos a fé, a adoração, a prece, a reparação, o amor, a alma da Patria. (A CRUZ, 24 set. 1922, p. 1).

Nesse contexto, o Centenário da Independência foi saudado pelos sinos de todas as igrejas e capelas do país, que dobraram festivamente entre a meia-noite e as primeiras horas da madrugada de 7 de setembro de 1922. Em alguns estados, como em São Paulo, o alto clero tomou parte como convidado de honra nas recepções oferecidas por governadores em alusão à efeméride. (A CRUZ, 15 out. 1922, p. 3). Dos registros publicados n'*A Cruz* julgou-se pertinente reproduzir o da sequência a título de exemplificação da visibilidade que a Igreja pretendeu assumir naquele evento histórico:

> Foi e continua a ser bellissima a participação da Egreja Catholica nas festas do Centenario. Por toda a parte do immenso Brasil: – hymnos, repiques festivos, preces, conferencias, missas campaes, solennes 'Te Deum' e mil outras manifestações confirmadoras do seu entranhado amor á querida e incomparavel Patria Brasileira. Não houve um recanto, por modesto que seja em que não haja ella expandido o seu jubilo intenso e carinhoso na glorificação da amada 'Terra de Santa Cruz'. É que o Brasil nasceu em seus braços maternaes e foi

> por ella com dedicado amor, formada e engrandecida. Demais é na sua escola de 'columna da verdade' que se aprende o verdadeiro patriotismo. (A CRUZ, 15 out. 1922, p. 2).

O evento de maior ressonância patrocinado pela Igreja foi a realização, sob a batuta de Dom Sebastião Leme, de um Congresso Eucarístico no Rio de Janeiro entre os dias 28 e 30 de setembro. Essa data foi estrategicamente escolhida, pois no final daquele mês as comemorações oficiais nos estados já teriam sido postas a termo, enquanto na capital federal a Exposição Universal estaria em seus momentos iniciais e as delegações estrangeiras ainda se fariam presentes. Isso facilitaria os deslocamentos dos bispos e dos representantes diocesanos para o Rio de Janeiro, transformando o Congresso Eucarístico em um acontecimento nacional amplamente pautado na imprensa e na opinião pública, visibilidade que permitiria ao episcopado reivindicar junto aos poderes republicanos uma atuação mais efetiva nos destinos da nação. (A CRUZ, 24 set. 1922, p. 1).

De fato, uma enorme multidão de fiéis, prelados, intelectuais e políticos acorreu ao Congresso Eucarístico, transformando a celebração católica em espetáculo de rua, "uma estupenda manifestação de fé e patriotismo". Os discursos exaltaram o papel exercido pela Igreja na construção da identidade nacional e a importância do catolicismo como símbolo de união entre os brasileiros, "[...] que desde o descobrimento até aos mais recentes lances da sua Historia, acompanhou e animou a inteira vida de nossa Patria". (A CRUZ, 12 nov. 1922, p. 1). Além do envio de delegados, as dioceses se uniram ao Congresso Eucarístico do Rio de Janeiro através de tríduos eucarísticos celebrados nas paróquias. Em Cuiabá, o governo do arcebispado elaborou o programa do tríduo convocando fiéis e associações religiosas para acorrerem às igrejas e capelas de São Gonçalo, do Bom Despacho, do Asilo Santa Rita, da Catedral e de Nossa Senhora do Rosário entre os dias 28 de setembro e 1° de outubro para adorar Jesus Sacramentado exposto nos altares. (A CRUZ, 24 set. 1922, p. 1).

O programa das comemorações oficiais e populares do Centenário da Independência na capital de Mato Grosso foi publicado na edição de

3 de setembro d'*A Cruz*. Nele estavam previstos os seguintes eventos da "[...] gloriosa ephemeride nacional que nesse dia todo o nosso paiz festejará em justas e enthusiasticas expansões de regosijo popular":

1. Sessão do Instituto Historico de Matto-Grosso no Palácio da Instrução, às 9h00, para inauguração do retrato de Augusto Leverger com laudatório de Estevão de Mendonça, seguida da sessão de posse da diretoria do Centro Matto-Grossense de Letras eleita para o biênio 1922-1923;

2. Recepção oficial no Palácio do Governo, às 14h00, oferecida pelo Presidente do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, em alusão à grande data nacional;

3. Abertura do campeonato de 1922 da Liga Matto-Grossense de Sports Athleticos, às 15h00, com participação dos três clubes associados[26];

4. Retreta no Jardim Alencastro, às 17h00, executada pelas bandas do 16° Batalhão de Caçadores e da Polícia com participação de coros escolares[27];

5. Exibição na Praça da República, a partir das 20h00, de filmes cinematográficos;

6. Sessão solene conjunta do Instituto Historico de Matto-Grosso, do Centro Matto-Grossense de Letras e do Gremio Literario Julia Lopes, às 20h00, no Cine Parisien com discurso de Manoel Paes de Oliveira e sarau lítero-musical;

7. 7) Desfile noturno (*marche aux flambeaux*) das forças federal e estadual pelas principais ruas da cidade[28] (A CRUZ, 3 set. 1922, p. 1).

---

26 O evento teve lugar na Praça Luís de Albuquerque, sendo bastante concorrido conforme registrou folha concorrente d'*A Cruz*. A primeira partida foi disputada entre o Tiradentes e o Commercial, com vitória do último por 2x0, enquanto na segunda defrontaram-se o Commercial e o Tupi, que venceu por 3x0. Na ocasião, o intendente de Cuiabá entregou à Liga Matto-Grossense dos Sports Athleticos a Taça Municipal que estava sendo disputada pelos três clubes (O-JORNAL, 16 set. 1922, p. 2).

27 Foram executados os hinos Nacional, da Bandeira, da República e da Independência, além de peças clássicas e trechos de óperas e sinfonias (O-JORNAL, 16 set. 1922, p. 2-3).

28 *Marche aux flambeaux* é uma marcha militar que, ao som de música, percorre os logradouros públicos. O desfile referido saiu da praça da República e dela tomaram parte militares, associações esportivas e operárias e enorme massa popular que entoou hinos e canções patrióticas (O-JORNAL, 16 set. 1922, p. 3).

Na edição seguinte, de 10 de setembro, o periódico, ao realizar o registro dos festejos, salientou que: "Vibrou de enthusiasmo a alma cuiabana na data gloriosa do centenario da independencia da nossa Patria". Não obstante, o jornal, ao que parece, reclamava a operacionalização de um programa com a pompa que a circunstância, a seu ver, requeria, pois emendou que: "Apezar de pouco se esperar do que se pudesse fazer para se festejar condignamente em nossa capital o 1° Centenario da nossa independencia, foi cheio de festividade aquelle dia". (A CRUZ, 10 set. 1922, p. 1). Uma opinião bem diferente da gazeta concorrente que, ao encerrar suas notas sobre as festividades em Cuiabá, manifestou o seguinte:

> Aqui deixamos as nossas congratulações ao povo e ao governo pela fôrma brilhante com que saudamos e festejamos a data gloriosa do primeiro centenario da nossa independencia, provando assim o nosso entranhado amôr patriotico e elevada educação civica, bem comprehendendo o valor extraordinario da immortal data. (O MATTO-GROSSO, 10 set. 1922, p. 1).

No prosseguimento do registro, *A Cruz*, além de confirmar a realização dos eventos anteriormente anunciados, destacou que:

> Desde alta madrugada foi a nossa população despertada pelos vivas do operariado que tendo-se adherido àquelles festejos organizou uma passeata pelas principaes ruas da nossa capital; seguiram-se os toques de alvorada, alegres repiques de sino, hasteamento da bandeira nos quarteis, ceremonia do juramento á bandeira no 16. batalhão, seguindo-se disputado match entre os teams do Patria Foot-ball Club, no largo do Arsenal. (A CRUZ, 10 set. 1922, p. 1).

Neste entrecho, cumpre destacar que no início da década de 1920 a cena cultural brasileira assistia à emergência de um grupo de intelectuais que assumiram a filiação católica como traço importante da identidade dos seus trabalhos. Muitos desses intelectuais pertenciam à elite letrada e exerciam a profissão de jornalista, estando inseridos nas estruturas do poder político republicano. O episcopado aproveitou a emergência desse movimento, consubstanciado na fundação do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*, para revitalizar o ideário cristão entre as elites, bem

como expandir sua ortodoxia entre os demais grupos que compunham a sociedade (MIGUEL, 2016).

Na Arquidiocese de Cuiabá, as instituições culturais existentes, a despeito de seu caráter laico, eram umbilicalmente vinculadas e estimuladas pela Igreja local, pois muitos de seus membros se assumiam como católicos militantes. Não é outro o motivo pelo qual *A Cruz*, ao noticiar os eventos comemorativos do Centenário da Independência, não poupou loas à sessão solene realizada pelas instituições culturais da cidade no Cine Parisien, destacando que: "[...] a maior festividade do dia, aquella em que se concretisaram todos os sentimentos do povo cuiabano, foi a grande sessão civica realizada á noite, no Cine, e promovida pelo Instituto Historico, Centro de Letras e Gremio Julia Lopes". O periódico ainda apresentou uma ressalva nestes termos: "Por absoluta falta de espaço e de tempo não nos foi possivel publicar neste numero o discurso official proferido nessa occasião pelo nosso eminente conterraneo Dr. Manoel Paes de Oliveira [...]", que foi definido pelo redator como uma "extraordinaria oração que poderia ser ouvida pelos mais exigentes auditorios de qualquer parte do Brasil". (A CRUZ, 10 set. 1922, p. 1).

A edição seguinte reproduziu, em sua íntegra, o discurso proferido pelo intelectual. O teor do documento revela um discurso longo (ocupou 1/3 das quatro páginas do jornal, ou quase 9 colunas) que tocou em personagens e acontecimentos que concorreram para a emancipação política do Brasil. Dentre os citados e comentados estão: Filipe dos Santos e a Revolta de Vila Rica, Joaquim José da Silva Xavier e a Inconfidência Mineira, José Bonifácio de Andrada e Silva (e seus irmãos), Hipólito da Costa, José Clemente Pereira, Joaquim Gonçalves Ledo, frei Francisco Sampaio e Januário da Cunha Barbosa. Ao término da reprodução, a folha católica ainda observou, entre parênteses, que: "As ultimas palavras do eloquente orador ["Viva a liberdade!"] foram cobertas de vivas e applausos calorosos do enorme e brilhante auditório". (A CRUZ, 17 set. 1922, p. 1-2).

Um último ponto a ser observado nas reflexões até aqui desenvolvidas é o de que Mato Grosso adentrou na década de 1920 experimentando transformações no modo como as elites políticas se organizavam para

exercer e controlar o poder de mando no Estado. A eleição de Dom Aquino Corrêa, em 1918, colocou um ponto final nos movimentos armados arquitetados pelas facções coronelistas que anteriormente mobilizavam milhares de homens para a derrubada de grupos políticos que estavam no poder, as chamadas "revoluções", ou para a reconquista de posições anteriormente ocupadas no mando político estadual, as "contrarrevoluções". Todavia, o interior do Estado ainda continuou sendo assolado por bandos armados, não raro constituídos pelas próprias forças policiais, que destruíam lares e cometiam estupros, incêndios, torturas e diversos outros tipos de violência. Costumeiramente a imprensa da época, incluindo *A Cruz*, denunciava em letras garrafais tais desmandos reclamando das autoridades constituídas ações enérgicas para o seu combate.

Os bandos encontravam no interior do Estado um cenário que lhes favorecia, dado as longas distâncias que separavam as localidades, as dificuldades de acesso e a força repressora diminuta ali existente. Todavia, a violência praticada pelo corpo policial causava ainda mais agonia nas populações que viviam nos sertões, posto que representantes oficiais da lei e da ordem que desrespeitavam. É nesse contexto que findo as comemorações cívico-religiosas do Centenário da Independência, a folha católica em apreço denunciou que:

> Saques, incêndios, morticinios, correrias, prantos lancinantes, gemidos, eis ahi como representou Matto-Grosso nos festejos do centenario da independencia politica do Brazil!
>
> Emquanto em outros Estados da Federação brazileira procuraram os poderes publicos incentivar a lavoura, base da riqueza nacional, em Matto-Grosso assistimos o doloroso espetaculo da sua destruição. (A CRUZ, 12 nov. 1922, p. 1).

A denúncia constava em um artigo assinado por Feliciano Galdino e intitulado *O Centenario em Mato Grosso: dolorosa tragedia em Rosario Oeste: uma povoação reduzida a cinzas*. Narra o jornalista citado que uma força policial composta por 10 praças havia saído de Cuiabá com o objetivo de prender um lavrador residente nas proximidades do rio Mutum. Essa força policial, depois de incorporar um grupo de paisanos, cometeu diversas arbitrariedades na zona rural daquele município. Dentre os delitos

arrolados pelo jornalista estavam o saque e incêndio de 14 casas, assassinato de lavradores, espancamento de mulheres e o estupro de duas meninas. Tudo isso porque "Informados de que o lavrador que pretendiam elles capturar era um homem reconhecidamente valente etc., e temendo um encontro com elle apezar de se achar só, sobre todas as casas que de longe avistavam cerravam vivo fogo e depois que se aproximavam saqueavam-nas e as incendiavam". (A CRUZ, 12 nov. 1922, p. 1).

No mesmo artigo, o jornalista recordou que alguns dias antes uma outra força policial havia agido com a mesma brutalidade na "[...] pacifica zona de Mata Cavallos que foi como preludio da infernal orchestra que devia executar em Rosario Oeste, durante os festejos do nosso centenario [...]". Na redação do artigo:

> Em Livramento, a zona de maior producção agricola, fornecedora do mercado da Capital, foi anniquilada a lavoura pelas autoridades policiaes e apaniguados do governo por se terem os lavradores recusado a proposta de abandonarem suas propriedades para se recolherem ás roças daquelles tyrannetes, e logo depois foi igualmente destruida a lavoura do Mutum, em Rosario Oeste, por uma outra força fornecida pelo governo á requisição de Manoel do Couto por parte de sua gente, porque outra occupação não tendo aquelle snr. Couto, senão fazer rapinagem, pretendeu cessar a bala as reclamações dos pobres prejudicados. (A CRUZ, 12 nov. 1922, p. 1).

Como se vê, o Centenário da Independência em Mato Grosso não foi pontuado apenas por festas harmônicas que exaltavam o grande acontecimento nacional. Em diversas localidades do Estado, o cotidiano da população ainda continuava permeado por saques, roubos, assassinatos e medo, razão pela qual o artigo foi concluído com estas palavras nada esperançosas: "Triste, tristissima situação! Pobre Estado que rola para o abysmo!". (A CRUZ, 12 nov. 1922, p. 1).

Considerações finais

A Igreja Católica participou ativamente das comemorações do Centenário da Independência em 1922, ocasião em que colocou à disposição do Estado sua força mobilizadora e seu patrimônio simbólico representado na missão que desempenhou na consolidação da união e da identidade nacional e no respeito que seus fiéis nutriam aos poderes legitimamente constituídos. As festas cívicas representavam ocasiões em que a hierarquia católica manifestava interesse em estreitar relações com os governos republicanos, abaladas desde a implantação do Estado laico no Brasil em 1889.

Consubstancial a essa realidade, os valores cívicos, nos discursos e nas pastorais, passaram a ser colocados no mesmo patamar de importância dos valores cristãos e a Igreja se tornou grande promotora do patriotismo no país. O verdadeiro brasileiro era, antes de tudo, um católico temente a Deus, cumpridor da ortodoxia e obediente à hierarquia eclesiástica e civil.

Percebeu-se, nas páginas d'*A Cruz*, que os discursos e ações do episcopado voltaram-se para a representação de um Brasil essencialmente católico, religião que compartilhava com o Estado valores, ideais e inimigos comuns. A descrição que o periódico realizou das Festas do Centenário atesta o esforço da hierarquia eclesiástica em preservar o Brasil como nação católica por meio de uma relação com o aparato estatal que lhe permitisse interferir em suas estruturas e na formulação de políticas públicas. Era preciso externar às autoridades laicas que a Igreja não era apenas a espinha dorsal da nacionalidade, mas uma instituição de vital importância para assegurar a estabilidade do regime republicano, em crise durante toda a década de 1920.

Na Arquidiocese de Cuiabá, a Igreja Católica igualmente procurou se colocar em posição de grande visibilidade nas Festas do Centenário. Para isso, *A Cruz* se constituiu no principal instrumento de propagação do patriotismo cristão defendido pelo arcebispo Dom Aquino Corrêa. Em suas páginas, os jornalistas católicos, muito deles vinculados ao meio cultural, conferiram visibilidade à atuação do arcebispado na defesa dos

valores cristãos, cívicos e patrióticos e na parceria que a Igreja ofereceu ao Estado durante as Festas do Centenário. Um esforço que se articulava ao projeto eclesiástico nacional, do qual Dom Aquino Corrêa era um dos maiores representantes, de retomada do poderio espiritual católico através da sacralização do poder civil republicano.

Referências

A CRUZ. 1922-1923. Acervo digital da Biblioteca Nacional.

ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL. *Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016. Disponível em: https://atlas.fgv.br/verbetes/exposicao-internacional-do-centenario-da-independencia-do-brasil. Acesso em: 4 out. 2021.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Cultura cívico-escolar católica e desfiles patrióticos no Brasil do início do século XX. *Varia historia*, Belo Horizonte, v. 30, n. 53, p. 391-403, maio/ago. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vh/a/gmdRjcfKHBmhWKrN3GSSgWx/abstract/?lang=pt. Acesso em: 4 out. 2021.

CARTA pastoral do episcopado brasileiro ao clero e aos fieis de suas dioceses por occasião do Centenario da Independencia. Rio de Janeiro: Papelaria e Tipografia Marques, Araújo e Cia., 1922.

COMETTI, Pedro. *Dom Aquino Corrêa, arcebispo de Cuiabá*: vida e obra. Brasília: Senado Federal, 1994.

CRUZ, André Silvério da. O pensamento católico à procura de lugar na Primeira República brasileira. *In*: ALBUQUERQUE, Eduardo Basto (org.). *Anais do X Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões* – "Migrações e Imigrações das Religiões". Assis, ABHR: 2008.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2006.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Exposição universal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenarioIndependencia/ExposicaoUniversalRJ. Acesso em: 4 out. 2021.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo: Loyola, 1983.

MATOS, Alex de. *A Igreja do Bom Despacho*: arquitetura e simbolismo. Cuiabá: Grafite, 1998.

MENDES, Marcos Amaral. *Entre irmandades e jesuítas*: história da Igreja do Rosário em Cuiabá-MT (1750-1981). Curitiba: Appris, 2020.

MIGUEL, Bruna Aparecida da Silva. *Os intelectuais leigos e o Centro Dom Vital*: à luz das publicações da revista A Ordem. (Dissertação) – Mestrado em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/875. Acesso em: 4 out. 2021.

NASCIMENTO, Evando. A Semana de Arte Moderna de 1922 e o modernismo brasileiro: atualização cultural e "primitivismo" artístico. *Gragoatá*, Niterói, n. 39, p. 376-391, 2. sem. 2015. Disponível em: https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33354. Acesso em: 4 out. 2021.

O-JORNAL. 16 set. 1922. Acervo digital da Biblioteca Nacional.

OLIVEIRA, Daniel Freitas de. *O jornal A Cruz*: imprensa católica e discurso ultramontano na arquidiocese de Cuiabá (1910-1924). (Dissertação) – Mestrado em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016. Disponível em: https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/03/Dissertação_Daniel_Oliveira.pdf. Acesso em: 4 out. 2021.

O MATTO-GROSSO. 10 set. 1922. Acervo digital da Biblioteca Nacional.

200 anos de independência: será que realmente somos independentes?

(A desconstrução dos arquétipos do atraso como afirmação de nossa efetiva independência)

200 Years of independence: are we really independent ?

(The desconstruction of the archetypes of delay as the affirmation of our effective independence).

Túlio Eugênio dos Santos[29]

RESUMO: Análise da desconstrução dos arquétipos do atraso como a afirmação da nossa efetiva independência. A instrumentalização da desmistificação desses entraves e reconstrução dos valores éticos aptos a corrigir os equívocos em nossa formação identitária e promover o desenvolvimento por meio do uso da teoria do agir comunicativo.
Palavras-chave: Filosofia. Arquétipos do atraso. Desconstrução. Independência.

ABSTRACT: Analysis of the desconstruction of the archetypes of delay as the affirmation of our effective independence. The instrumentalization of this demystification of these obstacles and reconstruction of ethical values able to correct the mistakes of our identity formation and promoting the development through the use of the theory of communicative action.
Keywords: Philosophy. Archetypes of delay. Demystification. Independence.

29 (juiz de direito no estado do Ceará, graduado pela Universidade Federal de Mato Grosso, mestre em Direito ao Desenvolvimento, tulioeugeniodossantos@yahoo.com.br).

1. Justificação

Inicia-se aqui um artigo científico o qual possui como finalidade averiguar se somos, de fato, uma nação efetivamente independente. Tentamos neste breve artigo fazer um exame de consciência sobre os principais problemas os quais pairam no âmbito cultural e da psiquê coletiva nacional e que obstaculizam o desenvolvimento, a emancipação e a independência efetiva. Destacaremos a necessidade de identificar tais entraves amalgamados na formação identitária nacional e a viabilidade de desconstruir tais arquétipos nocivos por meio do uso do instrumental linguístico e filosófico da teoria habermasiana.

2. Introdução

Independência ou Morte é conhecida pela pintura a óleo do artista Pedro Américo, a qual eternizou o gesto oficial da fundação do Brasil independente, ocorrida em 7 de setembro de 1822. Apesar dessa versão romantizada, tal imagem encontra-se enraizada no imaginário de nosso povo. Cabe-nos indagar se este ato implicou numa ruptura efetiva ou se não passou de um bradar meramente retórico, que não surtiu os necessários efeitos. O dicionário, esclareça-se, define a palavra independência vinculando-a diretamente à conceituação de autonomia e à qualidade de ser livre e não depender de ninguém. (AURÉLIO, 2009, p. 1904).

Destarte a declaração formal de independência, há certo consenso entre os historiadores, o qual aponta a reles substituição da dependência do mercantilismo colonial por outra espécie de submissão atrelada ao capitalismo então emergente. Essa perspectiva é tão arraigada que chega a constituir um clichê histórico. Todavia, transcendendo esses fenômenos políticos e econômicos que se encontram na superficialidade dessa consciência coletiva que insiste em vitimizar-se e imputar causas exógenas ao nosso subdesenvolvimento, decidimos realizar abordagem sob ângulo diverso. Consideramos fatores internos os quais vão da dissecação dos mitos fundadores da nação até as distorções detectadas nessa formação identitária brasileira.

Catalogamos de maneira exemplificativa alguns dos inúmeros mitos nocivos impregnados em nossa cultura os quais continuam a ser replicados

de modo inconsciente e defendemos a necessidade de desconstrução linguística destes signos, que batizamos como arquétipos do atraso. (SANTOS, T. 2019, 37). Identifica-se, assim, a necessidade de encararmo-nos enquanto nação, de efetuarmos esse exame de consciência constatando tais vícios e patologias para depois proceder-se à libertadora desmistificação e ressignificação desses entraves e rumarmos à efetiva emancipação. Nota-se, desta feita, estarmos diante de uma nova abordagem, a qual não é apenas efetuada sob ângulo diverso e que também revela-se multifacetada e complexa, encontrando na teoria habermasiana do agir comunicativo o respaldo e instrumental adequados para lidar com tais questões sedimentadas na dimensão simbólica.

3. Cultura, psicologia coletiva, arquétipos e linguagem

Jaguaribe ressalta que a percepção da própria mortalidade através da celebração dos primeiros ritos fúnebres trouxe a autoconsciência ao *homo sapiens* dessa distinção entre o corpo e o "eu" e é neste exato ponto onde o saber instintivo resta superado, constata-se o surgimento da cultura como um conceito complexo, o qual se espraia em diversos níveis e diz respeito à relação entre o corpo e o espírito humano. (JAGUARIBE, 2001 p. 91).

Existem, todavia, vários outros conceitos de cultura. Alguns teóricos conceituam a cultura como uma construção histórica, dimensão do processo social (SANTOS, 1983 p. 45). Açambarcaria a cultura elementos muito mais profundos e complexos que apenas o idioma, os costumes ou as tradições superficiais etc., englobando também processos seculares de produção e trabalho, lutas e modos pelos quais um povo se esculpiu (Ibidem, p. 70). Embora muitos doutrinadores conceituem cultura como ferramenta de dominação, posicionamo-nos no sentido de reconhecê-la enquanto instrumento de libertação, servindo inclusive como arcabouço de adaptação que viabilizará a sobrevivência da identidade cultural de um povo nestes novos tempos.

Apesar de relevante, não se está a falar aqui dessa concepção rasa de cultura. Aprofundamos o estudo do assunto identificando o ponto

onde a cultura entrelaça-se com a psicologia coletiva e com a linguística. Esse será o nosso campo de pesquisa. E cavoucando os elementos básicos da psicologia coletiva encontramos conceitos fundamentais como instinto, memória atávica e arquétipos. O instinto é instigação, impulso (CUNHA, 2010, p. 439). Trata-se o instinto de impulso que antecede a esfera do racional e que compõe a parte primitiva da mente humana, sendo inerente também a todos os animais. A memória atávica vem num momento posterior e situa-se numa região de intersecção entre instintos e arquétipos. Revelam-se como reminiscências hereditárias antropológicas as quais vão da figura do macho caçador e provedor até a sensibilidade e intuição feminina, forjada durante milênios nos quais a fêmea foi obrigada a ler e decifrar expressões, necessidades e vontades de crias ainda incapazes de se comunicar verbalmente. E para além do instinto e da memória atávica, apresentam-se os arquétipos. Embora não sejam tão viscerais quanto seus antecessores, os arquétipos são mais elaborados e sofisticados, encontrando-se numa região psíquica mais superficial e conectada à cultura.

E já adentrando na psicologia coletiva, Jung diferencia o inconsciente pessoal do inconsciente coletivo e esclarece que enquanto o inconsciente individual constrói-se através da experiência pessoal do sujeito (complexos, recalques, elementos esquecidos, reprimidos etc), o inconsciente coletivo, por sua vez, apresenta-se como conteúdos os quais nunca estiveram na consciência e que não foram adquiridos individualmente mas que devem a sua existência apenas à hereditariedade (JUNG, C.G, 2002. p. 53-54)

Os arquétipos são elementos integrantes desse inconsciente coletivo. Levy-Brüll denomina-o como *représentation collectives* e Adolf Bastian designa-os de *pensamentos elementares* ou *primordiais* (JUNG, C.G, 2002, Arquétipos e o Inconsciente Coletivo, p. 53-54). Jung reitera que o inconsciente coletivo não se desenvolve individualmente mas é herdado, preexistente. Tais conteúdos transmitem-se por via dos arquétipos os quais só posteriormente podem aflorar de modo consciente (Ibidem, p. 54). Os arquétipos são, portanto, representações simbólicas ou até mitológicas arquivadas no inconsciente coletivo da humanidade.

E se os arquétipos encontram-se enraizados nas profundezas do pensamento e do inconsciente coletivo, imprescindível anotar que eles materializam-se na concretude do mundo cognoscível por via dos signos. Eis a área de intersecção da cultura com a linguagem e a simbolização desta. Relevante perceber como a linguagem interage com a cultura influenciando inclusive o processo histórico. A análise dos signos em todas as suas manifestações, linguísticas ou não, e sua interação dialógica com os sistemas significantes que integram, ganhou o nome de semiótica. (PEIRCE, C.S, 1999).

É sob esta perspectiva *semiótica* de examinar os signos das manifestações culturais que afloram *naturalmente* na realidade, que encaramos a investigação, daqui pra frente. Acrescentamos a esta abordagem *semiótica* a perspectiva *estruturalista*, advinda da *Antropologia Estrutural* de Saussure [a].

Mencione-se que em entrevista à *Folha de São Paulo*, Lévi-Strauss traça o fluxograma do itinerário da mescla das perspectivas científicas. Enfatiza que, num primeiro momento, a linguística e a psicologia, que antes situavam paralelamente uma à outra, convergiram para fundirem-se na antropologia (etnologia estrutural), concebida por Lévi-Strauss. Emergiram daí diversas correntes outras, classificadas como linhas pós-estruturalistas. A *esquisoanálise* (Deleuze), o *desconstrucionismo* (Derrida) e *genealogias* (FOUCAULTt)[a].

Apesar de todas essas considerações e teorias, a cultura primitiva ainda nos guia. Muito do que somos hoje ainda situa-se neste âmbito referencial relativamente antigo. Quando falamos de essências humanas é dos arquétipos que estamos a falar. Os arquétipos constatados por Jung, ao nosso compreender, podem ser catalogados.

Limitamo-nos, por hora, a traçar essa divisão didática. Fracionamos os arquétipos em *arquétipos universais* e *arquétipos comunitários*. Os arquétipos universais são aqueles que traduzem bases culturais tão profundas que são comuns a toda a humanidade. São os mitos seminais. Podemos citar como exemplo o mito da caverna de Platão, o complexo de Édipo, complexo de Electra, Aracne, Eros e Tanatos, o mito de Sísifo, dentre outros. Os arquétipos universais são referências impregnadas no inconsciente da

psiquê humana, que passam de geração a geração, há milhares de anos. Os arquétipos comunitários, ao nosso compreender, são aqueles situados numa região mais superficial da psique humana. Passam, igualmente, de geração a geração, mas desenvolvem-se como instrumento de agregação de um povo específico e não de toda a humanidade. São os elementos de identidade que garantem a unidade deste mesmo povo. Crenças comuns, valores, éticas, idioma, costumes, modos de produção etc. É a base de uma civilização específica. Relevante assinalar que, conforme observamos, a cultura, apesar de dinâmica, é capaz de impregnar-se no inconsciente coletivo. Ela edifica-se ao longo do processo histórico no qual determinado povo está inserido e os valores daí advindos constituem a representação desta experiência.

Embora a psicologia coletiva envolva, obviamente, o estudo dos arquétipos, situamos a psicologia também como uma referência destinada também a estudar comportamentos coletivos mais atuais. A psicologia de massas e o efeito manada, tão presentes no mundo contemporâneo e globalizado, são exemplos dessa abordagem. Tais fenômenos ocorrem na superfície horizontal da psiquê humana. Se formos em outra direção e verticalizarmos esse exame, aprofundando-o, alcançamos a região dos arquétipos. Efetuamos essa breve digressão didática com o intuito de que estas noções sirvam posteriormente à avaliação de alguns arquétipos culturais comunitários os quais, como já assinalado, consideramos nocivos e impeditivos de uma verdadeira liberdade e autonomia. Reiteramos que identificaremos esses arquétipos do atraso, verificaremos se eles constituem produto de uma formação cultural deficitária, analisaremos em que medida eles obstaculizam a verdadeira emancipação e independência.

A linguagem como "medium" de cultura

Skinner principia o seu livro *Verbal Behavior* a estipular que *os homens agem sobre o mundo e o transformam, e são, por sua vez, transformados pelas consequências de suas ações*. Define ele como comportamento verbal toda espécie de gestos, sinais, ritos e, claro, a linguagem (SKINNER, *apud* LANE, Silvia T. M, 2001, p. 32). A linguagem em si, é comumente definida como o produto de uma coletividade. Reproduz conhecimentos e valores associados a práticas sociais cristalizadas, ou seja, a linguagem

traduz uma *visão de mundo* de um povo, de um grupo social (Idem). É também um processo de comunicação, de intercâmbio social.

Interessante é a perspectiva de Vygotski sobre o assunto. Delineia este autor que *a palavra é um microcosmo da consciência humana* (VYGOTSKI, *apud* LANE, S., 2001, p. 33). José Luiz dos Santos evidencia que tais processos de simbolização são muito importantes no estudo da cultura. São esses *processos de simbolização* que permitem que o conhecimento seja sintetizado, que as informações restem processadas, que a experiência acumulada seja transmitida e transformada (SANTOS, 1983). Simbolização é o processo de substituição de uma coisa por aquilo que ela significa. É desta forma que o significado expresso em uma palavra descreve um sentimento, um objeto, paisagem etc., substituindo a coisa em si.

Assim, seja como representação de coisas ou como expressão cósmica da consciência humana, a linguagem possui uma função vital tanto na construção da cultura como da própria sociedade. Essa relação entre a linguagem, seus signos e a realidade, como dissemos, é denominada *semiologia*.

Mas, acaso tentemos aprofundar ainda mais análise da questão, observaremos em Leontiev (LANE, 2001, p. 32-39) uma tese relevante, cujo exame é necessário. Sustenta este doutrinador que os significados atribuídos à palavra transitam em duas esferas concomitantes, interligadas entre si. A primeira esfera corresponderia aos significados produzidos pela sociedade, no âmago da consciência social, durante o processo histórico. A segunda diz respeito à internalização e subjetivização de tais significados na esfera pessoal do indivíduo, o qual, por sua vez, metaboliza e processa as informações e devolve-as ao mundo circundante, dando o seu sentido pessoal.

Como se pode facilmente perceber, o fenômeno da linguagem é fenômeno complexo. As palavras, na verdade, ao longo do processo de construção de uma sociedade, reverberam numa atividade semiótica dinâmica pela qual desenvolvem-se sistemas de significantes estruturados. A linguagem, a partir deste momento, passa a atuar não como uma expressão da consciência humana ou representação simbólica de significados. Ela funciona, em verdade, enquanto instrumento de mediação

superestrutural. Encaramos, assim, a linguagem como um *medium,* instrumento que atua inclusive no processo de formação da identidade cultural de um povo.

Conforme dito, é por via da *linguagem* que cristalizam-se muitos dos valores presentes em determinada comunidade. Os *signos ocultos embutidos na linguagem, as entrelinhas, os brocardos, a própria forma de ordenar gramatical e sintaticamente as frases, de estruturar um sistema de significação e até nos lapsos culturais e normativos expressam um modo de pensar e perceber o mundo inerente a um povo. Representam inclusive valores inconscientemente entranhados, entronizados*. (LANE, 2001, p. 32-39), Esta abordagem interdisciplinar que resgata as profundezas da formação brasileira permitirá um exame acurado das estruturas sobre as quais se assenta a nossa cultura. Esta análise permitirá a identificação dos arquétipos do atraso e viabilizará a incorporação de valores à linguagem e à cultura.

4. Breves noções da teoria habermasiana do agir comunicativo e a necessidade de identificação dos principais arquétipos do atraso

Habermas encara tais processos de entendimento advindos do agir comunicativo sob o viés estrutural, sendo o resultado desconcertante. Desvincula-se a visão oriunda de um ator singular ou de um macrosujeito sociopolítico e situa o seu foco no meio linguístico e nas interligações e interações dessas formas de vida e é como se a realidade concreta e o mundo pudessem ser vistos ou reduzidos à linguagem, cultura, valores, signos. O autor aprofunda a sua investigação, indo além da relação ontológica entre a linguagem e o mundo, alcançando o estudo semântico da linguagem como a análise formal do uso da linguagem e o problema da verdade no horizonte de comunicação linguística. O real é o que pode ser representado por proposições verdadeiras e o verdadeiro é o que pode ser explicado a partir da pretensão que é levantada por um com relação ao outro, no momento em que assevera uma proposição (PIERCE, *apud* HABERMAS, 1997, p. 32).

Esse pesquisador também constata ser a linguagem um medium de transmissão de informações e redundâncias, passando à coordenação

da ação por influenciação recíproca (In: HABERMAS, Direito de Democracia, p. 19, *apud* HABERMAS, J. Rekonstruktive vs verstehende Socialwissenschaften). A linguagem transmuta-se, portanto, em fator de integração social, negociando e harmonizando interpretações e a sua energia de ligação pode ser mobilizada para respaldar planos de ação, modificações da própria realidade etc. Ressalta o cientista que a verdade não se confunde com a vontade coletiva e assinala que a vontade coletiva produtora de cultura é formada pelos filtros do consenso e do pacto. A atuação dialética e tais filtros culturais e linguísticos é que viabilizará a desconstrução de valores arcaicos e nocivos, contribuindo para a inserção de éticas e valores positivos que sedimentem a reconstrução axiológica de novos conceitos (HABERMAS, 1997, p. 19).

Imprescindível anotar alguns elementos básicos da teoria do agir comunicativo. O Mundo da Vida, por exemplo, é o espaço onde se desenvolve o agir comunicativo, onde as estruturas simbólicas se reproduzem e constituem um saber válido. O mundo da vida é composto pela cultura, pela sociedade e pela personalidade e a sua dinâmica no espaço social e na dimensão do tempo histórico dá-se por meio de processos de reprodução (reprodução cultural, integração cultural e socialização) e os problemas ocorrem através das manifestações de crises e distúrbios de reprodução os quais repercutem como patologias da cultura, da sociedade e da personalidade (HABERMAS, *apud* BETTINE, 2021, p. 75/76).

Interessante sublinhar que embora Habermas fale em anomia ou anarquia como um dos vários efeitos da deformação do Mundo da Vida, acrescentamos ao seu rol a própria má formação de valores como outra patologia inerente a esta mesma deturpação. Acentua-se aqui a necessidade de fixar uma baliza moral sólida para distinguir quais valores devam ser cultivados numa sociedade e a baliza dos direitos humanos, das liberdades e do desenvolvimento ecoam como premissas básicas capazes de repelir eventuais tentativas de relativizações ou distorções. Apesar de não prever essa hipótese de correção em sua teoria, Habermas confirma a possibilidade de reconstrução da sociedade como um todo a partir da razão prática e dos valores e esse é um dos motivos pelos quais tentamos encaixar a desmistificação dos arquétipos do atraso como um singelo

apêndice em sua vasta e complexa teoria. Auxiliaria na reconstrução social. Uma vez apresentada a síntese da habermasiana teoria do agir comunicativo e o seu encaixe com a desconstrução de mitos nocivos, faz-se necessário, enfim, enumerar alguns desses arquétipos do atraso que infestam nossa cultura e sociedade e obstaculizam a verdadeira emancipação e independência.

5. Compilação de alguns arquétipos do atraso, a agregação de valores nocivos à cultura e a necessidade de desmistificação de tais desvirtuações entranhadas no inconsciente coletivo brasileiro

5.1 Introdução

Já versamos *en passant* sobre o tema dos arquétipos do atraso por ocasião da publicação do livro *A Codificação Administrativa* (SANTOS, 2019, p. 37-45), todavia o fizemos de modo bem mais restrito e superficial, focando inclusive nos vícios herdados pela burocracia nacional. Visa este artigo ampliar esse objeto de estudo de maneira a incluir a nossa cultura, o processo histórico brasileiro e até a formação de nossa identidade. Esclarece-se que tais representações simbólicas não surgiram por geração espontânea e elas são fruto de séculos de desvios incorporados ao padrão de comportamento do brasileiro os quais repercutem não apenas na replicação inconsciente e coletiva de hábitos errôneos mas também materializam-se em lapsos normativos incabíveis e até em resvalos contidos no próprio Hino Nacional. Embora não sejam fatores determinantes das condutas individuais, tais mitos nocivos arraigados no inconsciente coletivo e na cultura revelam-se como ambiente favorável ao aparecimento de vícios e patologias sociais. Crises econômicas, épocas de relativismo moral etc, reforçam a sombria possibilidade do aflorar dessa tendência já incubada.

Listamos abaixo alguns dos mencionados arquétipos do atraso que conseguimos, num primeiro momento, identificar: *1 – O mito edênico, a colonização por exploração e seus desdobramentos; 2 – O Hino Nacional (a preguiça dos trópicos e o mito do "deitado eternamente em berço esplêndido"); 3 – O mito*

da culpa católica; 4 – O mito do herói sem caráter (Macunaíma e o amoralismo caricatural); 5 – O mito do país do futuro, a procrastinação populista constatada na própria Carta Magna; 6 – O mito do "O Brasil não é um país sério" (De Gaulle); 6 – O mito do complexo de Vira – Latas de Nelson Rodrigues e o arquétipo de que não damos certo (a Fracassomania constantada por FHC); 7 – O mito da seca ou dos reveses climáticos ou naturais como a causa precípua do subdesenvolvimento; 8 – O mito do bom selvagem – a felicidade superficial e eufórica, o jeitimho brasileiro e a malevolência, do povo adorável, manso e carnavalesco (o novo arquétipo do batalhador brasileiro); 9 – O mito da miscigenação democrática das raças. O mito da Casa Grande e Senzala até hoje reproduzidos na maioria dos lares de classe média brasileiros etc (impossível ser feliz em meio à miséria e a pobreza, a inverdade de uma mistura resultante do estupro e do abuso e do mascarar do apartheid social aos neoquilombos das favelas); 10 – Os mitos que infestam a burocracia nacional, do patrimonialismo, clientelismo, servilismo e corrupção ao mito do governante salvador da pátria (Sebastianismo). (SANTOS, 2019, p. 37-50).

5.2 O mito edênico e demais arquétipos advindos da submissão secular ao colonialismo de exploração

É sob essa perspectiva que os mitos e a sua desconstrução devem ser encarados. O mito edênico ao qual nos referimos no título desse subtópico é difundido de modo equivocado no próprio ensino básico. As aulas de história prendem-se ao descritivismo de Caminha, o qual, nada mais faz senão reproduzir o bíblico mito edênico, a impressão primeira do país como uma terra paradisíaca. Entretanto, a maneira utópica como essa verdade estereotipada, retransmitida ao longo dos séculos, auxiliou sobremaneira à construção de um paraíso perfeito, onde imperam o conforto e, claro, a letargia. Em verdade, um país onde o culto à lassidão prevalece à ética do trabalho. É contra este mito seminal que ergue-se Faoro (2012), em sua obra *Os Donos do Poder*. Atenta o intelectual para a necessidade da desconstrução desta fantasia cravada no imaginário do brasileiro, há gerações. Ou, conforme abaixo transcrito:

> Mundo Idílico, voltado para o pobre homem filho da miséria, primeiro capítulo da invenção da América, durou pouco e desapareceu como um sonho. Ele desempenharia seu papel, mensagem cifrada das camadas dominantes aos desamparados na hora da colonização.

> A América não seria um exílio, nem o degredo: seria o reino da aventura, do salto da fome à ostentação senhorial. Ainda aí, nesta mágica transformação, há subterraneamente, o fio da rede mercantil que devora o mundo. O império da utopia não nega combate ou se opõe à realidade: ele a substitui, colocando, em lugar do ouro e da prata, a fantasia, para chegar onde o ouro e a prata levam. Ninguém foge ao tempo e à história. Esta máscara, máscara tecida de sonho e de imaginação, cairá, devorada, primeiro pela atividade mercantil, depois pela colonização, que a visão edênica, ajudará a promover. Quando a Europa impõe à América suas trocas, seu estilo comercial, seu sistema de exploração, o encantamento se retrai, e o duro dia-a-dia, amargo e sem perspectivas, falará sua linguagem (FAORO, 2012, p. 124).

O "começo" de nossa história enquanto povo, assim, já inicia-se do avesso, a partir do que não deveria ser. Justifica o comodismo e a indolência, atenta contra a ética do trabalho e do desenvolvimento, impregna-se na alma do cidadão valores contrários a independência pessoal, da livre iniciativa e vaticina-se de imediato o livre arbítrio e a busca da felicidade. Assume uma postura passiva, traduz a preguiça de séculos. Essa ideia inscrita na Carta de Caminha é um *signo* tão poderoso e insidioso que incorporou-se à própria letra de nosso Hino Nacional.

5.3 O Hino Nacional – a preguiça dos trópicos e o mito do "deitado eternamente em berço esplêndido"

O mito da preguiça dos trópicos advém de vários e vários séculos, encontrando -se também enraizada em nossa cultura. Teóricos já se debateram sobre o assunto e sustentam que o clima agradável induz à lassidão. Não bastasse isso a abundância e o acesso fácil às riquezas naturais somariam igualmente contra a construção de uma ética do trabalho em tais culturas. Inexistem provas científicas de até que ponto tais considerações são ou não verdadeiras e se efetivamente há influência do ambiente natural e do clima na construção cultural de um povo, mas, apesar disso, constatam -se lapsos inequívocos como o refrão do *deitado eternamente em berço esplêndido* do hino nacional (DUQUE-ESTRADA, 1922), o qual apresenta -se como a representação máxima desse imobilismo débil, supostamente vigente no paraíso tropical. Evidente que a

tentativa de uma reformulação ética desta magnitude requer não apenas a desconstrução em si, mas a sobreposição de filtros críticos, com vistas a despoluir a cultura desses arquétipos nocivos. Falaremos mais à frente sobre o reconhecimento de um arquétipo do atraso específico por ocasião da reformulação da letra do Hino Nacional australiano, efetuada conscientemente com a finalidade de corrigir erros históricos.

5.4 O mito da culpa católica

Há uma passagem bíblica emblemática, que constitui arquétipo católico bem arraigado no inconsciente coletivo brasileiro e latino-americano. O aludido trecho são os versículos 24 e 25, contidos em Marcos, 10.17 (BÍBLIA, 1999). Transcrevemos abaixo o inteiro teor deste diálogo travado por Jesus e seus discípulos, o qual subsiste ainda bastante presente no cotidiano. Ou, consoante explicitado abaixo:

> 24 E os discípulos se admiraram destas suas palavras; mas Jesus, tornando a falar, disse-lhes: Filhos, quão difícil é, para os que confiam nas riquezas, entrar no reino de Deus!
>
> 25 É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha, do que entrar um rico no reino dos céus.

A opção por ajudar os pobres não deve repercutir como uma opção por ser pobre, por camaradagem. Essa concepção é prejudicial e errônea. A pobreza é um signo maligno e não pode ser encarada como uma virtude. A pobreza purificadora da alma não é a pobreza material, mas sim, repita -se, a pobreza espiritual. Não, não estamos a falar aqui da pobreza espiritual em sua forma pejorativa do vazio existencial. Não. Ser pobre de espírito sob a perspectiva aqui abordada é na verdade ser simples em sua essência e não render-se à vaidade, à soberba ou ganância. Daí a metáfora. Só o pobre de espírito, o humilde é abençoado a ponto de ganhar o reino dos céus

Reiteramos, pregar a pobreza material é um erro crasso. A pobreza – e não o pobre enquanto ser humano – deve ser banida da face da Terra. Dogmas religiosos que cultuam a pobreza material como uma virtude e não uma miséria em si, entronizados de forma equivocada, enraizados como arquétipos negativos de culpa na cultura brasileira, também devem

ser eliminados. Assinale-se que um sistema fulcrado em valores éticos e até religiosos bem concatenados é capaz de superar este obstáculo de fundo impeditivo do desenvolvimento humano. É dessa nova hermenêutica crivada pela teologia da prosperidade e do trabalho adaptada também ao catolicismo que desvencilhar-se-á dessa culpa seminal, sem perder, evidente a sensibilidade, a empatia e o humanismo cristão

5.5 O mito do herói sem caráter (Macunaíma e o amoralismo) versus o batalhador brasileiro

Inegável o teor revolucionário do livro de Mario de Andrade pois trouxe pela primeira vez um cafuzo nativo como protagonista de um romance, numa época de exacerbado racismo. Macunaíma revela-se como um anti-herói surreal e propositadamente arquetípico que maltrata, xinga, ama etc. Apesar do mérito de alforriar o tipo negro e indígena do estereótipo da submissão domesticada, acaba por resvalar noutro equívoco o qual revela-se como uma falha de cálculo do autor ao redigir a obra:

> "1- MACUNAÍMA
> No fundo do mato virgem nasceu Macunaíma, herói da nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite. Houve um momento em que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo do Uracoera, que a índia tapanhums pariu uma criança feia. Essa criança é que chamaram de Macunaíma.
> Já na meninice fez coisas de sarapantar. De primeiro passou mais de seis anos não falando. Si o incitavam a falar exclamava:
> **Ai que preguiça!**..." (ANDRADE, Mario. Macunaíma, o herói sem nenhum caráter. 1998, p. 03)

O fragmento transcrito é autoexplicativo. Substitui-se o mito do bom selvagem domesticado pelo trickster de arquétipo indolente, tinhoso, o qual tem preguiça até para falar. Não se está aqui a tentar condenar personagens anárquicos como Macunaíma pois partimos do pressuposto que a liberdade da literatura deve ser ampla e irrestrita. Cabe-nos, todavia, enquanto povo, também exercer a outra face dessa liberdade, que consiste em escolher qual autoimagem ansiamos ter, quais lendas realmente desejamos inserir no nosso folclore ou no imaginário popular. Personagens babélicos como Gargântua e Pantagruel fazem mais

sentido na cultura europeia e servem para contrabalançar o puritanismo excessivo vigente por aquelas plagas. Destarte a fantástica interpretação de Grande Otelo no filme homônimo de Joaquim Pedro, questiona-se aqui sobre os nefandos efeitos culturais e sociológicos da adesão a uma narrativa presa a valores os quais atualmente poderiam revelar-se inclusive preconceituosos, caricatos e negativos.

Ainda nesta toada dos tricksters, outro arquétipo bastante conhecido é o de João Grilo, icônico personagem dos cordéis nordestinos, muito bem traduzido por Ariano Suassuna no seu O Auto da Compadecida. Evidente ser João Grilo um personagem ambivalente e a sua malandragem aparece como instinto de sobrevivência, como uma reação do oprimido às agruras do mundo. Há uma humanidade rude embutida no personagem. Existe também a resistência, a resiliência sempre risonha e serelepe. Inegável. Questionamos, contudo, até que ponto essa conduta anárquica pode repercutir como uma permissividade exagerada, elastecendo e afrouxando em demasia a fronteira entre o que é moral e imoral, entre o que é certo e errado. Corre-se o risco de absorção equivocada desse arquétipo, o qual, apesar de ser extremamente humano, é ambíguo. Defendemos o cultivo não só da resiliência mas também a valorização da ética do trabalho, do esforço e da sabedoria. Tais virtudes podem ser agregadas a personagens da nossa cultura, pois nelas as futuras gerações irão se espelhar e aprenderão a ser um povo que se leva à sério.

Destarte a crítica acima entabulada, não chegamos, por outro lado, ao exagero de aderir irremediavelmente ao discurso de força repleto de traços positivistas e utilitaristas como o exposto por Euclides da Cunha no seu Os Sertões. Essa obra restou eternizada por meio do aforismo de que "o sertanejo é, antes de mais nada, um forte", expressão a qual enraizou-se no inconsciente coletivo e que traduz a incongruência entre dois arquétipos nordestinos aparentemente antagônicos. Diz-se aparentemente porque, na essência, tanto a resiliência e a resistência do trickster João Grilo como a do sertanejo euclidiano são rigorosamente idênticas. Incumbe a nós apenas selecionarmos qual invólucro desejamos adotar para revestir essa essência comum e preexistente. Embora soem extremadas as percepções de Euclides da Cunha e do notável Ariano Suassuna, parece-nos mais atual e palpável o arquétipo do batalhador

brasileiro constatado por Jessé de Souza. Esse arquétipo retrata o herói anônimo nacional que ascende por via do labor e vai de uma condição sofrível para uma vida melhor, um pouco mais confortável e segura (SOUZA, 2009). Trabalho, inteligência, honestidade e não esperteza maledicente. Ou, nos termos do próprio autor, parafraseado por Bruno Cava em seu artigo Os batalhadores brasileiros:

> […] Os batalhadores tem que ser diligentes, astutos, determinados, espertos, polivalentes. Não podem se abater diante da adversidade, capazes de manter o futuro como um foco palpável de ação e expectativa, que os impele a continuar batalhando. Este desafio, os batalhadores enfrentam contra um histórico de violência simbólica por parte da sociedade brasileira, de preconceito e precariedade onde quer que se olhe, várias gerações atrás, sem interrupção. Para dar conta disso, essa formação social se apega ao que tem à mão, organiza-se em redes de cooperação e fraternidade, promove formas de comunidade e arranjos produtivos, no que atravessa as instituições e subsistemas que vai encontrando pelo caminho: a família ampliada, a igreja, o culto, a fé e o misticismo popular, as redes informais de comércio e socialidade (…). Para não sucumbir quando as crises se abatem sobre eles, orgulham-se do próprio sofrimento, transforma a eventual pobreza em motivo de mais luta e dignidade. Um "estoicismo prático do trabalhador", como chama o autor, com o que perseguem exaustivamente viver melhor, "subir na vida", crescer existencialmente as condições para si e para os seus." Jessé de Souza, *apud* CAVA, Bruno. Artigo científico Belo Horizonte, UFMG, 2012).

Como se pode notar, o saber acumulado e a cultura não são de todo homogêneos. Existem conflitos e contradições e após as reflexões sugeridas neste subtópico, exsurge a questão sobre decidir qual autoimagem pretendemos esculpir e adotar como nossa própria identidade enquanto povo, nação. Essa é uma decisão a qual deve vir do pacto e do consenso democrático da nossa própria gente, surgindo daí valores os quais favoreçam a nossa emancipação e efetiva independência.

5.6 O mito do país do futuro, a procrastinação populista constatada na própria Carta Magna

O termo do Brasil como *o país do futuro* foi cunhado pelo escritor Stefan Zweig (2018) em seu livro publicado em 1941, cujo título era

Brasilien – ein Land der Zukunft ª (Brasil, o país do futuro). Apesar da intenção original e equivocada do autor referir-se ao Brasil como o país do futuro por constituir uma democracia racial, a expressão foi indevidamente apropriada por governos populistas como *slogan*, dando-lhe uma conotação progressista. Essa perspectiva de um futuro exitoso permeou e fomentou vários planos de desenvolvimento como os Planos de Metas, os PND´s, os PIN´s, PAC´s etc. Após experimentar surtos de progresso entremeados por devastadoras ressacas econômicas, o país imergiu em ciclos repetitivos, quase sempre capitaneados por líderes sebastianistas. O futuro de pujança e desenvolvimento propalado revelou-se como uma promessa irrealizada a qual jamais se concretizou. O país do futuro é promessa descumprida e vilipendiada, perdida nas esquinas da demagogia barata. Miragem intocável, inalcançável. O futuro de desenvolvimento nunca veio e esse mito da procrastinação acabou incorporado na própria Constituição da República de 1988, que situa topológica e erroneamente o desenvolvimento como um *objetivo fundamental*, uma finalidade, quando, na verdade, deveria constituir uma premissa básica. Deveria o desenvolvimento figurar no artigo 1º da CF/88, que trata dos *fundamentos da república*, como o fez a Constituição Italiana no seu artigo 3º, classificando o desenvolvimento como um *princípio fundamental* (CONSTITUZIONE ITALIA, Senato della Repubblica, Roma, 2018, p. 06). Não se trata de uma reles questão semântica. É muito mais do que isso. Esse lapso normativo, verdadeiro ato falho do legislador revela quão profundos e poderosos são os arquétipos do atraso, nesse caso em específico, o mito da procrastinação.

5.7 O mito do "O Brasil não é um país sério" (frase equivocadamente atribuída à De Gaulle)

O mito da frase atribuída à De Gaulle de que *Le Brésil n´est pas un pays serieux (*O Brasil não é um país sério) é um desses arquétipos também infelizmente impregnados no inconsciente coletivo brasileiro. A sentença remete a um episódio diplomático quase folclórico da diplomacia na qual o Brasil chegou a declarar guerra à França. Foi a conhecida *Guerra da Lagosta,* na qual não se disparou um só tiro (PEREIRA, 2018). O imbróglio internacional restou resolvido amistosamente por via de

uma negociação diplomática. E a frase *Le Brésil n´est pas un pays serieux,* atribuída a De Gaulle foi relatada sem alarde pelo então embaixador Carlos Alves de Souza, no seu livro *Um Embaixador em Tempos de Crise*, ao comentar uma frase que teria sido dita, *in off*, pelo então presidente francês, ao tomar conhecimento da fundamentação jurídica brasileira sobre a questão da pesca em águas territoriais brasileiras. O episódio encontra-se também retratado às fls. 1044 do livro *Lanterna na Popa*, de Roberto Campos (CAMPOS, 1994). Após o governo de França sustentar ser a lagosta um crustáceo com as funções de nadar igual a dos peixes, a diplomacia brasileira contra-atacou a afirmar que lagosta tem patas e não nada, anda. E se anda, está sobre território brasileiro.

E diante deste argumento lógico e insólito que o marechal teria soltado, em particular, a famosa pérola *Le Brésil n´est pas un pays serieux*. A frase, que jamais foi dita em público ou oficialmente, especifique-se, caiu nas raias dos jornais sensacionalistas e logo imiscuiu-se no inconsciente coletivo nacional. Tais concepções detratoras funcionam como verdadeiras bombas psicológicas. A começar pela polissemia desta frase dita a esmo. Pode ela referir-se a um povo que é desonesto (falta de seriedade encarada sob o foco da generalizada ausência de senso ético). Pode referir-se também a um povo que leva tudo na brincadeira, onde tudo acaba em carnaval ou pizza (falta de seriedade encarada sob a ótica da fantasia niilista da balbúrdia tropical, outro mito a ser desconstruído). Essa perspectiva negativa atinge em cheio a autoimagem de um povo que pretende tornar-se civilização efetiva e independente, aniquila o já combalido amor próprio do cidadão médio e que repercute em sintomas outros como a subsequente *fracassomania*, por exemplo.

5.8 a Fracassomania constantada por FHC e o mito do complexo de Vira – Latas de Nelson Rodrigues

Já em meados dos anos 80, fez estrondoso sucesso uma música a qual sintetizava o desalento do brasileiro frente a década perdida. A letra bem rimada da música *Inútil* deu voz a um sentimento geral de incompetência o qual permeava a alma do cidadão à época. Tal sentimento arrefeceria com a lenta recuperação econômica da década seguinte. Apesar disso, ainda sobravam resquícios de um negativismo recalcado, que suscitaria a crítica

explícita do então presidente da república. Mencione-se que em 3 de Fevereiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso criticou na TV os pessimistas profissionais que continuam pregando a "fracassomania" e acham que nada vai dar certo. (FOLHA DE SÃO PAULO, Memória, 02/09/2006).

A *fracassomania* foi um neologismo inventado por FHC para sintetizar esse pessimismo, esse sentimento que nada daria certo. Cuida-se de um termo bem usado e que objetivava e intencionava combater de modo direto não somente a já citada falta de autoestima ou desalento, mas também exorcizar o complexo de inferioridade que permeia o espírito de nosso povo. Essas lembranças remetem-nos a depoimentos ainda mais antigos que já identificavam essa tendência por parte do brasileiro. Estamos a falar aqui do fatídico complexo de vira latas, ao qual referia-se Nelson Rodrigues, que, na verdade é um *complexo de inferioridade coletivo* embutido na alma do brasileiro. Ou, como escreve o próprio cronista:

> […] Por "complexo de vira-latas" entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. Dizer que nós nos julgamos "os maiores" é uma cínica inverdade. Em Wembley, por que perdemos? Porque, diante do quadro inglês, louro e sardento, a equipe brasileira ganiu de humildade. Jamais foi tão evidente e, eu diria mesmo, espetacular o nosso vira-latismo. (…) Eu vos digo: o problema do escrete não é mais de futebol, nem de técnica, nem de tática. Absolutamente. É um problema de fé em si mesmo. O brasileiro precisa se convencer de que não é um vira-latas e que tem futebol pra dar e vender, lá na Suécia. Uma vez que ele se convença disso, ponham-no para correr em campo e ele precisará de dez para segurar, como o chinês da anedota. Insisto: – para o escrete, ser ou não ser vira-latas, eis a questão." (RODRIGUES, Nelson. Texto extraído do livro *As cem melhores Crônicas Brasileiras*, ed. Objetiva, seleção de Ruy Castro, Companhia das Letras, 1993).

Conforme notamos, trabalhar a autoestima de um povo por via da filtragem dos seus valores éticos e culturais é de suma importância para construir os alicerces necessários para emancipar a sua independência. Cabe antes, no entanto, desmistificar arquétipos nocivos como o de que o brasileiro não é um povo sério, a rechaçar o sobredito complexo de vira-latas e a malfadada *fracassomania*.

5.9 O mito da indústria da seca ou dos reveses climáticos ou naturais como a causa precípua do subdesenvolvimento

Embora seja usualmente considerado paraíso tropical com diversas riquezas naturais o Brasil é um país continental e essas riquezas não são distribuídas de modo homogêneo por todo o território. Existem regiões as quais padeciam e ainda padecem com as agruras de secas e outras adversidades climáticas e a *indústria da seca* acabou por restar inserida em nossa cultura como uma crença limitadora do desenvolvimento. Embora muitos teóricos defendam com unhas e dentes constituírem o clima e a vegetação as razões limitadoras do desenvolvimento, a lógica e a simples realidade empírica apontam noutro sentido. Sustentamos neste ponto não serem elas, *por si sós*, as causas efetivas da miséria e da pobreza. A causa de tais flagelos, tenha-se sempre em mente, é *humana* e não natural. Inúmeros são os exemplos de êxito econômico e social alcançado em regiões desérticas, tais como os kibutz do deserto do Neguev em Israel, o Chile (Atacama) e o deserto de Sonora (EUA/México) etc. A cidade de Nogales, situada na fronteira entre os EUA e o México, aliás, é o exemplo concreto do que estamos a falar. O deserto é rigorosamente o mesmo, mas a cidade é desenvolvida do lado ianque e subdesenvolvida em sua porção mexicana. Transpondo a questão para o Brasil, necessário parafrasear estudiosos os quais sustentam que a transição bem sucedida da monocultura para a indústria empreendida pelo Sudeste brasileiro no início do século XX não encontrou reflexos no Nordeste, que acabou por não seguir esse modelo e perdeu o trem da história (RISTER, 2007). A partir de tais substratos teóricos, detecta-se que o problema não é a seca em si mas sim *como* se lida com ela. Necessário desmistificar este arquétipo há tanto tempo incrustado em nossa cultura.

5.10 O mito da miscigenação pacífica, os neoquilombos das favelas, a replicação da Casa Grande e Senzala, a felicidade superficial e eufórica de um povo sofrido e os mecanismos de alienação do carnaval e futebol

É conhecida a hipótese de romântica que a miscigenação brasileira aconteceu de modo pacífico e ordeiro e não se pode insistir-se nesta narrativa fantasiosa desprezando – se o óbvio ululante de que num

secular regime escravocrata onde negros e índios eram considerados objetos e coisificados a miscigenação não tenha sido fruto de estupros, abusos e coações. O mito da democracia racial revela-se tão frágil quanto falacioso. Mas o problema não para por aí. Vai além. Apesar de bem intencionadas não bastam iniciativas pontuais de inclusão se o racismo é estrutural, histórico. Uma das soluções em casos tais é a desconstrução de mitos e ampla ressignificação cultural. E coexistem inúmeros arquétipos atrelados a esse arquétipo seminal da mistura de raças.

A violência dissimulada e o preconceito explícito perpetuaram-se de várias maneiras em nossa sociedade e desde a adesão forçada dos negros ao sincretismo religioso para viabilizar a continuidade do culto de suas crenças ancestrais, a opressão continuou por meio do *apartheid* social que transformou as favelas em neoquilombos e o próprio Gilberto Freyre identificou em seu famoso livro o arquétipo da *Casa Grande & Senzala* que situa o negro ainda como serviçal submisso nas residências de classe média brasileira.

O futebol e o carnaval enveredam pelo mesmo caminho e enquanto mecanismos de alienação de massas, tais ópios do povo também contribuem para a perpetuação de um sistema de segregação social. Seja por via da inversão de valores de jovens vulneráveis cooptados pelo tráfico, seja pela artificialidade de uma carnavalesca alegria eufórica a qual mais se parece com a face perversa da depressão coletiva de um povo que necessita desesperadamente de válvulas de escape para sobreviver à pressão cotidiana ou seja pela suposta pacificidade desmentida pelos altíssimos índices de violência detectados nas regiões mais pobres não se podendo negar a óbvia e inconveniente verdade: impossível a felicidade em meio à fome, ao desespero, ao desamparo, a violência e à miséria.

5.11 Mitos burocrátios: o arquétipo do patrimonialismo, a corrupção, o mito da corrupção, o clientelismo, o servilismo etc.

Ressalto que esta parte deste artigo foi extraída do livro *A Codificação Administrativa* e complementa o arcabouço teórico já abordado, expondo as repercussões de determinados arquétipos arraigados especificamente em nossa própria cultura burocrática os quais precisam ser devidamente enfrentados, solucionados (SANTOS, 2019). O primeiro desses arquétipos

do atraso burocrático é o patrimonialismo. O patrimonialismo, como é de conhecimento geral, é método de administração que encontra as suas raízes nos regimes monárquicos. Nestes, o patrimônio estatal costumava a confundir-se com o patrimônio do rei. O advento da república (*res publica*) acabou por delimitar essa separação na esfera patrimonial. Apesar disso, persistiu a cultura nociva do governante eleito que, mesmo não sendo dono do aparato estatal, governava *como se a coisa pública sua fosse*. Agregam -se a tal vícios patologias sociais como a corrupção e o correlato mito da corrupção, o servilismo, o clientelismo e outras tantas distorções presentes na cultura burocrática brasileira. Identificam-se também anomalias do gênero impregnadas na sociedade de um modo geral e não apenas no serviço público, vide a lei da vantagem, jeitinho brasileiro, lei de Gérson etc.

6. A desconstrução dos arquétipos do atraso como afirmação de nossa efetiva independência.A diferenciação sistêmica das estruturas e ressignificação dialética de valores. O exemplo do hino australiano

Este trecho do presente artigo científico também foi mencionado no já referido livro *A Codificação Administrativa*, cujas noções básicas serviram para o aprofundamento do tema efetuado nesta pesquisa. Após constatarmos alguns dos arquétipos do atraso, é possível identificar indícios de uma ruptura epistemológica em curso, a qual se desdobra inclusive nas dimensões culturais e linguísticas. Apesar dos ranços históricos e dos vícios herdados, detecta-se um inconformismo latente, uma vontade de mudança. A história não é linear. Ela é complexa, repleta de marchas e contramarchas. E destarte existir a vontade de mudança, verifica-se, por outro lado, a resistência estrutural a ela. O processo de dessacralização dos arquétipos do atraso encaixa-se neste contexto de ruptura do simbólico, da desconstrução mítica, na ressignificação de valores e legitimidades. Habermas sustenta ser possível a reconstrução da própria sociedade como um todo a partir da razão prática e dos valores. Ou, como preceitua o próprio Habermas:

> […] É preciso levar em conta tais diferenças, ao considerar o conceito de razão comunicativa, que situo no âmbito de uma teoria reconstrutiva da sociedade. Nesse contexto modificado, o próprio contexto nacional de razão prática adquire um novo valor heurístico. Não funciona mais como orientação direta para uma teoria normativa do direito e da moral. Mesmo assim ele se transforma num fio condutor para a reconstrução do emaranhado de discursos formadores de opinião e preparadores da decisão, na qual está embutido o poder democrático exercitado conforme o direito (op cit, p. 31).

Como exposto, existe a possibilidade de modificação consciente dos valores de uma sociedade, a partir de novas concepções axiológicas adquiridas por via do pacto ou do consenso social e tal se faz por meio dos novos discursos emanados formadores de opinião e preparadores da decisão, devidamente chancelados pela sociedade democrática. Necessário ressaltar que essa evolução cultural e institucional é fator determinante para o destino de vários países.

Viabilizar essa evolução passa, antes de mais nada, pela identificação e desconstrução dos sobreditos arquétipos do atraso e concomitante cultivo de novos valores éticos atrelados ao desenvolvimento humano e a formação de novos padrões culturais e institucionais os quais possibilitem a reconstrução e ressignificação das bases de nossa sociedade. Jaguaribe delineia sobre a importância dessa evolução cultural para a emancipação efetiva de povos e países, Ou, como abaixo transcrito:

> O *fator isolado mais importante* na determinação do *destino* de vários países que desempenharam um papel relevante no século XVII foi possivelmente a sua evolução *cultural* e *institucional*. Sem excluir outros fatores de peso […] fatores institucionais e culturais explicam a *inversão da posição internacional* da França e da Inglaterra, da supremacia da primeira, até os últimos anos do século XVII, para a hegemonia da segunda, depois do Tratado de Utrecht […] (JAGUARIBE, 2001, p. 520, grifo nosso).

Desenha-se neste sentido também a teoria de Oliver Williamson, que esclarece a maneira pela qual tais transformações ocorrem. Este autor especifica que em níveis mais superficiais tais evoluções acontecem de modo mais rápido. Todavia, para a consecução de metamorfoses

profundas que realmente venham a entranhar-se no modo de um povo pensar o mundo, há um custo de energia e tempo bem mais alargado. E para que tais transformações ocorram no ambiente institucional ou no enraizamento social e cultural são necessários décadas ou até séculos. Ou, consoante o texto abaixo citado:

> Nível 4 – ALOCAÇÃO DE RECURSOS: São decisões rápidas, do tipo de mudança de preços, quantidade, alinhamento de incentivos etc. Muda bastante a toda hora. Nível 3 – GOVERNANÇA – As relações, as regras do jogo. São os contratos, as relações com os fornecedores, revendedores etc. Muda, mas não pode mudar muito toda hora. Frequência da mudança (ideal) deve ser de 01 a 10 anos. Boa parte dos estudos de *Williamson* está concentrada neste nível. Nível 2 – AMBIENTE INSTITUCIONAL – Passamos para um nível mais legislativo. São as regras formais do jogo, a burocracia, a política, o judiciário etc. Essas regras também mudam muito, ambiente institucional instável). Frequência de mudança: de 10 a 100 anos. Nível 1 – ENRAIZAMENTO SOCIAL – Conjunto de regras mais difícil de serem mudadas. Está preso nas pessoas, nas empresas, nas religiões, nas tradições e costumes. Frequência da mudança é muito mais ampla, de 100 a 1000 anos. (WILLIAMSON, 2000 *apud* YEUNG, 2016, on-line).

Assim, os novos valores éticos e humanitários emergem como a força motriz da evolução institucional e cultural, desempenhando papel fundamental na independência de países e emancipação dos povos, viabilizando a inversão da posição internacional preconizada por Jaguaribe. A intersecção da teoria habermasiana do agir comunicativo com a análise econômica do direito de Williamson, revela a possibilidade do uso da linguística como instrumento das transformações assinaladas por Williamson.

Apesar de a mudança estrutural demandar significativo tempo para se concretizar, muitos povos já despertaram para a consciência dessa necessidade e adotaram iniciativas para tentar modificar esse estado de coisas. Sejam oficiais ou espontâneas, tais iniciativas pontuais, evidentemente, são insuficientes para resolver problemas os quais são estruturais. Inobstante tal assertiva, a mera tomada de consciência e os atos ou contestações pontuais já se revelam, em tese, como benéficos. Países como

a Austrália saíram na frente ao corrigir lapsos da letra do hino nacional *Advance Australia Fair* em 2021. A frase "*Todos nós australianos vamos nos alegrar, pois somos jovens e livres*" restou corrigida por meio da substituição da expressão "*jovens e livres*" por "*um e livre*". Esta mudança não foi um reles detalhe. Ela foi empreendida no sentido de reconhecer, no âmago do maior dos símbolos daquele país, o Hino Nacional, os 60 mil anos de histórias indígenas (YEUNG, J. 2021).

Enveredaram por linha similar espontâneos movimentos antirracistas os quais explodiram de vez uma revolta que já estava latente há muito e muito tempo. Houve inclusive a depredação de estátuas de figuras como a do traficante de escravos Edward Colston, em Bristol (G1, 2020). Essas insurreições repercutiram também no Brasil e por aqui atearam fogo à estátua de Borba Gato, capitão do mato, sanguinário caçador de indígenas, cuja memória ainda estava preservada em meio a uma praça de Santo Amaro, São Paulo (G1, 2021). Independente da feição violenta ou até criminosa desses últimos atos, constata-se que não apenas no Brasil mas em vários outros lugares ao redor do mundo o generalizado clamor dos povos por esta libertação que lhes trará a efetiva independência, inclusive com relação aos erros do passado.

7. Conclusão.

Como dizíamos ao início, Independência ou Morte é a conhecida pintura do artista Pedro Américo que eternizou o gesto oficial da fundação do Brasil, ocorrida em 7 de setembro de 1822. Questionamos nesse breve artigo se esse ato de rebeldia de D. Pedro I repercutiu como uma ruptura efetiva ou se não passou de um bradar meramente retórico o qual até hoje não surtiu os efeitos necessários. Constatamos que o significado da palavra independência está estreitamente vinculado ao conceito de autonomia, ou seja, à qualidade de ser livre e não depender de alguém ou coisa alguma. Diante desta premissa, cabe realizarmos a perquirição e indagarmos até que ponto somos realmente uma nação livre e independente**?**

E diversamente do usualmente apresentado por doutrinadores e teóricos, não nos limitamos a mencionar às superficiais dependências

econômicas e políticas de caráter exógeno. Fomos além. Decidimos desbravar até que pontos somos uma nação livre e independente de nós mesmos. Buscamos investigar até que ponto determinadas deformações da nossa construção identitária nacional – que batizamos de arquétipos do atraso – revelam-se como elementos internos obstaculizadores da emancipação e da efetiva independência.

Lançamos mão da teoria do agir comunicativo de Habermas para obter aparato instrumental suficiente para demonstrar a viabilidade da desconstrução desses mitos nocivos arraigados em nossa cultura, identificando -os, desmistificando-os e procedendo a ressignificação e reconstrução de valores benéficos e humanos. Verificamos que pelas teses advindas da seara da análise econômica do direito, tais transformações levam tempo para consolidar-se na profunda dimensão cultural mas, percebemos, por outro lado, que países como a Austrália tomaram a iniciativa em desconstruir arquétipos de atraso e promover o desenvolvimento.

Concluímos, por via deste breve estudo, que utilizando dos instrumentais corretos a desconstrução dos arquétipos do atraso apresenta-se como uma das possibilidades de incrementar e alcançar a tão almejada independência efetiva. Conquista obtida após o enfrentamento direto e superação dos mais arraigados mitos que costumavam assombrar a nação. Independência madura, bem resolvida, muito mais ampla e profunda que a independência retratada no quadro de José Américo ou que a conceituada nos dicionários.

Referências

ALEXY, Robert. *Teoria de los Derechos Fundamentales*. Madri: Centro de Estúdios Políticos y Constitucionales, 2001, p. 134.

ANDRADE, Mario. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. Ed. Antígona, Lisboa 1998.

____. Macunaíma, o herói sem nenhum caráter. Filme de Joaquim Pedro 1969

BARRET-KRIEGEL, Blandine. *Les droits de l'homme et le droit naturel*, Paris: Presses

BENFATTI, Fabio Fernandes Neves. *Direito ao desenvolvimento*. São Paulo: Saraiva, 2014.

BETTINE, Marco. *A Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas*: bases conceituais. São Paulo: edições EACH, 2021.

BÍBLIA de estudo de Genebra. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1999.

BRANDÃO, Jack e ALVES, Maria Vanessa da Silva. Artigo científico: A desmistificação e a (re) construção do arquétipo do herói, 2017. *Revista Eletrônica Razón y Palabra Primera*. Revista Electrônica em Iberoamérica Especializada em Comunicación http: // revistas. Comunicacionnudlh.edu.ec/index.hp/ryp).

BRASIL. *Decreto nº 5.687, de 31 de Janeiro de 2006*. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 31 de Outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5687.htm. Acesso em: 27 nov. 2018.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRESSER PEREIRA, L. C. *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BRUNNER, Georg. *Die Problematik der sozialen Grundrechte*, Tubingen (J.C.B. Mohar), 1971.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Lanterna na Popa*: memórias. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1994.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 4. ed. Coimbra: Almedina, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. FOLHA DE SÃO PAULO, *Memória*, 02/09/2006.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome – o dilema brasileiro*: pão ou aço. Rio de Janeiro, 10ª. ed. Antares, 1984.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo. Ed. Saraiva, 2003.

ITALIA. Senato della Repubblica. [Constituzione (1947)]. *Constituzione Della Repubblica Italiana*, dicembre 2012. Tipografia Del Senato. Disponibile in: https://www.senato.it/documenti/repositoriy/instituzione/constituzione.pdf. Accesso em: 22 jun. 2018.

CORRUPTION and development. Available in: https://www.transparency.org/news/feature/civil_societyscrucial_role_in_achieving_the_sdgs. Acesso em: 26 mar. 2018.

CUNHA, Antônio Geraldo. Euclides. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa***,** 4ª edição, Rio de Janeiro, Lexicon, 2010.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2003.

CURADO, Marcelo. *Industrialização e desenvolvimento:uma análise do pensamento econômico brasileiro.* Economia e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 609-640, dez. 2013.

DORNELLES, João Ricardo W. *O que são Direitos Humanos*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1997.

DUQUE ESTRADA, Joaquim Osório. *Hino Nacional Brasileiro*. 1971. Disponível em: http://m.suapesquisa.com/religiaosociais/hino_nacional_brasileiro.htm. Acesso em: 26 mar. 2018.

EMERSON, Ralph Waldo. *Ensaios* (*Essays*) – Imago Editora, 1994, 3ª ed., Rio de Janeiro

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2012.

FARIA, José Eduardo. *Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiç***a**. São Paulo. Ed. Malheiros, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa***,** 3ª ed., revista e atualizada, Ed. Positivo, 2004.

FIGUEIREDO E MELO, Pedro Américo. *Independência ou Morte***,** pintura, 1888.

FRANKLIN, Benjamin. *A Autobiografia*. Ed. Martin Claret, 2006.

_____. *Poor Richard´s Almanack***.** Skyhorse Publishing Inc., 2007.

FREUD, Sigmund. *Totem e Tabu*. Ed. Penguin e Companhia das Letras, 2012, São Paulo, 1ª ed.

_____. *Compêndio de Psicanálise*, ed. L & PM Pocket, tradução do alemão Renato Zwick.2013.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 48ª edição, Editora Global.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 2000

G1. Manifestantes derrubam estátua do traficante de escravos Edward Colston em Bristol, Inglaterra.Disponível em: https://www.google.com.br/amp/s/www.g1globo.com/google/amp/mundo/noticia/2020/06/07manifestantes-derrubam-estatua-do-traficante-de-escravos-edawrd-colston-em-bristol-na-inglaterra.ghtml/. Acesso em: 08 ago. 2021.

G1. 2 ativistas suspeitos de incendiar estátua de Borba Gato em SP são presos preventivamente; outro é procurado, mas deve se entregar.Disponível em: https://www.google.com.br/amp/s/www.g1globo.com/google/amp/sao-paulo/noticia/2021/08/07/ 2-ativistas-suspeitos-de-incendiar-estatua-de--borba-gato-em-spsao-presos-preventivamente-outro procurado-mas-deve-se entregar.ghtml/ Acesso em: 08 ago. 2021.

GADAMER, Vogler, *Nova Antropologia*, v. 6 e 7 – Antropologia Filosófica I e II, EDUSP.

HAACK, Susan. *Filosofia das Lógicas*. São Paulo: Unesp, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia*: entre a facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997.

HENRIQUE C. L. Vaz, S.J., *Antropologia Filosófica I e II*, Edições Loyola, São Paulo, 1991.

JAGUARIBE, Hélio. *Um estudo crítico de história*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2001. t. II.

JUNG, Carl. *Os arquétipos e o Inconsciente Coletivo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*, 5ª edição. Tradução Manuela Pinto e Alexandre Morujão, Lisboa. Fundação Calouste Gulbekian, 2001.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. Linguagem, pensamento e representações sociais. *In*: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (org.). *Psicologia Social*: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 32-39.

LÉVI-STRAUSS, C. Entrevista a Bernardo Carvalho. *In*: *Folha de São Paulo*, 22 de Outubro de 1989 (extraído de educaterra.com.br, acessado o site em 21/04/2018).

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *Direitos Humanos – Sua Historia*; Sua Garantia. Ed. Oliveira Mendes, 2000.

MARÍAS, Julian. *Antropologia metafísica*, Alianza Editorial, Madrid.

MENDONÇA, Marina Gusmão. *Josué de Castro e o combate ao neomalthusianismo*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, jul. 2011.

MONTEIRO, Carlos Augusto. *Fome e Desnutrição – A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil – estudos avançados*, v. 17, São Paulo, May/ Aug. 2003 (http:// dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200002

MONTESQUIEU, Charles de Secondat o barão de. *O espírito das leis*. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000. Disponível em: http://www.bidforum.com.br/bid/PDI0006.aspx?pdiCntd=97114. Acesso em: 18 jul.2018.

MOREIRA, Roger. *Inútil*. 1983, LP, álbum Ultraje a Rigor, gravadora WEA.

PAGOTTO, Leopoldo Ubiratan Carreiro. *O combate à corrupção*: a contribuição do direito econômico. 2010. 413 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PEIRCE, C.S., 1999 – *Semiótica*. Tradução. José Teixeira Coelho Neto, 3ª ed. São Paulo, Ed. Perspectiva. Tradução de: The Collected Papers of Charles Sanders Peirce

PEREIRA, José Maria Dias. *Uma Breve História do Desenvolvimento no Brasil*. Cadernos do Desenvolvimento – RJ, Julho, Dez. 2011, v. 06, n 09.

PEREZ, Caio Frederico Fonseca M. *Burocracia e o princípio da eficiência na administração pública brasileira*. 2016. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PRADO, Ricardo. Como Cingapura chegou ao topo dos rankings educacionais. *In*: GAZETA DO POVO, 14/10/2017.

RISTER, Carla Abrantkoski. *Direito ao Desenvolvimento*: antecedentes, significados e consequências. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

RODRIGUES, Nelson. Texto extraído do livro As cem melhores Crônicas Brasileiras, ed. Objetiva, seleção de Ruy Castro, Companhia das Letras, 1993

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. São Paulo: Martin Claret, 2011.

SANTOS, Joaquim Ferreira. *Cem melhores crônicas brasileiras*. São Paulo: Objetiva, 2007.

SANTOS, José Luiz. *O que é cultura?*, 6ª ed., Ed. Brasiliense, 1983.

SANTOS, Túlio. *A Codificação Administrativa*. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2019.

SAUSSURRE, F. De. *Curso de Linguística Geral*, 2ª ed. Cultrix, 1995.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUSA, Livia Maria de. *O direito humano ao desenvolvimento como mecanismo de redução da pobreza em região com excepcional patrimônio cultural. In*: Direito ao Desenvolvimento, ed. Fórum. Belo Horizonte. 2012.

SOUZA, Jessé. *Ralé brasileira*: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecida*, 34ª ed., 3ª imp., Rio de Janeiro. Agir, 1999.

TELES, Matheus Gonzaga *In*: Os valores japoneses e sua influência no comportamento cultural corporativo brasileiro. *REVISTA Cadernos de aulas do LEA*, Ilhéus, n 3, p. 75-87, nov. 2014.

TRINDADE, A. A. Cançado. *A proteção internacional dos Direitos Humanos*. São Paulo. Ed. Saraiva, São Paulo, 1991.

UNITED NATIONS. *Resolution nº 41/128*, of 4 December of 1986. Declaration on the Right of Development. Available in: https://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r128.htm. Access in: 20 de Apr. 2018.

_____. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: https://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf. Acesso em: 20 abr. 2018.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, Ed. UNB, 2004. v. I e v. II.

YEUNG, Jessie. Austrália muda hino nacional para refletir seus 60 mil anos de história indígena. *In*: CNN. Disponível em: https://www.google.com.br/amp/s/www.cnnbrasil.com.br/amp/internacional/2021/2021/01/01/australia-muda-hino-nacional-para-refletir-seus-60-mil-anos-de-historia-indigena/ Acesso em: 26 jul. 2021.

YEUNG, Luciana. *Luciana Yeung e as teorias de Oliver Williamson*. *In*: ENCONTROGEDE, 5., 2016, São Paulo. Disponível em: https://lutofoli.wordpress.com/tag/tag/oliver-williamson/. Acesso em: 28 out. 2018.

YUNUS, Muhammad. *Criando um negócio social*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ZYLBERSZTAJN, Decio; SZTAJN, Rachel. *Direito e Economia*: análise econômica do direito e das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ZWEIG, Stefan. *Brasil, um país do future*. Tradução de Kristina Michahelles. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2018. E-Book.

Espacialidades urbanas, imagens e práticas cotidianas em cuiabá no período imperial

Urban spatiality, images and everyday practices in cuiabá during the imperial period

Sônia Regina Romancini[30]
Edenilson Dutra de Moura[31]

RESUMO: Considerando as comemorações do bicentenário da Independência do Brasil, este artigo objetiva analisar a expressão territorial urbana de Cuiabá no período imperial, através da seleção de algumas espacialidades e práticas cotidianas, as quais permitem entender a complexidade da relação espaço-tempo na dinamização da paisagem urbana cuiabana. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico, documental e fotográfico em distintos períodos, mas com ênfase na análise da cidade no período imperial. Registra-se que este artigo é um convite para compreendermos que a cidade do passado, possibilita vislumbrar a cidade do presente, evidenciando, portanto, que a memória urbana é essencial para o entendimento do espaço geográfico de Cuiabá na contemporaneidade.
Palavras-chave: Cuiabá. Período imperial. Práticas cotidianas.

ABSTRACT: Considering the celebrations of Brazil's Independence bicentenary, this article aims to analyze the urban territorial expression of Cuiabá in the imperial period, through the selection of some spatiality and everyday practices, which allow us to understand the complexity of the space-time relationship in the dynamic of the *cuiabana* urban landscape. To this end, a bibliographic, documentary and photographic survey was carried out in different periods, but with emphasis on the analysis of the city in the imperial period. It is recorded that this article

30 Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Geografia. E-mail: romancini.ufmt@gmail.com

31 Professor Adjunto da Universidade Federal do Amapá, atua no Campus Binacional Oiapoque. Doutor em Geografia. E-mail: edenilson.moura@unifap.br

is an invitation to understand that the city of the past makes it possible to glimpse the city of the present, evidencing, therefore, that urban memory is essential for the understanding of the geographical space of Cuiabá in contemporary times.
Keywords: Cuiabá. Imperial period. Everyday practices.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a expressão territorial e as práticas cotidianas da cidade de Cuiabá no período imperial, o qual marcou, dentre outros, o evento da Independência do Brasil. Entre as contribuições para a análise geográfica da cidade no contexto histórico, destacamos as de Vasconcelos (1999) que, ao discutir as questões metodológicas na geografia urbana histórica, afirma que as dificuldades de análise das transformações espaciais das cidades nos períodos denominados de longa duração, estão na relação entre os longos períodos marcados pelo cotidiano e os momentos que saem da rotina, repletos de eventos significativos, que resultam em modificações na sociedade urbana, bem como nas funções, nas estruturas e nas formas espaciais.

A esses períodos, embora sejam de curta duração, o autor propõe a denominação de "períodos densos", pelo significado das transformações que extrapolam o cotidiano, sem ocasionar uma ruptura, mas que colocam a sociedade urbana frente a uma nova realidade. Tais períodos densos podem fornecer elementos para o estudo, através de documentação e da cartografia da época.

Vasconcelos destaca as mudanças tecnológicas que ocorrem em determinados momentos e que podem transformar o conjunto do funcionamento da sociedade e da cidade. Ressalta que o aparecimento de novas ideias e ideologias podem modificar as maneiras de pensar e transformar os valores da sociedade urbana, assim como as influências do estilo artístico de cada período. O estudo das cidades brasileiras que apresentam uma longa história poderia se dar da seguinte forma, conforme análise de Vasconcelos (1999, p. 199): "A partir de um certo nível de crescimento da cidade, as partes da mesma poderão ser examinadas individualmente, segundo os vetores principais da expansão. Consideramos pertinentes essas recomendações de Vasconcelos para identificar a dinâmica urbana de Cuiabá, no período imperial.

Este estudo tem como principal metodologia a pesquisa bibliográfica e tem como base os estudos de Romancini (2001) sobre o tema, abordados na tese de doutorado intitulada: "Paisagens de Cuiabá: uma abordagem geográfica".

A paisagem urbana no século XIX

Ao realizar estudos sobre a dinâmica urbana de Cuiabá, Freire (1997) aponta que, entre o final do século XVIII e o início do XIX, a cidade se adensa, definindo melhor sua estrutura e a malha urbana. Em 1818, foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de Cuiabá.

A cidade ganhou novo impulso, quando se constatou que a escolha de Vila Bela como sede da capitania de Mato Grosso, devido ao grande afastamento dos demais centros de população, não comportava mais tal função. No ano de 1821, objetivando a integração de Mato Grosso com outros países, sua capital foi transferida de Vila Bela para Cuiabá, que, através da navegação pelo rio Paraguai e estuário do Prata, possibilitava o contato com o Rio de Janeiro e Europa. Dessa forma, Cuiabá começava a se destacar enquanto entreposto comercial. Ressalta-se que, com a proclamação da Independência do Brasil, em 1822, Cuiabá passou a sediar a capital da província de Mato Grosso. Entretanto, somente em agosto de 1835 foi oficializada a mudança da capital para Cuiabá (SIQUEIRA *et al.*, 1990).

Naquele período ocorreu uma fase de expansão urbana em direção ao rio Cuiabá. O Governo da Província construiu o Porto de Cuiabá e instalou a Capitania dos Portos. Em 1836, procedeu-se à retificação do córrego da Prainha, com a abertura de um canal até o rio Cuiabá, para desobstruir o seu leito, atulhado pelas sobras da mineração (BRANDÃO, 1991).

Outras obras importantes foram realizadas nessa fase: o Palácio do Governo, a Intendência, o Armazém de Arrecadação do Armamento, o Armazém do Depósito dos Apetrechos de Guerra, a Casa da Câmara, o Quartel da Legião da primeira Linha, o Armazém do Depósito de Munições e o Arsenal de Guerra (Fotografia 1)[32].

32 O Arsenal de Guerra, situado no largo de mesmo nome, foi criado pelo Príncipe Regente D. João, futuro D. João VI, em 1818, com o nome de Trem de Guerra. Sua construção foi concluída em 1849. Possuía oficinas de ferreiro, carpinteiro e depósito de armas. Recentemente, foi reformado pelo SESC (Serviço Social do Comércio), constituindo-se um centro cultural denominado Sesc Arsenal.

Nesse momento, o crescimento urbano se realizou a partir da colina do Rosário em direção ao Porto Geral, estruturando duas vias de ligação: uma, pela margem direita do córrego da Prainha, em continuação à Rua Bela do Juiz; outra, pela margem esquerda, a partir da Santa Casa de Misericórdia, a Rua dos Pescadores, mais tarde denominada Rua Nova, atual Avenida Dom Aquino.

Um recenseamento realizado em 1825, apontou um total de 4.287 moradores em Cuiabá, distribuídos por 700 habitações. Existiam 330 estabelecimentos comerciais assim especificados: botica – 1, escritório de advogado – 2, ditos de tabeliões – 4, lojas de diversos objetos – 133, talhos de carne – 9, tavernas – 181. Das lojas existentes, 111 eram de fazenda, 9 de molhados, 3 de alfaiate, 4 de latoeiro, 1 de calçados, 1 de charutos, 1 de marceneiro, 3 de padaria. Dos estabelecimentos, 304 pertenciam a brasileiros, 14 a portugueses e 12 a outros (BRANDÃO, 1991).

Fotografia 1: Arsenal de Guerra no início do século XX
Fonte: Álbum Graphico de Mato Grosso, 1914, p. 56

Em 1845, Cuiabá registrou um total de seis a sete mil habitantes, elevando a população, em 1869, para dez mil habitantes. No final do século XIX, a população sofreu um declínio, apresentando, em 1872, um total de 35.987 habitantes; no ano de 1890, tal contingente foi reduzido para 17.815 pessoas, correspondendo a um decréscimo de 50%. Isso

pode ser explicado pelo agravamento das condições de navegabilidade dos rios que davam acesso à cidade (BRANDÃO, 1991).

Consideramos bastante elucidativas para a compreensão da diminuição populacional de Cuiabá, naquele período, as informações de Mamigonian (1986) sobre a dinâmica econômica da cidade. O autor destaca que a Capital era o centro da província, a única entrada e saída para todas as relações comerciais, militares e administrativas, com acesso por terra e pelos rios a todo o interior, inclusive às fortificações localizadas nos limites de seu território. Entretanto, na segunda metade do século XIX, a abertura de fazendas de criação na parte meridional da província, o desenvolvimento de outras atividades econômicas, como a erva-mate, e a abertura da navegação pelo rio Paraguai, enfraqueceram seu papel comercial e militar.

Tendo em vista o estabelecimento da navegação fluvial pelo rio Paraguai, o governo brasileiro assinou com o governo paraguaio, em 1856, o Tratado Provisório de Amizade, Comércio e Navegação, propiciando a ligação de Mato Grosso com o Rio de Janeiro. O rio Paraguai passou a ser a principal via de acesso, comunicação e transporte entre o mercado interno e externo, promovendo o desenvolvimento de Corumbá, de Cáceres e de Cuiabá. Durante a Guerra da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai) e o Paraguai, este acordo foi suspenso e somente restabelecido em 1870 (SIQUEIRA *et al.*, 1990).

Os sobrados e as casas senhoriais

No final do século XIX, foi relevante a ação do poder público na realização de edificações de grande porte e incorporação de elementos que imprimiram maior requinte às fachadas e aos espaços construídos. A mudança da capital da Província para Cuiabá foi importante na produção e fixação de características urbanísticas nesta fase (FREIRE, 1997).

No final do século XIX e início do XX, com a influência de construtores europeus, principalmente italianos, vindos através da navegação fluvial, foi introduzida a platibanda, em substituição aos beirais, nas casas dos proprietários mais abastados.

Os mineiros, os fazendeiros, a nova elite de funcionários e os comerciantes formavam o estrato dominante, gerando uma demanda que dava continuidade ao comércio fluvial através do rio Cuiabá. Essa camada social foi responsável pela construção dos sobrados e grandes residências térreas, que modificaram a fisionomia de Cuiabá. Embora pouco mencionada, a parcela pobre da população, com suas casas simples, também construiu novos espaços na cidade.

A iluminação em Cuiabá

Segundo Brandão (1991), em 1839 teve início a iluminação das ruas da cidade por meio de lampiões a azeite de mamona ou de peixe. Um tocheiro percorria regularmente as ruas para acendê-los e apagá-los, exceto nas noites de luar, conforme prescrevia o contrato de prestação de serviço.

Nas residências, o mesmo sistema era utilizado, empregando-se candeeiros, primitivos confeccionados artesanalmente de barro ou lata, em que um pavio de algodão torcido ardia em tênue chama. Muitas casas mantinham em suas portas esses candeeiros, concorrendo com a fraca iluminação pública, dos logradouros mais centrais da cidade, com 60 lampiões. Muito utilizadas, também, eram as velas de sebo produzidas localmente, assim como as de estearina, introduzidas em larga escala a partir da abertura da navegação fluvial.

O querosene passou a ser utilizado como combustível para os lampiões a partir de 1874, ficando esse serviço suspenso no transcorrer da Guerra da Tríplice Aliança.

Em julho de 1873, foi assinado um contrato para a implantação de 100 lampiões a gás, com o comendador Manoel Leite do Amaral Coutinho. O sistema atendeu ao Porto, às ruas 15 de Novembro, 13 de Junho, Antônio Maria, Cândido Mariano e às praças como do Ipiranga, do Largo da Mandioca e da Igreja São Gonçalo (BRANDÃO, 1991).

Em abril de 1878, o Barão de Aguapehy firmou contrato com André V. P. Albuquerque para 100 combustores que, através do gás acetileno, obtido da reação da água com o carbureto de cálcio, passou a ser o combustível utilizado para o fornecimento da iluminação, produzindo

uma chama mais viva e firme. Esse sistema de iluminação pública foi inaugurado em novembro de 1879 (BRANDÃO, 1991).

O abastecimento de água era feito através de bicas e chafarizes, sendo o chafariz do Rosário, o primeiro a ser construído com água proveniente do Tanque do Ernesto. Em seguida, foram edificados os chafarizes do Mundéu, do Largo do Palácio, o da Mandioca, a Bica da Prainha, o Tanque do Baú e o Tanque dos Lázaros, sendo que os dois últimos não tinham água potável. No ano de 1882, o governo do Cel. José Maria Alencastro realizou as obras de fornecimento de água à parte central da cidade, captada do rio Cuiabá pela Hidráulica, estação adutora com bomba de pressão impulsionada por máquina a vapor (BRANDÃO, 1991).

Em 1858, foi fundado o Seminário da Conceição, na colina do Bom Despacho. Em 1871 foi construído um chafariz no Largo da Conceição, atual Praça Bispo Dom José, σ aqueduto que levava a água de um reservatório localizado no antigo Quintal do Maranhão. A concentração de residências na direção da Santa Casa de Misericórdia deu origem ao extinto Bairro do Mundéu (Fotografia 2).

Fotografia 2: Chafariz do Mundéu e Largo da Conceição – meados do século XX
Fonte: Museu da Imagem e do Som de Cuiabá – MISC.

A seguir, observamos a antiga Cadeia Pública, construída entre 1858 e 1862, próxima ao Arsenal de Guerra, um edifício de fachada simples. Atualmente, o prédio encontra-se tombado pela Secretaria de Estado de Cultura, dando lugar às atividades do Centro de Reabilitação Dom Aquino Corrêa (Fotografia 3).

Fotografia 3: Antiga Cadeia Pública, atual Centro de Reabilitação Dom Aquino Corrêa
Fonte: Sônia Romancini, 2000.

Segundo Póvoas (1980), as casas típicas de Cuiabá, nos séculos XVIII e XIX, eram construídas umas geminadas às outras. As fachadas apresentavam uma porta ao centro e quatro janelas, sendo duas à direita da porta central e duas à esquerda, correspondendo às peças da frente. A ventilação era facilitada pelo pé direito com cerca de quatro metros e pelos telhados de telhas vãs, sem forros, que tornavam as casas adequadas ao clima da região. Os proprietários não observavam o recuo da fachada, preferindo deixar maiores espaços para os quintais, sempre transformados em pomares, repletos de frondosas mangueiras, cajueiros, abacateiros, dentre outros, ao lado de canteiros de rosas.

A fisionomia e a morfologia urbana de Cuiabá passou por uma modificação significativa após a reativação da navegação fluvial, quando tem início a vinda, para Mato Grosso, dos arquitetos e engenheiros europeus, os quais exerceram influência marcante nas modificações da

paisagem urbana, na virada do século XIX e início do XX, conforme relata Póvoas (1989, p. 86):

> Os construtores italianos, espanhóis e gregos foram que introduziram em Cuiabá as platibandas, eliminando os beirais; as fachadas passaram a ser decoradas; as janelas encimadas com arcos mouriscos, quase sempre com vitrôs coloridos; as venezianas e os postigos por trás das mesmas, substituíram os caixilhos e as rótulas; surgiram as sacadas decoradas com balaústres. O bom gosto das novas construções fez com que muitos particulares reformassem as fachadas de suas casas, introduzindo a platibanda e outros elementos "modernos". E assim a Cuiabá do século XIX começou a perder a autenticidade de sua origem portuguesa.

Situado na Rua Sete de Setembro com a Voluntários da Pátria, encontra-se o antigo sobrado de Rafael Verlangiere, conhecido como Casa do Alferes (Fotografia 4) apontado por Póvoas (1980) como autêntico representante da arquitetura colonial. As sacadas projetam-se cerca de 40 centímetros sobre o alinhamento da rua e são encimadas por molduras que confirmam a sua autenticidade, bem como pelas telhas coloniais. Atualmente, o sobrado abriga o Museu da Imagem e do Som de Cuiabá Lázaro Papazian (MISC).

Fotografia 4: Casa dos Alferes na Rua Voluntários da Pátria em 1941, atual MISC.
Fonte: Erich Joachim Hess. Disponível no acervo do Museu da Imagem e do Som de Cuiabá – Lázaro Papazian – MISC.

Outro edifício de destaque com características arquitetônicas deste período, na Rua Sete de Setembro, é a sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que no momento encontra-se em obras de conservação, onde a platibanda e as venezianas revelam a influência dos construtores italianos, vindos para Cuiabá pela navegação fluvial (Fotografia 5).

Fotografia 5: Sede do IPHAN na Rua 7 de Setembro
Fonte: Sônia Romancini, 2000.

A casa de Dona Bem-Bem, hoje em fase de restauro, é um exemplo da ~~uma~~ típica casa cuiabana do século XIX (Fotografia 6), de inspiração arquitetônica colonial portuguesa, possuindo beiral, janelas retangulares, caixilhos, paredes espessas, o pé direito alto, caiada de branco, construída sobre o alinhamento das calçadas, tendo aos fundos um amplo quintal (Póvoas, 1989).

Fotografia 6: Casa de Dona Bem-Bem, com estilo colonial
Fonte: Acervo do *Diário de Cuiabá*, década de 1990

Brandão (1991) aponta que as ruas que surgem no final do século XIX têm regularidade geométrica e são calçadas com pedra bruta, cristal ou canga, sendo que, nas ruas centrais são construídos ~~os~~ passeios. O Presidente Alencastro promoveu a primeira obra de embelezamento da cidade, construindo, em frente ao Palácio do Governo, o Jardim que levou seu nome e foi inaugurado em 1882, passando aquele logradouro a denominar-se Praça Cel. Alencastro (Fotografias 7A e 7B). O Jardim constituiu-se, durante muitos anos, no espaço de grande lazer da população cuiabana. Muito arborizado, com destaque para as palmeiras imperiais, era dotado de fonte com repuxo, canteiros de flores e caramanchões, sendo cercado por mureta e gradil feito com os canos de 2.000 espingardas velhas, utilizadas na Guerra da Tríplice Aliança. Inicialmente, o Jardim foi iluminado por lampiões a querosene.

Fotografia 7A: Jardim Alencastro com luminárias a querosene em 1904.
Fotografia: Ferrari. Disponível no acervo do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR – UFMT. Extraída do livro: Rede de memórias: 50 anos da implantação da energia elétrica em Mato Grosso (2011).

Fotografia: 7B: Jardim Alencastro e coreto – meados do século XX.
Fonte: Arturo

A construção do Quartel da Legião de Primeira Linha, na Rua Bela do Juiz (Fotografia 8), atual 13 de Junho, e a urbanização do largo fronteiro deram origem mais tarde à Praça Marquês de Aracaty, atual Praça Ipiranga. As apresentações culturais, como a cavalhada e a tourada, que se realizavam naquela área, perdurando até 1876, foram transferidas para o Campo do Ourique,[33] antigo Largo da Forca, uma grande área entre o Porto e o centro da cidade.

Fotografia 8: Rua 13 de Junho – Praça Marquês de Aracaty
Fonte: Álbum Graphico de Matto-Grosso, 1914, p. 316

O final do século XIX caracterizou-se pela adoção de novos modelos na arquitetura, por maior adensamento da mancha urbana, dando nitidez ao traçado das ruas, pela consolidação do Porto Geral e início da integração da pequena localidade do Coxipó da Ponte. A malha urbana vai se adensando, sem ampliação do seu tamanho, graças aos recursos provenientes da produção de açúcar e extração da borracha (FREIRE, 1997).

O sobrado da Casa Orlando, de estilo neoclássico, está situado na Rua Galdino Pimentel, antiga Rua de Baixo (Gravura 9). Foi ele edificado

33 No antigo Campo d'Ourique foi construída a sede da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, abrigando hoje a Câmara Municipal de Cuiabá. A praça que abriga este edifício, denominada Pascoal Moreira Cabral, ostenta o marco do Centro Geodésico da América do Sul.

pelos irmãos João e José Sardi, exímios construtores italianos que vieram da Europa especialmente para este trabalho. No sobrado foi instalada a "Casa Orlando", empresa de extração e exportação de poaia e borracha. Na parte térrea funcionava a loja e o escritório da firma; na parte superior ficava a residência do proprietário (SILVA, 1997).

Em 1891 foi inaugurada a linha de bonde de tração animal, da Companhia Progresso Cuiabano, estendendo seus trilhos desde o Porto até o Largo da Mandioca. Na sequência, observamos a calçada de paralelepípedos com os trilhos dos bondes de burros, na antiga Rua de Baixo.

Gravura 9: Casa Orlando, Sobrado no estilo neoclássico e bondes de burros
Fonte: Moacyr Freitas – 1987

Segundo constatado anteriormente, a navegação fluvial resultou no dinamismo da economia mato-grossense. Várias usinas de açúcar e álcool foram instaladas no "Rio Abaixo". A exportação de borracha dos seringais mato-grossenses e da poaia ou ipeca, através de Cuiabá, bem como a produção de açúcar nas usinas deu novo impulso ao Porto de Cuiabá (2º Distrito), a partir da segunda metade do século XIX.

O dinamismo na expansão urbana do Porto é melhor compreendido através da Planta Urbana de Cuiabá – 1889 (Figura 10), onde assinalamos o surgimento de ruas e edifícios, consolidando a importância deste logradouro no contexto urbano de Cuiabá, conforme se verifica a seguir.

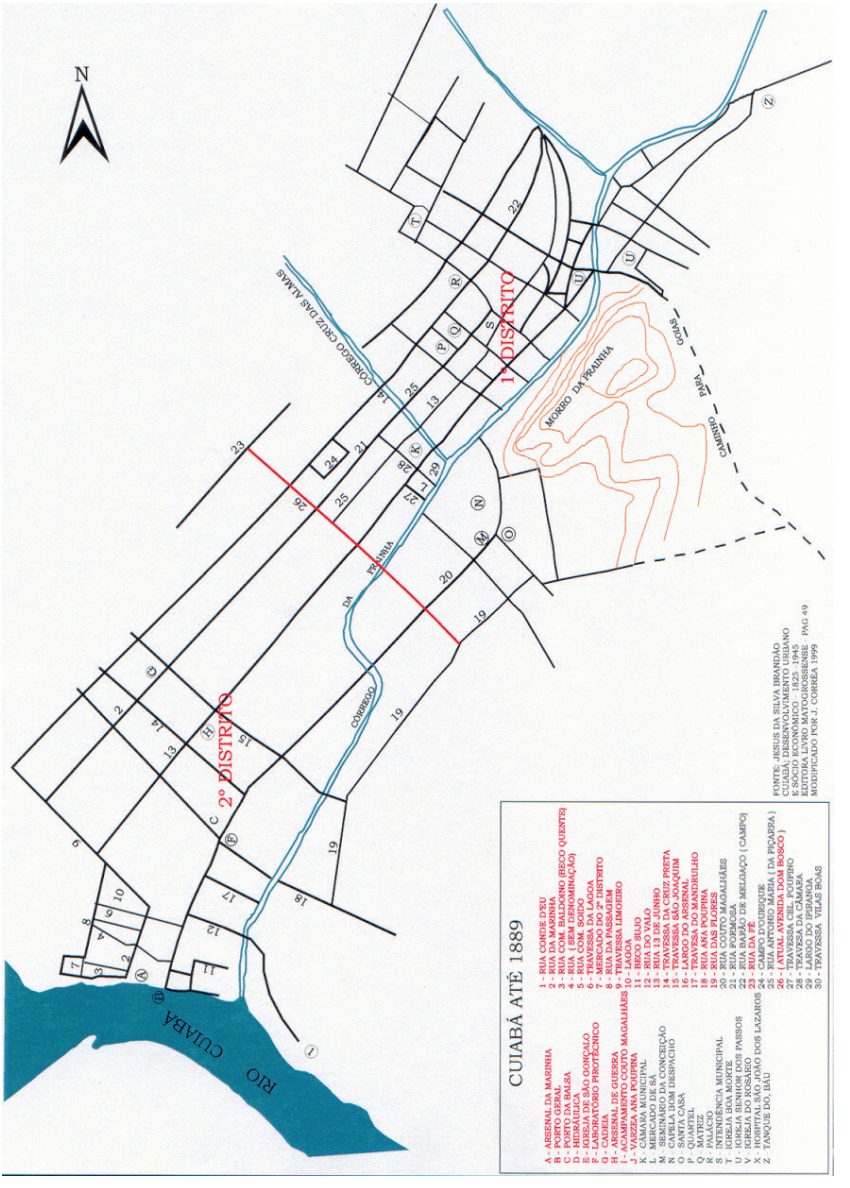


Figura 10: Planta urbana de Cuiabá: 1889.
Fonte: Covezzi, 2000, p. 75

No final do século XIX, evidenciamos que o incremento de construções em Cuiabá se deu em consequência do dinamismo da economia local. Os exemplos mais notáveis dessas edificações, em função dos detalhes das fachadas e jardins, surgiram no Bairro do Porto, na Rua Cândido Mariano, na Rua do Campo (atual Barão de Melgaço) e na 13 de Junho (antiga Bela do Juiz), bem como se localizaram entre as construções tradicionais da Rua de Cima e da Rua do Meio, conforme demonstrado nas imagens anteriores.

Segundo Rodrigues, D. (1969), após o término da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, as ruas de Cuiabá passaram a ostentar os marcos da vitória. Cada uma delas, por meio de um edital da Câmara de 1871, passou a receber nomes de cidadãos ilustres, datas e outras referências às batalhas travadas. Dessa forma, a Rua do Campo passou a se chamar Barão de Melgaço, a Travessa da Alegria – Voluntários da Pátria, a Bela do Juiz – 13 de Junho, a Rua da Esperança – Antônio João Ribeiro, entre outras.

Práticas culturais da população no século XIX

Os quintais cuiabanos caracterizavam-se pela abundância de plantas como ervas medicinais e árvores frutíferas, podendo apresentar pequenas plantações de milho e mandioca. Entre as práticas populares de decoração, se destacava a cerâmica, também utilitária, que se desenvolveu principalmente ao longo das margens do rio Cuiabá, resistindo até o presente momento como importante atividade econômica das comunidades ribeirinhas, a exemplo de São Gonçalo, além da fiação e tecelagem das redes, com franjas e bordados (FREIRE, 1997).

De acordo com Firmo Rodrigues (1969), o hábito de se ingerir guaraná em pó, originário das tribos indígenas do Amazonas e do Pará, foi introduzido pelas expedições militares que desceram os rios Arinos e Tapajós, no início do século XIX.

Segundo Brandão (1991), entre os costumes da população cuiabana, no século XIX, as festividades, tanto profanas como religiosas, eram realizadas com grande participação popular. A festa do Divino Espírito Santo era precedida pelos mensageiros, mascarados que percorriam, a

cavalo, as ruas da cidade convidando o povo e anunciando a realização de baile, iluminação e coreto de música, enquanto outros grupos visitavam as casas, recolhendo a esmola, que podia ser em espécie ou em prendas para serem leiloadas. Rezavam-se as missas nas madrugadas, encerrando a festa com as touradas e cavalhadas de tradição ibérica, armando-se o curro no largo do Palácio, depois transferido para o Largo do Ipiranga e, em 1876, para o Campo do Ourique.

No dia 1º de janeiro, realizava-se a procissão com a imagem do orago da cidade, o Senhor Bom Jesus de Cuiabá, assim como na Sexta-feira Santa, Domingo de Páscoa, Corpus Christi e nos dias santos mais populares. Tal costume se mantém até os dias atuais.

Os festejos juninos, dedicados a homenagear Santo Antônio, São João e São Pedro, eram assinalados pelas fogueiras, sobre as quais alguns devotos caminhavam descalços sobre as brasas, sem se queimarem, segundo relatos da tradição oral cuiabana.

A queima de fogos de artifício era muito difundida nessas ocasiões. O batuque, o cururu, a capoeira e a congada eram os folguedos preferidos pelas classes sociais de menor poder aquisitivo. O jogo de cartas era o passatempo mais difundido em todos os níveis sociais da população, sendo praticado nas residências e nas casas de truco e tabernas.

Brandão (1991) informa que a maioria das associações existentes era de natureza religiosa, congregando, em irmandades e ordens terceiras, os fiéis de cada igreja. Vinculadas à paróquia da Sé, havia duas irmandades: a Irmandade do Santíssimo Sacramento, composta pelas pessoas mais proeminentes do lugar, possuindo grande patrimônio sob a forma de moeda e imóveis, e a Irmandade de São Miguel das Almas, que possuía uma casa e administrava uma ala no cemitério da Piedade.

Algumas irmandades congregavam apenas os homens de cor, a exemplo de duas que existiam na Igreja do Rosário, os quais conservavam a igreja com muito asseio. Ali se cultuava com grande devoção o São Benedito das Escuras. A Irmandade da Igreja da Boa Morte reunia as pessoas de cor parda. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia era de cunho beneficente.

O universo cultural das elites, no final do século XIX, é analisado por Siqueira (2000), que ressalta a importância da abertura da navegação para o aumento das atividades ligadas aos meios de comunicação escritos, como os livros, jornais, panfletos políticos e de propaganda, revistas, entre outros. No tocante às agremiações que se constituíram nesse período, a autora aponta a Sociedade União dos Militares, a Sociedade Dramática União Militar, a Sociedade Dramática Amor à Arte, o Clube Literário e a Associação Literária Cuiabana.

A paisagem de Cuiabá sob o olhar dos viajantes

No decorrer do século XIX, a cidade de Cuiabá recebeu a visita de várias expedições científicas, formadas por naturalistas, botânicos, artistas, médicos, entre outros, que tinham como objetivo registrar os aspectos naturais da região e a organização social da população local. Esses registros são importantes por revelarem os aspectos da cidade de Cuiabá naquele período, demonstrando como suas paisagens e costumes foram apreendidos pelos viajantes, segundo as descrições realizadas.

Integrante da Expedição Langsdorff,[34] Hercules Florence escreveu a obra *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*. Em seu diário de viagem, o autor detalha a primeira parte com interessantes observações e gravuras sobre Cuiabá, em pleno ano de 1827.

Florence (1977, p. 137) destaca a vista da cidade entre os morros e colinas, que, naquela época, eram pouco ocupados pela população, sobressaindo-se as igrejas e a vegetação que se somava às plantas que compunham os quintais:

> A cidade de Cuiabá é cercada de colinas que com exceção da parte ocidental limitam-lhe o horizonte. O plano em que se assenta é inclinado até a base dos outeiros do lado meridional, onde corre um riacho chamado Prainha que em direção quase reta vai para O. e, separando a cidade de um de seus arrabaldes, atravessa uma planície de quarto de légua, com curso paralelo ao caminho do porto, até cair no rio Cuiabá. No tempo seco fica todo cortado e chega a desaparecer [...] A cidade pode ter meio quarto de légua de

34 Apesar de Langsdorff ter permanecido um ano em Cuiabá, não deixou registros sobre a cidade.

> poente a nascente e dois terços dessa distância de N. a S. Não há senão 18 ou 20 casas de sobrado, esse mesmo pequeno: todas as mais são térreas. Cada casa tem nos fundos um jardim plantado de laranjeiras, limoeiros, goiabeiras, cajueiros e tamarindeiros, árvore cuja folhagem densa e escura forma no meio das outras agradável contraste, concorrendo todas elas para darem à povoação aspecto risonho e pitoresco.

Além dos textos escritos, o autor deixou suas impressões sobre a cidade, registradas em imagens, entre as quais, selecionamos uma gravura para ilustração de Cuiabá no período (Figura 11).

Figura 11: Ilustração de Cuiabá no início do século XIX.
Fonte: Florence, 1977

A gravura apresentada foi desenhada a partir do alto do Morro da Prainha. Nota-se claramente, despontando entre os telhados do casario secular, uma vegetação exuberante e a torre da igreja Matriz, à direita. No canto inferior, à esquerda, observa-se a confluência dos córregos Prainha com Cruz das Almas; à direita, o Morro da Prainha.

Sobre o aspecto das casas e edifícios públicos de Cuiabá, assim escreve Florence (1977, p. 137;142):

> Rebocam-se por fora as habitações com tabatinga, que lhes dá extrema alvura: entretanto muitas há, principalmente nos arredores,

> que conservam a cor sombria da taipa de que são feitas, bem como todos os muros e cercados. Não há uma só casa que tenha chaminé: a cozinha faz-se no jardim debaixo de um telheiro. O edifício em que estão o presidente e a intendência chama-se palácio: é térreo; as janelas, únicas na cidade, têm caixilhos com vidros. Há uma cadeia, em cujo sobrado trabalha a câmara municipal; um quartel para a tropa, uma casa da moeda e quatro igrejas [...] O único passeio que tem a cidade é o caminho de meio quarto de légua de extensão que vai ter ao porto. Aí só se vêem 15 ou 20 casas, algumas canoas, *Guanás, Caburés,* negros e mulatos.

No livro *Quadro Corográfico de Mato Grosso*, Mendonça apresenta uma descrição de Cuiabá, realizada por Joaquim Ferreira Moutinho, em 1868, que mostra o desenvolvimento da cidade, 41 anos após a visita de Florence (MOUTINHO *apud* MENDONÇA, R., 1906, p. 90):

> Cuiabá tem um aspecto alegre [...] as suas ruas são quase todas calçadas de pedra cristal, que, quando lavadas pelas chuvas, tornam-se bastante asseadas. Tem não pequeno número de ruas, sendo a principal a Bela do Juiz, que parte do largo da Matriz e vai desembocar no Arsenal de Guerra, continuando ainda com outro nome. Existem nela as melhores casas, cuja maior parte foi construída há pouco tempo pelo sistema moderno. Há também as ruas – Direita, do Comércio, Augusta, do Campo, da Esperança, da Piçarra, Formosa e a do Mundéu, que ficam no centro da cidade, todas elas cortadas por becos na maior parte tortuosos. As praças principais são a da Matriz, do Palácio, Boa Morte, Ipiranga, Arsenal de Guerra, São Gonçalo e d'Ourique.

Na obra *O Brasil Central*, escrita em 1881 por Karl Von Den Steinen, ao iniciar o capítulo *Generalidades sobre Cuiabá*, o autor apresenta alguns aspectos interessantes da paisagem urbana da cidade, que teve sua comitiva como hóspede por quase dois meses. Assim relata os aspectos das residências e o costume de se dormir em redes: "Como adultos e menores dormem nas redes, ganha-se muito espaço; num instante a sala é transformada em dormitório. Ao lado dessa invenção do ameríndio que, às vezes, é objeto de muito luxo e gosto, também se encontram camas nas casas mais ricas [...]" (STEINEN, 1942, p. 66).

A vida cotidiana dos habitantes de Cuiabá é descrita por Steinen com todos os detalhes, com tanta vivacidade que, facilmente, nos remete às ruas de Cuiabá do século XIX. Vejamos algumas das observações (STEINEN, 1942, p. 67-8):

> Uma paz campestre reinava [...] na ampla rua que dava para o porto e na qual morávamos. Quem passava por essas ruas? Mulheres com vestidos de cores berrantes, oferecendo peixes, frutas ou rapaduras, balas [...] Uma mocinha vendia cigarros pretos, embrulhados em palha de milho, uma outra oferecia bebidas refrescantes [...] Aqui e ali alguns soldados [...] O comércio nas lojas, feito sem ruído e sem pressa, é constituído de grandes depósitos de artigos importados, como conservas, artigos de ferro, de limpeza, manufatura e brinquedos e tudo que se relaciona com as necessidades domésticas. As novidades do dia são discutidas pelos senhores na farmácia [...] Apenas um acontecimento perturba essa serenidade. É que todo mês a voz do século XIX ressoa no rio Cuiabá... Um tiro de canhão e a corneta do quartel anunciam a presença do vapor, ancorado no porto. Todos correm para o correio e em pouco tempo os que conhecem a leitura e a escrita se acham reunidos para a chamada.

Este viajante, ao notar aquela vida alegre e, de certa forma, sem grandes preocupações, elaborou uma frase, para expressar a alegria do cuiabano e seu gosto pelas festas, especialmente as dedicadas aos santos (STEINEN, 1942, p. 68):

> Não é possível que haja uma outra cidade no mundo onde se toque mais música, se dance mais, se jogue mais baralho do que aqui... É impossível, também, que em algum lugar se alteiem mais frequentemente os estandartes da procissão e se saiba associar melhor as missas com os prazeres sociais.

Steinen (1942, p. 84) afirma ainda que "a vida social é o lado agradável de Cuiabá. Uma festa resgata a outra, e em toda parte se é bem acolhido". Dessa forma, ficou registrado o aspecto festivo da cidade e a alegria dos cuiabanos, características marcantes até os dias atuais.

As touradas em Cuiabá

Ainda no tocante às práticas festivas e seus componentes sociais e culturais na Cuiabá do período imperial, é importante mencionar as touradas que, inicialmente, receberam o nome de "corrida do touro", por volta de 1805, mas que ganharam maior destaque na cuiabania, já no período imperial.

Esta manifestação integrava os festejos religiosos do Senhor Divino, momento em que a cidade festeja intensamente a fé, na igreja, nas ruas e nos camarotes das touradas, possibilitando momentos de socialização e quebra da rotina na cidade.

A fotografia 12, de autoria de Raimundo Bastos, da década de 1920, destaca a atuação dos Capinhas, que eram os homens que enfrentavam os touros. Esta afigurou-se como uma das manifestações festivas que atraiam muitos cuiabanos, após os festejos religiosos do Senhor Divino. Para alguns, um espetáculo de divertimento e lazer, para outros, uma barbárie.

Destaca-se ainda no plano de fundo da imagem apresentada, os camarotes, que eram arquibancadas, sempre decoradas com longos tecidos, local onde parte da cuiabania prestigiava o evento. Ressalta-se que em Cuiabá, seguia a tradição portuguesa, isso significa que não se sacrificavam os animais no final do evento, diferente das touradas com inspirações espanholas.

Fotografia 12: Touradas em Cuiabá na década de 1920.
Fotógrafo: Raimundo Bastos

Quanto à espacialidade das touradas em Cuiabá, diferentemente de outros locais, destaca-se o Jardim, hoje Praça Ipiranga, e no Campo d'Ourique, que hoje é a Praça Moreira Cabral, local onde está instalada a Câmara Municipal de Cuiabá e também onde está o marco do Centro Geodésico da América do Sul. Sobre a historicidade dos locais onde ocorreram as touradas, Moreira (2018, p. 10), relata:

> O evento, antes realizado no Ypiranga, passou, desde 1876, a ser realizado no Campo d'Ourique (a atual Praça Moreira Cabral), também conhecida como Praça do Alegre ou Praça Luiz de Albuquerque, sendo popularmente chamada de Praça das Touradas ou Largo das Touradas. O povo antigo conhecia o local por nome de Largo da Forca, pois, rezam as crônicas orais que ali eram realizadas execuções de criminosos, sendo as últimas levadas a cabo no ano de 1848.

Em 1936 foi encenada a última tourada em Cuiabá, realizada durante a festa de São Benedito. O fim desta polêmica manifestação se deu em função a distintas desaprovações de grupos sociais diversos da sociedade cuiabana que reivindicavam a proteção animal, pessoas contrárias a quaisquer tipos de maus tratos animais e trabalhos excessivos. No entanto, mesmo após seu fim, as touradas permanecem na memória de Cuiabá, e que inegavelmente, integrou o calendário festivo e, para alguns, afetivo da cidade.

Considerações finais

A proposta maior deste artigo foi a de refletir sobre a importância da memória urbana, em especial para distintas espacialidades e práticas cotidianas da cidade de Cuiabá, através de imagens e relatos sobre a cidade de outrora. O olhar para a Cuiabá imperial, quando ocorreu a Independência do Brasil, nos possibilita compreender a morfologia urbana da Cuiabá contemporânea e rememorar práticas socioespaciais que devem ser valorizadas no presente.

Entender como a cidade se organizou e como a paisagem urbana se dinamiza com o tempo, é um convite para entendermos a produção do espaço urbano em um movimento pendular, onde o ontem nos ajuda a entender o hoje e a vislumbrar o amanhã.

Referências

ÁLBUM GRAPHICO do Estado de Matto-Grosso. Ayala & Simon, janeiro de 1914. Corumbá; Hamburgo, 1914.

BRANDÃO, Jesus da Silva. *Cuiabá: desenvolvimento urbano e sócio econômico – 1825 –1945*. Cuiabá: Editora Livro Matogrossense, 1991.

COVEZZI, Marinete. *Lembranças do Porto*: um estudo sobre o trabalho e os trabalhadores do Porto de Cuiabá (1940-1970). Araraquara, 2000. 255p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*: 1825 a 1829. Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

FREIRE, Júlio De Lamônica. *Por uma poética popular da arquitetura*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

MAMIGONIAN, Armen. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. *Geosul*. n.1, ano 1, p. 39-58. Florianópolis: Ed. da UFSC, primeiro semestre de 1986.

MOREIRA, Mayara Laet. Campanhas contrárias às touradas cuiabanas: ressonâncias do projeto civilista e do movimento de modernização brasileiro na capital mato-grossense dos anos de 1920. *Revista Tempo Amazônico*. V. 6. n.1, 2018, p. 5-18.

PÓVOAS, Lenine C. *Sobrados e casas senhoriais de Cuiabá*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1980.

PÓVOAS. Lenine C. *Os italianos em Mato Grosso***.** São Paulo: Resenha Tributária, 1989.

REDE de memórias: 50 anos da implantação da energia elétrica em Mato Grosso. Cuiabá: AMISCIM/Carlini & CAniato Editorial, 2011.

RODRIGUES, Dunga. *Reminiscências de Cuiabá***.** Goiânia: Editora Cinco de Março, 1969.

RODRIGUES, Firmo. *Figuras e coisas de nossa terra***.** Cuiabá, 1969.

ROMANCINI, Sônia R. *Paisagens de Cuiabá***:** uma abordagem geográfica. 2001. 307 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2001.

SILVA, Paulo Pitaluga C. *In*: SILVA, Paulo P. C.; FREITAS, Moacyr. *Gravuras cuiabanas***.** Cuiabá: M.E. Cardoso, 1997.

SIQUEIRA, Elizabeth M., COSTA, Lourença A. CARVALHO, Cathia M. C. *O processo histórico de Mato Grosso. Cuiabá*: EdUFMT, 1990.

STEINEN, Karl Von Den. *O Brasil Central*: expedição em 1881 para a exploração do rio Xingu. Tradução de Catarina Baratz Cannabrava. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

Expedição Langsdorff: paisagem, imaginário e representação geográfica da Província de Mato Grosso no início do império (1822-1829)

Expedición Langsdorff: paisaje, representación imaginaria y geográfica de la provincia de Mato Grosso al inicio del imperio (1822-1829)

Zuleika Alves de Arruda (IFMT/IHGMT)

RESUMO: O artigo propõe fazer um diálogo entre a categoria de análise paisagem e a geograficidade, contidas nos relatos de viagem da expedição Langsdorff, ou seja, do vínculo que os viajantesnaturalistas estabelecem com o espaço e o sentido comum atribuído, incluindo a subjetividade do seu olhar na construção de paisagens, sem desconsiderar a formação socioespacial que constitui a base de representação da paisagem, ou seja, que paisagens estão relacionadas às representações do espaço, mas também aos espaços de representação, uma vez que que é permeada pelas relações sociedade-natureza. As representações da paisagem em suas diversas escalas de abordagem desempenham papel importante para a construção de representações geográficas como referência semântica para construção da imagem negativa ou ocultar o poder dominante sob o território.
Palavras-chave: paisagem, representação da paisagem, geograficidade, Expedição Langesdorff

RESUMEN: El artículo propone un diálogo entre la categoría de análisis paisaje y geografía, contenida en los informes de viaje de la expedición de Langsdorff, es decir, el vínculo que los viajeros-naturalistas establecen con el espacio y el sentido común atribuido, incluyendo la subjetividad de su mirada en la construcción de los paisajes, sin desconocer la formación

socio-espacial que constituye la base de la representación del paisaje, es decir, que los paisajes están relacionados con las representaciones del espacio, pero también con los espacios de representación, ya que está permeado por las relaciones sociedad-naturaleza. Las representaciones del paisaje en sus diversas escalas de aproximación juegan un papel importante para la construcción de las representaciones geográficas como referência semántica para construir la imagen negativa u ocultar el poder dominante sobre el territorio.
Keywords: Paisaje. Representación del paisaje. Geografia. Expedición Langsdorff.

Introdução

No Brasil, as expedições científicas e as consequentes narrativas de viagem tornam-se numerosas a partir do século XIX, após o processo de abertura econômica e política, relacionado à decisão da Família Real portuguesa, no ano de 1808, de se instalar permanentemente no Brasil. A presença da Corte no Rio de Janeiro e o seu interesse em promover um modelo "civilizatório" aos moldes da Metrópole, obter maior conhecimento das riquezas do território dominado e promover integração a economia mundial, conduziram-na à tomada de medidas político-administrativas, como a abertura dos portos às nações amigas. Tal medida insere o Brasil na era do liberalismo econômico, rompendo o monopólio da Coroa e ampliando a realização de transações econômicas com outras nações, bem como a exploração do território luso-brasileiro por expedições científicas, uma vez desconhecido e misterioso no imaginário europeu, mas, com potencial a ser explorado economicamente.

As expedições, além do caráter científico, apresentavam finalidades estratégicas expansionistas, quer seja para atender aos interesses do país fomentador de tal evento, quer seja do Estado em consolidar internamente o seu poder territorial e, externamente, (re)produzir representações positivas de espaço com grande dimensão territorial, natureza pródiga e com potencialidade econômica a ser explorada.

Nesse contexto, destaca-se a expedição científica Langsdorf (1822-1829), liderada por Barão Georg Heinrich von Langsdorff, cujo objetivo, além do caráter científico, naturalista e artístico, visava atender aos

interesses do Czar, Alexander I, financiador da expedição, em consolidar o prestígio da Rússia como potência mundial, assim como avaliar possibilidades do "Novo Mundo" para fins industriais e comerciais. (AMBRIZZI, 2008) Faziam parte da equipe de Langsdorff: Nestor Rubzof, astrónomo, Adrian Taunay, pintor; Hercule Florence, geógrafo; Luis Riedel, botânico; Frederico Hasse, naturalista (KOMISSAROV, 1988; SILVA, 1997).

O cenário instável da política brasileira (movimento de Independência do Brasil), marcado pela dissolução da Assembleia Constituinte e demissão de José Bonifácio e a necessidade de obter uma permissão especial do governo para receber crédito, privilégios alfandegários, entre outras, constituíram empecilhos para que a expedição em direção às "inóspitas" terras localizadas no interior, fosse adiada e realizasse as explorações geográficas apenas nas imediações de Nova Friburgo (RJ) e áreas adjacentes da Fazenda Mandioca, espaço concebido para fundar uma colônia agrícola com imigrantes alemães:

> No Brasil reinava uma carestia incomum, além do que, Nesserolde, em despacho de agosto de 1823 comunicou a Langsdorff a impossibilidade de enviar as verbas suplementares solicitadas. Os planos do cientista eram perturbados também pela prolongada guerra de independência. Somente no verão de 1823 os portugueses capitularam em Salvador, e só então outras guarnições depuseram suas armas. O governo de São Petersburgo, por seu lado, considerava os acontecimentos no Brasil como uma insurreição promovida pelo príncipe Pedro contra seu pai. Nem o Imperador D. Pedro, nem Langsdorff tinham conhecimento das intenções do Czar sobre o reconhecimento diplomático da nova monarquia sul-americana, submetida então ao isolamento internacional. (KOMISSAROV, 1988, p. 13).

O roteiro previamente planejado para conhecer o interior do país possuía como ponto de partida Porto Feliz, pelo rio Tietê, antiga rota das "monções", subindo em direção ao rio Amazonas, atravessando os sistemas fluviais que permitiam a comunicação entre as províncias de São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará. A primeira etapa da viagem teve início em 8 de maio de 1824, quando Langsdorff se dirigiu a Minas Gerais, acompanhados do artista Rugendas, do Zoologo Ménétriés, do

botânico Luis Riedel e do astrônomo Nestor Rubtzof (KOMISSAROV, 1988, SILVA, 1997) A experiência geográfica resultou no registro pictórico de Rugendas a respeito de notáveis paisagens (natural e cultural) vivenciadas e percebidas e de uma considerável amostragem de plantas e de zoologia prevalecentes no meio tropical, assim como narrativas geográficas a respeito do *modus vivendi* e ocupação econômica.

A segunda etapa, iniciada em 22 de julho de 1826, tinha como objetivo "penetrar as regiões centrais do império e chegar às antigas minas de Cuiabá e à região diamantífera de Mato Grosso e daí, sempre pelos rios, alcançar o Amazonas, como registrado por Florence:

> Nessa etapa a comissão foi divida e dois segmentos: um, composto do chefe, Rubzoff e Sr. Florence, caminhou para o norte até a vila de Diamantino e a outra, por Riedel e Taunay, para Oeste, com destino a Vila Bela de Mato Grosso. Estes deviam embarcar no rio Guaporé e, pelo Mamoré e Madeira, alcançar o Amazonas, ao passo que os outros, partindo de Diamantino em época previamente marcada, desceriam os rios Preto, Arinos, Juruena e Tapajós, indo, logo que chegassem à vila de Santarém, para a da Barra do rio Negro ou Manaus, que era o ponto do etro comum. Daí todos juntos, seguiram pelo rio Negro acima até ao canal de Caciquiari, entrariam no Orinoco e iriam correr as Guiana.

O caráter exploratório, multidisciplinar e científico da Expedição Langsdorff, pautada na realização de registros de campo e do método indutivo, catalogando, mapeando, classificando os fenômenos e as espécies que compõem a História Natural, contribuíram para uma produção geográfica sistematizada a respeito o território luso-brasileiro. O ideário de Langsdorff está reproduzido em seu diário, enviado ao consulado como relatório da viagem do trecho compreendido até Cuiabá, contendo desenhos e pranchas acompanhado com os seguintes dizeres:

> Durante a viagem, dediquei especial atenção à história natural-cotidiana do homem. Para dar aos cientistas europeus a possibilidade de comparar, com maior exatidão, as raças sul-mericanas entre si, eu exigi com insistência dos artistas, reproduzirem com precisão os retratos das tribos Caiapós, Guaná, Guató, Bororô, Chamacoco e Chiquito, e espero que, com relação a isso, eu tenha feito mais que qualquer

> outro viajante [...] eu acalento esperanças de que a coleção de retratos de todas as nações brasileiras, após o término de minha ainda longa expedição, despertará extraordinário interesse. (KOMISSAROV, 1988, SILVA, 1997).

A Expedição Langsdoff, assim como as demais expedições científicas, a partir do séc. XIX, tiveram como o modelo de investigação os pressupostos elaborados pelo geografo alemão Alexander Von Humboldtt, que orientou uma determinada forma registrar os espaços percorridos pelos viajantes, de descrever as fisionomias particulares, permitindo, em aparente paradoxo, integrar os fenômenos particulares ao cosmo. A junção entre descrição de elementos naturais, espécies vivas e recursos minerais presentes nas representações (produções iconográficas, textuais, mapas etc.) compõem o quadro de um lugar específico que retrata sua essência, pautado no romantismo filosófico (poético). O conceito de paisagem geográfica proposta por Humboldt, no século XIX, foi o marco para a sistematização do pensamento geográfico:

> Para os românticos, a natureza se reproduz em formas variadas (incluindo a forma humana, daí a existência de múltiplos níveis de compreensão possíveis. Todas essas formas estão em relação, pois elas compõem o mesmo organismo e são sempre fundadas sobre uma mesma matéria: o absoluto. A ciência destas formas é dada pelo conhecimento de suas expressões particulares. (...) A reflexão romântica se desdobrou em outros planos como das artes do qual a valorização da obra de arte que anularia as dicotomias sujeito/objeto, consciência/inconsciência, real/ideal e beleza/verdade era muito difundida. Da mesma forma a refutação de visão objetivista deu lugar ao diálogo das consciências, raiz da intersubjetividade. Estas características tem uma grande importância no desenvolvimento do discurso geográfico, pois redefiniu o conceito de meio ambiente e a noção de pátria, transformada em unidade política. (GOMES, 1996, p. 108-109).

Essa concepção encontra-se revisitada na obra de Dardel (2011) *O Homem e a Terra*, cuja proposta está pautada em uma geografia universal preocupada em compreender o mundo geograficamente, em sua extensão e suas regiões, como fonte de forças e horizonte da vida humana".

Com base na hermenêutica existencial, retoma o conceito de paisagem de Humboldt, afirmando que a paisagem não é em sua essência feita para olhar, mas que se apresenta como uma impressão de conjunto; totalidade própria que corresponde à inserção do homem no mundo, uma manifestação do seu ser com os outros e a base de seu ser social. Para Dardel, é através da paisagem que o homem toma consciência do mundo mediante a experiência geográfica (geograficidade) por abranger as diferentes maneiras de apreender a totalidade que uma pessoa conhece e constrói a realidade. O todo do espaço físico é compilado em uma representação, seja ela pictórica, descrita oralmente, textual ou quaisquer outros meios, destarte, a imagem está longe de ser o espaço real, mas apenas uma representação.

Besser (2011) faz uma interlocução com Dardel (2011), asseverando que a geografia, como saber e experiência se apresentara sob o modo de consciência estética, pois ela (estética) constitui a primeira ligação do homem com o mundo, seu modo de situar e de compreendê-lo, constituindo assim, a primeira coerência que o homem introduz com seu mundo, a primeira coesão entre dos seres entre eles. Uma sensibilidade geográfica que é expressão do acordo do ser humano com as formas da Terra. Mas que essa relação dos seres do mundo por meio das formas acontece antes do discurso, ela é aprovada, sentida antes que possa ser formulada de modo reflexivo.

Como ponto de partida para análise geográfica, propõe-se fazer um diálogo com a fenomenologia para a compreensão da paisagem e a geograficidade (DARDEL, 2011) contidas nos relatos de viagem da expedição Langsdorff, ou seja, do vínculo que os viajantes-naturalistas estabelecem com o espaço e o sentido comum atribuído, incluindo a subjetividade do seu olhar na construção de paisagens, sem desconsiderar a formação socioespacial que constitui a base de representação da paisagem, ou seja, que paisagens estão relacionadas às representações do espaço, mas também aos espaços de representação, uma vez que que é permeada pelas relações sociedade-natureza.

(Re)cortes da(s) paisagem(ns) por meio da experiência geográfica da "expedição Langsdorff"

As paisagens não existem *a priori* como um dado da natureza (LUCHIARI, 2001), mas sim a partir de sua representação (natureza). Somente a partir do momento em que a cultura humana a concebe como leitura, como interpretação do espaço, do território ou até da própria natureza, é que a paisagem passa a existir.

A paisagem como representação resulta da apreensão do olhar do indivíduo, que, por sua vez, é condicionado por filtros psicológicos, fisiológicos, socioculturais, econômicos, políticos e da esfera da rememoração e lembrança recorrente, bem como dos interesses que regem as representações (GOMES, 2001, p. 56). A paisagem (enquanto espaço-representação) como produto cultural vai muito além de sua aparente forma à medida que ela expressa como dada sociedade em um determinado momento (tempo histórico) imprime no espaço a sua organização e relação do homem com a natureza (formação econômica e social) permeada de valores, símbolos e significados.

E se a concepção de uma paisagem é parte de um processo que passa pela cultura e civilidade humana, pelos sistemas interpretativos de cada um, a representação da paisagem, mais ainda, pode ser considera como parte desse processo, pois a paisagem não está apenas está relacionada à representação dos espaços, mas também aos espaços de representação permeada pelas práticas sociais e culturais. A representação da paisagem feita somente pela forma (aparência) pode distorcer, apagar e/ou ocultar parte da realidade (essência). Estas não constituem mera percepção do real, mas narrativas às quais estão associados os códigos culturais da época e uma visão afirmativa da ordem humana na paisagem. (CORRÊA, 2011; COSGROVE, 2000; BERQUE, 2004; LEFBVRE, 2000; GOMES, 2001; LUCHIARI, 2001; BONNEMAISON, 2002)

As transformações socioespaciais e culturais que passam a ocorrer a partir do século XVIII e com o Iluminismo não apenas promoveram mudanças (nas ciências, economias, sociais e culturais), como na forma

de perceber o mundo, que está articulada à maneira de conceber e representar a paisagem, abarcando o espaço em sua totalidade. Com o triunfo do Iluminismo, a natureza (des)sacralizada constitui alvo para pesquisa geográfica e demais ciências que possuem o fito da explicar, diferenciar e classificar os fenômenos e eventos geográficos, por meio das expedições científicas, como é o caso da expedição Langsdorff.

Com a nova ordem econômica mundial e com a Independência do Brasil, o governo Imperial redefine a atuação política territorial expansionista em direção ao interior do país de modo a atender a nova ordem econômica mundial. E é mediante essa "nova ordem" que o capital cria paisagem(ns) para satisfazer suas necessidades em ampliar o seu poder de (re)produção, via espoliação, em um determinado momento de crise de sobreacumulação (HARVEY, 2004). Daí a razão de algumas áreas serem mantidas como reserva de valor, sob uma pseudo-representação da natureza e/ou mitos, e em outro serem concebidas como portadora de riqueza e, portanto, factíveis a políticas de valorização territorial.

É neste contexto que a natureza mato-grossense do período imperial, enquanto paisagem, passa a ser (re)significada, valorizada, investigada e concebida como símbolo de identidade nacional. Um momento em que se desenha no território luso-brasileiro uma cultura imperial pautada em dois elementos constituidores da nacionalidade: da Corte como centro de uma cultura civilizatória e, de outro, a natureza territorial como recurso para caracterizar a identidade nacional, promover uma imagem positiva frente ao mundo e inserção do mercado mundial.

A fim de resguardar o território como parte do Estado e consolidar as instituições jurídicas do país com o intuito de constituir a base de identidade da Nação, o governo Imperial contou com um aparato ideológico formado por políticos das províncias que se encontravam no centro de decisões (formador de opinião e articulação com o poder) e intelectuais que produziram conhecimentos necessários para a territorialização do espaço (VOLPATO, 1983).

Ao analisar a criação identitária nacional, Moraes (2002) pondera que as ideologias geográficas vão ser geradoras de discursos legitimadores de uma identidade nacional em que o Brasil é visto como um espaço a ser

conquistado e ocupado, do qual o território emerge como definidor da nacionalidade, e não a sociedade. E sendo assim, o povo é visto como mero coadjuvante de construção do país, subalterno às ideias e aos projetos das elites. Portanto, civilizar, enquanto ideologia geográfica, deveria ser entendida como uma outra forma de qualificar a expansão territorial, no bojo do processo de invenção da Nação:

> O padrão discursivo básico do século XIX que conforma essa concepção estrutura--se em torno do conceito de civilização, atribuindo, portanto, à monarquia brasileira uma missão civilizadora. Construir o país é levar a civilização aos sertões, ocupar o solo é subtrair os lugares da barbárie, o que cabe a uma elite que se auto define como "representante das ideias da Ilustração" [...]. O papel catalisador que a noção de "civilização" cumpriu para a antiga mentalidade será agora ocupado pelo conceito de modernização. Pode-se dizer que modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação. Enfim, modernização implicava no caso brasileiro necessariamente valorização do espaço. (Moraes, 2002, p. 118-121).

Essas formulações discursivas impregnadas da ideologia do poder (re)produzem representações sociais e geográficas ancoradas na relação dicotômica Homem – Natureza ou nos atributos geográficos para justificar a territorialidade e o grau de desenvolvimento econômico da sociedade. Tais representações, vinculadas às relações sociais de produção são criadas para expressão do real no bojo de uma ideologia (BAILLY, 1992) e constituem o instrumento pelo qual o indivíduo ou grupo social constroem significados para o mundo social, como pondera Chartier (1990, p. 17):

> As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas

> e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.

A realidade criada pelo imaginário social, com forte componente espacial pelo poder simbólico atribuído aos objetos geográficos, naturais ou construídos estão em relação direta com a existência humana. O imaginário social, da mesma forma que possui um forte componente político, se converte também em imaginário geográfico e territorial à medida que os objetos geográficos são portadores de signos, símbolos ou alegorias e produzem representações geográficas, forjam identidades territoriais e produzem representações da paisagem. (CASTRO, 1997).

As representações geográficas contidas nos relatos dos viajantes e representantes políticos contribuem como retórica para construir e alimentar o imaginário social e político, portanto, o seu entendimento possibilita compreender as formas de apropriação do espaço pela sociedade. Destarte, o imaginário social torna possíveis e interpretáveis os símbolos presentes nas relações dos homens entre si e com o meio, os quais materializam-se nos diferentes modos de organização socioespacial.

Castro (1997 p. 179) chama a atenção para o fato de que existe uma relação entre a geograficidade e a elaboração de um discurso que não é neutro, mas que, ao contrário, qualifica o espaço e seus objetos, tornando-os significantes, portadores de significados e de representações sociais. Consequentemente, esse discurso expressa valores simbólicos que presidem na estrutura funcional do espaço, com consequências importantes sobre sua organização pela sociedade em função dos significados que lhes são atribuídos.

A geograficidade dos viajantes-naturalistas e a produção do conhecimento geográfico pautado no empirismo e na observação, bem como as formulações discursivas dos representantes políticos, contribuíram como retórica para que o Estado português mantivesse o seu domínio

sobre o território mato-grossense. Concepções que serviram de modelo aos viajantes naturalistas do século XIX que empreenderam viagens de cunho científico ao continente americano, como é o caso da Expedição Langsdorff, orientando uma determinada forma de registrar os espaços percorridos pelos viajantes, de descrever as fisionomias particulares, permitindo, em aparente paradoxo, integrar os fenômenos particulares ao cosmo. "Trata-se, antes, de uma relação com a Terra em que qualquer compreensão possível desta por parte do sujeito pode unicamente acontecer *em* seu ser situado, *em* sua absoluta inseparabilidade da Terra, considerando-se aqui tanto a compreensão, pelo sujeito, de seu entorno, como a compreensão que possa ter de si próprio. A paisagem não se mostra, então, como que *diante* deste, mas envolvendo-o, abarcando-o e mesmo condicionando qualquer possível representação por parte dele" (SARAMARGO, 2014). É nesse sentido dual que o viajante-naturalista, em um processo de interiorização das paisagens, conduz ao reencontro com o próprio significado de "ver o mundo" e ser-no-mundo, como aponta Dardel (2011) e da realidade do espaço geográfico, percebido na sua viagem pelo mundo tropical:

> [...] A vigorosa variedade das mais pitorescas paisagens constitui, aqui, muito com que possa ocupar-se um pintor. E a um geólogo não escapariam, nas formas abruptas do São Jerônimo e nas camadas longitudinais das montanhas, os traços de formidáveis revoluções, que, se não culminaram com a subversão da crosta terrestre, abrangeram, seguramente, todo o centro da América. Todo esse sublime panorama, porém, é tão somente o proscênio das maravilhas que nos esperam um quarto de légua mais adiante. Onde me abasteceria de expressões para descrever o que vi? Sei que não passo de iletrado autor, cujos escritos jamais se publicarão. Mas, se todos os dons do gênio e da fortuna me deviam ser recusados, por que recebi a faculdade de sentir, conhecer, inventar, tanto quanto realizaram muitos dos grandes valores de que se honra a humanidade? Para pintar o que vi na chapada, só me faltam expressões. Se as encontrasse, tão exatas e adequadas, quero crer que as poderia repetir vinte vezes, narrando esse meu encontro com a suprema beleza: meus leitores me leriam até o fim, sem se cansarem de meu entusiasmo (FLORENCE, 1977, p. 69).

O processo de interiorização da paisagem percebida por meio da fisionomia (aparência exterior) da paisagem que conduz a um reencontro com o próprio significado de ser-no-mundo, remete à reflexão do nível intersubjetivo abarcado pela experiência vivida e o conhecimento científico. É a partir do conhecimento da fisionomia (aparência exterior) que se obtém o seu sentido e se conhece a realidade. Isso vem de encontro com Dardel (2011) quando pondera que o espaço primitivo, assim como a sua interpretação poética sobre a realidade geográfica supera a análise objetiva da ciência convencional por sua maior proximidade e fidelidade ao apelo terrestre. Nesse sentido, a paisagem constitui muito mais que uma captação de formas e justaposição de detalhes pitorescos. Representa um conjunto de convergência, um momento vivido, sensações difusas do contato com uma natureza pitoresca que avulta aos olhos, sinônimo do exotismo de terras ainda não trilhadas e de lugares ainda não submetidos ao jugo da ciência e, portanto, concebidos, segundo a sua visão de mundo, como não detentores de uma "cultura mais inteligente" capaz de minimizar os "estragos" produzidos à natureza, como pode ser observado nas narrativas de Florence em sua visita em território mato-grossense:

> Um pintor que não tenha contemplado painéis feitos pela mão dos mestres poderia, parece-me, na composição de seus quadros, aprender com a natureza. A paisagem que ante nós se desdobrava não mostrava muitas vezes senão um horizonte acanhado, entretanto aí afigurava-se-nos que da sua parte houvera desejos de não desviar a atenção de algum de seus graciosos caprichos, formados também pelo acaso para terem mais originalidade. De pronto não nos era fácil adivinhar a razão por que todos os troncos e ramos das tortuosas árvores desses cerrados negrejavam como azeviche e o capim resplendia de verde tão uniforme. É que o fogo por ali passara e que tudo ressurgia simultaneamente; devendo esse hábito do caipira, que sem trabalho quer todos os anos renovar as pastagens para seu gado, produzir a esterilidade dessas belas regiões, caso não repare cultura mais inteligente tantos e tão seguidos estragos. No meio dessas verdejantes campinas, onde tudo tomava ares festivos, travamos conhecimento com a carandá, palmeira de elevado caule cheio de espinhos e cujos pecíolos lisos e espinhosos sustentam um leque de folíolos a modo do buriti. Também o encanto da novidade exaltou ainda mais o bem-estar, que em nós infundia uma natureza

> inimiga da monotonia e pródiga, sobretudo para o viajante, de novas perspectivas. (Grifos nossos) (FLORENCE, 1977, p. 160).
>
> [...] No meio desses campos ao caçador facilmente se deparam veados, perdizes e outros animais, cuja carne lhe enriquece a mesa, aumentando desta arte o prazer de atravessar tão bela região. O olhar não se cansa de admirar as cores várias que de todos os lados o embelezam: aqui é uma verdejante várzea; ali fica o cerrado com suas árvores baixinhas e engorovinhadas; adiante se alarga um campo de macega mais alta que um homem e de um colorido puxando a amarelo pardacento. Muitas vezes grandes áreas de terreno, colinas inteiras, apresentam um aspecto sombrio e negrejante: é que por ali passou uma chama devoradora, ateada pelo viajante. Os troncos ficam então despidos de folhas, requeimados pelo incêndio. Se, porém, medeiam quinze dias ou um mês, arrebenta viçosa verdura naquele fundo lúgubre e acinzentado. (FLORENCE, 1977, p. 59).

Mediante a experiência da Terra (espaço social), que tem a paisagem como base de sua representação (pictórica, narrativa ou cartográfica), que a imagem de mundo sob o ideário "Iluminista" se (re)produz pautada no desejo de conhecer e de dominar o mundo pela ciência e a inclusão do homem nos limites de uma história natural e da ciência.

A representação da paisagem, nesse sentido, faz parte de um dispositivo desse pensamento e de percepção do olhar europeu da superfície da Terra e da estetização do "outro", tomando por valor positivo ou negativo e penhorando a qualidade do fenômeno capturado da natureza em seu conjunto. Torna-se mister considerar esse "novo modo de conceber o mundo" e de "realizar a ciência", pautado na estética de representação da natureza onde simulacros e simulações de realidades são produzidos para atender à construção de novo território (independência do Brasil) e aos interesses imperialistas em abarcar o seu domínio em uma maior escala.

É por meio da geograficidade e práxis investigativa do viajante-naturalista que a paisagem se constrói, seja sob o olhar racional e sistemático das ciências naturais que regem as observações dos elementos da natureza, seja sob o olhar subjetivo e perceptivo proposto pelo romantismo, poético, permeado de sentimentos e emoções. Muitos viajantes

naturalistas do século das Luzes admitiam que a multiplicidade de sensações e fenômenos que envolvem o naturalista em sua viagem poderia e deveria ser descrita pela ciência geográfica, conduzindo-os ao uso de representações pictóricas e cartográficas, assim como a preocupação com os recursos e estilos literários nas/das narrativas de viagem, como, por exemplo, a realizada por Hércules Florence.

Ele articula o método sistemático e racional da ciência a sua experiência geográfica por meio da contemplação física do mundo mediante os sentidos mais diretos e passivos até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização, através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Em suas narrativas, dotadas de uma estética e sentimentos afetivos, comumente nos deparamos nos relatos com o encontro do Sujeito-Objeto, o "homem da ciência", diante do valor estético de "beleza e grandiosidade, formas e cores que eram dessemelhantes das que lhe eram conhecidas e familiares, como analisado por Fonseca (2008, p. 42-43):

> Rios, cachoeiras, matas, palmeiras, tucurís, frutos, fazendas, vilas, cidade, tribos indígenas, fazendeiros, animais, enfim, tudo era interessante e registrado pelo jovem viajante Hércules. A natureza generosa pedia uma narrativa detalhada, verossímil. No seu jeito de narrar, falava também da alegria tantas vezes sentida, dos medos dos perigos, dos cuidados que todos deveriam observar. O clima recebeu especial atenção: as chuvas, s umidade do ar, os ventos. Hércules fazia mais do que simples e minuciosa descrição dos fatos. Expressava-os com sentimentos e comparações. Refletia sobre a paisagem, enquanto relacionava seus conhecimentos europeus às mais diversas sensações sentidas no infindável pantanal e na floresta tropical. Ficava intrigado com as enchentes do Pantanal, que misturavam os rios e dificultavam a navegação. Também registrou as terríveis 'nuvens' de mosquitos que apareciam sobre o Rio Paraguai e S. Lourenço, os quais não deixavam comer ou dormir, na verdade, nem falar, porque entravam pela boca, De todos os lugares anotava o nome. Suas referências de beleza passam pelos órgãos dos sentidos e relacionam-se com um vocabulário bastante próximo do Hercules pintor. Encantava-se com as tonalidades das flores, as dimensões dos troncos das árvores e sua altura, com o movimento dos rios. Muitas vezes ele indicava qual era o declive das nascentes à foz para informar se as águas corriam lenta

> ou rapidamente. (...) Falava do que percebia pelo tato, pelo frio das madrugadas e pelo calor insuportável e sufocante sob as árvores da Floresta. Descobria, de repente, seu olhar encantado diante do tom avermelhado e luminoso dos crepúsculos. Encanto sentido também ao ouvir o canto dos pássaros, o som do vento e da chuva, o estrondo das águas nas pedras das cachoeiras. (FONSECA, 2008, p. 42-43).

As narrativas de viagem da Expedição Langsdorff, ancoradas no conhecimento científico e na forma poética e afetiva de conceber a natureza, contribuem para a construção de representações da paisagem pautadas nas imagens afirmativas de um território portador de riqueza, contribuindo para legitimar a identidade nacional, assim como atender aos interesses imperialistas sob o território.

A natureza como recurso econômico é inventariada, catalogada e os atributos, cooptados por todos os órgãos do sentido (visão, olfato, tato), passam a ser valorados pela sua unicidade, singularidade etc., elementos reveladores da potencialidade econômica frente aos incalculáveis recursos naturais existentes, porém, até então desconhecidos e explorados. Daí a relevância da realização e do interesse de Hércules Florence em realizar a "narrativa tão detalhada e verossímil", apontada por Fonseca (2008).

Mediante a experiência geográfica, os naturalistas – viajantes, sujeitos históricos dotados do conhecimento cientifico, símbolo do "civilização" e portador do "desenvolvimento", apresentam o território mato-grossense ao mundo em uma visão dual de paisagem vivida por meio da percepção da imagem de uma natureza "prodigiosa", "generosa", "exótica", "exuberante", "grandiosa", capazes de promover o sentimento de pertencimento ao lugar. Tuan (1980) ao estudar a ligação emocional aos espaços; relaciona a subjetividade de indivíduos e de grupos, propondo uma identidade nas diversas escalas espaciais, pois desde sua casa até a pátria há diversos lugares. Ao mesmo tempo que a natureza desperta sentimentos de medo (topofobia) frente ao desconhecido e vivenciado no lugar: "natureza selvagem", "primitiva", "infernal", ou mal-estar físico e/ou permanência humana no ambiente relacionado às amenidades climáticas (calor sufocante, amplitude térmica diferenciada), animais (peçonhentos e mosquitos) típicos dos trópicos, dentre outros:

> A navegação do Paraguai foi penosa. O rio tinha tomado água; as zingas não alcançavam mais o fundo; os aguaceiros eram contínuos, e enxames de mosquitos assaltavam os navegantes, causando-lhes cruéis sofrimentos. Debalde cobriam o corpo com roupas grossas; debalde se abrigava debaixo dos mosquiteiros, onde mal podiam respirar de calor, os terríveis e anguissedentos pernilongos se insinuavam nas menores falhas das vestes e enterravam nas carnes o doloroso ferrão. A monção deixou então o leito do rio e buscou cortar em linha reta pelos campos inundados, mas aí teve que lutar com a incerteza; perdeu-se; foi obrigada a transpor inesperada e desconhecida cachoeira, que se formara no encontro de dois chapadões, e deu-se por muito feliz em cair num sangradouro (...) Impossível me fora exprimir o sofrimento que diariamente nos causam os enxames de mosquitos. É praga capaz de trazer o abandono de uma região inteira por quem não tenha a constância do selvagem. Em tal quantidade nos cercavam tão teimosos se precipitavam sobre nós para sugar-nos, que o ar em derredor parecia escuro. Quando comíamos, ficava os pratos inçados, o molho cheio deles; entravam-nos pela boca. Debalde dos pés à cabeça vestíamos roupas grossas; debalde calçávamos botas e luvas. Através das vestes e pela costura das botas, por pouco que tivessem(...) (FLORENCE, 1977, p. XXXVI)
>
> Salto Urubumpugá (...)O sentimento que experimentei, ao contemplar tão vasta extensão d'água e a riba distante, lembrou-me o abalo que recebe o viajante quando divisa, mar alto, as costas que demanda. Se essa terra é a França, então seu coração estremece jubiloso ao pensar nos gozos já próximos que lhe franqueia aquele belo país, tão adiantado em civilização. Aqui, porém, só podíamos ver selvagens e míseras tocas, espetáculo ainda assim cheio de interesse e novidade para quem quer estudar o homem em seu tipo primitivo. Para nós aquele momento foi de verdadeira festa. Além do prazer que sentíamos em descansar os olhos sobre a superfície desse grande e novo rio ao sair do penoso Tietê, na grata alegria de nossos camaradas tínhamos novos motivos de satisfação. (FLORENCE, 1977, 46).

Essa linguagem geográfica veicula em sua sonoridade ritmada uma coloração afetiva que, em sua ressonância, desperta nos seres humanos um ato de consciência, sentimentos e afetos ligados intimamente à imagem e à memória de lugares e regiões experienciadas e imaginadas (DARDEL, 2011), mediante a representação da paisagem que pode valorizar ou não

lugares do território e construir sentimento de pertencimento, ou uma topofobia decorrente da imagem negativa veiculada ao medo, à insegurança. Assim, é por meio da geograficidade do viajante com o lugar que a essência se transforma em existência, o todo em partes, e assim, a totalidade se dá de forma especifica, nesse lugar a história real chega também com os símbolos que passam a ser mediados pela imagem.

Esse sentimento (emoção) do medo decorrente de mitos existentes no imaginário social frente ao conhecido, presença de animais ferozes, ou pelas riquezas que o território abrigava possibilitou que aventureiros sertanistas construíssem a base para as representações de paisagem a respeito do território mato-grossense e em outro momento, a paisagem promotora da topofilia sendo utilizada para promover " a inserção de uma parte do território vazio" ao todo (nação), ou seja, a reapresentação da paisagem como sinônimo de identidade nacional. Vale ressaltar que paisagem natural, sob o significado da topofilia, está presente como linguagem e símbolo (cores e signos) presentes na bandeira e hino nacional.

A análise da paisagem inscrita nos relatos dos viajantes pode contribuir para identificar inúmeras paisagens em relação com o meio em que vive ou em função da forma como a natureza é apropriada pela sociedade, ou seja, onde o meio natural prevalece ao meio técnico-cientifico prevalecente na Europa. Neste sentido, podemos considerar que a paisagem é apreendida pelas experiências e percepções quotidianas e excepcionais com o espaço, num amálgama de imagens mentais, atitudes e sentimentos que nos levam a interiorizá-las, enquanto mundo vivido.

Cosgrove (2014) pondera que a paisagem pode ser vista como uma síntese pictórica externa que apresenta esteticamente as relações entre vida humana e natureza e está sujeita à interpretação de acordo com diferentes olhares, polivocalidade, vista como "paisagem de consumo" ao se considerar a ocupação, "paisagem identitária", "paisagem da classe dominante", "paisagem residual", "paisagem emergente" e "paisagem excluída". A paisagem é significada de acordo com aquilo que se vê.

A representação da paisagem contida nos relatos de viagem dos naturalistas-viajantes que percorrem a província mato-grossense é produto do agente produtor desse espaço, ou seja, do colonizador, que deixa

materializados no espaço marcas e signos. Nesse sentido, os adensamentos humanos, as práticas econômicas, sociais e culturais percebidas pelo viajante-naturalista durante o trajeto percorrido representa "geos-simbolos" (BONNEMALSON, 2002) do processo de territorialização portuguesa, de uma denominada aqui, de *paisagem colonizadora*.

A paisagem enquanto espaço de representação não constitui um quadro inerte como o representado e captado pelo olhar artístico, ela é dinâmica e reveladora das intencionalidades a que o espaço é submetido, convertendo-se em território usado, no sentido lado proposto por Milton Santos. A representação da paisagem, da natureza, isto é, toda a materialidade, em si só, possui significado por estar relacionada à existência de grupos sociais que a utilizam, a categorizam, enfim, que dela se apropriam, no caso do território mato-grossense, a "Coroa Portuguesa", usando-o em sua totalidade a fim de garantir o seu domínio territorial e, por conseguinte, deixando inscritas na paisagem as marcas de sua cultura e de seu poder.

Ao mesmo tempo em que a paisagem natural (vegetação, fauna, fruto, rios, solo) era concebida no *imaginário social e político* por meio da representação de abundância, pela diversidade e espécies exóticas dos trópicos pouco explorados economicamente, o território apresentava um quadro de declínio populacional, estagnação econômica, miséria, desigualdade social etc. Esse espaço concebido, segundo Lefebvre (2000), constitui-se nas representações abstratas do espaço, referentes às relações de produção, a ordem que estas impõem a serviço da estratégia hegemônica do capital no espaço. Advindo de saber técnico, e, ao mesmo tempo, ideológico, as representações do espaço privilegiam a ideia de produto devido à preeminência racional do valor de troca contrapondo ao espaço social vivido. E a representação da paisagem que o viajante reproduz nas narrativas e registros pictóricos vinculados ao "vazio, abandono" são representações concretas de uma política de ocupação territorial incialmente realizada pela Coroa "ausente do território dominado".

A *paisagem percebida/vivida* (LEFEBRE, 2000) e representada pelo viajante-naturalista diz respeito ao *modus vivendi*, ao padrão organizacional

dos assentamentos humanos, à tipologia dos núcleos urbanos e infraestrutura, segundo a sua visão de mundo e emoções e/ou sentimento de estranhamento frente à nova realidade vivida. A descrição da organização socioespacial, o *modus vivendi* e as cenas do cotidiano eram registrados a partir de um vocabulário semântico que conotava o seu estranhamento com a cultura local e o grau de desenvolvimento percebido, segundo o modelo europeu vivenciado. Assim, o espaço percebido, parafraseando Lefebvre, aparece como uma intermediação da ordem distante e a experiência cotidiana vivida (ordem próxima):

> [...] Extrema é a *miséria* dos habitantes. Pelos bens que possuem pouco distam do estado selvagem, mas nem por isso são ou se consideram mais infelizes. Não há senão alguns homens, tidos por dinheirosos, que andam vestidos com calças e camisa de pano grosso. O resto não usa senão ceroula, quase tanga; a maior parte das mulheres traz sobre o corpo uma saia. Não comem senão milho, feijão e algumas ervas: raramente provam carne de seus magros porcos ou usam de ovos e de carne de vaca; isso tudo quase sempre sem sal, porque é artigo muito caro. (FLORENCE, 1977, p. 66)
>
> [...]Chegamos a Cocais. Há uma casa, uma capela e palmeiras guaguaçus. Disseram-me que Cocais fora outrora uma freguesia, mas em razão de sua decadência rebaixaram-na dessa categoria para a transferirem à povoação do Santíssimo Sacramento, duas léguas além, de modo que a igrejinha de Cocais, antigamente paroquial, estava então deserta e quase tapera. É o destino dos países onde os homens só se ocupam na exploração das minas: nada se funda durável. O solo pedregoso(...) dá ainda ouro de qualidade superior, mas essa gente, não sabendo senão esgaravatar a terra, só conseguia pequenas quantidades do metal. (FLORENCE, 1977, p. 161).

A paisagem percebida e representada pelo olhar dos viajantes a respeito dos lugares visitados a partir da Província de S. Paulo até a Província de Mato Grosso é feita pela descrição das cidades segundo o critério de sua localização geográfica, configuração do sítio, função desempenhada, seu tamanho de acordo com o número de habitantes e das construções existentes. Segundo esses critérios apresentados, as cidades não ultrapassavam a 12.000 habitantes (S. Paulo), diminuindo à medida que seguiam em direção ao interior Cuiabá:

> No dia seguinte, chegamos, com uma légua de marcha, a São Paulo, cidade que tem 12.000 habitantes e algumas ruas não feias. O palácio da presidência é um edifício insignificante; a cadeia vasta, mas mal construída e tão pouco sólida que não é raro dela fugirem os presos. É capital da província, residência de um presidente, de um comandante de armas e sede do bispado. Tem um ouvidor e um juiz de fora da comarca de São Paulo. (FLORENCE, 1977, p. 14).

O seu sítio urbano era descrito em função da fisionomia da paisagem urbana que seguia o modelo de cidade portuguesa definido pelo sistema colonial e apoiado nos pilares da Igreja Católica, porém sem um plano urbanístico definido a *priori*, como acontecia nas cidades latino-americanas de domínio espanhol.

> Ver um povoado do Brasil, é vê-los quase todos. Uma praça oblonga com a igreja e a cadeia nos lados estreitos; uma ou duas ruas de cada lado traçadas a cordel; casas baixinhas, eis o que compõe um arraial. Poconé não tem senão duas ruas: a igreja é nova e pequena: a cadeia está em ruínas. Não se vê viva alma: muitas casas estão abandonadas; perto não passa um riacho sequer, e os habitantes têm que abrir poços na terra. Um cerrado espesso serve de cintura à localidade que não tem nenhum horizonte. (FLORENCE, 1977, p. 205).

A sua concepção estética de cidade "bonita e agradável" aos seus olhos estava definida por essa concepção cultural de cidade com algum plano urbanístico ou de intervenção que a tornasse atrativa aos olhos dos visitantes. No que tange ao valor estético e arquitetônico presente nas cidades, o destaque foi para Itu, segundo a percepção estética de Florence como a mais bonita da província, comparando até com a sede da província S. Paulo incluindo no rol das cidades de padrão arquitetônico insignificante e as igrejas de pouco valor por não possuírem estilo rebuscado:

> Itu é uma cidade espraiada em vasto terreno. Há algumas casas de sobrado. As ruas não são alinhadas como as de Jundiaí, mas em compensação têm um passeio de lajes de ardósia de mais de um metro quadrado, tiradas de uma pedreira, distante algumas léguas, e de tal espessura que resistem aos choques dos carroções em que são trazidas. Esse lajedo daria muito realce à beleza do povoado,

> caso não fizesse contraste com o meio da rua inteiramente descalço e tão cheio de pedras e matacões, que se torna o trânsito incômodo e até perigoso. (...) Há em Itu um convento de franciscanos. A matriz, ornada com simplicidade, se bem pequena e exteriormente de pouca arquitetura, é a melhor de toda a província, depois da capital. A igrejinha sob a invocação de Nossa Senhora do Patrocínio, cuja riqueza e ornamentação muito "desvanecimento trazem(sic) aos habitantes da localidade. A fachada, porém, é de péssimo gosto e alheia a qualquer regra arquitetônica. (FLORENCE, 1977, p. 16-17).

No percurso realizado prescrevia o modelo proposto por Humboldtt, pautado nos conceitos de extensão, de posição e sítio e a situação no que tange ao papel que a cidade desempenha na articulação com outras áreas, sinalizando a existência de um país rural comandando a economia urbana dessa porção do território. A localização e sítio das cidades eram em função do papel desempenhado no contexto econômico ou a sua posição geográfica estratégica, como pode ser observada na descrição das cidades visitadas pela expedição Langsdorff:

> [...] Campinas, também chamada São Carlos, cidade nascente, bastante vasta, bem povoada, rica pela cultura em grande escala da cana-de-açúcar, e pela fabricação desse produto e da aguardente. Seus arrabaldes são agradáveis em razão dos sítios cultivados, multiplicidade de casas e engenhos de açúcar. O comércio sobrepuja ao das outras cidades próximas, com exceção de Itu. (FLORENCE, 1977, p. 16)
>
> Jundiaí é a povoação mais deserta que vi em toda a província. O terreno é um tanto árido: há muitos poucos habitantes, comércio limitadíssimo; entretanto, está no caminho de São Paulo a Goiás e é aí que os negociantes, que não se proveram de animais, encontram bestas para alugar. (FLORENCE, 1977, p. 15)
>
> Porto Feliz é uma cidadezinha assente na margem esquerda do Tietê, e em terreno elevado e desigual. As casas são térreas e as ruas tortas, e não como as de Itu e Jundiaí. Estão tão mal calçadas que à noite é impossível dar um passo sem muita cautela. A classe dos habitantes agrícolas, a mais numerosa sem dúvida, não concorre a ela, senão aos domingos e dias-santos, de modo que só nessas ocasiões é que se vê alguma gente nas ruas. (FLORENCE, 1977, p. 18).

> As ruas que de este vão para oeste têm pequeno declive de subida e descida, mas as que lhe são perpendiculares, de sul a norte, o têm mais sensível, bem que em geral suave. Ao sair da cidade para o lado norte, eleva-se o terreno ainda por espaço de 300 a 400 passos, formando um campo chamado de Boa Morte, por aí existir uma igreja desse nome. A cidade pode ter meio quarto de légua de poente a nascente e dois terços dessa distância de norte a sul. Não há senão 18 ou 20 casas de sobrado, esse mesmo pequeno: todas as mais são térreas. Cada casa tem nos fundos um jardim plantado de laranjeiras, limoeiros, goiabeiras, cajueiros e tamarindeiros, árvore cuja folhagem densa e escura forma no meio das outras agradável contraste, concorrendo todas elas para darem à povoação aspecto risonha e pitoresco. (FLORENCE, 1977, p. 6).

À medida que segue em direção ao interior, à província de Mato Grosso, o viajante insere em um espaço marcado por diversas temporalidades na produção do espaço descrito pela presença de esparsos aglomerados humanos em torno de pequenas propriedades rurais pautadas na agricultura de subsistência ou pecuária extensiva destinadas para o consumo interno. Nesse espaço prevalece o tempo dos homens lentos, denominado por Milton Santos a porção do território onde o meio natural suplanta o sistema técnico, para não dizer a inexistência de um meio técnico-científico, já conhecido pelos viajantes naturalistas. A percepção da distância estava vinculada à inexistência de objetos geográficos fixos como estradas e o uso da potencialidade dos rios inventariados para possibilitar maior fluxo de pessoas e mercadorias. A ideia de progresso chegava por meio desses viajantes, inventariando e concebendo o espaço para políticas territoriais futuras de "ordenações-espaços-temporal" (HARVEY, 2004, p. 78) de acordo com a lógica capitalista. Se a distância, posteriormente passa a ser utilizada como formulação discursiva para justificar o atraso e o progresso para a região, a realidade pós-independência o espaço social e a "paisagem do abandono" corroboram como o poder colonial usou e produziu o espaço via espoliação de seus recursos naturais e (des)territorialização e/ou extermínio de sociedades indígenas.

A *paisagem urbana* é descrita, segundo a mesma perspectiva urbanística das cidades anteriormente visitadas, como de pouca expressão

arquitetônica, pelo tamanho da cidade e da população. Nas cidades da Província a paisagem é descrita pela forma deteriorada, falta de conservação dos edifícios e de infraestrutura, comumente existente no seu lugar de origem, pelo refluxo das populações nas áreas decadentes das minas auríferas para um posterior fluxo populacional para outras áreas de exploração do diamante, como Alto Paraguai e Diamantino. Se nessas áreas a população é atraída em função da exploração do diamante, a natureza ameaçava-os pela presença das doenças tropicais como a malária ou pela insalubridade constatada nos núcleos urbanos situados nas fimbrias da Floresta Amazônica.

A sua ideia de prosperidade e progresso e de modelo de cidade concebida difere da paisagem urbana que aparecia sob seu olhar, resultado do uso do território pautado na exploração predatória dos recursos naturais que se manifesta no "vazio urbano", "na ausência na dinâmica dos assentamentos humanos", "nas áreas de exploração abandonada", uma *paisagem efêmera*. E os sítios das cidades que possuíam a atividade econômica vinculada à mineração estava também vinculada a essa dinâmica.

O espaço concebido pelo colonizador é abstrato, mas a realidade resultante desse poder está materializada no espaço social e na realidade do lugar, marcada pelas desigualdades sociais e precárias condições de vida de seus habitantes, que segundo ele. "(...) pelos bens que possuem pouco distam do estado selvagem, mas nem por isso são ou se consideram mais infelizes", concomitante à percepção de um espaço social representado por "paisagens efêmeras" produto da forma como a sociedade se relaciona com a natureza. Como refletiu Florence: "É o destino dos países onde os homens só se ocupam na exploração das minas: nada se funda durável'". Enfim, é a lógica do capital que começa deixar as suas marcas no espaço.

Mas a lógica do capital produtor de paisagens urbanas "efêmeras" e/ou de "pouco valor estético" reivindica no século XIX pelo seu ordenamento espacial, sob a retórica do progresso. E, a cidade, como espaço privilegiado da classe burguesa, é aquela ordenada e higienizada:

> Vila Bela, então capital, para Cuiabá, por causa da insalubridade daquele local, elevou-se a *vila* de Cuiabá à categoria de *cidade*, condição

> essencial para ser capital e, a fim de fazer-lhe um digno cortejo, deram-se as honras de vila a cinco ou seis aldeolas, *freguesias*, que não mereciam essa distinção e que, com exceção de Diamantino, nunca puderam prosperar. Eis como, mais de uma vez, é-se levado a mentir, mesmo nos mapas geográficos. A acanhada igreja nada apresenta de notável no exterior, internamente, porém, se bem já decadente, é guardada as proporções, a mais rica de toda a província em ornamentação arquitetônica e em baixos-relevos dourados. Ninguém pensa, decerto, encontrar tais restos de riqueza numa decadente aldeia da Província de Mato Grosso, onde as poucas igrejas que existem nenhum ornato têm e mais parecem pardieiros do que templos. (FLORENCE, 1977, p. 145),

Volpato (1993) pondera que os problemas enfrentados pela cidade de Cuiabá mais aproximavam dos núcleos urbanos brasileiros do que distinguiam. A preocupação em ordenação das ruas e do seu movimento, com a limpeza de águas e logradouros públicos, foi, no Brasil, uma característica do século XIX. Através de um processo de ordenação do espaço urbano era implantado o modelo de cidade própria da sociedade capitalista, distinto da cidade colonial, até então existente. Ordenação que não dizia respeito apenas ao alinhamento de ruas e prédios, à eliminação de águas servidas e lixo, mas também à adequação ao fluxo das pessoas.

Se as narrativas de viagem possibilitam-nos vislumbrar as inúmeras representações da paisagem segundo a sua perspectiva de mundo, leva-nos a refletir também aos espaços de representação de práticas sociais. A compreensão da paisagem enquanto produto cultural, com os seus significados em torno das relações entre sociedade e natureza, implica considerá-la como expressão fenomênica do modo particular como uma específica sociedade está organizada em um dado tempo e espaço, isto é, uma dada formação econômica e social ou simplesmente formação social (COSCROVE, *apud* CORRÊA, 2011, p. 13). Isto porque somente quando o espaço está relacionado a uma realidade social, ao sujeito ou grupo social, é que ganha sentido, conotação e existência. O espaço social, então, configura-se como a expressão mais concreta do espaço vivido, quando legitimado pela soberania do homem sobre o objeto, pela sua apropriação pela corporeidade das ações humanas. (LEFEBVRE, 2000).

Para além do espaço concebido como uma estrutura imposta pelo poder político e econômico no território ordenado segundo suas finalidades, existem outras paisagens, que contrapõem a lógica de ordenamento espacial sob a égide do "capitalismo mercantil", e do domínio imposto pela ordem escravista prevalecente no século XVIII, produzidas por grupos sociais que ocupam uma porção do espaço convertendo-o em territórios existenciais e sobrevivência mediante a formação de quilombos ou da permanência "na cidade fantasma outrora concebida para ser a sede do poder metropolitano: Vila Bela da Santíssima Trindade, que pode ser melhor compreendido no estudo realizado por Maria de Lourdes Bandeira:

> [...] passamos pelo rio, ilha e cachoeira do *'Quilombo'*, lugar em que uma porção de negros, em outros tempos, se refugiaram, motivo de tal denominação. A infeliz raça, sem embargo de quererem os brasileiros fazer crer o contrário, parece não de todo resignada à escravidão, tanto que os pobres negros tiveram a coragem de embrenhar-se pelas matas, expostos às feras, como a onça, e à ferocidade dos indígenas, que, não os considerando criaturas humanas, se mostram ainda mais impiedosos com eles do que com os brancos. O triste contraste é que, se os negros amam a liberdade, seus civilizados senhores os excedem, em muito, na avidez de seu suor e de tudo o mais que deles podem arrancar. Pois bem: ao voltarem de Cuiabá, negociantes sempre em viagem descobriram o Quilombo, asilo dos negros fugidos; era bem mais do que se necessitava para aguçar a cupidez, de modo que de Porto Feliz partiu expedição para pô-los a ferros e, assim, mais de cento e vinte desses desgraçados, presos pelo pescoço a correntes fixadas na proa e na popa de várias pirogas, retornaram ao local de seu anterior cativeiro. (SILVA, 1977, p. 148).

A produção historiográfica realizada por Luiza Volpato, Elizabeth Madureira Siqueira e Lúcia Helena Gaeta registra a fuga de escravos e a constituição dos quilombos no final do Séc. XVIII, no contexto da crise da mineração, do surgimento das fazendas de engenho, cuja mão de obra constituía o alicerce da economia.

A constituição dos quilombos acaba por configurar nesse território de resistência, cuja imagem é reproduzida pelo colonizador como "espaço de negros rebeldes e fugidos", revela lugar ocupado por sujeitos que

se refugiaram por não se sujeitarem à dominação imposta pelo sistema. Machado (2008) pondera que a expressão quilombo, que foi incorporada na linguagem do colonizador, possui sua origem no quimbundo de origem africana, cujo significado está vinculado à região onde foi capturado.

A *paisagem resistência* que se configura nas entranhas da vegetação pitoresca é composta por objetos geográficos naturais (rio, vegetação, ilha, cachoeira) que identificavam a territorialização dos grupos sociais em função de sua organização econômica, social e política como pondera Volpato (1993, p. 183):

> Os quilombos, onde os escravos desenvolveram um tipo de vida, apesar das diferenças de um grupo para o outro, definidas pelas particularidades de época e região, mantinham algumas características gerais. Neles a vida era comunitária, a propriedade tribal. A economia baseada na produção de gêneros de subsistência. Existia ainda uma preocupação constante com a defesa, fazendo com que a organização política interna fosse bastante rígida com atenção especial para as questões de disciplina. (...) Durante o século XIX, os quilombos continuaram existindo, aglutinados cativos que fugiam tanto nos arredores da capital da província, como de suas regiões mais interioranas.

Por meio da terrioritorialidade o grupo social deixa impresso no espaço formas e práticas sociais trazidas do além-mar, que são reproduzidas no processo de adaptação com o "novo espaço imposto" e a manutenção de seus valores culturais e sua inserção em mundo marcado pelo combate pela vida. Adentrar a floresta não significava apenas esconder-se dos opressores, significava também o "encontro com a energia cósmica necessária para vencer os inimigos, manifestação do ser com os outros. A floresta não é somente extensão arborizada da realidade objetiva, pois ela coloca em questão a totalidade da existência" (DARDEL, 2011).

É também na imensidão da floresta que habitam grupos sociais com uma cosmovisão ligada diretamente com a natureza e, desde o processo de colonização, reivindicam a posse de seu território existencial, as sociedades indígenas. Essas comunidades possuíam códigos culturais e de comportamento, organização social e vida, religiosa. *modus vivendi* particular de relacionar com a natureza e o cosmo. Nas sociedades indígenas

que já tinham nessa porção da Terra desconhecida pela civilização europeia, "a ligação do homem com a Terra recebeu, na atmosfera espaço-temporal do mundo mágico-mítico, um sentido essencialmente qualitativo. [...] é da Terra que vêm as forças que atacam ou protegem o homem, fonte de vida e de onde os homens saem como todos os seres e os contrários que eles vigiam durante toda a sua vida". É esta cosmovisão que prevalece anterior a chegada do colonizador (DARDEL, 2011).

Mas a paisagem é reveladora de práticas sociais que se contrapõem à lógica econômica, política, social, quer seja por movimentos de resistência aos valores impostos ou de resiliência como alternativa de sobrevivência cultural ou manutenção de seus territórios existenciais: ora incorporando os valores culturais do "branco colonizador", ora resistindo por meio do conflito com a cultura imposta.

As experiências e os saberes indígenas consideram o universo em sua totalidade e inserem o ser humano em uma complexa rede de relações que envolvem os seres, naturais e sobrenaturais, integrando a vida como um todo. A geograficidade dessas sociedades faz com que elas tenham uma territorialidade própria de acordo com a cosmovisão de cada grupo e um conhecimento do território pautada no vivido, que passa a ser utilizada pelo colonizador para reconhecimento e delimitação da fronteira não apenas física, mas também cultural.

A percepção de paisagem perpassa desde o início do processo de territorialização do espaço mediante como aponta Galleti (2012, p. 101) "percepção do colonizador a partir do séc. XVI até meados do séc. XVII, grande parte do que viria a ser o território da Capitania de Mato Grosso, permanecia na condição de sertões, ínvios, desertos, praticamente indevassados". A autora pondera que os indígenas foram fundamentais na representação de sertões e da conquista territorial, pois eliminar a presença indígena ou incorporá-la fazia parte de um movimento que transforma os sertões em seu oposto: território colonial:

> A percepção de "sertão" está explicita nos relatos e memórias e na documentação oficial produzida por agentes da Coroa portuguesa, escritos que fundam a história da região como uma saga de conquista, e nos quais os confrontos e contatos entre indígenas e colonos são

> quase sempre relatados como vitais ao sucesso ou insucesso das ações da colonização. Neles os grupos indígenas são discriminados e a distribuição espacial de várias sociedades indígenas torna compreensível para os colonizadores a geografia da região. (GALLETI, 2012, p. 63).

A representação de paisagem é realizada pelos viajantes, seguindo as exigências de uma episteme nova de ciência que se configura no século XIX mediante a inclusão do homem com sua própria "história natural", ou seja, o homem objeto da ciência. Foram realizados registros etnográficos, composto do *modus vivendi* de grupos éticos, sua especificidade ética e linguística, dando, assim, visibilidade a uma sociedade até então vinculada à concepção da natureza "primitiva", "bravia", "hostil" e, consequentemente, caracterizando-os como "bravios" ou "bons (manso)", associados à concepção de um maior contato dessas sociedades com os grupos concebidos como "civilizados" ou a sua resistência frente ao *modus operandi* imposto:

> Os guanás moram na margem oeste do rio Paraguai, um pouco acima da vila de Miranda: acham-se todos juntos e aldeados numa espécie de grande povoação. Usam de uma língua própria, mas em geral sabem alguma cousa de português, que falam à maneira de quase todos os índios ou dos negros nascidos na costa d'África. De quanta tribo tem o Paraguai, é esta que mais em contato está com os brasileiros. Lavradores, cultivam o milho, o aipim e mandioca, a cana-de-açúcar, o algodão, o tabaco e outras plantas do país. Fabricantes, possuem alguns engenhos de moer cana, e fazem grandes peças de pano de algodão, com que se vestem, além de redes e cintas. Industriais, vão, em canoas suas ou nas dos brasileiros, até Cuiabá para venderem suas peças de roupa, cintas, suspensórios, cilhas de selim e tabaco. Grande parte deles empregam-se nas plantações ou moendas a ganharem dois a três vinténs por dia além do sustento, ou então entregam-se à pescaria, indo levar o peixe à cidade de Cuiabá, em cujo porto habitam numas choupanazinhas. (FLORENCE, 1977, p. 90).
>
> De todos os selvagens que habitam as margens do Paraguai, são os guaicurus os mais numerosos. Ouvi até dizer que têm 4.000 homens com armas. Tornam-se temidos pela deslealdade com que procedem, rompendo subitamente, no meio da paz e durante a troca de sentimentos que parecem cordiais, relações amigáveis sem outro motivo,

> que não o amor à pilhagem, o que decerto não executam sem sangue nem muitas vítimas.84Aldeiam perto de Nova Coimbra. Nutrem a convicção de que constituem a primeira nação do mundo, a que portanto todas as mais devem tributo e vassalagem. Nem excetuam os brasileiros, que no momento deles recebem todo o mal possível. Têm escravos da tribo *chamacoco* e de todos os vizinhos mais fracos e covardes, pelo que buscaram os *guanás*, para subtraírem-se de igual sorte e daquelas rapinas, a proteção brasileira. Só os *guatós*, apesar de pouco numerosos, impõem-lhes respeito pelo valor e hombridade. Esses bárbaros levam tão longe a ousadia que não trepidam meter nos ferros da escravidão até os próprios espanhóis. Vi chegar a Cuiabá uma menina branca dessa nacionalidade e de 12 anos de idade, que o Tenente-Coronel Jerônimo tinha tirado de entre os guaicurus, onde vivia em cativeiro. Fora com a mãe raptada de sua aldeia natal no Paraguai, ainda criança de peito, ficara só no mundo e tomara todos os hábitos dos índios, cuja língua se tornara a dela. Os guaicurus são todos cavaleiros e bons corredores. Possuem numerosa cavalhada roubada aos espanhóis ou criada nos campos. Às vezes vão vender em Cuiabá animais de sela (...). Montam na anca, o que faz com que usem de rédeas muito compridas. Suas armas são lança, arco e flechas. Têm também espingardas; mas, quando estão em guerra com os brasileiros, faltam-lhes a munição. Em viagem costumam transportar a bagagem sobre os cavalos. Os homens armados rompem a marcha; atrás seguem as mulheres, cavalgando de modo singular, pois vão alcandoradas no alto de cargas, às vezes muito volumosas. (FLORENCE, 1977, p. 84).

Entretanto, o olhar do outro sob um pretensa objetividade e neutralidade científica, ao realizar comparações e analogias com outros grupos éticos, com a cultura europeia e sua concepção de "mundo civilizado", acaba contribuindo para dar inteligibilidade a diferença e/ou fortalecer a construção de representações da inclusão de um "modelo civilizatório" e "progresso" no território. As representações da paisagem em suas diversas escalas de abordagem desempenham papel importante para a construção de representações geográficas como referência semântica para construção da imagem negativa ou ocultar o poder dominante sob o território, como, por exemplo, "deserto", "sertão" remetendo o território à condição de vazio, desabitado, "atrasado", não "civilizado".

A partir da independência política, tais representações deveriam ser (des) construídas" sob o ideário da formação de um Estado-Nação civilizado e de progresso, portanto, com uma imagem positiva capaz de unir em uma só matriz os diversos sertões existentes, com características culturais próprias de cada parte da jovem nação que surgia. Uma representação da paisagem pautada nas imagens afirmativas de um território portador de riqueza, contribuindo para legitimar a identidade nacional, assim como atender aos interesses imperialistas sob o território. Como assevera Costa (1995) enquanto produzia paisagens, as Expedições Científicas contribuíram para a Formação do Estado-Nação e do imaginário brasileiro, no século XIX, delimitando-o, permitindo a construção do Império.

Referências

AMBRIZZI, Miguel Luiz. *Entre olhares – O romântico, o naturalista.* Artistas-viajantes na Expedição Langsdorff: 1822-1829. Rio de Janeiro, v. III, n. 4, out. 2008. Disponível em:

BESSE, Jean-Marc. Geografia e existência a partir da obra de dardel. *In*: *O homem e a Terra*: natureza da realidade geográfica. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva,, 2011.

BERQUE, A**.** Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. *In*: CORREA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. *In*: CORREA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Geogafia Cultural um século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2 ed. 2004.

CASTRO, Iná. E. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. *In*: CASTRO, Iná Elias de Castro; COSTA, Paulo C. da; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). *Explorações geográficas*: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997.

COSTA, Maria de Fátima G. *et al. O Brasil de hoje no espelho do século XIX – Artistas alemães e brasileiros refazem a expedição Langsdorff/* Maria de Fátima G. Costa, Pablo Diener, DieterStrauss. São Paulo: Editora Liberdade, 1995,

COSGROVE, Denis, Mundo de significados: Geografia Cultural e imaginação.. *In*: Geografia Cultural um século. ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

CORRÊA, R.L., ROSENDAHL, Z. *Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In*: _____(orgs.) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1925/1998,

CORRÊA. R.L. *Carl Sauer e Denis Cosgrove: a Paisagem e o Passado.* Espaço Aberto, PPGG – UFRJ, V. 4, N.1, p. 37-46, 2014

_____. Denis Cosgrove – a paisagem e as imagens. *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, N.29, p. 7-21, jan./jun. de 2011

CHARTIER, R. *A história cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DARDEL, Eric. *O homem e a Terra*: natureza da realidade geográfica. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva,, 2011.

FERNANDES, Dayz F. *O viajante Hércues Forence*: águas, Guanás e guaranás. Campinas, SP: Pontes, 2008

FLORENCE, Hércules, 1804-1879.*Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829* / Hércules Florence: tradução do Visconde de Taunay. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.(Edições do Senado Federal; v. 93)

GALETTI, L. da S. Sertão, *Fronteira Brasil*: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Entrelinhas; EdUFMT, Cuiabá, 2012.

GOMES, E. T. A. Natureza e cultura – representações na paisagem. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

GOMES, Paulo.C.C, *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996

HARVEY, D. *O novo imperialismo***.** Trad**.** Adail Sobral & Maria. S. Gonçaalves. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

KOMISSAROV, B. *Expedição Langsdorff ao Brasil, 1821-1829*. Iconografia do Arquivo da Academia de Ciências da União Soviética. Rio de Janeiro: Edições Alumbramento; Livroarte Editora, 1988.3v.il

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço***.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000

LUCHIARI, M. T. D. P. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MACHADO, Maria de F.R. *Diversidade Cultural de Mato Grosso*. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, EdUSP, 1997.

SARAMARGO, L. Sobre paisagem e representação. Ekstasis: revista de fenomenologia e hermenêutica. V.3 | N.1, 2014.

SILVA, DGB., org., KOMISSAROV, BN., *et al*., eds. *Os Diários de Langsdorff*. TraD. Márcia Lyra Nascimento & outros. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. V. 2. Books <http://books.scielo.org>.

SILVA, D.G.B., org., KOMISSAROV, BN., *et al*., eds. *Os Diários de Langsdorff*. Trad. Márcia Lyra Nascimento & outros. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. V. 1. Books <http://books.scielo.org>.

SILVA, D.G.B., org., KOMISSAROV, BN., *et al*., eds. *Os Diários de Langsdorff*. TraD. Márcia Lyra Nascimento & outros. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. V. 2. Books http://books.scielo.org.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar*: a perspectiva da experiência. São Paulo, Difel, 1983.

VOLPATO, Luiza.R.R. *Cativos do sertão*: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850 – 1888. São Paulo: Editora Marco Zero, Cuiabá, MT, 1993.*n*

100 Anos da Semana de Arte Moderna

O pioneirismo do poeta Lobivar Matos no cenário literário mato-grossense

The pioneering of the poet Lobivar Matos in the literary scenario of mato-grossense

Eduardo Mahon[35]
Cristina Campos[36]

RESUMO: O presente artigo analisa o pioneirismo modernista do poeta Lobivar Matos em meio ao contexto literário mato-grossense nos anos 1930-1940, dominado pela estética romântico-parnasiana. Ao perceber a complexidade do confronto com a tradição, é possível alcançar a relevância da poesia marginal do autor, inclusive no contexto nacional, onde o movimento modernista ainda não se aprofundava em questões sociais como Lobivar Matos.
Palavras-chave: Modernismo. Vanguarda. Tradição. Literatura brasileira. Regionalismo mato-grossense.

ABSTRACT: This article analyzes the modernist pioneerism of the poet Lobivar Matos in the midst of the regional literary context, dominated by Parnassian aesthetics. By realizing the complexity of the confrontation with tradition, it is possible to reach the relevance of the author's marginal poetry, even in the national context where the modernist movement did not delve as directly into social issues as Lobivar Matos.
Keywords: Modernism. Avant-garde. Tradition. Brazilian literature. Mato Grosso regionalism.

35 Doutorando em Estudos Literários, pela Unemat; advogado, pesquisador e escritor.

36 Doutora em Educação, pela USP; professora aposentada do IFMT – Campus Cuiabá; pesquisadora e escritora.

1. Introdução

Em um dos vários balanços que fez da Semana de Arte Moderna de 1922, Mário de Andrade concluiu que "o movimento modernista era nitidamente aristocrático" (ANDRADE, 1974, p. 236). Em seguida, prosseguiu na autocrítica classificando aspectos do movimento que "não se deu sem alguma patriotice e muita falsificação" (ANDRADE, 1974, p. 243). Concluiu o famoso ensaio sobre o movimento renovador com o paradoxo: lutar contra o individualismo do romantismo e do parnasianismo e, como reação, conduzi-lo a limites anacrônicos.

Uma década após o ímpeto crítico causar escândalo no Teatro Municipal de São Paulo, o poeta mato-grossense Lobivar Matos movimentava-se num estado bastante distante da efervescência modernista importada da Europa. Longe de ser aristocrático e afeito a patriotadas, Matos não só confrontou a estética passadista – como se dizia à época –, mas mirou em direções nas quais Mário de Andrade se ressentiu por não ter feito. A produção solitária do corumbaense não só guarda um nítido caráter popular quanto se opõe ao naturalismo e realismo defendido pelos literatos da época, o que faz de sua obra algo mais digno de atenção da crítica e do público.

2. Texto e contexto

Antes de nos debruçarmos sobre a importância do poeta mato-grossense Lobivar Matos no cenário regional, parece-nos essencial uma discussão preliminar: o movimento modernista se fixou em Mato Grosso? De que modo? A percepção de modernismo, deslocada duplamente da Europa e de São Paulo, ganhou nuances diferentes num estado cuja produção de periódicos literários sofria com a falta de apoio?

No ano centenário da Semana de Arte Moderna de São Paulo, os pesquisadores estão às voltas com indagações que antecedem o reconhecimento de mérito. Vários autores, pintores e compositores ganharam o *status* canônico antes mesmo de os críticos poderem refletir sobre essa questão considerada preliminar. Talvez as novas pesquisas se voltem para outros referenciais. Além de discutir o que seria propriamente

"modernista", é preciso pensar em como essa noção foi usada em situações diferentes no contexto brasileiro, por sinal mais complexo.

Portanto, que "modernismo" houve em Mato Grosso? Quando, como e por meio de quem o movimento ocorreu? Inicialmente, ao emparelharmos as formas de comunicação social dos modernistas europeus e brasileiros, em geral expondo suas críticas e pretensões em manifestos publicados em jornais e revistas, verificamos a ausência de ecos modernistas em Mato Grosso de forma concomitante à efervescência paulista e carioca.

Durante as décadas de 1920 e 1930, enquanto os leitores se dividiam entre a beleza simétrica do parnasianismo e o cotidiano assimétrico e angustiado do modernismo, em Mato Grosso ocorria justamente o contrário. Com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, em 1919, e do Centro Mattogrossense de Letras, em 1921 (que, em 1932, tornou-se a Academia Mato-grossense de Letras – AML), a estética eleita para prosa e poesia repudiava, a um só tempo, os rompantes de um romantismo radical e os arroubos modernistas, adotando uma postura comedida e conservadora. De um lado, imputava-se ao primeiro movimento a inclinação para a loucura e o suicídio, nada saudáveis, enquanto a desconstrução estética do segundo ia de encontro à harmonia programática de autores como Francisco de Aquino Correa e José de Mesquita, principais ideólogos destas instituições.

Os meios de comunicação disponibilizados aos autores mato-grossenses eram precários, descontinuados, com circulação mitigada pela falta de apoio público ou empresarial. O governo e a elite cuiabana não apoiariam uma estética que criticasse abertamente a noção parnasiana do bom e do belo, sobretudo porque Dom Aquino Correa, padre além de escritor, concentrava nas mãos um grande poder político e religioso; e José de Mesquita, além de literato, era a mais influente personalidade do Poder Judiciário em Mato Grosso.

De um lado, o governador e, de outro, o desembargador, ambos afinados com um romantismo de viés patriótico e também cultores da métrica e temática parnasianas nas poesias que compunham, estrategicamente buscando influenciar seus pares a seguir seu exemplo.

Por meio desse tipo de produção poética, pretendiam estabelecer um marco: narrar a fundação de uma civilização. Portanto, não havia espaço nos periódicos que circulavam para manifestos engajados na dissolução de templos, academias e escolas. Em Cuiabá, em paralelo ao modernismo que ocorria em outros centros, repetia-se sobretudo o parnasianismo, igualmente importado. Tempos iguais, realidades regionais distintas. O que imprimia essa oposição era o contexto geopolítico.

Antes de avançarmos ainda mais, é preciso sermos justos com os autores mato-grossenses que predominaram nas décadas de 1920 e 1930. Primeiro, porque o parnasianismo não é um mal em si. O apuro da forma rendeu a D. Aquino poemas elegantes que venceram o tempo por méritos intrínsecos, e a evocação da natureza na obra de Mesquita cedeu a seus contemporâneos e às gerações seguintes contos de qualidade. Além do mais, o "parnasianismo pantaneiro", digamos assim, não é nem de longe um mimetismo bilaquiano. Ao mesmo tempo em que a forma era uma cláusula pétrea da constituição poética, os temas reitores da prosa e da poética concentravam-se num regionalismo orgulhoso de si.

E a temática regional não se desdobrou no modernismo? Sem dúvida, a influência de Gilberto Freire, desde o ciclo de palestras em 1926, foi decisiva. Mesquita, por exemplo, dedicou um livro a Afonso Arinos. O programa de D. Aquino Correa (1922) estabelecia "cantar a própria terra" como ideário norteador dos escritores. De certa forma, o modernismo impactou a produção mato-grossense, mesmo que de forma sub-reptícia. Provavelmente, os autores exploraram temáticas regionalistas para contribuir com a campanha oficial do governo de promoção da imagem estadual, que buscava projetar uma terra aberta a novas possibilidades, um novo ciclo bandeirante de aventura e prosperidade.

Dessa breve introdução, dessume-se um entrelaçamento de estéticas e temáticas ao sabor das contingências locais. Se não havia manifestos antiacadêmicos, sobrava o exotismo local.

No entanto, enquanto se estruturava o academicismo umbilicalmente ligado à capital mato-grossense, em Corumbá, sul do ainda indiviso estado de Mato Grosso, surgiu a voz corajosa e solitária de Lobivar Matos, que ousou estabelecer um contraponto literário e um confronto político

com o "cuiabanocentrismo", criticando abertamente o imaginário de civilização, progresso e centralização predominante na capital – conjunto imagético que, aliás, não deixa de ser modernista.

Noutras palavras, com Lobivar Matos, encontramos uma expressão sulista reagindo contra a hegemonia nortista. Em termos de comunicação, anos depois, ocorreu uma deflagrada rixa entre as duas realidades, mas esse distanciamento não se plasmou na produção literária.

Logo adiante, mostraremos como Lobivar promoveu esse enfrentamento modernista. Anos depois, o poeta Wlademir Dias-Pino, em seu manifesto 'Intensivismo', propôs um rompimento estético ainda mais radical com o academicismo reinante (DIAS-PINO, 1951a; 1951b).

Todavia, o pioneiro foi Lobivar Matos. Ao observar o contexto histórico, a estrutura literária e o imaginário explorado por ele, constatamos a assunção do que foi popularmente conhecido como "modernismo", um protótipo mais ou menos característico que adaptava o movimento europeu à realidade local. A um só tempo, o autor de *Sarobá* (MATOS, 2008b) era antiacadêmico, antiparnasiano e anticuiabano. Ao retratar sua vila, igualmente provinciana, promoveu um giro na ótica georreferenciada na cultura de salão praticada na capital. Seu recorte foi o popular, o periférico e a cor local; o que imprimiu em sua poesia evocava mais os povos negro e indígena para reposicioná-los como centros de interesse.

Resta responder à questão inicial proposta: o modernismo configurou-se como um *movimento* ou constituiu apenas uma *movimentação* no contexto literário mato-grossense dos anos 1930-1960? Partindo do princípio de que o movimento literário pressupõe o engajamento ideológico de um grupo que se dedica a uma produção consistente com as normas literárias da escola que defende, percebemos que houve apenas algumas nuances modernistas em Mato Grosso no período referido, uma vez que os grupos que se formaram não chegaram a consolidar publicações consistentes a ponto de configurarem propriamente um movimento, como tipicamente é percebido em outras localidades brasileiras e estrangeiras. Os grupos dissolviam-se com a mesma facilidade com que se formavam e seus membros oscilavam entre a metrificação rigorosa e o verso livre, conforme a proximidade de personalidades mais ou menos radicais,

como era o caso de Dom Aquino Correa e José de Mesquita (mais conservadores) e Wlademir Dias-Pino (defensor radical da vanguarda), que atuou fortemente em Mato Grosso a partir do final da década de 1940.

Como já exposto, Lobivar Matos foi precursor de um questionamento de natureza polissemântica. Sua tentativa de reposicionamento estético e temático pode não ter sido a primeira manifestação de inconformismo com os padrões academicistas fortemente arraigados pela ação do então Centro Mattogrossense de Letras, mas certamente constituiu um referencial de ruptura. O que veio depois, com a revista *Pindorama* e com o movimento intensivista de 1948, só fez reforçar a hipótese do mascaramento da oposição vanguardista encetada por Dias-Pino.

Quando próximos de Wlademir, autores como Rubens de Mendonça, Newton Alfredo de Aguiar e Othoniel Silva, por exemplo, tornavam-se radicais no rompimento, pois havia uma rebeldia juvenil natural contra o conservadorismo instituído, posição que se amainava na ausência do formulador intensivista (Wlademir periodicamente viajava para o Rio de Janeiro), quando os escritores necessitariam de maior coragem para afrontar o conservadorismo reinante.

É preciso considerar que Cuiabá era uma cidade pequena, provinciana, os intelectuais eram poucos e constituíam uma elite, convivendo em contextos distintos. Muitos interesses diferenciados estavam em jogo: prestígio político, poder econômico, rede de laços familiares, empregos... Dentro da AML, a tolerância para com a rebeldia juvenil existia com uma espécie de condescendência e cautela carinhosa de "padrinhos" que "puxam as orelhas" dos jovens quando exageram em suas manifestações rebeldes. Isso aparece na revista da instituição como referência à produção dos "novos", que nela ganharam uma página para publicar seus textos, sob o olhar atento dos "tradicionais", sobretudo José de Mesquita.

Provavelmente por essa razão, a maioria dos escritores produziu e publicou concomitantemente sonetos romântico-parnasianos e poemas modernos, o que mostra falta de firmeza/consistência ideológica necessária ao grupo para, de fato, constituir um movimento forte o suficiente para efetivar uma ruptura estética e ideológica com o passado. Portanto,

percebemos que, em Mato Grosso, houve apenas uma *movimentação* literária de cunho modernista, com produção acanhada constituída por textos esparsos publicados, sobretudo, em periódicos locais. O pioneiro Lobivar Matos e, anos depois, o singular Wlademir Dias-Pino foram, inegavelmente, aqueles que tiveram coragem necessária para afrontar o *status quo* e defender/criar praticamente sozinhos uma nova estética.

No final dos anos 1940, Wlademir encontrou um terreno mais fértil para sua pretensão de rompimento, já que os escritores "novos", influenciados e embasados pela produção modernista nacional e internacional, intimamente desejavam mudanças no cenário regional. Os periódicos que ele fomentou e as ligações sociais que estabeleceu na capital mato-grossense possibilitaram-lhe mobilidade e penetração mais consistentes. Já a partir da década de 1970, com o acesso à gráfica da Universidade Federal de Mato Grosso, gestou uma geração de escritores que o tinham como referência obrigatória.

Lobivar Matos, no entanto, não teve a mesma sorte. No princípio do século XX, enfrentou sozinho o cânone que se formava com a massificação de elogios autorreferentes nos múltiplos periódicos de Mato Grosso. À míngua de crítica especializada, o autor de *Areôtorare* (MATOS, 2008) não encontrou repercussão em jornais de grande circulação, chegando mesmo a criticar, em periódicos posteriores, a pasmaceira literária predominante em Cuiabá por força da influência da dupla Aquino-Mesquita e do academicismo mimetizante que viria a se constituir nas décadas seguintes (MAHON, 2021).

3. O modernismo de Lobivar Matos

Escrito em Mato Grosso durante o ano de 1935, o primeiro livro de Lobivar (MATOS, 2008a) foi *Areôtorare*, que significa, segundo a língua dos Bororo, "o contador de histórias". O poeta projetava esse lugar para falar "à minha gente", como deixou registrado no prefácio. A introdução tem um claro viés de manifesto, porque traça um diagnóstico da produção no tempo, a missão do intelectual naquele contexto histórico e, como não poderia deixar de ser, critica o subjetivismo irrelevante da geração passada.

> Hoje os poetas refletem os anseios, as revoltas, as durezas amargas da época e do meio em que vivem.
>
> Quebrando os velhos moldes, abandonando os temas irrisórios, dando largas ao pensamento livre, os poetas da geração moderna são obrigados a falar nas coisas humildes, nos dramas cruciantes dos desgraçados, dos miseráveis, dos párias sem pão, sem amor e sem trabalho.
>
> Esse é o papel dos poetas da minha geração! (MATOS, 2008a, p. 63).

Ao quebrar "os velhos moldes", a vanguarda de Lobivar fica evidenciada, uma espécie de radicalização do modernismo. O escritor tem consciência do fracasso das promessas do progresso, da marcha civilizatória, do futuro de prosperidade. Desencantado, promove duas guinadas: a primeira é o rompimento com a métrica parnasiana, adotando um coloquialismo típico do modernismo brasileiro expresso em versos livres; a segunda diz respeito ao tema eleito. Matos recusa a grandiloquência de uma poesia cívica, moralizante e fundacional, em resumo, o programa para a literatura mato-grossense proposto por D. Aquino em 1921, durante o discurso de instalação do Centro Mattogrossense de Letras (CORREA, 1922).

Ainda que conte com poemas que sondam o íntimo do autor, *Areôtorare* não se entrega ao subjetivismo langoroso que se praticava na poética majoritária. O "papel dos poetas" da geração modernista seria outro, igualmente urgente e impositivo: a denúncia social. Enquanto o arcebispo Aquino e o desembargador Mesquita preferiam prescrever aos conterrâneos os cantos de epopeia, os mitos da miscigenação nacional, a formulação de imagens de progresso com base na herança bandeirante, Lobivar afirmava que "os poetas da geração moderna são obrigados" ao engajamento social, à denúncia da miséria, do racismo, da misoginia. São duas prescrições diametralmente opostas, mas que se aproximam de certa forma, enquanto fórmulas que transbordam do íntimo do escritor, para servir de programa à intelectualidade. Nesses extremos, restava aos demais autores aderir a uma das opções engajando-se, de qualquer forma, em cartilhas distintas.

Podemos apontar um claro exemplo dessa desarmonia intelectual que se refletia no estremecimento político e literário com o poema '*Marcha para o Oeste*', de D. Aquino Corrêa. Nele, a terra é comparada ao Éden bíblico, promessa de prosperidade a todos os que se aventurassem na conquista.

Marcha para o Oeste

A civilização é como o sol brilhante,
que sai do berço em flor das rosas do levante,
e vai, sempre para o oeste, o zênite atingir;
a marcha para oeste é marcha para a altura,
é marcha para o azul, para onde mais fulgura
o progresso a irradiar na glória do porvir.

Bem haja, pois, a voz da República nova
concitando a essa marcha, em que assim se renova
a avançada genial das velhas gerações,
que recuaram a linha ideal de Tordesilhas
anexando ao Brasil todas as maravilhas
do eldorado, que são os nossos verdes sertões!

Foi essa a marcha audaz das épicas bandeiras,
que ao nosso ínvio ocidente entraram, por primeiras,
e mostraram ao mundo, em fantástica luz,
as lendárias regiões, onde brotam os rios,
e erram, em solo de ouro, os tapuias bravios,
num sonho de esmeralda e diamantes a flux!

Foi a marcha triunfal dos grandes diplomatas,
Capitães-Generais que, em nossas rudes matas,
brilharam inda mais que em cortes do ultramar;
e firmaram a posse e o poderio ingente
de El-rei de Portugal, nestas zonas do poente,
que em vão lhe quis a nobre Espanha disputar.
Foi a marcha também dos novéis pioneiros,

a marcha de Rondon e dos seus companheiros,
devassando a solidão dos broncos penetrais;
marcha da nossa história, ela parte do oceano,
para a interlândia imensa, o novo Éden arcano,
em que Deus requintou os seus dons aos mortais.

E tu, ó minha terra! Ó meu sertão do oeste!
Tu que inda és um botão de flor mimosa e agreste,
hás de ser conhecida, hás de crescer e abrir!
Hespéria do Brasil! Jardim dos pomos de ouro!
Serás da nossa Pátria o mais rico tesouro,
a fama a escurecer a Golconda e de Ofir!
(CORREA, 1985, p. 32).

Vê-se que o conceito de "civilização" usado por Aquino reflete a imposição de um modelo alienígena à vida das sociedades ancestrais. Além de uma rápida citação à bravura dos Tapuia, o poeta apaga completamente as táticas de invasão, a guerra de resistência e as atrocidades ocorridas no contato bandeirante. Aliás, os encarregados da colonização são eufemisticamente denominados "diplomatas", como se as armas não fossem o elemento central da imposição civilizatória.

Lobivar, pensando diametralmente diferente do cânone regional, coloca-se como integrante do povo Bororo, posição impensável na tradição literária mato-grossense do período, cujo elitismo romântico extraía do elemento indígena apenas o exotismo. No poema 'Destino do poeta desconhecido', o autor incorpora-se à etnia invadida e se propõe a cantar os horrores vividos durante o processo de colonização. Ao contrário do fatalismo, tão caro aos românticos da geração anterior, o autor de *Areôtorare* arremata a composição com uma incerteza. O jogo ainda não havia acabado e ele, o escritor, ciente de seu poder de projetar imagens e narrar histórias, é responsável pelo próprio destino.

Destino do poeta desconhecido

Eu sou o poeta desconhecido.

Andei de cidade em cidade
caminhei por vilas, grutas e montanhas
atravessei riachos, pantanais imensos
venci, afinal, todas as distâncias
com o mesmo heroísmo selvagem
da minha tribo, forte e guerreira.

A ilusão é minha amiga e meu consolo.

Trago comigo o grito aterrorizante
de um povo oprimido dentro de si mesmo.

A coragem dos homens rudes de minha terra
lateja em mim,
palpita no meu sangue
e vibra, voluptuosa, em todo o meu ser.

A vida me embriaga e me aborrece.

Trago comigo todas as lendas bororas.
A grandeza de minha raça
fala nos meus cinco sentidos,
a dança no círculo de ouro das minhas emoções
e canta no ritmo tumultuoso dos meus versos.

A felicidade me ilude, a mulher me desilude;
trago comigo, à minha alma presa,
a inútil esperança da vitória.
A bondade de minha gente
fulgura, cintilante, nos meus feitios,
rola, estuante de harmonia, nos meus gestos.

Busco, sem cessar, dia e noite,
numa luta generosa e boa,
luz para a Razão, pasto para a Inteligência.

Eu sou o poeta desconhecido.

Não sei o destino que me espera,

porque sou o próprio destino (MATOS, 2008a, p. 65).

A "civilização" não representa progresso para Lobivar Matos. O processo de invasão colonial, escravização indígena, estupros coletivos e apagamento cultural não é simplesmente um custo do desenvolvimento. Não há projeto econômico que justifique a dor que o poeta expressa, mesmo que, na projeção de José de Mesquita, Mato Grosso venha a surgir como o "celeiro do mundo". Como Lobivar se coloca em meio à etnia no poema 'A catequização dos bororos', encerra-o com pessimismo quanto à extinção daquela cultura: "Foi assim que os bororos, aqueles índios / que ainda choram as selvas da minha terra / perderam-se nos rigores da Civilização" (MATOS, 2008a, p. 103).

O fundador do Instituto Histórico e Geográfico e da Academia Mato-grossense de Letras, D. Aquino Correa, fixa a imagem do bandeirante como a de um herói; um aventureiro desapegado que, por força do pre-núncio divino, domina a natureza e os indígenas. O verbo "domar" chama particular atenção no poema 'Bandeirantes' do arcebispo porque deprecia – animalizando – as comunidades ancestrais mato-grossenses. Percebe-se que os indígenas configuram obstáculos ao modelo civilizatório de Aquino.

Bandeirantes

Nessa armadura arcaica e tão grosseira
de couro cru, rebrilha, em alvoradas,
o heroísmo que, ao sol destas douradas
praias, deixou tão luminosa esteira.

Vosso rude arcabuz de pederneira
reboa ainda as glórias alcançadas;
e há frêmitos de homéricas jornadas,
nos trapos e na cruz dessa bandeira.

Engrandecestes o Brasil, domando,
corpo a corpo, em conflito formidando,
a mata, o rio, a peste, a fome, a guerra!

Salve, heróis! Salve, humildes bandeirantes!
Fenícios do sertão! Monções errantes,
à conquista imortal da minha terra! (CORREA, 1985, p. 108).

Os negros recebem o mesmo tratamento antitético. No romance *Piedade*, José de Mesquita (2021) narra uma cena paradigmática para compreender a visão da miscigenação como deletéria à formação de uma civilização avançada. No gabinete de leitura do protagonista, o jovem advogado Paulo, dá-se um diálogo no qual a pretensão amorosa do mulato Ricardinho é ridicularizada. Pelo que se depreende da narrativa, o enlace inter-racial, agravado pela distância socioeconômica, seria risível, porque insólito para os padrões da elite cuiabana:

> Paulo sorriu e veio-lhe a ideia de contestar a Ricardinho, mas percebendo-lhe a impaciência no olhar, voltou para o divã e enquanto acendia um cigarro, interrogou o outro, para contar-lhe a indecisão e forçá-lo a entrar no caso.
>
> — Como vão os seus amores com a encantadora Helenita?
>
> Num pigarro que lhe acudia toda a vez que era assim arrastado, de chofre, para motivo tão sublime, respondeu o enamorado rapaz:
>
> — É, em parte, o que me demoveu a vir hoje procurá-lo, meu amigo. Dias atrás já vinha alimentando este desígnio, porém o infortúnio que pesou sobre a sua nobre família, com o chorado passamento da sua prima, a Exmª Srª D. Glorinha, não consentiu satisfazer antes este desejo. E, a propósito, a Exmª Srª sua tia vai passando bem, mais confortada? E as suas Exmªs primas?
>
> — Que fazer, meu caro, nestas duras circunstâncias, senão conformar-se? Vão passando melhor, obrigado.
>
> — Perfeitamente. Ao que dizia, deveria o ter buscado já há alguns dias para consultar a sua experiência e tomar um aviso do antigo condiscípulo acerca de certas cousas...
>
> Ricardinho reticenciou o seu pensamento e Paulo, vendo-o hesitante, esporeou-lhe a coragem com uma pergunta:
>
> — Dar-se-á que tenha havido algum rompimento?
>
> — Jamais, meu amigo, jamais. Os elos que nos unem são assaz fortes, que só a morte os desliará. A família, entretanto, é que se recusa formalmente ao nosso enlace. Tomados de preconceitos absurdos, pretendem que eu não esteja na altura de ser o esposo de Helenita...
>
> — Oh! Que absurdo, realmente! — fez Paulo, num gesto estudado de revolta. — E a moça?

> — A despeito da campanha contra mim movida, sobretudo pelo pai, e pelos irmãos, permanece-me fiel, guardando, todavia, como recatada e submissa filha, certa frieza, a meu respeito. Oh! Mas eu tenho a certeza plena e integral do seu amor!
>
> — Já lho disse alguma vez, naturalmente...
>
> — Isso não, meu amigo. A pudicícia lho vedaria, mesmo quando ensejo se nos deparasse a uma conversa. Tal ensejo, porém, ainda não houve, até ao presente, tão custodinda vive a minha adorada deidade!
>
> — E as demonstrações que o autorizam a essa certeza são eloquentes, não? — inquiriu, Paulo curioso.
>
> — Eloquentíssimas! Olhares e sorrisos inequívocos... Piscares de olhos, cumprimentos amáveis, acenos de cabeça que não deixam dúvida. Diante dos parentes e de estranhos a coitadita tem que dissimular os seus veros sentimentos. Imagine que um dia destes, porque ia acompanhada do irmão, chegou a deitar-me a língua – ó – e com que graça!, dizendo-me: — Você não se conhece, *seu quarta-feira?*
>
> — Fingimento, decerto — ponderou Paulo, quase a estourar numa risada.
>
> — Isso mesmo. Pura dissimulação. A pequena é hábil e maneirosa. Ama-me, tenho a certeza. Lá isso, em presença dos parentes, poderia, para os não desgostar, até atirar-me pedras... Ninguém me dissuade do seu amor!
>
> Paulo, que via até ali o lado cômico da paixão de Ricardinho, apiedou-se sinceramente do amigo e teve ímpetos de abrir-lhe os olhos, fazendo-lhe ver a sua ridícula posição. Pensou, entretanto, na inutilidade de seu gesto, que só determinaria uma decepção para o outro, que vivia tão feliz no seu voluntário engano. Dali, talvez, nem Ricardinho acreditasse e ainda se fosse desconfiado de sua amizade, o que seria realmente penível, pois, apesar de tudo, estimava o amigo e aprazia-lhe o seu convívio, no qual se divertia (MESQUITA, 2021, p. 95-96) [grifos do autor].

O diálogo entre Paulo, branco e rico, e o conhecido Ricardinho, negro e pobre, dá-se cordialmente. O efeito hilariante ao final, baseado na insólita pretensão a um casamento inter-racial, demonstra o viés ideológico que Mesquita mantinha sobre a eugenia, ideário tão em voga

na primeira metade do século XX. Arrematando a cena, o autor não só delimita o espaço do negro como engrandece o protagonista, que teve a delicadeza de não decepcionar o amigo com a realidade social mato-grossense.

De certa forma, o positivismo que demarcava ideologicamente a hegemonia da intelectualidade mato-grossense era fruto da modernidade. No entanto, Aquino e Mesquita esperavam encontrar progresso e justiça social por meio do avanço para o oeste, do desmatamento e plantio em alta escala, da construção de uma malha ferroviária a facilitar a comunicação, do paulatino branqueamento da população ou, no mínimo, da imposição de uma etiqueta civilizatória com o traço europeu. Voltaram-se para a cor local, mas a cantaram em tom exótico, mimetizando autores que já estavam sendo duramente criticados pelo modernismo, como é o caso de Olavo Bilac.

Na maior parte da produção literária mato-grossense da primeira metade do século XX, qualquer conflito de caráter social era evitado. O objetivo central da dupla Aquino-Mesquita era não só retratar a natureza, lendas e tradições locais como projetar a imagem de uma região propícia a saltos de crescimento, livre de inconvenientes como questionamentos ambientais, sociais e financeiros. Em 1936, portanto no ápice da produção de José de Mesquita e de D. Aquino, o corumbaense Lobivar Matos publicou seu segundo livro, *Sarobá*.

Assim como havia feito em *Areôtorare*, o autor manifestou-se no prefácio, aprofundando-se na "missão dos poetas de minha geração". O tema central não era mais o elemento indígena, distante no percurso histórico. Em *Sarobá*, Lobivar faz uma provocação mais radical porque quer, deliberadamente, expor o fosso social que era, até então, ignorado pelos autores mato-grossenses; conflito latente, mas silenciado na prosa e na poesia. No prefácio, ao explicar a variação etimológica dos homônimos 'saróba' e 'Sarobá', o autor esclarece que a segunda denominação era conhecida por se tratar de

> [...] bairro de negros de Corumbá. Lugar sujo, onde os brancos raramente penetram e assim mesmo, quando o fazem, se sentem repugnados com a miséria e a pobreza daquela gente. Sentem

> repugnância e nada mais, porque os infelizes continuam a vegetar em completo abandono, como se não fossem criaturas humanas.
>
> Só se lembram de Sarobá quando são necessários os serviços de um negrinho. Fora daí a Favela em ponto menor é o templo eterno da miséria, é a mancha negra bulindo na cidade mais branca do mundo, na expressão de um inglês que passou por lá caçando onça e, quem sabe?, se petróleo também (MATOS, 2008b, p. 106).

Lobivar aproveitou toda a semântica do preconceito racial para construir seus poemas como, por exemplo, "carapinha", "beiçola", "chinfrim". E foi além. O uso constante de anáfora – negro, negrinho, negrinha – reforça o impacto do sentimento predominante de repulsa nas camadas da elite local. Ao assumir a condição social miserável e retratá-la de forma direta, pouco metaforizada, o autor de *Sarobá* desconstrói o paradigma da democracia racial, da harmonia local e da comunhão social pelo progresso de Mato Grosso.

Sarobá
Bairro de negros
negros descalços, camisa riscada,
beiçolas caídas,
cabelo carapinhé,
negras carnudas rebolando as curvas,
bebendo cachaça,
negrinhos sugando as mamas murchas das negras,
negrinhos correndo doídos dentro do mato,
chorando de fome.

Bairro de negros,
casinhas de lata,
água na bica pingando, escorrendo, fazendo lama,
roupa estendida na grama,
esteira suja no chão duro, socado,
lampião de querosene pescando no escuro,
negra abandonada na esteira tossindo
e batuque chiando no terreiro,

negra tuberculosa escarrando sangue,
afogando a tosse seca no eco de uma voz mole
que se arrasta a custo
pelo ar parado.

Bairro de negros
mulatas sapateando, parindo sombras magras,
negros gozando,
negros beijando,
negros apalpando carnes rijas,
negros pulando e estalando os dedos
em requebros descontrolados,
vozes roucas gritando sambas malucos
e sons esquisitos agarrando e se enroscando nos nervos dos negros.

Bairro de negros
chinfrim, bagunça,
Sarobá (MATOS, 2008b, p. 111).

Enquanto Lobivar Matos lançava *Sarobá*, em 1936, denunciando as relações incestuosas entre patrões e empregados, as humilhações corporais de jovens negros, a perpetuação do sistema semiescravista, os estupros constantes nas casas de famílias tradicionais, José de Mesquita, em 1937, publicava *Piedade*, em que as relações sociais entre brancos e negros eram amistosas, em que personagens se frequentavam com um certo grau de naturalidade, respeito, cordialidade. Seis anos antes, Mesquita publicara '*Corá*', conto longo em que uma garota branca se casa com um jovem negro e é percebida como víbora que destrói a paz de uma família interiorana e ignorante.

São visões que se afrontam mutuamente. A noção de civilização, eugênica e próspera, edênica e moralizante, da dupla Aquino-Mesquita contrasta com a visão modernista de Lobivar Matos que escracha a desigualdade social, a exploração do trabalho e tem a ousadia de alvejar tabus sociais brasileiros raramente explorados na literatura com um grau de objetividade que o caracteriza estilisticamente:

Mulata Isaura

Mulata Isaura, cuidado com o filho da patroa.
Você pensa que ele gosta de você.
Não gosta, não, boba.
Seu riso é falso.
Suas promessas são falsas.
Seus carinhos são falsos.
Tudo nele é falso.

Ele quer pegar você
como pegou Josefa, aquela morena alegre
que morreu de fome
abandonada
no hospital.

Não vá atrás dele não, boba.
Ele chama você no quarto dele,
despe você com palavras bonitas,
acende em você a fogueira da carne e da volúpia
e depois...
Depois você não resiste, não, mulata boba.

E quando a patroa vir sua barriga crescendo
expulsa você de casa com palavrões e injúrias.
Diz que você nunca prestou, que você é uma perdida
e que não quer mulher perdida em sua casa.

Aí, então, começará o verdadeiro mundo pra você.
Sem casa, sem parentes, sem dinheiro,
com a barriga cheia, chiando de fome,
coração despedaçado,
humilhada,
exausta,
desiludida,
você irá vender seu corpo
numa das ruas da prostituição.

Será mais uma 'mulher de vida alegre',
'de vida fácil',
mais uma infeliz que bebe todo,
que retalha os pulsos,
que incendeia os trapos,
para fugir da vida,
da miséria da vida.

Mulata Isaura, tome cuidado,
se você não quer morrer de fome,
abandonada, sem remédios,
num catre imundo do hospital.

Mulata Isaura, tome cuidado!
Nos hospitais ainda reina o privilégio
e reinam também os preconceitos de raça,
as diferenças de cor.

E você é de cor, mulata Isaura! (MATOS, 2008b, p. 118-119).

O poema '*Mulata Isaura*' vai de encontro às construções imagéticas de harmonia social. Ao abordar, sem meias-palavras, o estupro de empregadas negras no interior das famílias tradicionais e o inexorável destino da prostituição, Lobivar aponta para questões dramáticas que, no contexto mato-grossense, são deliberadamente ignoradas – sexo inter-racial, estupro, aborto, prostituição, loucura e suicídio.

No poema construído em forma de aconselhamento, o autor chega ainda mais longe que o modernista Mário de Andrade que escreveu, em 1927, *Amar, verbo intransitivo*. No romance, *Elza* é branca e professora de alemão. A narrativa constrói um ambiente de velada exploração sexual, na qual as relações íntimas não são consumadas. Lobivar Matos, ao contrário, deixa claro que a sedução e o estupro são constantes no íntimo das famílias da elite mato-grossense, citando o caso da negra Josefa, que morreu de fome, abandonada no hospital.

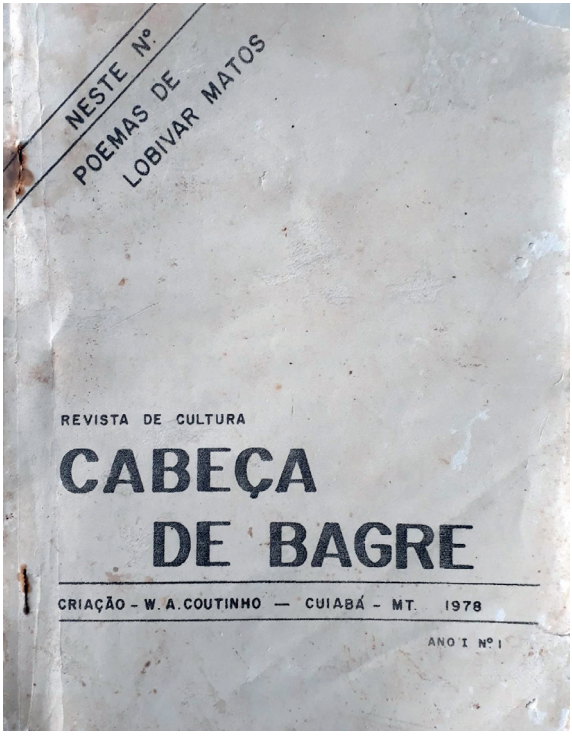
Portanto, o poeta corumbaense colocou-se na vanguarda de seu tempo, posição radical de rompimento frontal com padrões estéticos

e temáticos hegemônicos em Mato Grosso. Mesmo em termos de literatura com maior circulação nacional, cujo movimento modernista grassava em São Paulo e no Rio de Janeiro, a obra de Lobivar pode ser considerada a mais agressiva vanguarda brasileira, disposta a nominar desafetos, narrar injustiças e publicar o que era, até então, impublicável.

Apesar de ter publicado apenas os dois livros de poemas citados – *Areôtorare* e *Sarobá* –, Lobivar Matos inspirou e influenciou a geração de escritores que o sucedeu. O título do livro de poesias de Rubens de Mendonça, *Cascalho de ilusões*, foi emprestado de um verso do seu poema 'Garimpeiro' (MATOS, 2008a, p. 94). Rubens e Silva Freire assumiram a expressão "poetas bororos", cunhada por Matos, para se referirem aos modernos, além do próprio Wlademir Dias-Pino, que por ele nutria admiração e respeito.

Em 1978, cerca de quarenta anos depois dos lançamentos dos livros de Lobivar, o pouco estudado poeta e editor W. A. Coutinho lançou a revista *Cabeça de Bagre*, cuja segunda parte é integralmente dedicada ao poeta corumbaense. Tudo indica que toda a publicação não só foi uma homenagem a Lobivar Matos como também uma nova onda de resistência antiacadêmica. A produção de Coutinho, inspirada no companheiro Wlademir Dias-Pino, usou as referências evidentes do "poeta bororo" e fez do provincianismo cuiabano e da Academia Mato-grossense de Letras alvos principais.

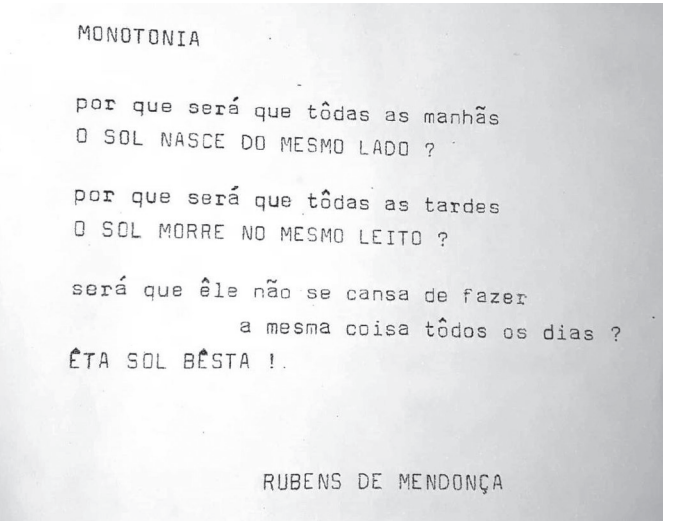
Figura 1 – Capa da Revista de Cultura *Cabeça de Bagre* (1978).



FONTE: Acervo de Eduardo Mahon.

Ao recuperar um conhecido poema de Rubens de Mendonça, publicado em 1951 na revista *Sarã*, W. A. Coutinho alinhou-se à tradição antiacadêmica iniciada por Lobivar Matos e continuada por Wlademir Dias-Pino. O escritor Rubens foi escolhido não só por ter participado da revista *Pindorama*, precursora do modernismo mato-grossense, mas por compor versos ambíguos sobre o "Sol", imagem irônica provavelmente representando D. Aquino Correa e a Academia Mato-grossense de Letras.

Figura 2 – Poema 'Monotonia', de Rubens de Mendonça, republicado na Revista de Cultura *Cabeça de Bagre* (1978).



MONOTONIA

por que será que tôdas as manhãs
O SOL NASCE DO MESMO LADO ?

por que será que tôdas as tardes
O SOL MORRE NO MESMO LEITO ?

será que êle não se cansa de fazer
a mesma coisa tôdos os dias ?
ÊTA SOL BÊSTA !.

RUBENS DE MENDONÇA

Fonte: Acervo de Eduardo Mahon.

O editorial, assinado por Carlos Melo, trouxe uma clara referência a Lobivar Matos, que tecia duras críticas não só ao academicismo parnasiano de Aquino e Mesquita, mas à hegemonia política cuiabana.

> A indiferença cuiabana impede que a visão crítica dos acontecimentos seja aguçada, procurando penetrar os fatos, ou ao menos reagir criticamente a eles, quedando provincianamente como fato consumado que, ao final, abate-se em sua própria cabeça, ponto final do círculo, círculo vicioso, preço pago pela imobilidade.
>
> E a Inteligência, o que apresenta? O mesmo marasmo do gentio. Os saraus e as atividades dos intelectuais são tão inócuos quanto a atitude geral. Ou são manifestações vazias e empoladas que descortinam aos demais mortais uma narcisista erudição de estéreis resultados, ou subservientes e laudatórias demonstrações de acomodatícia tendência subvencionada.
>
> O panorama mostra-se mais constrangedor ainda quando observamos as instituições culturais locais, como a Academia e outras que, uma vez entronizadas, sobrevivem apenas de manter lembranças que existem, pois, do contrário, cairiam no esquecimento, tal grau de passividade e inação a que estão entregues, ressonando no bolor do tempo (COUTINHO, 1978).

4 Conclusões

O presente artigo relembrou o balanço do Modernismo que Mário de Andrade realizou: uma severa autocrítica, com pouco espaço para autoemulações. Um dos responsáveis pela Semana de Arte Moderna de 1922 confessou: "Faltou humanidade em mim. Meu aristocracismo me puniu. Minhas intenções me enganaram" (ANDRADE, 1974, p. 252). Cônscio de seu próprio tempo, ao fazer uma retrospectiva amarga, concluiu: "Nós éramos os filhos finais de uma civilização que se acabou" (ANDRADE, 1974, p. 253). Lobivar Matos, de alguma forma, poderia fazer esse mea-culpa? Acreditamos que não.

A visão de Mário de Andrade não é decepcionante. É realista. Os jovens que se embriagavam de champanhe e éter nas intermináveis madrugadas paulistanas causaram escândalo no tradicionalismo da época mais pelo modo de vida do que pela consistência da produção artística. O lamento pela movimentação "autofagicamente destruidora" e pela "falta de realidade" (ANDRADE, 1974, p. 241 e 252) levou o autor de *Macunaíma* a cogitar que poderiam ter realizado mais, de forma regular, consistente, realista e longe dos pretensiosos mitos patrióticos de refundação com os quais lidavam.

Contudo, a despeito do tom depressivo da retrospectiva de Mário de Andrade, ele mesmo apontou o salvo final do movimento modernista brasileiro: "O direito permanente à pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira; e a estabilização de uma consciência criadora nacional. Nada disto representa exatamente uma inovação e de tudo encontramos exemplos na história artística do país" (ANDRADE, 1974, p. 242).

O que diria Mário de Andrade, todavia, se houvesse lido Lobivar Matos? Certamente, menos amargo e mais esperançoso, teria orgulho dos desdobramentos do modernismo: a popularização da temática, o realismo do cotidiano nacional, a inversão na visão do negro e dos indígenas, o enfrentamento direto do moralismo católico, o retrato da misoginia e do racismo. Ao contrário dos elitistas *happenings* paulistanos que completam seu primeiro século, Lobivar Matos confrontou não

apenas uma estética, mas um programa político que pautava a identidade local – daí não ter encontrado sinecuras, empregos públicos, colocações para si e para amigos.

Não só em termos de estética literária, mas, ao analisarmos a coragem necessária de Lobivar Matos para enxergar como santos os "desgraçados na escadaria da igreja" (MATOS, 2008b, p. 127), percebemos o quão radical foi o rompimento a que se propôs. Se o modernismo colheu da crítica uma classificação em gerações, Lobivar dificilmente seria encaixado como um dos pósteros, porque realizou um contraponto em Mato Grosso que poucos modernistas das gerações seguintes tiveram a ousadia de promover.

Referências

ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1974. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4675417/mod_resource/content/1/O%20movimento%20modernista.pdf. Acesso em: 2 mar. 2022.

CORREA, Francisco de Aquino. O Centro Matogrossense de Letras. *Revista do Centro Mattogrossense de Letras*, Cuiabá: Typ. J. Pereira Leite, ano 1, n. 1, p. 9-25, jan. 1922.

CORREA, Francisco de Aquino. *Poética*. Terra natal. Cuiabá: [*s. n.*], v. 1, t. 2, 1985.

COUTINHO, W. A. (org.). *Cabeça de Bagre*. Revista de Cultura, Cuiabá: [*s. n.*], a. 1, n. 1, 1978.

DIAS-PINO, Wlademir. Intensivismo. *Sarã*, Cuiabá, n. 3, p. 5, jun. 1951a. Disponível em: www.intensivismo.com.br. Acesso em: 31 jan. 2022.

DIAS-PINO, Wlademir. Intensivismo. *Sarã*, Cuiabá, n. 4, p. 1, jul. 1951b. Disponível em: www.intensivismo.com.br. Acesso em: 31 jan. 2022.

MAHON, Eduardo. *A literatura contemporânea em Mato Grosso.* Cuiabá: Carlini & Caniato, 2021.

MATOS, Lobivar. *Areôtorare*: poemas bororos. Cuiabá: Academia Mato-grossense de Letras/Unemat, 2008a.

MATOS, Lobivar. *Sarobá*. Cuiabá: Academia Mato-Grossense de Letras/Unemat, 2008b.

MENDONÇA, Rubens de. Monotonia. *Sarã*, Cuiabá, n. 5, p. 3, ago. 1951.

MESQUITA, José de. *Piedade*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2021.

REVISTA DE CULTURA Cabeça de Bagre. *Capa*. [*S. l.*: *s. n.*], a. 1, n. 1, 1978.

A semana de 22 e uma certa modernidade na arquitetura

The "semana de 1922" and a certain modernity in architecture

Gabriel Francisco de Mattos[37]

RESUMO: Neste artigo discute-se a participação da Arquitetura na Semana de Arte Moderna de 1922, assim como o conceito de Modernismo aplicado à prática da Arquitetura naquele momento, assim como a evolução desse conceito a partir do marco proposto.
Palavras-Chave: Arquitetura. Modernismo. Neocolonial.

ABSTRACT: This article discusses the participation of Architecture in the "Semana de Arte Moderna de 1922", as well as the concept of Modernism applied to the practice of Architecture at that time, as well the evolution of this concept from that point on.
Keywords: Archtecture. Modernism. Neocolonial.

A Arquitetura em transição na Semana

Graça Aranha, durante a conferência inaugural da Semana de Arte Moderna, na noite de 13 de fevereiro de 1922, toca na arquitetura apenas de passagem. Perto do final, ao falar da "[...] nossa grande pintura, a nossa escultura e a nossa música", expressando o "[...] nosso fabuloso mundo tropical", ressalta: "[...] E, no entanto, eis a paisagem brasileira. É construída como se fosse uma arquitetura, são planos, volumes, massas. [...]" (ARANHA, Graça. *In*: TELLES, 1977, p. 225-226). Antes, em relação à origem dos movimentos modernizantes, lembra que:

> Toda a manifestação estética é sempre precedida de um movimento de ideias gerais, de um impulso filosófico, e a Filosofia se faz Arte para se tornar Vida. Na antiguidade clássica o surto da arquitetura e da escultura se deve não somente ao meio, ao tempo e à raça, mas

37 Arquiteto, Doutor em Estudos de Cultura Contemporânea, Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFMT.

> principalmente à cultura matemática, que era exclusiva e determinou a ascendência dessas artes da linha e do volume. (idem, p. 222)

Menotti del Picchia, na conferência (mais um *manifesto*) da noite seguinte, lamentava que, enquanto "[...] a engenharia moderna fazia cócegas nas estrelas com a unha de aço dos para-raios dos arranha céus", os poetas tinham "[...] os olhos cravados na Grécia caricatural do Rei Constantino" (idem, p. 230).

Não por acaso del Picchia cita a *engenharia* moderna. A Academia Imperial de Belas Artes (fundada em 1832 na esteira da Missão Artística Francesa, e noventa anos depois já republicanamente rebatizada de Escola Nacional de Belas Artes), colocava-se como defensora de princípios clássicos, rechaçando novas visões sobre a arquitetura moderna. Foram as Escolas Politécnicas que começaram a questionar os rumos do que se construía no país:

> Em 1888, o engenheiro civil Bernardo Ribeiro de Freitas (formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1881) meditava sobre os rumos da arquitetura finissecular. Ele identificava três correntes na arquitetura: o **grupo histórico** ("fiel da estética mais conhecida, aceita somente as arquiteturas que caracterizaram as duas civilizações mais notáveis: a greco-romana e a da Idade Média"), o **grupo eclético** ("reserva-se o direito de escolher em todos os estilos, em todas as manifestações da construção o que mais perfeito julgar para o fim que se tiver em vista") e o **grupo racionalista** ("é uma reação do presente contra o passado [...] lançando mão dos novos materiais [...] esse grupo adotou a liberdade da forma, sem obrigação de atender às leis da estética legadas do passado"). (SEGAWA, 2006, p. 316-317, grifos meus).

Participaram da Semana de 1922 apenas dois arquitetos: Antônio Garcia Moya (Atarfe, Espanha, 1891 – São Paulo, 1949) e Georg Przyrembel (Alta Silésia, Polônia, 1885 – São Paulo, 1956). Estrangeiros, Moya veio criança para o Brasil, Przyrembel chegara 10 anos antes de 1922, já formado.

Os desenhos de Moya eram belas imagens utópicas, como se nota pelos títulos: *Entrada do Templo, Templo, Monumento, Panteão, Casa do Poeta, Túmulo, Mausoléu* e *Estudo para um Mercado* (FREITAS; QUEIROZ, 2012,

p. 98). Przyrembel participara das "viagens pitorescas" de José Watsch Rodrigues, patrocinada pelo Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, em busca das raízes da arquitetura nacional, de preferência as de influência portuguesa:

> Cada ação foi individual: a arquitetura de Przyrembel se filia ao movimento neocolonial corrente, enquanto os projetos utópicos de Moya refletem toda a "pureza" de pensamentos que deriva na maioria dos artistas e literatos adeptos ao movimento e alia-se ao anseio comum de "um espírito novo". (FREITAS; QUEIROZ, 2012, p. 98).

O artista suíço Jhon Graz (Genebra, 1891 – São Paulo, 1980) às vezes é colocado junto aos dois arquitetos nos inventários da Semana de 1922. Mas, desembarcando no Brasil, em 1920, participou na parte de artes plásticas, com sete pinturas a óleo; e só a partir de 1925 é que "[...] inicia suas atividades no ramo de Decoração e Arquitetura de Interiores" (SANTOS, 2008, p. 9).

Mundo, Brasil, Arte e Arquitetura

No panorama internacional, o mundo estava se refazendo de uma série de traumas: primeiramente a Guerra Mundial de 1914-1918, depois, a epidemia da Gripe Espanhola. No entanto, os anos 1920 já começam no ritmo dos "anos loucos", uma euforia quase histérica que vai desembocar, no caso da arquitetura, na Exposição Parisiense de Artes Decorativas, em 1925, e na celebração de uma certa modernidade frívola. Paralelamente, já estavam em gestação os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAM, lançados oficialmente em 1928, com outra visão da modernidade na área de arquitetura e principalmente no urbanismo. O signo da Modernidade passa a fazer parte desse panorama.

Mas, voltemos um pouco, para a situação social do país.

No Brasil, a República Velha viveu um momento de bonança nessa época, com o governo festeiro do paraibano Epitácio Pessoa, numa consolidação do poder civil:

> A grande inovação do governo Epitácio foi o preenchimento de pastas ministeriais militares por ministros civis. Para o Ministério da

> Guerra foi nomeado Pandiá Calógeras. Para o da Marinha, Raul Soares. Esta medida desagradou sobremaneira a oficialidade que passou então a fazer cerrada oposição ao governo. Foi neste momento que começou a emergir, no exército, uma força nova e antioligárquica a qual deu início à série de rebeliões militares, que marcarão todos os anos 20: o tenentismo. Em 1922, o episódio dos 18 do Forte de Copacabana abre a sequência de rebeliões. Em seguida, a Coluna Prestes, que reunirá os tenentes do Rio Grande do Sul e de São Paulo contra as oligarquias e, por fim, a própria Revolução de 30 que dará o golpe de misericórdia na Velha República. (LUSTOSA, 1989, p. 84)

É muito claro, naquele momento, a tendência explosiva da modernidade, ocupando os espaços políticos, estéticos e econômicos pelo país:

> Os anos 1920 marcaram o início da modernidade política e social brasileira - o próprio crescimento das cidades, o progresso industrial e o aumento da população fazem emergir uma classe média cada vez mais reivindicativa. 1922 vai ser o ano-chave destas transformações. Além do levante de Copacabana, cujo papel foi o de acender o rastilho de pólvora que incendiará os quartéis ao longo da década, fundou-se o Partido Comunista do Brasil, e aconteceu em São Paulo a Semana de Arte Moderna. Ainda em 22 a Exposição Comemorativa do Centenário da Independência, no Rio de Janeiro, marcará a entrada vigorosa do capital norte-americano na indústria brasileira. (Ibidem).

Num certo sentido, os arquitetos da Semana de Arte Moderna vão estar bem sintonizados com certos movimentos típicos do seu momento histórico. As frustrações e traumas da Primeira Guerra Mundial acabaram desenvolvendo nos artistas (e arquitetos) uma certa visão fantasiosa e uma procura já desesperada de algum lastro na História, até então a "mãe de todas as ciências". Na Alemanha derrotada, antes da reconstrução em ritmo militar, um arquiteto importante para a modernidade, Walter Gropius, em 1919, vai conclamar "[...] todos os artistas das belas artes a rejeitar as artes dos salões e a retornar aos ofícios a serviço da metafórica catedral do futuro". (FRAMPTON, 1997, p. 148). Na verdade, retomava uma visão mais esperançosa do futuro, bem dentro das utopias que fizeram a base de uma vanguarda estética do século XIX, que tem no

jovem arquiteto italiano, falecido no campo de batalha em 1916, Antônio Sant' Elia, um marco com a proposta de uma *Cidade Futurista* (Ibidem, p. 95-101). Os desenhos de Antônio Moya lembram os de Sant' Elia em alguns momentos.

Outro ponto importante desse momento era uma tendência à Nacionalidade, um resgate de práticas e fazeres desenvolvidos no Brasil e que davam pistas de um caminho mais produtivo e seguro:

> A questão do "nacional" estava na ordem do dia, manifestando-se em todos os setores da vida intelectual do país, e de forma particular em São Paulo. A guerra europeia se encarregara de ferir de morte o espírito da *Belle Époque* e, embora as reações não se limitassem à busca nativista pelas raízes brasileiras, por algum tempo "modernidade" e "nacionalismo" foram quase sinônimos. A vertente paulista desse movimento se manifestou no interesse pelos temas históricos e folclóricos do passado: bandeirantes, caipiras, genealogia, relatos de viajantes etc. (KESSEL, 2002, p. 117).

Daí o desenvolvimento, em toda as Américas, de um estilo que não negava a herança do colonizador, mas dentro de uma justificativa que misturava raça e espírito nacional, chamado de *Neocolonial*. Em São Paulo, seu mentor foi o arquiteto português Ricardo Severo, que orientou o Liceu de Artes e Ofícios a procurar as bases de uma arquitetura brasileira (de orientação portuguesa). A "pregação" de Severo orientou o desenhista José Watsch Rodrigues a percorrer o Brasil registrando, em desenhos, detalhes e ornamentos descobertos em antigas construções religiosas e civis. Desembarcando no Brasil em 1911, Georg Przyrembel vai acompanhar o desenhista em sua descoberta da arquitetura brasileira.

A profissão do Arquiteto

Em 1921 é fundada a revista *Architectura no Brasil*. Esse periódico é um importante marco do desenvolvimento da Arquitetura no país. Iniciada em 1921, mesmo ano da fundação do Instituto Brasileiro de Arquitetos (IBA), era dirigida pelo engenheiro civil M. Moura Brasil do Amaral:

> A Revista também se auto-afirma como "Órgão Oficial das Corporações de Arquitetos e Constructores do Rio de Janeiro", que

> naquele momento eram além do Instituto de Arquitetos do Brasil e da Sociedade Central de Arquitetos, a Associação de Construtores Civis. [...] Esse periódico se difere dos demais da mesma década por ultrapassar a barreira Rio de Janeiro e São Paulo, procurando realmente ser representativo do país. (SIOLARI; PORTUGAL, 2016, p. 6).

É interessante lembrar que a Sociedade Central dos Arquitetos (SCA) e o Instituto Brasileiro de Arquitetos (IBA) vão se fundir em 1926 no Instituto Central de Arquitetos, que mais tarde se torna o atual *Instituto dos Arquitetos do Brasil* (IAB). Naquele momento, havia, nas páginas da Revista, uma disputa entre três posições:

> [...] a do IBA defendendo a profissão de engenheiro-arquiteto de forma enfática, o que parece remeter também a uma formação específica; a da SCA, que propõe abranger a profissão àqueles que não tiverem formação acadêmica e a da ACC, que flexibiliza a atuação. Vale ressaltar que, naquele período, os arquitetos participavam das obras como construtores, o que de fato cria uma sobreposição com os construtores leigos ou não. (Ibidem, p. 8).

O curso de Arquitetura e Urbanismo naquele momento ainda era feito, no Rio de Janeiro, na Escola Nacional de Belas Artes, antiga Academia Imperial.

O Neocolonial

Se o artigo de Monteiro Lobato, *Paranóia ou Mistificação*, sobre a exposição de Anita Malfatti em 1917 (e a posterior escaramuça com Mário de Andrade), é considerado um dos estopins da Semana de 1922, esse mesmo autor já detonava polêmicas naquele mesmo ano em relação justamente à arquitetura. Um debate:

> [...] que opunha Monteiro Lobato, defensor do neocolonial, ao arquiteto Christiano Stockler das Neves, defensor do estilo Luís XVI. Em 1917, Lobato publicaria, n'O Estado de São Paulo, um artigo dedicado à arquitetura, num tom que misturava erudição e provocação, em que atacava o estilo neogótico adotado na nova catedral paulistana, na praça da Sé, defendendo vigorosamente o neocolonial como expressão autêntica e moderna para a verdadeira arquitetura brasileira. (KESSEL, 2002, p. 118).

Na verdade, o Neocolonial faria boa figura na arquitetura brasileira em outra exposição que marcava os cem anos da Independência, a Exposição Internacional de 1922, no Rio de Janeiro:

> O sucesso do neocolonial na exposição internacional de 1922 teve profunda repercussão; o estilo não apreciado apenas em termos locais, mas também elogiado pelos estrangeiros, encantados com o exotismo que ele exalava; por sua vez, esses elogios reforçaram o entusiasmo brasileiro pelo movimento, que a partir de então passou a contar com o apoio oficial declarado. (BRUAND, 2002, p. 56).

Uma contradição em relação a uma confessada atitude de se contrapor aos cânones oficiais:

> Assim, no mesmo ano, a arquitetura neocolonial concretizava tanto as aspirações dos participantes da Semana de Arte Moderna, com os seus componentes de sintonia com as vanguardas e de rebeldia em relação ao oficialismo acadêmico, quanto os sonhos estatais de apresentação de uma arquitetura brasileira digna de ser mostrada aos estrangeiros que visitavam o Rio de Janeiro, preparado, como uma vitrine decorada, para o deleite dos visitantes. (KESSEL, 2002, p. 123).

O Neocolonial parecia (ou aparecia) como uma boa e genuína vanguarda em 1922, por um de seus principais líderes:

> Para Mário [de Andrade] e seus contemporâneos, não havia contradição entre a arquitetura neocolonial e o desafio estético lançado na Semana contra o *establishment* acadêmico entronizado na pintura, na poesia, na música, na escultura e na literatura. Entretanto, a arquitetura não parecia estar no mesmo patamar dessas manifestações, pelo menos no que se refere às possibilidades de expressão combativa, talvez pelo fato de o neocolonial não se constituir, na paisagem paulistana, em grande novidade, por conta da incipiente apropriação por parte das elites e do Estado. (KESSEL, 2002, p. 122).

Se a Exposição do Centenário da Independência definiu algumas questões, elas foram da ordem de resgate ornamental de características do patrimônio histórico, como azulejos e frontões dos estilos antigos. Mesmo a pesquisa técnica, que já caracterizava o pensamento de vanguarda, estava ausente:

> Certo de que essas obras não são modernas, no sentido que os Mestres emprestaram às formas arquitetônicas, nem tampouco são representativas de um pensamento que procurava na racionalidade industrial uma forma de pensar uma renovação da sociedade, mantiveram-se restritas ao campo da renovação construtiva. Mas mesmo nesse campo, relativamente restrito, as obras dos países convidados não denotaram qualquer sentido de renovação. [...] De qualquer modo, vale registrar que as exposições com obras modernas ainda estavam por acontecer na Europa, como as mais conhecidas, Exposition des Arts Decoratives, 1925, em Paris com o Pavilhão do Esprit Nouveau de Le Corbusier e a de Barcelona em 1929, com o Pavilhão Alemão de Mies van der Rohe. Ou seja, em que pese os vários exemplos modernos já presentes naquele momento, na Europa e nos EUA, com a obra de Wright, a arquitetura moderna ainda não havia adquirido o lugar de destaque que atingiria ao longo da década de 1920 e início da de 1930. (SIOLARI; PORTUGAL, 2016, p. 6).

A arquitetura moderna já se estruturava na Europa, inclusive em termos de pedagogia: na Alemanha, com a Bauhaus de Walter Gropius, e, na Rússia, com uma estrutura praticamente similar, com o VKHUTEMAS, ou Oficinas Superiores de Arte e Técnica (MATTARA; NASCIMENTO, 2015). Nos dois casos, nada de uma visão historicista, mas o pensamento racional e baseado na arte moderna:

> Era primordial que aluno conhecesse a técnica e o material. Havia o incentivo ao estudo da função da cor, dos volumes, texturas etc. e dos fenômenos ligados à visão e à percepção. Eram lecionados conceitos como contrastes (claro-escuro, quente-frio, complementar, simultâneo, de qualidade e quantidade, grande-pequeno, comprido-curto, etc.). (Ibidem, p. 4).

Mas o Neocolonial não estava sozinho numa tentativa de procurar uma "modernidade conservadora". Se o movimento se alastrou pelas Américas, numa tentativa de aproveitar as heranças dos colonizadores, na Itália, "[...] apesar do seu entusiasmo pela era da máquina, o Gruppo 7 valorizava mais uma reinterpretação da tradição do que a modernidade *per se*" (FRAMPTON, 1997, p. 247). Também naquele país buscava-se uma chancela oficial, no caso o da liderança fascista.

Mas no Rio de Janeiro, o escritor e crítico de arte (e arquitetura) José Marianno Filho, futuro diretor da Escola Nacional de Belas Artes, vai propor um concurso de projetos de arquitetura para a Casa Brasileira e, em 1923, na revista *Architectura no Brasil*, os Dez Mandamentos para o Estilo Neocolonial. Como pode ser visto no Anexo, a defesa de uma estética normativa era tremendamente detalhada.

A reação da década seguinte

Depois de trafegar pelos ecletismos nacionais e internacionais, Lucio Costa vai encabeçar uma guerra contra o Neocolonial, na verdade, uma visão mais esclarecida para a arquitetura nacional:

> [...] cuja causa se desdobrava em duas vertentes: a "guerra santa", a cruzada pela arquitetura moderna e a defesa do patrimônio arquitetônico tradicional do país. Os inimigos comuns às duas causas eram os mesmos: de um lado o ecletismo vigente.na arquitetura do final do século XIX e na Primeira República; de outro o movimento neocolonial. (RUBINO, 2002, p. 9).

Ou seja:

> O neocolonial, defendido insistentemente por José Marianno, foi repetidamente derrotado nessa guerra de posições e finalmente alijado da posição de vanguarda que ocupava em 1922. Estigmatizado como "pastiche" e como vertente abrasileirada do ecletismo, embora ainda continuasse inspirando alguns arquitetos e agradando o gosto dos clientes, passou a simbolizar o passadismo academicista que tanto combatera em sua juventude. (KESSEL, 2002, p. 125).

No Brasil, já no final da década de 1920 vai aparecer na arquitetura, a que Hugo Segawa (1997, p. 53-76) chama de *Modernidade Pragmática*, a vertente sem teorização do *Art Déco* europeu, sobretudo nos arranha-céus que aparecem no Rio de Janeiro e São Paulo. É o movimento que acabou apelidado pelos tradicionalistas de "estilo arquitetônico 'caixas d'água' " (SEGAWA, 1997, p. 67), pela falta de ornamentação; na verdade um caminho para a sinceridade estrutural proposta pela modernidade.

A onda modernista só vai começar a se consolidar com a breve passagem de Lucio Costa como diretor da Escola Nacional de Belas Artes, entre 1930 e 1931, e seu contato posterior com o arquiteto Gregori

Warchavchik (Odessa [Rússia], 1896 - São Paulo, 1972). A prática conjunta desses dois arquitetos vai consolidar uma ação e uma teorização que acabou por suplantar a Modernidade Pragmática anterior por uma *Modernidade Programática*. Consolida na década de 1930, essa revolução em nossa arquitetura chega, vinte anos depois da Semana de Arte Moderna, na exposição *Brazil builds: architecture new and old, 1652-1942*, realizada pelo MoMA – Museu de Arte Moderna de Nova Iorque. Mais dez anos e aparece um número especial da revista francesa *l'Architecture d'aujourd'hui – La Contribution Actuelle du Brésil a L'Architecture Contemporaine* (nº 42-43, 1952).

Mas, essa é outra história.

Conclusões centenárias

O Brasil ama brincar e jogar com a Semana de Arte Moderna de 1922 e seu legado, como citado em artigo jornalístico às vésperas do centenário: "Nessa história, que não para de ser escrita e reescrita, fatos e personagens entram e saem magicamente, num permanente rearranjo para torná-la mais radical e indispensável." (CASTRO, 2021, A2).

Na verdade, essa "entrada" na Modernidade tem características próprias, mais ligadas a uma certa vanguarda explosiva, como o movimento Futurista italiano, baseado em manifestos e polêmicas.

Bem diferente do didatismo do *Armory Show* estadunidense, que em 1913 trouxe obras de artistas, como Kandinsky, Picasso e Marcel Duchamp (ao lado de "clássicos" como Monet, Manet, Cézanne e Van Gogh), para Nova Iorque. Os efeitos dessa megaexposição naquele país geraram uma dupla reação negativa: de um lado, "[...] teve um efeito negativo sobre a arte americana, na medida em que apenas substituía a influência europeia acadêmica por outra, igualmente europeia, só que radical" (BASTOS, 1991, p. 114); de outro, as críticas e chacotas violentas (inclusive caricaturas em jornais) suplantaram a ingenuidade dos organizadores para colocar a arte do país em diálogo com as vanguardas europeias. Esse conservadorismo acabou por implementar a 18ª Emenda (Lei Seca), em 1920, e levou a um exílio de artistas americanos para a Europa, a chamada de Geração Perdida.

É interessante notar que as fronteiras do Modernismo são bastante flexíveis, podendo até se falar em "Modernismos", com diferentes

formas de se enfrentar o que está em questionamento. Nesse sentido, o Modernismo dos anos 1920 tem algumas peculiaridades em relação, por exemplo, à Geração de 1930, na literatura. A geração das duas primeiras décadas do século XX é mais formal em termos de proposição, vide o Cubismo e o Fauvismo, na pintura, e a prosa de James Joyce. Uma boa base para essa discussão é o próprio Oswald de Andrade romancista: ao mesmo tempo que faz pesquisas formais joyceanas, em *Memórias Sentimentais de João Miramar* (1924), e principalmente em *Serafim Ponte Grande* (1933), mas trabalha de maneira mais contida formalmente na trilogia *Os Condenados* (1922-1934), ligada à militância política.

Em relação à literatura estadunidense, um trabalho sobre dois escritores da Geração Perdida, Ernest Hemingway e John Dos Passos, propõe:

> Pode-se argumentar que a primeira [sic] grande onda modernista, a grande libertação criadora do imaginário propiciada pela Primeira Guerra Mundial, foi encerrada pelo totalitarismo que emergiu dessa mesma guerra. Nascidas da mesma besta, uma talvez tenha matado a outra. A ascensão triunfante de Hitler e Stalin pode ter colocado esse movimento — esse que está por trás da arte de Dos Passos — em perigo. No mínimo, ele deixou de operar com a energia, a confiança e o esplendor visionário que o impeliu ao longo dos anos 1920 e começo dos 1930. Em 1941, Joyce e Virginia Woolf já estavam mortos. Picasso, é certo, continuava produzindo quadros. Stravinski e Prokofiev continuavam compondo. Thomas Mann (era ele *de fato* um "modernista"?) ainda iria criar *Doutor Fausto*. Mas em 1937, ao mesmo tempo que uma novíssima barbárie definia um novíssimo mundo, o grande fenômeno do "novo" dos anos 1920 que um dia incendiara a imaginação com a esperança de uma posteridade infensa à tradição retrocedia para um passado saudosista e glamouroso, tingido de sépia, no álbum história. (KOCH, 2008, p. 270-271).

No Brasil, a agressividade da Semana de 1922, e os posteriores manifestos Pau Brasil (1924) e Antropófago (1928) mantiveram a postura vanguardeira de nosso modernismo, não mais (pelo menos assumidamente) buscando apoios oficiais, como o Neocolonial o fizera. Na verdade, as pesquisas sobre a arquitetura nacional feitas na esteira desse movimento foram utilizadas em grande parte na criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPAHN) em 1937.

Referências

BASTOS, Eliana. *Entre o Escândalo e o Sucesso – a Semana de 22 e o Armory Show*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

CASTRO, Ruy. Modernos, não modernistas. *In*: *Folha de São Paulo*, 12/09/2021, p. A2.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FREITAS, Maria Luiza de; QUEIROZ, Rodrigo. *Dos movimentos modernizantes ao espírito novo: arquitetura brasileira após a Semana de Arte Moderna*. São Paulo: REVISTA USP, n. 94, junho/julho/agosto 2012, p. 93-106.

KESSEL, Carlos. *Vanguarda Efêmera: arquitetura neocolonial na Semana de Arte Moderna de 1922*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, nº 30, 2002, p. 110-128.

KOCH, Stephen. *O* Ponto de Ruptura – *Hemingway, John dos Passos e o assassinato de José Robles*. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

LUSTOSA, Isabel. *Histórias de Presidentes*: A República no Catete. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989.

MATTARA, Vanessa; NASCIMENTO, Myrna de Arruda. Metodologia de ensino baseada na experimentação pelas escolas Bauhaus e VKhUTEMAS. *In*: *Iniciação – Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística*. Edição Temática: Comunicação, Arquitetura e Design V. 5 no 1 – Junho de 2015, p., São Paulo: Centro Universitário Senac. Disponível em: http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/97_artigo_Iniciacao_ed-vol-5_n1_2015.pdf (senac.br), acesso em: 12 nov. 2021.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Lúcio Costa e a Escola Nacional de Belas Artes*. Trabalho apresentado no *6º Seminário DOCOMOMO Brasil*. Niterói, 16 a 19 de novembro de 2005. Disponível em https://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Maria-Lucia-Bressan-Pinheiro.pdf**.** acesso em: 21 jan. 2022.

RUBINO, Silvana. Lucio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. *In*: *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 6-17, março/maio 2002.

SANTOS, Anna Maria Affonso dos. *John Graz: o arquiteto de interiores*. Dissertação de Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-03032010-112258/publico/JohnGrazOArquitetodeInteriores.pdf. Acesso em: 24 jan. 2022.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 1997.

SIOLARI, Maristela; PORTUGAL, Josélia Godoy. *A Revista Architectura do Brasil, o Neocolonial e a Exposição do Centenário de Independência.* Comunicação apresentada no IV ENANPARC – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016. In Microsoft Word – S32-06-SIOLARI, M; PORTUGAL, J.docx (wordpress.com) acesso em: 17 jan. 2022.

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro.* Petrópolis: Vozes, 1977.

Anexo

Os dez mandamentos do estilo neocolonial

(MARIANO FILHO, J. Os dez mandamentos do estilo neocolonial – aos jovens arquitetos. *In*: *Architectura no Brasil*, n. 21, junho de 1923)

I – A VERDADE: todo elemento deve ser representado em matéria na sua estrutura natural, sem simulação nem embuste, porque a mentira é incompatível com o espírito universal da arquitetura.

II – A FORÇA: Imprimi às vossas casas aquele caráter de força que nos é tradicional. (...) O cenário ciclópico de nossa natureza tropical, exuberante e violento, exige as formas serenas e fortes de nossos antepassados, que recortam a paisagem em massa, calmamente, sem contorções ou contrastes inesperados.

III – O ESPÍRITO CLÁSSICO: A ordem implantada pelos jesuítas entre nós, a toscana, é a única que convém às composições do estilo neocolonial. Os seus elementos eminentemente latinos são, a um tempo, fortes, simples e decorativos.

IV – A COR: Conservai nas nossas casas exclusivamente as cores banca, amarelo camurça (oca desmaiada) ou rosa. Toda a esquadria externa deve só ter verde oliveira claro ou azul de Delft. Com esses simples elementos de cor obtereis partidos de oposição discretamente entornados, de suave efeito decorativo.

V – A SOBRIEDADE: Sede sóbrios nos atavios exteriores, usai da maior discrição no emprego dos elementos chamados decorativos, a fim de evitar um partido excessivo que seria sempre deplorável.

VI – A CATEGORIA: Dai aos elementos arquitetônicos a mesma categoria que lhes era atribuída no estilo colonial. Os azulejos que substituem nos países quentes as tapeçarias e panos de parede (...).

VII – A NOBREZA: A nobreza depende, antes de tudo, da proporção e da propriedade dos elementos utilizados. Mas não esquecei nunca que essa propriedade não precisa revestir-se de aparatosa riqueza para atingir o efeito artístico almejado. (...) A riqueza ostensiva dos elementos é sempre um indício de falta de cultura ou de exibicionismo vulgar. Não há nobreza sem discrição, nem discrição sem recato. (...)

VIII – O CONFORTO: A noção de conforto interior varia evidentemente com o século. Em pleno século XX, no tumulto de uma vida febril, paralelamente com o aeroplano e o automóvel, não poderíamos pensar numa casa

à moda daquelas que faziam a felicidade tartigrada dos nossos avós. Nós só podemos reviver um estilo arquitetônico, se esse estilo puder representar e atender às exigências prementes da vida moderna do instante, por assim dizer, universal que vivemos. (...) Procurai acomodar o interesse da vida social de hoje à noção clássica de conforto brasileiro. Combatei no espírito dos vossos clientes o preconceito ridículo dos bairros aristocráticos, em cujas ruas barulhentas os milionários menos exigentes já se contentam com uma espécie de arquitetura de corredores intermináveis, à moda do 15 sistema Pullmann de vagões ferroviários.

IX – O CARÁTER: O caráter reside na força estática da massa arquitetônica; na compreensão, no sentido dos elementos que lhe são essenciais; no uso das praxes tradicionais, no partido que os elementos oferecem entre si ao artista, e por fim, caráter também se afirma pelo grau íntimo de inteligência do estilo arquitetônico com a própria alma nacional do povo.

X – A NACIONALIDADE: A casa é, logicamente, um expoente da raça, mero fenômeno social na geografia humana. Assim, um povo, por maior que seja a sua cultura universal, só pode possuir a arquitetura que lhe coube por fatalismo histórico, que se não improvisa. Um povo não muda de casa nem de língua; e se ainda não possuímos a nossa casa, é simplesmente porque ainda não somos um povo, mas havemos de sê-lo inevitavelmente. O retorno às formas lógicas do estilo colonial dos nossos antepassados é o prelúdio da nossa emancipação social e artística. (Extraído de SIOLARI; PORTUGAL, 2016, p. 14-16).

Oswald de Andrade: a Semana de Arte Moderna e além

Oswald de Andrade: the Week of Modern Art and beyond

Maurilia Valderez Lucas do Amaral[38]

À Marília Beatriz, companheira de muitas devorações.

RESUMO: O artigo reflete sobre a questão da 'canibalização' das vanguardas europeias por Oswald de Andrade no contexto do movimento modernista de 1922. Através da tese da *congenialidade*, o texto questiona a hipótese de transplantação cultural ou cópia dos experimentalismos europeus pela Antropofagia para pensar o primitivismo nativo como arma crítica que tem como alvos a desmistificação da história escrita, do patriarcado e da cultura intelectual a que esta deu nascimento. Ao lado do conceito de *congenialidade*, utilizo o princípio metodológico da *diferença* para mostrar que a problemática das influências se manifesta no espaço da *intertextualidade*, que faz do espaço textual uma cena dramática que encena a cena do choque das culturas. Nessa perspectiva, a devoração antropofágica no manifesto faz colidir as visões de mundo dos ameríndios e dos civilizados, estilhaçando a centralidade da racionalidade europeia denunciando-a na perspectiva das catequeses do pensamento.
Palavras-chave: Oswald de Andrade. Semana de Arte Moderna de 1922. Canibalismo literário. Transplantação cultural. Congenialidade. Intertextualidade. Devoração antropofágica.

ABSTRACT: This article reflects about the issue of Oswald de Andrade's 'cannibalization' of European avant-gardes in the 1922's context of modernista movement. Trhough the *congeniality* thesis, this text questions the cultural transplantation or the copy of European experimentalisms hypothesis by the Anthropophagy to think about native primitivism as a critical weapon that aims to demystify the written history, patriarchy and

38 Professora aposentada da Universidade Federal de Mato Grosso Ms. em Educação – UFMT. mauderrez@gmail.com.

the intelectual culture to wich it gave birth. Alongside of the *congeniality* concept, i use the methodological principle of difference to show that the influences problem manifests itself on the *intertextuality* space wich makes the textual space a dramatic scene that stages the clash of culture scene. From this perscpective, the antropophagic devouring of the manifesto makes the worldviews of the Amerindians and the civilized colide, shattering the centrality of European rationality, denoucing it in the catechesis of thought perspective.
Keywords: Oswald de Andrade. 1922 Modern Art Week. Literary canibalism. Cultural transplantation. Congeniality. Intertextuality. Anthropophagic devouring.

Cardápio

Entrada: De olho nas vanguardas: o perigo da experimentação

Na esteira das comemorações do centenário da Semana de Arte Moderna de 1922, nada mais oportuno do que retomar o movimento *Antropofágico* liderado por Oswald de Andrade, cujas ideias lançadas no manifesto *Antropófago* e, posteriormente, desdobradas nos seus textos ensaísticos, como *A crise da Filosofia Messiânica* (1950) e a *Marcha das Utopias* (1953), que continuam a 'polinizar' o campo das artes e do pensamento no Brasil[39], mostrando-se ainda atuais, sinalizando para a "necessidade da vacina antropofágica"[40] entre nós. O que me proponho a fazer nesse texto é problematizar a questão da 'canibalização' das vanguardas europeias, realizada por Oswald de Andrade no contexto do Movimento Modernista de 1922, tomando como referência os manifestos *Pau-Brasil* de 1924 e *Antropófago*, de 1928. Para mostrar a singularidade da Antropofagia por oposição a ideia de cópia, transplantação cultural e coisas do gênero, e para me orientar nessa investigação, tomo como bússola as abordagens de Benedito Nunes, em seu já clássico *Oswald Canibal*[41], as análises de Silviano Santiago, em seu livro *Uma literatura nos trópicos*[42],

39 Cito aqui algumas publicações recentes sobre a Antropofagia e Oswald de Andrade: Bruna Della Torre de Carvalho Lima, *Vanguarda do Atraso ou Atraso da Vanguarda?*: Oswald de Andrade e os teimosos destinos do Brasil, São Paulo, Alameda, 2018; Beatriz Azevedo, *Antropofagia Palimpsesto Selvagem*, Saõ Paulo, Cosac Naify, 2016; Jorge Ruffinelli e João Cezar de Castro Rocha (org) *Antropofagia hoje?* Oswald de Andrade em Cena, São Paulo, Realizações Editora, 2011; Suely Rolnik *Antropofagia Zumbi*, Lisboa, Portugal, 2021, Oca Editorial (Cadernos Ultramares); *Revista Das Questões*: *Antropofagias futuras*, V. 11, n.1, abril de 2021; disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/37657. Acesso em: 17 jan. 2022; cito também Eduardo Viveiros de Castro *Metafísicas canibais*: Elementos para uma antropologia pós-estrutural, São Paulo, Cosac Naify, n-1 edições, obra fundamental para se pensar a descolonização do pensamento um dos temas do manifesto Antropófago.

40 Entre os aforismos do Manifesto Antropófago Oswald de Andrade decretava: "O espírito recusa-se a conceber o espírito sem o corpo. O antropomorfismo. Necessidade da vacina antropofágica. Para o equilíbrio contra as religiões de meridiano. E as inquisições exteriores." Manifesto Antropófago, in *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*, p. 15.

41 Benedito Nunes, *Oswald Canibal*, São Paulo Perspectiva, 1979 (Col. ELOS).

42 Silviano Santiago, *Uma literatura nos trópicos*: ensaios sobre dependência cultural. São Paulo, Perspectiva/Secretaria da Cultura e da Ciencia e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978. Col. Debates.

e a leitura de Beatriz Azevedo sobre o manifesto Antropófago, em seu belíssimo livro *Antropofagia Palimpsesto Selvagem*[43]. Através desses ensaístas entram em cena as contribuições de Antonio Candido, Haroldo de Campos, Leyla Perrone Moisés, Lucia Helena e Maria Eugenia Boaventura, dentre outros que se dedicaram ao tema em questão e com os quais estes estudiosos do modernismo e mais especificamente da antropofogia oswaldiana dialogam.

Já se tornou um lugar comum afirmar que o surgimento do movimento modernista nos anos 1920 foi de capital importância para os rumos da literatura no Brasil. No interior desse movimento, que reuniu diversos grupos com tendências estéticas distintas e mesmo divergentes, desponta a figura alegre e irreverente de Oswald de Andrade, o "ponta de lança" do nosso modernismo. Sua atuação foi decisiva para definir os rumos do movimento e a sua dialética interna. O *Manifesto Pau-Brasil*, publicado em 1924, irá assinalar o início do processo de diferenciação ideológica no interior do movimento, que alcançará sua radicalização máxima em 1928, com a publicação do *Manifesto Antropófago* na *Revista de Antropofagia*, e posteriormente como página semanal do *Diário de São Paulo*. Nas palavras de Benedito Nunes o *manifesto Pau-Brasil* inaugura o primitivismo nativo e apresenta uma "[...] apreciação da realidade sociocultural brasileira", cabendo ao *manifesto Antropófago* realizar o seu diagnóstico[44].

A ideia de que a vanguarda brasileira tenha 'bebido 'nos experimentalismos europeus, canal por onde teria penetrado o primitivismo na programática modernista, foi amplamente discutida por Heitor Martins, no seu célebre e polêmico ensaio "*Canibais europeus e antropófagos brasileiros* (introdução aos estudos das origens da antropofagia)[45]. Seu objetivo neste texto: investigar as fontes da antropofagia literária. Para isso, irá reconstituir o percurso intelectual de Oswald de Andrade em Paris, marcado pelo seu contato com as vanguardas artísticas da época. Ao mapear essa trajetória, encontrará elementos do conceito e da metáfora

43 Beatriz Azevedo, *Antropofagia – Palimpsesto Selvagem*, São Paulo, Cosac Naify, 2016.

44 Antropofagia ao alcance de todos *In*: *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

45 Canibais europeus e antropófagos brasileiros (introdução ao estudo das origens da antropofagia), *In*: *Oswald de Andrade e outros*, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura/Comissão de Literatura, 1973.

antropofágica no Futurismo italiano, no Dadaísmo e no Surrealismo. Daí sua tese de que a antropofagia oswaldiana não passaria de uma cópia do canibalismo literário europeu, tal como aparecia nas obras e manifestos daqueles movimentos. Sobre a presença dessa temática na arte e na literatura modernas diz o autor:

> A presença do Antropófago como símbolo da literatura vanguardista da década de 20 é excepcionalmente importante. O canibal é o último grau de um primitivismo chocante ao espírito ocidental recém-saído do helenismo parnasiano e das **finesses** doentias da *art nouveau***.** A quem buscasse desmoralizar a estrutura burguesa da sociedade e da cultura da época nada mais normal que o aproveitamento desse elemento. Ao mesmo tempo, a valorização de qualidades físicas, animais, e a degradação do intelectualismo estão em período de crescimento.[46]

A presença do canibal colore os textos do futurista Marinetti. Ao usar o canibalismo como tema, o escritor italiano, segundo Heitor Martins, está preocupado em explorar a força metafórica do termo, da mesma forma que Oswald de Andrade o fará quando da sua utilização no manifesto e no ideário antropofágico de modo geral. Mas, as influências não param na Itália. Oswald, de acordo com a interpretação desse crítico, não 'bebeu' apenas nos textos do futurista Marinetti. A dívida maior vem da França, que o antropófago brasileiro visita no ano de 1923.

Durante sua permanência em Paris, em meio a várias e ousadas manifestações das vanguardas, o movimento surrealista começava a tomar corpo e preparava-se a última manifestação 'Dada'. Todos esses acontecimentos tinham um forte ponto de apoio na livraria "Au sans Pareil", considerada na época a melhor distribuidora comercial das obras de vanguarda. É de supor, segundo Heitor Martins, que Oswald de Andrade tenha tomado conhecimento das últimas manifestações do Dadaísmo, através do contato "com a livraria de René Hilsum. A ligação do escritor modernista com "Au sans Pareil" é tão estreita a ponto de seu proprietário se responsabilizar pela impressão de *Pau-Brasil*, em 1925. Para o ensaísta, esse fato não significaria apenas a ligação entre

46 Ibid., p. 21 e ss.

Oswald de Andrade e a livraria, mas atestaria também o interesse do escritor brasileiro em participar do movimento francês.

Mas, seria no manifesto *Canibal* e na revista *Cannibale*, documentos de crítica corrosiva à ordem e instituições burguesas, que as coincidências entre a Antropofagia e o movimento francês apareceriam de modo acentuado. O manifesto, publicado em *Dadaphone,* boletim Dada, em março de 1920, no seu intuito de agredir a burguesia, tarefa na qual obteve pleno êxito, acabaria por popularizar a expressão antropófago ou canibal, que seria doravante empregada para definir os Dadaístas.[47]

Embora seja inegável a clara dependência formal e conceitual da Antropofagia oswaldiana ao pensamento francês, para Heitor Martins ela não tem o radicalismo que marcou o movimento liderado por Picabia. Na ótica do ensaísta a Antropofagia, assim como o Surrealismo, seriam formas diluídas do Dadaísmo, pois ambos pretenderiam impor uma disciplina e uma ordem ao caos dadaísta. Nesse sentido, a Antropofagia de Oswald de Andrade seria uma espécie de "Surrealismo a brasileira", "um movimento reformista, cujo radicalismo é mais aparente que real e cuja validade não pode se equiparar à verdadeira experiência nacional, feita naquele momento por Mario de Andrade e Carlos Drumond de Andrade, foram logo acrescidos dos romancistas nordestinos."[48]

O débito do escritor modernista para com o Surrealismo transparecia na valorização que a *Antropofagia* conferia ao clima onírico e na sua preocupação com a psicanálise e com o freudismo. Essa dívida aparece também, segundo Heitor Martins, em certos procedimentos formais utilizados por Oswald de Andrade em seus poemas como os *objets trouvés.*[49] Portanto, a presença do arsenal surrealista na Antropofagia

47 Ibid., cf. passagens do manifesto canibal e referências sobre a *Revista Cannibale*, p. 28-33.

48 Canibais europeus e antropófagos brasileiros. (introdução ao estudo das origens da antropofagia), p. 36, *In: Oswald de Andrade e outros*, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura/Comissão de Literatura, 1973.

49 Para Haroldo de Campos, os *objets trouvés* são semelhantes aos *Ready Made*. Comentando sobre crítica desse procedimento e sua presença na poesia de Oswald de Andrade, diz o crítico: "[...] o *ready made* contém em si, ao mesmo tempo o elemento de destruição e de construção, de desordem e de nova ordem. São exemplos deste procedimento os poemas-paródia em que as peças obrigatória dos florilégios nacionais, como a '*Canção do Exílio'*, de Gonçalves Dias, ou '*Meus Oito Anos*", de Casimiro de Abreu, são reescritos com uma cerimônia lustral". Uma poética da radicalidade, p. 28-30, *In*: *Oswald de Andrade Poesias Reunidas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

brasileira não faz mais do que reforçar a tese da dependência do movimento oswaldiano aos experimentalismos europeus do início do século XX. De acordo com essa interpretação, pode-se dizer que o papel de Oswald de Andrade no âmbito do movimento de 22 se reduziria ao de mero divulgador dos experimentalismos europeus pois, como observa Heitor Martins, "Incapaz de ir além do que havia recebido em Paris, Oswald de Andrade deixa-se lentamente cozinhar no molho chocho de uma eterna reforma, que a revolução modernista ultrapassara e que ele jamais compreendeu em sua inteireza".[50]

Portanto, para esse crítico do movimento de 1922 as formulações estéticas do *Antropófago* brasileiro careciam de originalidade e especificidade; mais que isso, sendo 'filha' da transplantação cultural a *Antropofagia* seria, no campo da arte e da literatura modernistas, a expressão de um desajuste com o contexto cultural do país. Tendo provado a entrada do cardápio que preparei, convido o leitor para degustar na sequência o prato principal, que apresenta uma outra perspectiva de análise sobre o problema da dependência cultural, visto que aponta para um outro saber/sabor da relação de Oswald De Andrade com os "ismos europeus".

Prato principal: quando a "pilhagem" não é pecado

Ao exame da mesma questão e como uma forma de resposta à tese de Heitor Martins, Benedito Nunes dedicou o ensaio Antropofagia e Vanguarda – acerca do Canibalismo Literário[51]. Apesar de reconhecer a procedência das críticas do ensaísta de "Canibais europeus e Antropófagos brasileiros" no que se refere as principais influências das vanguardas europeias na Antropofagia oswaldiana, Benedito Nunes não concorda com o desfecho da interpretação que reduz o movimento brasileiro a uma simples cópia do canibalismo europeu, a saber, o modelo culinário-erótico de Marinetti e o modelo agressivo antiburguês de Picabia.

50 Canibais europeus e antropófagos brasileiros. (introdução ao estudo das origens da antropofagia), p. 36, *In*: *Oswald de Andrade e outros*, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura/Comissão de Literatura, 1973, p. 36.

51 Benedito Nunes, Antropofagia e Vanguarda: acerca do Canibalismo Literário *In*: *Oswald Canibal*, São Paulo: Perspectiva, 1979. (Col. Elos).

Para o autor de "Antropofagia e Vanguarda" a fragilidade da interpretação de Heitor Martins decorre do procedimento metodológico por ele utilizado. Nas palavras de Benedito Nunes "Dados os antecedentes *a* e *b* de *C* (a 'antropofagia' oswaldiana), *C* é o efeito análogo de que *a* e *b* são as causas necessárias, portanto originais, não cabendo a *C*, que delas resulta, senão a categoria de reflexo ou decalque".[52] Ao adotar esse procedimento o crítico acabaria por ficar preso a uma leitura mecanicista do problema, sendo incapaz de perceber "[...] que as influências quando são profícuas equivalem a um sistema de confluências, dentro do processo intercomunicativo que se chama história da literatura".[53] Nesse sentido, o conceito de reflexo enquanto princípio metodológico se mostraria insuficiente para explicar a presença, quase simultânea no movimento de 1922, de procedimentos formais e conceituais comuns às vanguardas europeias.

Adotando como princípio metodológico a tese de Antonio Candido[54] sobre a *congenialidade* do modernismo de 1922, Benedito Nunes, ao contrário de Heitor Martins, irá defender o caráter específico da antropofagia oswaldiana como uma crítica violenta que tem como alvos a desmistificação da história escrita, do patriarcado e da cultura intelectual a que esta deu nascimento. Vejamos então em que consiste a tese da *congenialidade* e, em que medida, sem negar a presença das influências, ela pode explicar a relação da vanguarda brasileira com os experimentalismos europeus, não como um fenômeno de transplantação cultural, mas como uma experiência dotada de uma singularidade. Segundo Antonio Candido:

> No Brasil as culturas primitivas se misturam à vida cotidiana ou são reminiscências ainda vivas de um passado recente. As terríveis ousadias de um Picasso, um Brancusi, um Max Jacob, um Tristan Tzara, eram, no fundo, mais coerentes com a nossa herança cultural do que com a deles. O hábito em que estávamos do fetichismo negro, dos calungas, dos ex-votos, da poesia folclórica, nos predispunha a aceitar e assimilar processos artísticos que na Europa representavam

52 Ibid., p. 14.

53 Benedito Nunes, Antropofagia e Vanguarda: acerca do Canibalismo Literário *In*: *Oswald Canibal*, p. 15.

54 Antonio Candido, *Literatura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1980.

> ruptura profunda com o meio social e as tradições espirituais. Os nossos modernistas se informaram pois rapidamente da arte europeia por um mergulho no detalhe brasileiro. É impressionante a concordância com que um Apollinaire e um Cendras ressurgem, por exemplo, em Oswald de Andrade.[55]

Ou seja, aquilo que, aos olhos de Heitor Martins, era visto como 'pecado', na perspectiva da *congenialidade* ganha ares de singularidade. A propósito, as reflexões de Antonio Candido sobre o problema das influências na vida cultural do país não se esgotam na formulação dessa tese. Essa questão é assim explicitada no ensaio Literatura e subdesenvolvimento[56]:

> Encaremos [...] serenamente o nosso vínculo placentário com as literaturas europeias, pois ele não é uma opção, mas um fato quase natural [...] Sabemos, pois, que somos parte de uma cultura mais ampla da qual participamos como variante cultural [...] é uma ilusão falar de supressão de contatos e de influências. [...] Num momento em que a lei do mundo é a inter-relação e a interação, as utopias da originalidade isolacionista não subsistem no sentido de uma atitude patriótica...

Voltemos ao nosso antropófago e aos canibalismos europeus, agora na perspectiva da tese de Antonio Candido. A tese da *congenialidade* nos permite pensar a temática do primitivismo não mais como mero fenômeno de importação cultural, como pregava Heitor Martins, mas como de convergência da vanguarda brasileira com o movimento europeu, além de trazer uma contribuição para a pesquisa das 'origens' que a temática da brasilidade solicitava. A interpretação proposta por Benedito Nunes ensina que a presença do canibalismo na literatura e arte europeias da década de 1920 pertencia ao território mais amplo da primitividade, que vinha de encontro a civilização técnica e que fora descoberto e valorizado pelos trabalhos da Etnologia[57], da Linguística

55 Antonio Candido, *Literatura e sociedade*. São Paulo: Editora Nacional, 1980, p. 121.

56 Literatura e subdesenvolvimento, p. 353-55, *In*: *América Latina em sua Literatura*. São Paulo: UNESCO/ Perspectiva, 1972. (Col. Estudos 52).

57 Para Jacques Derrida "[...] a Etnologia só teve condições para nascer como ciência no momento em que se operou em descentramento: no momento em que a cultura europeia- e por consequência a história da Metafísica e seus conceitos – foi *deslocada*, expulsa do lugar, deixando então de ser considerada como a cultura de referência." *In*: *A escritura e a diferença*, São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 234. (Col. Debates).

e da Psicanálise. Trata-se do encontro entre os signos da primitividade e os da técnica, como mostra Benedito Nunes:

> [...] verificou-se no momento em que a reflexão filosófica tentava, sob o empenho das correntes vitalistas racionalizar o Irracional. Começa então, esse diálogo que até hoje continua entre o pensamento lógico e o pensamento selvagem, a cujo desenvolvimento se deve, em parte, a tremenda autoanálise do homem contemporâneo, que se dilacera a si mesmo, dilacerando seus mitos.[58]

Considerada nessa perspectiva, a temática do primitivismo não era simplesmente uma questão de modismos e de provocação ao modo de vida burguês, como afirmava Heitor Martins. Na verdade, ela era um dos sintomas da crise da cultura que fraturara a sociedade ocidental com o advento da modernidade. Nas palavras de Benedito Nunes:

> O primitivismo correspondeu ao sobressalto étnico que atingiu o século XX, encurvando a sensibilidade moderna menos da direção da arte primitiva propriamente dita do que no rumo, por essa arte apontado, em decorrência do choque que a sua descoberta produziu na cultura europeia, do 'pensamento selvagem' – pensamento mito-poético, que participa da logica do imaginário, e que é selvagem por oposição ao pensar cultivado, utilitário e domesticado.[59]

Portanto, "os antecedentes da Antropofagia literária" eram oriundos desse território de primitividade e compreendia, entre seus temas, a mentalidade pré-lógica de Levy-Bruhl e o inconsciente freudiano. De acordo com esse enfoque, a utilização dos procedimentos dadaístas e surrealistas por Oswald de Andrade em nada comprometia a qualidade e a relação do seu trabalho com o contexto brasileiro, como pretendia Heitor Martins; enquanto componentes vivos da cultura brasileira, os signos da primitividade vão funcionar como elementos de mediação entre o sentimento nativo e a valorização, operada pelas vanguardas

58 Benedito Nunes, Antropofagia e Vanguarda: acerca do Canibalismo Literário. *In*: *Oswald Canibal*, p. 19.

59 Benedito Nunes, A Visão Poética Pau-Brasil, *In*: Oswald de Andrade *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*, Obras Completas, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.xix. Nessa passagem, Benedito Nunes se refere a definição de pensamento selvagem de Claude lévi-Strauss, cf. nota 4.

europeias, dos elementos mágicos, intuitivos e irracionais da existência humana.[60]

Ao lado das análises de Benedito Nunes, considero oportuno inserir as reflexões de Silviano Santiago[61] sobre a questão da dependência cultural. Antes de passar a palavra ao autor de *Uma literatura nos trópicos*, ressalto que as considerações desse crítico ao problema das influências vale não apenas para Heitor Martins, autor de *Canibais Europeus e antropófagos brasileiros*, que condena a atitude oswaldiana de 'beber' nas vanguardas europeias, mas se aplicaria a toda a crítica que orienta sua investigação na direção adotada pelo referido ensaísta. A análise de Silviano Santiago possibilita um outro enfoque do problema da dependência cultural e, além disso, o que ele tem a dizer sobre o estudo das "fontes" vale não apenas para a literatura, mas se aplicaria à produção artística latino-americana de um modo geral.

No texto *O entre-lugar do discurso latino-americano*, Silviano Santiago considera que o discurso crítico que se orienta na direção das "fontes" e das influências deixa-se guiar pela ideia de uma obra parasita "[...] que se nutre de uma outra, sem nunca lhe acrescentar algo de próprio; uma obra cuja vida é limitada e precária, aprisionada que se encontra pelo brilho e pelo prestígio da fonte, do chefe-de-escola".[62] Para esses críticos, a "fonte" é uma espécie de "estrela intangível e pura", capaz de conferir inteligibilidade aos trabalhos do artista latino-americano guiando seus gestos, ao mesmo tempo que o transforma em súdito. Encontrando sua razão num *Outro* que é afirmação do *Mesmo*, que vive e se alimenta do apagamento das suas diferenças, a obra parasita "[...] fica ainda e sempre sujeito ao campo magnético aberto pela estrela principal e cujo movimento de expansão esmigalha a originalidade do outro objeto e lhe empresta a priori um significado paralelo e inferior".[63]

60 Ibid., Cf. p. 19.

61 *Uma literatura nos trópicos*, São Paulo: Perspectiva/Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978. (Col. Debates-155).

62 *Uma literatura nos trópicos*, 1ª edição, p. 20; 2ª edição, Rocco, 2000, p. 18.

63 Ibid. p. 20; p. 18, 2ª edição Rio de Janeiro, editora Rocco, 2000.

Abrindo seu texto *O entre-lugar do discurso latino-americano* com uma espécie de viagem ao passado colonial dos povos latino-americanos, Silviano Santiago chama a atenção para a procedência de um tal método, quando a história revela-nos que desde as suas origens esses povos foram vítimas da descaracterização cultural operada pelos códigos religioso e linguístico do colonizador europeu. De acordo com suas palavras "A América transforma-se em *cópia*, simulacro que se quer mais e mais semelhante ao original, quando sua originalidade não se encontra na cópia do modelo original mas em sua *origem*, apagada completamente pelos conquistadores".[64] Este "fenômeno de duplicação" é um traço constitutivo dos povos colonizados, daí a questão de a originalidade das suas manifestações culturais ser pensada no espaço do choque das culturas e não de modo mecânico enquanto um fenômeno isolado. É importante destacar que, ao falar de choque das culturas, estou me referindo à questão da ferida colonial.

Acontece que esta sociedade "híbrida", fruto da colonização europeia, iria contaminar os dois grandes mitos da cultura ocidental: as noções de *unidade* e *pureza*[65] – "Um só Deus, um só Rei, uma só Língua.[66] É na destruição dessas noções que, para Silviano Santiago, residiria a maior contribuição da América Latina à cultura ocidental. Aos olhos desse crítico, a América Latina marcaria o seu lugar no vasto território da civilização ocidental, operando um "movimento de desvio da norma, ativo e destruidor, que transfigura os elementos feitos e imutáveis que os europeus exportavam para o Novo Mundo".[67] Ao decretar a falência

64 Ibid. p. 17; p. 14, 2ª edição Rio de Janeiro, editora Rocco, 2000.

65 Sobre esta "contaminação" Silviano Santiago indica um artigo de Oswald de Andrade, no qual aparece uma crítica às noções de unidade e pureza. Cf. Oswald de Andrade, Sol da meia noite, *In*: *Ponta de Lança*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 62.

66 Derrida trata da relação entre o signo e o nome da divindade, na sua obra *Da gramatologia*, São Paulo, Perspectiva, 1973 p.?VER A PÁGINA CORRETA

67 Ibid., p. 18; 2ª edição Rio de Janeiro, editora Rocco, 2000, p. 16.

do método que se baseia no exame das "fontes", esse ensaísta propõe, no seu lugar e como princípio metodológico, o conceito de Diferença[68]:

> Pela diferença, começa-se a pensar a instância de articulação de um texto sobre outro (s). Não mais são considerados os textos isoladamente, ou como pertencentes a um único modelo do mesmo, mas como um diálogo entre o mesmo e o outro. Recoloca-se portanto a problemática do 'sujeito (do autor, em termos literários), pois não existe mais uma origem clara e altissonante que se deve buscar no processo de análise literária.[69]

Segundo esse princípio metodológico, a relação do escritor latino-americano com a produção estrangeira se explicaria pela busca daquilo que Roland Barthes chama, em S/Z, de texto *escrevível*.[70] À diferença do texto *legível*, o texto *escrevível* é uma espécie de modelo produtor e não representacional, inaugurando uma outra relação com o leitor que, de simples consumidor e figura passiva, transforma-se em produtor. Já o texto *legível* é aquele que merece leituras mas não incita a escritura. Para Silviano Santiago, as leituras dos escritores latino-americanos trazem a marca inquieta e insubordinada da *escritura*, pois elas se "explicam pela busca de um texto escrevível, texto que pode incitá-los ao trabalho, servir-lhes de modelo na organização de sua própria escritura.[71] De acordo com essa perspectiva, a análise se daria em dois níveis, cuja separação é

68 O conceito de diferença utilizado por Silviano Santigo é oriundo do pensamento filosófico de Jacques Derrida, conhecido também como o filósofo da "desconstrução" da Metafísica Ocidental, atacando os seus três alicerces: o Etnocentrismo, o Logocentrismo e o Fonocentrismo. A Diferença é muito mais um princípio operacional do que propriamente um conceito. À explicitação do seu significado, Derrida dedicou a conferência *A Diferença*, pronunciada na Sociedade Francesa de Filosofia em 27 de janeiro de 1968. Aqui indico apenas algumas referências do mencionado princípio através das palavras do próprio Derrida: "Saussure é antes de mais aquele que colocou o *arbitrário do signo* e o caráter *diferencial* do signo como princípio da Semiologia geral, particularmente da Linguística [...]. Numa língua, no *sistema* da língua não há senão diferenças [...] Mas, por outro lado, essas diferenças jogam: na língua, na fala também e nas trocas entre a *língua* e fala. Por outro lado, as diferenças são, elas próprias, *efeitos*. Não caíram do céu inteiramente prontas; estão tão pouco inscritas num *topos noetos* como prescritas na cera do cérebro." In *Margens da filosofia*, p. 31-40.

69 *Uma literatura nos trópicos*, 1ª edição, p. 199; 2ª edição editora Rocco, 2000, p. 208.

70 De acordo com Roland Barthes p. 208, "Há, por um lado o que é possível escrever e, por outro, o que já não é possível escrever; o que está na prática do escritor e o que se afastou dela [...] A avaliação descobre apenas este valor: o *escrevível* [...] A par do texto escrevível estabelece-se, então o seu contra-valor, o seu valor negativo, reativo: o que pode ser lido, mas não escrito: o *legível*. Chamamos clássico a todo texto legível." *In*: *S/Z*, p. 12.

71 *Uma literatura nos trópicos*, 1ª edição, p. 22; 2ª edição, Rocco, 2000, p. 22.

apenas de caráter didático, já que eles operam simultaneamente: "Primeiramente, o crítico examina o uso que o escritor faz de um texto ou de uma técnica que pertence ao domínio público", para, em seguida, deter-se na "[...] descrição da técnica que o mesmo escritor cria no seu movimento de agressão contra o modelo original, fazendo ceder as fundações que o propunham como objeto único e de reprodução impossível".[72]

Conforme o exposto até então, o conceito de Diferença permitiria pensar a problemática das influências no espaço instaurado pelo exercício da intertextualidade[73], que não é apenas um procedimento formal, mas comporta uma dimensão crítica que emerge do encontro das culturas operada no espaço do texto. Como bem observa Silviano Santiago, é somente a partir da "inserção" dessa "confusão de escrituras" que os textos ganham significado. Promovendo o choque das culturas – no caso do Brasil entre a europeia e a indígena, tendo como referência a Antropofagia – o exercício da intertextualidade, fazendo do espaço textual uma cena dramática e operando-se aí uma transgressão dos valores da cultura do colonizador e, por conseguinte, das noções de "fonte" e "influências." Um exemplo inteligente e bem humorado dessa dramatização das escrituras acionada pelo exercício da intertextualidade o crítico em questão encontra na série de poemas "História do Brasil"[74], de Oswald de Andrade. Nela, a carta de Pero Vaz de Caminha (texto inaugural do descobrimento) e a "Carta" de Oswald de Andrade (texto segundo) estão de tal modo "inseridas" uma na outra, ficando a questão do autor totalmente embaralhada e problematizando-se, assim, as noções de sujeito (autor literário) e de origem, embaralhamento que é decisivo para a compreensão do discurso literário da modernidade. Com a palavra Oswald de Andrade:

72 Ibid., p. 22-3; 2ª edição editora Rocco, 2000, p. 20-21.

73 Apoiando-se em Kristeva, para quem "Todo texto é absorção e transformação de uma multiplicidade de textos" Leyla Perrone-Moisés chama de "intertextualidade este trabalho constante de cada texto com relação aos outros, esse imenso e incessante diálogo entre obras que constitui a literatura. Cada obra surge como uma nova voz (ou um novo conjunto de vozes) que fará soar diferentemente as vozes anteriores, arrancando-lhes novas entonações". *In*: *Texto, crítica, escritura*, São Paulo: Ática, 1978, p. 63.

74 Oswald de Andrade, *Obras Completas VII, Poesias Reunidas*, p. 80.

Pero Vaz de Caminha

a descoberta

Seguimos nosso caminho por este mar de longo
Até a oitava da Pascoa
Topamos aves
E houvemos vista de terra

os selvagens

Mostraram-lhes uma galinha
Quase haviam medo dela
E não queriam por a mão
E depois a tomaram como espantados

primeiro chá

Depois de dançarem
Diogo Dias
Fez o salto real

as meninas da gare

Eram três ou quatro moças bem moças e bem gentis
Com cabelos mui pretos pelas espáduas
E suas vergonhas tão altas e tão saradinhas
Que de nós as muito bem olharmos
Não tínhamos nenhuma vergonha

Pela "inserção", o poema oswaldiano reveste-se de um gesto transgressor bombardeando humoristicamente os valores da cultura portuguesa ocidental cristã, componentes não apenas da "Carta de Pero Vaz de Caminha", mas também de outros discursos que constituem esse vasto e heterogêneo texto, que é a cultura ocidental. Para fechar esse longo parêntese, aberto anteriormente como desdobramento das análises de Benedito Nunes sobre a questão da dependência cultural, nas palavras de Silviano Santiago:

> Retomar o texto histórico do cronista, texto sério, e apropriá-lo dentro de uma estética do não sério, do jocoso é operar um mecanismo de *renversement* ideológico, que pode ser explicado pela coexistência

> no mesmo momento escritural de afirmações que se contradizem. A afirmação e a negação, a contradição se afirma pela diferença (e não por uma simples síntese) ela existe como conceito operacional, pois é ela que pode dar conta deste criar pela destruição, deste destruir pela criação que mais e mais significa [...] o espírito moderno.[75]

Considerando o exposto até agora, pode-se dizer que o contato da vanguarda brasileira – aqui me refiro principalmente a Oswald de Andrade e Mário de Andrade – com os "ismos" europeus foi ativo e seletivo. Como observa Benedito Nunes, atentos que estavam para os signos de uma nova época, os dois escritores modernistas souberam combinar no seu contato com as vanguardas europeias a "receptividade generosa e o senso crítico que rejeita, seleciona e assimila".[76]

Na trilha aberta pelas reflexões de Benedito Nunes, o espírito da vanguarda move-se entre os ritmos da destruição (Dadaísmo) e da construção (Futurismo, Cubismo e Surrealismo), interpretando-se como um novo primitivismo cujos componentes são a "[...] visão pura do cubismo, a *imagination sans fil* do futurismo, a agressividade dadaísta e a livre associação programática do surrealismo baseada na exploração "freudiana do inconsciente"[77] a vanguarda brasileira, principalmente nas figuras de Oswald de Andrade e Mário de Andrade, compreende todas essas tendências, associando-as às dimensões popular, etnográfica e folclórica da primitividade brasileira. Portanto, no caso de Oswald de Andrade, a temática do primitivismo não era, como queria Heitor Martins, um mero caso de transplantação cultural. A sensibilidade moderna, ao apontar em direção ao arcaico, entre nós existindo em estado de cultura ativa, "situava-nos no território comum e suprageográfico, onde a fusão do originário com o novo situava os próprios rebeldes europeus".[78]

Para concluir esse segundo item do nosso cardápio, pode-se afirmar que os manifestos *Pau-Brasil* (1924) e *Antropófago* (1928) vão fundir as contribuições das vanguardas europeias à maneira da 'assimilação produtiva'.

---

75 *Uma literatura nos trópicos*, p. 200, 1ª edição; 2ª edição p. 209, ed. Rocco, 2000.

76 Antropofagia e vanguarda – acerca do canibalismo literário, *In. Oswald Canibal*, p. 21.

77 Ibid., p. 24.

78 Ibid., p. 24.

Os principais conceitos estéticos do texto de 1924 são oriundos do Futurismo e do Cubismo: a síntese, o equilíbrio geômetra, o acabamento técnico, pela invenção e pela surpresa, constituem os princípios formais fundamentais da poética *Pau-Brasil*, manifesto repleto de imagens que resultam da aplicação desses procedimentos formais aos elementos populares e etnográficos da cultura brasileira. *Pau-Brasil* é, ele próprio, o resultado desses princípios poéticos, constituindo-se num verdadeiro e genuíno exercício de metalinguagem, característica que o coloca no mesmo plano dos manifestos vanguardistas europeus.

Vale lembrar que, através da sua tese central – a originalidade nativa –, o manifesto *Pau-Brasil* acenava para a contradição entre o arcaico e o moderno, o primitivo e o civilizado, inerente à dialética do Modernismo e que Oswald sintetizou de modo singular na imagem da relação entre a "*Floresta e a Escola*". No texto de 1924 essa contradição, que remete à 'ferida colonial', se resolveria graças a um processo de assimilação espontânea. O *Manifesto Antropófag*o irá reabrir essa ferida através de uma crítica mordaz e corrosiva da cultura intelectual via a temática do primitivismo, usado como uma espécie de arma a disparar contra o arcabouço ético, social, religioso e político da história brasileira, heranças do nosso passado colonial. A questão se reveste de capital importância para a abordagem que adoto nesse texto, quando se trata de pensar a atualidade crítica da Antropofagia. Introduzir essa questão – a atualidade crítica da devoração antropofágica – será o próximo prato do cardápio servido ao leitor como sobremesa.

Sobremesa: A devoração Antropofágica: a transformação permanente

Ao expor a 'ferida colonial' através dos aforismos que o constituem o manifesto Antropófago, torna visível a força crítica do pensamento selvagem que, "[...] sob a forma do inconsciente coletivo, antropofágico, torna-se nele, como fonte de valores metafísicos, éticos, estéticos e políticos, um meio de violenta transparência, à luz do qual sobressaem outras mais profundas contradições, que dependem das estruturas sociais

e da origem colonial da nossa história".[79] Nessa perspectiva, a ideia de assimilação ganha, no *Manifesto Antropófago*, novo relevo

> [...] alcançando sentido de ação vital de rebeldia espontânea e permanente, que se entronca a uma anti-história e uma anti-sociedade de que a antropofagia ritual é símbolo e cujos antecedentes unem o humanismo crítico de Montaigne à revolução surrealista do imaginário contra o poder da censura do superego[80].

Esse processo de desconstrução da cultura ocidental e de desnudamento das nossas raízes culturais encontraria no mito um instrumento crítico poderoso que será utilizado para desmitificar a história do Brasil, trazendo à tona o que permanecera oculto pela colonização portuguesa e, assim procedendo, acenaria para o horizonte utópico do Matriarcado de Pindorama que poria fim ao sistema de sublimações antagônicas próprias a cultura do patriarcado.

A tese da originalidade nativa alcança, no texto de 1928, toda a sua amplitude. A Antropofagia, enquanto herdeira dos instintos ancestrais da espécie, estaria na origem de todas as revoluções, mesmo da surrealista; ponto de partida da nossa história, a herança caraíba extrapolava os limites histórico-geográficos e transformava-se no solo de compreensão do mundo civilizado. Na linha de análise explorada por Benedito Nunes e que adoto como instrumento de análise da Antropofagia, pode-se dizer que os vários canibalismos literários da época não preenchiam a imagem do antropófago de Oswald de Andrade e o conceito de assimilação que lhe é correlato. Ao fazer essa constatação, o ensaísta não pretende negar a presença do canibalismo Dada e da rebeldia surrealista nos textos oswaldianos. Apenas que esses componentes, na medida em que são trabalhados à luz dos materiais populares e etnográficos da cultura brasileira, dão ao texto oswaldiano uma originalidade que os canibalismos europeus não comportavam.

---

79 Benedito Nunes, *Oswald Canibal*, p. 34; Oswald de Andrade coloca lado a lado a influência dos jesuítas (moral catequética) e a influência da mentalidade doutoresca de Coimbra. Ambas afirmam os valores do patriarcado que "abriga a moral sexual da Cegonha, a autoridade do senhor de escravos, o regime da grande propriedade (por oposição a propriedade coletiva indígena)." Ver nota 45, p. 34.

80 Ibid., p. 34.

É fundamental enfatizar que a "pilhagem", da qual é acusado por Heitor Martins, não se dá apenas em relação ao campo das manifestações artísticas. O raio de abrangência dessa atitude antropofágica vai mais longe: Oswald de Andrade está "de olho" também nas ideias que estão na ordem do dia nos campos da filosofia e das ciências humanas e, num gesto de ousadia, faz uma pilhagem filosófica das ideias em Marx, Freud, Nietzsche, Kierkegaard, Engels, para citar apenas alguns nomes que marcaram lugar no *Manifesto Antropófago* de 1928, para propor, na trilha aberta por esses pensadores, que a força vital do homem é a devoração. Lembro aqui que, desde seus inícios, a filosofia antropofágica afirmava que:

> [...] a descida antropofágica não é uma revolução literária. Nem social. Nem política. Nem religiosa. Ela é tudo isso ao mesmo tempo. Dá ao homem o sentido verdadeiro da vida cujo segredo está – o que os sábios ignoram – na transformação do tabu em totem. Por isso aconselhamos: absorver sempre e diretamente o tabu.[81]

Para finalizar, exploro rapidamente alguns aspectos dessa 'descida antropofágica' enquanto gesto de devoração que tem como alvos (como alimento) os simbolos, emblemas e signos da 'ferida colonial' decorrentes da colonização europeia e de todos os colonialismos que ainda insistem em habitar nosso imaginário, quando se trata de pensar o que 'é' e como 'deve ser' o Brasil. Na "descida", o manifesto faz colidir as visões de mundo dos ameríndios e dos civilizados, estilhaçando a centralidade da racionalidade europeia e denunciando-a na perspectiva das 'catequeses de pensamento', como aparece nos seguintes aforismos: 'Contra todas as catequeses. E contra a mãe dos gracos", "Contra todos os importadores de consciência enlatada."[82]

A devoração antropofágica, alvo de inúmeras leituras equivocadas, foi vista como a busca de uma 'identidade nacional' resultante da mistura do estrangeiro com os elementos locais. No entanto, Oswald de Andrade

81 Japy-Mirim. *In*: *Revista de Antropofagia*, 2a dentição, Diário de São Paulo, 24/03/1929; Brasiliana USP.

82 Manifesto Antropófago, pp. 13-14, in *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*, Rio de aneiro: Civilização Brasileira, 1978.

recusa os paradigmas ocidentais, sendo fundamental dizer que o gesto de devoração não tem como objetivo elaborar uma "identidade nacional" e não está interessado na 'brasilidade' como resultado da ingestão do elemento estrangeiro. Nas palavras de Oswald:

> Nós não somos, nem queremos ser, brasileiros, nesse sentido político-internacional: brasileiros-portugueses, aqui nascidos, e, que um dia, se insurgiram contra seus próprios pais. Não. Nós somos americanos: filhos do continente América; carne e inteligência a serviço da gleba.[83]

Reconheço que inúmeros apectos do *Manifesto Antropófago* não foram contemplados no presente artigo devido ao recorte escolhido, cujo eixo é a questão da originalidade, ou não, da vanguarda antropófaga liderada por Oswald de Andrade, que foi explorada através da presença do tema do primitivismo presente nas vanguardas europeias e na Antropofagia oswaldiana. Temas como a devoração de Nietzsche por Oswald de Andrade, o sentimento órfico, a noção de tempo utilizada no manifesto, a oposição matriarcado/patriarcado, o bárbaro tecnizado, para citar alguns elementos da filosofia antropofágica que ficarão para outro cardápio, quem sabe no formato de cursos, palestras ou conferências... Importante salientar estudos recentes que consideram a Filosofia Antropofagica[84] na perspectiva do pensamento decolonial, como o faz o Luis Fellipe Garcia[85], e como observa Eduardo Viveiros de Castro[86] ao se referir ao Manifesto Antropófago enquanto "'decolonial' *avant la lettre*."

Finalizando, convoco as palavras da 'antropófoga' Beatriz Azevedo[87] sobre a atualidade e força da Antropofagia:

83 Oswald de Andrade, *Os Dentes do Dragão*, p. 44.

84 Refiro-me ao manifesto e aos textos ensaísticos como *A crise da filosofia messiânica* e *A marcha das utopias* e demais ensaios de Oswald de Andrade.

85 Luis Fellipe Garcia, Filosofia e antropofagia: em busca de nosso centro de gravidade. *In*: *IV Colóquio Pensadores Brasileiros*. Coletânea de textos 2020. Editora Fi, 2020, pp. 29-54.

86 Eduardo Viveiros de Castro Que temos nós com isso? *In*: Beatriz Azevedo, *Antropofagia – Palimpsesto Selvagem*, São Paulo, Cosac Naify, 2016, p. 14.

87 AZEVEDO, Beatriz. *Antropofagia – Palimpsesto Selvagem*, São Paulo, Cosac Naify, 2016, p. 215.

> Penso que a força da antropofagia oswaldiana resiste justamente por nos lembrar que o 'homem primitivo', o 'homem nu', o 'homem natural', ou seja, o antropófago, vive em todos nós não como passado ancestral a ser recuperado, não enquanto 'identidade nacional', mas como uma dimensão vital e necessária, uma fonte matriarcal de desejo lúdico que questione as dominações patriarcais, do Estado, da família, da religião, da lógica, da gramática.

Desejo que a leitura do artigo e o alerta das palavras desta autora despertem nos leitores e leitoras essa dimensão vital e necessária da vida como devoração, dimensão fundamental para a construção de formas outras de pensar e habitar mundos por vir.

Referências

ANDRADE, Oswald. A Crise da Filosofia Messiânica. *In*: *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Os Dentes do Dragão*. São Paulo: Editora Globo, 1990.

_____. *Estética e Política*. São Paulo: Editora Globo, 1992.

AZEVEDO, Beatriz. *Antropofagia – Palimpsesto Selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2016.

_____. Será esse o futuro do século XXI? In *Revista Das Questões*: *Antropofagias futuras*, V. 11, n.1, abril de 2021; disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/37657. Acesso em: 17 jan. 2022.

CAMPOS, Haroldo. Da razão antropofágica: sob o signo da devoração. *In*: *Colóquio/ Letras*. Lisboa, nº 62, julho, 1981.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1980.

DERRIDA, Jacques. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das Ciências Humanas. *In*: *A Escritura e a Diferença*.São Paulo: Perspectiva/Secretaria do Estado de Cultura, Esportes e Turismo – Conselho Estadual de Cultura, 1971. (Col. Debates).

MARTINS, Heitor. Canibais Europeus e antropófagos brasileiros. (introdução ao estudo das origens da antropofagia. *In*: *Oswald de Andrade e outros*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura/Comissão de Literatura, 1973.

NUNES, Benedito. *Oswald Canibal*. São Paulo: Perspectiva, 1979 (Col. ELOS).

_____. Antropofagia ao alcance de todos. *In*: *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural.*

São Paulo: Perspectiva/Secretaria da Cultura e da Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978. (Col. Debates, 55).

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Que temos nós com isso? *In*: AZEVEDO, Beatriz *Antropofagia – Palimpsesto Selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2016.

Semana de 22 e as revoluções artístico-culturais em tempos pós-pandêmicos

Modern Art Week of 1922 and the artistic-cultural revolutions in post-pandemic times

Ahmad Jarrah[88]

RESUMO: A Semana de Arte Moderna de 1922 é revisitada e alguns dos seus contextos situacionais são colocados em perspectiva com o ano de seu centenário e ano do bicentenário da Independência, para o apontamento de verossimilhanças e contrastes que possam contribuir com os estudos acerca da arte e cultura no Brasil, em especial em Mato Grosso. Na metodologia, o artigo faz uso dos conceitos de colonialidade-modernidade e decolinialidade-transmodernidade, reunidos por Walter Mignolo e Enrique Dussel. No campo da investigação histórica, recorreu-se a uma revisão teórica com base em pesquisa bibliográfica, sempre compreendendo a história, circunscrita na espacialidade geográfica como um organismo vivo que se relaciona e se transforma através dos tempos. Por fim, os apontamentos indicam como a Amazônia é uma questão central para as revoluções artístico-culturais contemporâneas.
Palavras-chaves: Modernismo. Decolonialidade. Transmodernidade. Crise Climática. Amazônia.

ABSTRACT: The Modern Art Week of 1922 is revisited and some of its situational contexts are put into perspective with the year of its centenary, and the year of the bicentennial of Independence, to point out verisimilitudes and contrasts that can contribute to the studies about the art and culture in Brazil, especially in Mato Grosso. In terms of methodology, the article makes use of the concepts of coloniality-modernity and decoliniality-transmodernity proposed by Walter Mignolo and Enrique Dussel. In the field of historical investigation,

88 Ahmad Jarrah é mestre em estudos de cultura contemporânea pela UFMT, bacharel em Comunicação Social, publicitário, jornalista, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Possui trabalhos premiados na fotografia e audiovisual que tratam de temas urgentes na contemporaneidade.

we resorted to a theoretical review based on bibliographic research, always understanding history, circumscribed in geographic spatiality, as a living organism that relates and transforms itself through time. Finally, the notes indicate how the Amazon is a central issue for contemporary artistic-cultural revolutions.
Keywords: Modernism. Decoloniality. Transmodernity. Climate Crisis. Amazon.

Um centenário pós-pandêmico

Distante de querer traçar a genealogia do modernismo brasileiro, ou ainda mato-grossense, tão farto de produções e documentações, este artigo se propõe a investigar elementos contextuais que aproximam, por verossimilhança ou contraste, alguns acontecimentos em torno da Semana de Arte Moderna de 1922 com o dos tempos atuais, cem anos depois. Dentre as infinitas possibilidades de adentrar nesta pesquisa, puxo no fio da meada um evento que conecta os anos de 1922 e de 2022. E não são os palcos.

É interessante observar que o centenário da Semana de Arte Moderna de 1922 venha no encalço de uma pandemia viral. Se há cem anos atrás os modernistas geriram uma ruptura com o *status quo* cultural durante os anos em que a gripe espanhola assolava o Brasil, em especial a partir de 1917 e em São Paulo mais intensamente em 1918, atualmente o país vive as mazelas de uma pandemia de Covid-19 e suas múltiplas variantes.

Com isso não pretendemos tecer qualquer afirmação que sugira que o movimento modernista eclodira em decorrência de uma epidemia. Vários outros elementos contextuais compartilharam também daquele período, como a própria primeira guerra mundial. E nem que essas mórbidas circunstâncias possam catalisar movimentos criativos na sociedade. No âmbito da arte brasileira progressista, se vivia uma espécie de crise existencial, diante de um centenário da Independência a ser ressignificado. Longe de querer apresentar certezas, este artigo apenas alinhará as conjunturas, para tecer provocações investigativas que poderão influenciar futuros trabalhos, colocando a história em perspectiva.

A primeira aproximação constatada é este cenário pós-pandêmico. Depois de perder 1% da população para a gripe espanhola de 1918 – mais de cinco mil pessoas num universo de 500 mil habitantes – São Paulo despertou uma efervescência cultural, sobretudo pela necessidade que as pessoas viam de se encontrar e celebrar a vida. Rio de Janeiro e outros estados, como Minas Gerais e Pernambuco, também fervilhavam culturalmente.

Conforme narram os registros históricos (WALKER, 2017), os anos pós-gripe espanhola foram de intenso movimento em bares, cafés, saraus, teatros, ateliês e toda sorte de eventos culturais e artísticos que eclodiram para colorir os dias cinzentos da gripe letal e os anos pós-grande guerra. A década de 1920 ficou conhecida como "os anos loucos", tempos de carnavais triunfantes para trazer de volta a alegria, depois da tristeza disseminada pela praga. Foram anos de mudança nos valores morais, sociais e políticos, crescimento dos movimentos emancipatórios, lutas por liberdade, independência e cidadania para as mulheres.

A Semana de Arte Moderna nasce nesse bojo. Em São Paulo, na rua Líbero Badaró, a Garçonnieré passou a abrigar artistas e intelectuais que conspiravam uma nova arte brasileira, concebendo o evento que mais tarde representaria um marco histórico:

> O grupo da garçonnière era formado por aspirantes a escritores. Nos encontros na garçonnière, eles conversavam sobre literatura, mostravam e compartilhavam seus escritos e compartilhavam os sonhos de se tornarem escritores consagrados. Foi este grupo que, anos mais tarde, em 1922, criou a Semana de Arte Moderna no Theatro Municipal. (WALKER, 2017).

A revolução cultural não se refere apenas aos dias de fevereiro de 1922 em si, que foram cercados de vaias, protestos e polêmicas, mas tudo aquilo que poderia surgir a partir dali. Um novo Brasil nascia metaforizado na pequena muda de folhas rubras e estriados rizomas, que ascendiam vigorosamente no cartaz ilustrado por Di Cavalcanti.

A semana de 1922 reverberou por décadas e transcendeu por eras, influenciando aquilo de mais contemporâneo e vanguardista que surgiria na cultura brasileira a partir de então. Foi uma completa reinvenção da Independência. Nesse contexto pós-pandêmico, cem anos depois, poderíamos experimentar "anos loucos" pela frente? Quais as provocações que se colocam diante de um bicentenário da Independência? Por fim, onde estará Mato Grosso nesse contexto?

Modernismo em Mato Grosso

Mato Grosso não passaria inerte a toda essa ebulição cultural. O salto da literatura mato-grossense começaria a se dar mais ao Sul, em Corumbá, com Lobivar Matos e suas obras *Areôtorare: Poemas Boróros* (1935) e de *Sarobá* (1936), cujo reconhecimento é documentado em diversas pesquisas, incluindo um cuidadoso de trabalho de Eduardo Mahon nesta mesma edição.

Oficialmente, o modernismo surge no estado com a revista *Pindorama*, tendo como os principais expoentes Rubens de Mendonça e Gervásio Leite, inspirados pelo movimento de Graça Aranha. Recentemente, o projeto Plataforma Digital do Acervo das Famílias da Casa Barão de Melgaço, realizado pela historiadora Elizabeth Madureira Siqueira, permitiu acesso gratuito a um vasto acervo original de Estevão, Rubens de Mendonça, Firmo e Dunga Rodrigues, digitalizado em alta definição.

Pindorama só ocorreria em 1939, demonstrando um certo atraso que não passou despercebido pela crítica de Lobivar que diria «os imortais e os mortais do Norte e do Centro, produzem quase nada, literariamente falando. São vítimas do ambiente (MAGALHÃES, 2001, p. 123).

Rubens de Mendonça registraria mais tarde que "anos depois de Marineti haver lançado seu manifesto modernista e Graça Aranha tentar-lhe a reforma na Academia Brasileira de Letras, em Mato Grosso estávamos no período romântico" (MENDONÇA, 2005, p. 171).

De volta a 1922, apesar de Mato Grosso ainda não aspirar os ares modernistas do ponto de vista estético e linguistico, dava os primeiros sinais de formar organicamente uma intelectualidade mato-grossense que pudesse documentar e prospectar o estado culturalmente. Desse ideário, primeiro surge, em 1919, o instituto Histórico de Mato Grosso e dois anos depois, em 1921, o Centro Mato-grossense de Letras, que após 1932 passou a se chamar Academia Mato-grossense de Letras.

As duas instituições nascem e se desenvolvem a partir da iniciativa de José de Mesquita e do arcebispo de Cuiabá e governador de Mato Grosso Dom Francisco de Aquino Correa, que depois seria o primeiro mato-grossense a integrar a Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897.

Em Mato Grosso, essa intelectualidade é ensejada principalmente nos ambientes salesianos, refletindo em uma expressão estética mais clássica, conservadora, parnasiana, inexistindo traços modernos nesse período. Talvez, menos pela falta de acesso, uma vez que jovens faziam intercâmbios de estudos nos grandes centros, e mais por uma escolha moral, dado o contexto em que as organizações foram concebidas. A partir daí, o modernismo em Mato Grosso teria ao menos com o que se contrastar e influenciar, anos mais tarde.

Entre as maiores inspirações vanguardistas em Mato Grosso, se destaca o Movimento Intensivista, em 1948, liderado por Wlademir Dias-Pino, carioca residente em Cuiabá, que ao lado de Décio Pignatari, Ferreira Gullar, Haroldo de Campos, Augusto de Campos, Ronaldo Azeredo, se torna fundador do movimento da poesia concreta no Brasil.

Colonialidade e crise

Uma intelectualidade é importante. O ímpeto em apresentar uma nova forma de pensar e ver o mundo, defender uma nova arte brasileira que pudesse olhar mais para dentro do Brasil, antenada globalmente. Porém, não bastava somente um grupo de intelectuais reunidos. Era preciso recurso para financiar essa aspiração revolucionária, que em sua maioria surgiu no seio de uma classe média formadora de opinião, e principalmente com espaço na imprensa. E mesmo contraventora, ainda guardava traços de colonialidade e eurocentrismo.

Desse contexto decorre uma segunda transversalidade centenária, que levará ao cerne do que propõe este artigo. Em 1922, o principal financiamento da Semana de Arte Moderna se deu por meio de mecenas ligados à cafeicultura paulista. Período em que inexistia uma política institucional cultural de Estado. O Ministério da Cultura só foi surgir no Brasil em 1985. O Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930.

Não convém, por hora, identificar as motivações que levaram os produtores de café a investirem recursos financeiros em uma aventura subversiva. Vários documentos remontam à rede de relações desses mecenas com a principal fonte da economia de São Paulo e brasileira. A produção cafeeira passa a entrar em declínio no final da década de

20, impactada pela Crise de 1929 e para um processo de industrialização cada vez mais intenso. Essa investigação poderia render uma tese à parte.

O fato suficientemente relevante para este artigo é a ocorrência do investimento do principal setor da produção agrícola em arte. Não somente em arte, cabe dizer, mas em *art d'avant-garde*. Ao alinhar em perspectiva São Paulo 1922 e Mato Grosso 2022, projeta-se um contraste culturalmente econômico e historicamente colonialista.

O mecenato foi perdendo relevância política e musculatura jurídica à medida em que havia uma centralidade do investimento em arte e cultura através das políticas públicas de Estado. Até mesmo os sistemas híbridos, mecenato mediado pelo Estado, onde este deduz tributos da pessoa jurídica investidora, estão em declínio e/ou não se consolidaram.

O agronegócio em Mato Grosso é absolutamente alheio ao desenvolvimento cultural do estado, não tem histórico de investimentos e muito menos consome a cultura local. Essa situação será observada sob a lente de duas hipóteses. Em uma primeiro nível, há um evidente modelo de ocupação colonialista perceptível na origem e nas tradições culturais dos maiores agropecuaristas do estado, como também nas regiões onde esse modelo econômico do agronegócio mais se desenvolveu. Ademais, a ocupação da região Norte e Centro Oeste, especialmente na região amazônica, se deu predominantemente de modo colonialista e eurocêntrico.

Essa perspectiva colonialista também foi um dos principais cernes do debate na arte brasileira a partir da Semana de Arte Moderna, porém um desafio que persiste até os atuais dias. Pois, se antes haveria a busca pela libertação dos resquícios de um colonialismo europeu, que até hoje tinge nossas relações sociais, esse modelo colonialista persistiu até a pós-modernidade, com o acirramento das questões identitárias e das diferenças. Até mesmo bifurcações extremistas, como neo-monarquistas ou neo-nazistas.

Hoje, não basta apenas falar da Amazônia, é preciso dar voz à Amazônia, protagonismo aos amazônidas, aos povos tradicionais, aos ribeirinhos, aos povos indígenas, e esta questão se torna ainda mais latente na contemporaneidade, como veremos mais à frente.

Falamos da primeira hipótese colonialista, uma ocupação recente do agronegócio ostensivo por descendentes europeus, sulistas que **conservaram** suas tradições e pouco se hibridizaram identitariamente ou se reconhecem na cultura regional. É uma cultura extremamente conservadora, moralista, e na maioria das vezes uma elite inculta e antiquada. Essa cultura influencia a visão de mundo constituída na região Norte de Mato Grosso, na Amazônia mato-grossense.

Em outro nível deste prisma, temos a segunda hipótese, de que atualmente esse modelo produtivo e econômico do agronegócio está no cerne de uma crise global. O local que ocupa hoje o grande agronegócio é incompatível com a possibilidade de reversão da primeira hipótese, pelo contrário, ele a consolida. Por outro lado, a crise climática afeta profundamente o atual modelo bilionário do agronegócio.

Como poderia haver decolonialidade e valorização das culturas regionais, originárias, saberes ancestrais, outras visões de mundo, se a simples existência delas desnuda a centralidade do agronegócio nos efeitos que provocam a crise climática? Uma crise regional com amplitude global, uma evidente ameaça.

Regional porque temos os povos indígenas, ribeirinhos, os extrativistas sustentáveis, populações tradicionais no limiar dessa disputa, sofrendo as consequências mais diretas. Além deles, sofrendo o eco da crise temos a periferia empurrada para se instalar aos pés de morros, beira de córregos, zonas de risco. Enrique Dussel esclarece que:

> Essas culturas foram, em parte, colonizadas, mas a maior parte de suas estruturas de valores foram sobretudo excluídas, desprezadas, negadas, ignoradas mais do que aniquiladas. O sistema econômico e político foi dominado no exercício do poder colonial e da acumulação gigantesca de riqueza, mas essas culturas têm sido interpretadas como desprezíveis, insignificantes, sem importância e inúteis. Esse desprezo, no entanto, permitiu-lhes sobreviver em silêncio, desdenhadas simultaneamente por suas próprias elites modernizadas e ocidentalizadas. Essa alteridade negada, sempre existente e latente, indica a existência de uma riqueza cultural insuspeita, que renasce lentamente como chamas de carvão enterrado no mar de cinzas centenárias do colonialismo (DUSSEL, 2015, p. 62).

É uma crise global, pois o que acontece na maior floresta tropical do mundo tem efeitos colaterais em todo o planeta, o que a coloca como tema recorrente nas principais conferências internacionais do clima, a exemplo da COP 22.

Diante dessas duas hipóteses, seria pouco provável que o agronegócio mato-grossense investisse em cultura, ainda menos em arte disruptiva, uma vez que ele teria que se confrontar com a sua crítica. Por outro lado, dada sua relevância econômica para o estado e sua capilaridade nas instituições do poder, é pouco provável que projetos de crítica explícita recebam investimento público.

Debates como esse se dão desde a gênese dos projetos. Recordo de ocasiões, quando eu estava nomeado conselheiro municipal de cultura de Cuiabá, onde foram muitos os debates travados para romper a lente moralista nos pareceres de análises de projetos culturais em editais públicos, que deveriam garantir a isonomia, mas eram reféns de uma visão obsoleta e conservadora dos conselheiros, analistas e pareceristas. A literatura não poderia conter palavrões, artes visuais eram julgadas obscenas, personagens LGBTQIA+ execrados, um sutil tribunal inquisitório que se dava nos meandres da máquina pública.

Retomando a questão central deste artigo, a Amazônia atualmente está no âmago de uma nova ruptura, o atual modelo expansivista do agronegócio mato-grossense pautado pelas *commodities* está no cerne de uma crise que pode se tornar irreversível. Caso não haja um avanço político e tecnológico no sentido da sustentabilidade ambiental, o planeta corre o risco de entrar em colapso. Mato Grosso, dessa vez, ocupa um lugar de protagonismo na crise. Porém, Mato Grosso não se enxerga como Amazônia.

Da síntese dessa equação, como estará a chama insurrecionaria de Di Cavalcanti cem anos depois? Há espaço para mais uma reinvenção da independência, em seu bicentenário? Quais caminhos podem se desenhar pela frente?

Aspirações transmodernas e o giro decolonial

Para compreender os desafios colocados, se faz necessário observar esses fenômenos sob a luz dos estudos decoloniais propostos pelos pensadores argentinos Walter Mignolo e Enrique Dussel, de onde decorre o projeto transmoderno:

> O pensamento decolonial é uma corrente crítica situada na América Latina, organizada em torno e a partir do Grupo Modernidade/ Colonialidade e que tem, nos últimos anos, influenciado fortemente as ciências sociais no Brasil, propondo a realização de um giro decolonial. Essa corrente é marcada pela interdisciplinaridade e pela pluralidade. Essa proposta não está limitada ao interior da modernidade eurocêntrica e nem é simplesmente a sua negação, como propõe o pós-modernismo. A utopia decolonial, enquanto projeto de sociedade futura, é uma terceira via, que parte de um outro lugar, da exterioridade da modernidade. (MIGNOLO, 2003, p. 418).

O conceito apresentado pelos autores se revela adequado para tratarmos algumas questões postas. A crítica feita ao modelo de agronegócio empreendido em Mato Grosso é em decorrência dele reforçar as relações de poder atravessadas pela colonialidade. É um modelo que não cabe em uma utopia transmoderna. Não há como esse modelo coexistir com a pluralidade de agentes que ocupam os mesmos biomas, a fauna, a flora, os povos, a não ser que seja plenamente reformado. Por isso, a crítica se faz necessária e a arte fundamental.O trabalho do artista visual paulista Mundano traduz com intensidade os conceitos apresentados e o atual conflito, transversalizando a Semana de Arte Moderna de 1922 e o seu centenário. Em uma das obras, a animação do cartaz de Di Cavalcanti onde a pequena muda rubra cresce até ganhar os céus, para em 2022 ser derrubada com uma motosserra que deixa a marca de um país sangrando como o pau-brasil, uma explícita referência à colonialidade

Aponte a câmera do seu celular utilizando leitor de QR Code para abrir o vídeo.

Obra em animação audiovisual intitulada Semana de Arte Mundana. Disponível no Instagram do artista Mundano https://www.instagram.com/mundano_sp/. Acessado em Janeiro de 2022.

Em 2020, o artista realizou uma intervenção em frente ao Mercado Municipal, em São Paulo. Um mural de 800 metros quadrados com uma releitura da consagrada obra "*Operários*", de Tarsila do Amaral, pintada utilizando a lama tóxica de Brumadinho como pigmento, em uma referência direta ao maior crime socioambiental da história brasileira. Mundano também utiliza cinzas coletadas dos incêndios na floresta amazônica para compor suas obras.

Grafite de 800m² feito com lama de Brumadinho. Obra Operários de Brumadinho. Artista: Mundano. Fotografia de André Della, 2020. Disponível no Instagram do artista: https://www.instagram.com/mundano_sp/. Acesso em: Jan. 2022.

Outro exemplo interessante é a exposição "*Por um sopro de fúria e esperança*", com curadoria de Galciani Neves e Natalie Unterstell, em cartaz até março de 2022 no Museu Brasileiro de Escultura e Ecologia (MUBE), que proporciona um mergulho do visitante em um apanhado de obras que tratam das emergências climáticas ao longo da história. Um conflito urgente com obras anacrônicas.

Um fato a ser observado é que, apesar de trazer a Amazônia como tema central da exposição – perpassando outros temas convergentes como combustíveis fósseis, estiagem, enchentes, entre outros – quase 90% dos artistas com obras expostas no MUBE eram do eixo Sul-Sudeste. Até mesmo as fotografias das enchentes no Acre, da densa floresta amazônica no Pará, dos indígenas no Xingú. Essa situação reforça a necessidade de um giro decolonial e talvez seja aí que resida a próxima ruptura.

A decolonialidade se mostra um caminho plausível e frutífero para o reconhecimento dessas diferenças. "O projeto transmoderno é um projeto global pluriversal, que rompe com as hierarquias tipicamente modernas e que se ancora na realização do direito à diferença de igualdade" (MIGNOLO, 2003, p. 418).

É muito difícil que Mato Grosso consiga se reconhecer Amazônia sem que seja absorvido o conceito de giro decolonial. E este, por sua vez, se transforma num instrumento fundamental de sobrevivência para os povos e a floresta, à medida em que a colonialidade se esfarela.

Um movimento transmodernista, em essência, é um movimento decolonial. A arte de vanguarda e qualquer plano de reinvenção do Brasil no bicentenário da independência inevitavelmente passarão por essas questões. E passarão também por Mato Grosso. Quais as iniciativas que surgirão na arte mato-grossense para suprir essa aspiração transmoderna?

Referências

BRADBURY, M. & MCFARLANE, J. *Modernismo* (Guia geral). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CANDIDO, A.; CASTELLO, A. *Presença da Literatura brasileira.* V. 3. São Paulo: Difel.

CARVALHO, Rayann Kettuly Massahud de. A utopia decolonial: o projeto transmoderno, pluriversal e o direito à diferença de igualdade. *PerCursos*, Florianópolis, v.21, n.47, 2020.

CARVALHO, C. Gomes de. *A poesia em Mato Grosso*. Cuiabá: Verdepantanal, 2003.

DUSSEL, Enrique. La nueva Edad del mundo: la transmodernidad. *In*: DUSSEL, Enrique. *Filosofías del Sur*: descolonización y transmodernidad. Ciudad de México: Akal, 2015.

FABRIS, A. Modernidade e vanguarda: o caso brasileiro. *In*: FABRIS, A. (Org.) *Modernidade e Modernismo no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 1994. p. 9-25.

FOULCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão.* tradução de L. M. Ponde Vassalo Rio de Janeiro: Vozes. 2014.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.11

MAGALHÃES, H. Gomes Dutra. *História da Literatura de Mato Grosso*: século XX. Cuiabá: Ed. UNICEN, 2001.

MENDONÇA, Rubens. *História da literatura mato-grossense*. 2. ed. especial. Cáceres: Ed. Unemat, 2015.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais*: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso*: da ancestralidade aos dias atuais. 2 ed. Cuiabá, MT: Entrelinhas Editora, 2017.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Plataforma Digital do Acervo das Famílias da Casa Barão de Melgaço.* Cuiabá. *Online*: https://familiascasabarao.com.br, 2021.

WALKER, José Roberto. *Neve na Manhã de São Paulo*. Rio de Janeiro. Companhia das Letras, 2017.

Resenha

Cadernos cuiabanos 1

O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana

Carlos Rosa[89]

Prefeitura Municipal de Cuiabá/Secretaria de Educação e Cultura/Departamento de Cultura e Turismo, 1976

Luiza Volpato[90]

O texto em análise foi publicado dentre as comemorações oficiais da Prefeitura Municipal de Cuiabá durante a Semana da Pátria, em 1976. É composto por cinquenta e sete páginas e dividido em duas partes, sendo uma delas – O contexto – composta por quatro capítulos e a seguinte – O processo por cinco capítulos. Conta com Introdução e Conclusões.

Apoiado na produção dos membros do Instituto Histórico e Geográfico e Mato Grosso, o autor Carlos Rosa busca analisar as questões regionais que dominaram o processo de Independência do Brasil em Mato Grosso. Sua ênfase central privilegia a disputa entre as vilas (e posteriormente cidades) de Cuiabá e Vila Bela. Ao seguir essa trajetória o autor acompanha as discussões e linhas de reflexão presentes nos estudos desenvolvidos pelos membros da instituição citada.

Além da pesquisa bibliográfica o autor valeu-se de fontes primárias, compostas de documentos e também publicações contemporâneas aos acontecimentos analisados.

89 CARLOS ALBERTO ROSA era diretor do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Cuiabá e responsável por sua estruturação.

90 LUIZA RIOS RICCI VOLPATO é historiadora, mestre e doutora em História USP; Psicóloga UNIC; professora aposentada UFMT; membro do IHGMT; autora dos livros Entradas e bandeira (Global editores); A conquista da terra no universo da pobreza (HUCITEC); Cativos do sertão (EDUFMT, Marco Zero); Máscaras (Entrelinhas).

A apresentação informa que este é o primeiro número dos Cadernos Cuiabanos e que tem por objetivo [...] *mostrar o envolvimento da comunidade cuiabana no processo e Independência em Mato Grosso, bem como no da sua afirmação no contexto estadual. E finaliza insistindo na* [...] *preocupação precípua, qual seja, a de promover, por meios adequados e ao seu alcance, a preservação e o enriquecimento do nosso 'Processo Cultural'* (Ibidem, p. 3).

O item *Á guisa de apresentação* é de autoria do Secretário Municipal de Educação e Cultura, mas não consta seu nome.

Na Introdução do trabalho, presente à página 7 o autor esclarece que no processo de Independência em Mato Grosso [...] *a região cuiabana e em especial Cuiabá emergem com típicas posturas hegemônicas.*

O desenvolvimento do estudo analisa inicialmente as situações históricas do Brasil e regional na primeira parte do texto designado *Os contextos.*

Esta, como já foi dito, se subdivide nos capítulos – *O Brasil; A capitania; O Centro e o Oeste; Cuiabá.*

Valendo-se de estudos de Raimundo Faoro e Celso Furtado o autor discute a situação econômica do Brasil do final do século XVIII até a transmigração da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro e suas repercussões (p. 11 -12). Em seguida analisa as condições da Capitania de Mato Grosso enfatizando os aspectos econômicos e demográficos (p. 13 e ss.).

No capítulo a seguir – *O Centro e o Oeste* – o autor avança em sua discussão sobre a Capitania, a distribuição de sua população e de sua produção econômica (p. 17 e ss.).

No capítulo seguinte, autor se dedica a apresentar a vila de Cuiabá e região. Destaca as instituições que a vila abrigava, suas igrejas, ruas e largos. E analisa também a composição de sua população em sua estratificação socioeconômica e étnica (p. 21 e ss.).

Concluída essa etapa inicial no qual são apresentados os cenários e os personagens o autor passa ao objeto de análise – *O Processo* – a partir da página 27.

Esta parte também é dividida nos capítulos – *O último capitão general* (p. 29 e ss*); As Juntas Governativas* (p. 32 e ss.); *O confronto* (p. 35 e ss); *O caso D'Alincourt* (p. 39 e ss.); A*s Dificuldades* (p. 44 e ss.).

Por fim, à página 49, o autor apresenta sua conclusão do trabalho.

O texto de Carlos Rosa é rico em informações e traz à tona documentos e fontes valiosos para se compreender como o processo de Independência do Brasil se materializou em uma região interiorana e ao mesmo tempo fronteiriça. Destaca especialmente as questões próprias da Capitania, mas sem aprofundar a discussão de suas conexões com aspectos mais amplos e como se inseriam nas disputas que se davam na Colônia, posteriormente Reino Unido.

Desde a descoberta das minas auríferas no interior do Brasil, estimular a sua exploração e conter o seu contrabando se tornou preocupação preponderante da colonização portuguesa. Tanto assim, que em 1763 a capital é transferida de Salvador, na região Nordeste, onde se situavam as fazendas produtoras de cana de açúcar, para o Rio de Janeiro, porto de escoamento do ouro.

A partir de então fica estabelecida uma rivalidade entre o Norte e Nordeste e o Centro Sul da Colônia. Com a transmigração da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, a cidade se tornou polo consumidor de gênero de abastecimento, de produtos importados e também de serviços de profissionais especializados como médicos, engenheiros e advogados, abrigando, além disso, amplo contingente de funcionários responsáveis pelo funcionamento das instituições que compunham a Corte. Com isso, o Rio de Janeiro passou a contar com uma elite composta por latifundiários (senhores de terras e escravos), membros do comércio importador e exportador e de uma classe média urbana. Todos buscavam espaços de poder, tanto se aproximando do círculo ligado à família real, como se enraizando pelo interior do Brasil, mantendo laços de interesse com as oligarquias regionais.

Cuiabá sempre foi ligada ao grupo de poder sediado no Centro Sul e Vila Bela, que chegou a fazer parte da área de atuação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão através da navegação das monções do Norte, vinculava-se ao grupo do Norte/Nordeste.

As contendas entre Vila Bela e Cuiabá, no período em questão, exemplificam como se manifestavam ao nível regional uma disputa mais ampla entre os grupos de poder sediados no Norte/Nordeste e Centro

Sul. Os confrontos entre esses grupos se recrudesceram logo após a proclamação da Independência, sendo o Norte fiel ao poder de Lisboa em oposição ao do Rio de Janeiro.

O autor evidencia como as instituições próprias do império colonial português vão sendo paulatinamente transferias de Vila Bela para Cuiabá. Avalia, porém, essas medidas como resultantes de iniciativas próprias dos capitães generais, em especial os dois últimos (João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg e Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho) sem levar em conta, que apesar da autonomia que lhes era própria, seguiam orientações e projetos políticos desenvolvidos no governo central.

Em seu texto, Carlos Rosa segue uma linha de interpretação que analisava os fatos que ocorriam em Mato Grosso enfatizando as questões regionais. Discute a formação de juntas governativas em Cuiabá e Vila Bela e as disputas entre elas, cada uma baseada em argumentos próprios reivindicando o direito sobre o governo da capitania como um todo.

Por fim, cabe ainda destacar o momento em que este trabalho foi escrito e publicado. O título **– O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana** – define dois objetos de análise. Ao logo do estudo são enfatizadas as condições de Cuiabá, sempre mais favoráveis do que as de Vila Bela, mais salubre, mais populosa mais produtiva e enfim mais adequada a se tornar o polo hegemônico da Província.

Fica difícil não fazer uma conexão entre a disputa do passado e a vivida por Cuiabá em 1976.

O texto analisa como Cuiabá havia vencido a disputa com Vila Bela da Santíssima Trindade, erigida em 1752, como polo avançado da fronteira, com objetivos geopolíticos. Razão que se torna menos preponderante, durante o século XIX (p 18 e ss)

Outra disputa foi vivida, quando, no início do século XX, forças políticas sediadas no sul do estado reivindicavam que a capital fosse transferida para Campo Grande, considerada por muitos como mais dinâmica e mais próxima da capital federal.

Com a reforma de Cuiabá efetivada pelo governo Vargas quando Júlio Müller era interventor do estado, e os investimentos federais destinados à cidade, ficou claro que não era essa a intenção do Estado Novo.

Nos três momentos apontados, o poder central havia privilegiado Cuiabá.

Em meados da década de 1970 era ampla uma nova discussão, não mais visando tirar a capital de Cuiabá, e sim analisando a viabilidade da divisão de Mato Grosso. Esse debate estava presente entre as forças políticas em Brasília e nos diversos polos do estado. Manifestações contra e a favor tomavam conta dos vários círculos de discussão. E finalmente em 11 de outubro de 1977, foi sancionada a Lei Complementar número 31 que contemplava a divisão do estado de Mato Grosso com a criação do estado de Mato Grosso do Sul.

O presente texto, portanto, foi elaborado quando essas discussões movimentavam os ambientes políticos e econômicos de Mato Grosso. E transpareciam também nos debates intelectuais e acadêmicos.

HOMENAGENS PÓSTUMAS

No mês de agosto de 2021, o IHGMT perdeu dois importantes associados, Moacyr Freitas, associado da Instituição desde o dia 29 de agosto de 1992, arquiteto por formação e artista plástico e historiador por talento, que faleceu no dia seguinte, 21 de agosto de 2021, e Therezinha de Jesus Arruda, que ingressou no IHGMT aos 18 de julho de 1981, historiadora de formação que faleceu no dia seguinte, 22 de agosto de 2021. Nosso IHGMT ficou mais triste e empobrecido, uma vez que estas duas personalidades dignificaram e enriqueceram a Instituição. A eles, nosso tributo de saudade.

Adeus Therezinha

Claudio de Oliveira[91]

Therezinha de Jesus Arruda em frente à biblioteca doada ao IHGMT (28/10/2017)

Acervo Casa Barão de Melgaço

91 Jornalista. Funcionário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Sobrinho da falecida.

A senhora era uma gigante. Um farol. Uma leoa. Não era do tipo morno, que aceita a injustiça, que se acomoda, que se adapta às circunstâncias. A senhora era fogo. Era grito. Era uma luta incansável em favor dos mais vulneráveis. Em favor da cultura. Sempre foi inspiradora.

Estudiosa. Culta. Conhecia a América Latina e todos os seus mitos e heróis. Navegava por sua história e geografia como poucos no mundo. Deixa-nos um legado extraordinário, seu livro: "América e os guardiões das culturas autóctones" é rico e inspirador. Mostra a luta e a potência de uma América que resiste. Queria tanto ter te contado que uma indígena Mapuche foi eleita presidente da Assembleia Constituinte no Chile... Mas não pude. Ficou para depois e o depois muitas vezes não existe. O tempo passa e a gente não percebe como as coisas mudam rápido. Espero que alguém tenha lhe dado essa notícia para que pudesse sorrir.

Entre as suas histórias de vida, uma sempre lembro e conto e reconto. Quando a senhora deixou o hábito de freira e, segundo meu pai, chegou Hippie no aeroporto de Cuiabá. Meu pai me falou que Vovó Maria Benedita (sua irmã) fez uma cara que ele jamais esquecerá.

Você viajou a América Latina toda. Foi no trem da morte em busca do líder do Sendero Luminoso para entender a ideologia daquele grupo, considerado por muitos, terrorista. Viajou e se apaixonou em Cuba por um coronel reformado cubano, Andrés, um anjo em sua vida que partiu antes de você e com a benção de Deus deve ter vindo te buscar. O céu está em festa e a senhora descansada e alegre já deve saber.

Foi uma das fundadoras da UFMT, professora de história que inspirou tantas pessoas que nem dá para contar. Fundou o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFMT, o NDHIR, que é importantíssimo para as pesquisas. Fundou o Cineclube Coxiponés, o Museu da Arte e Cultura Popular – MACP, foi uma das maiores responsáveis pela valorização da cultura cuiabana, do São Gonçalo Beira-rio. Tinha um projeto, aliás, de tornar o São Gonçalo um museu a céu aberto, dinâmico e inovador para todo o mundo. Lembro-me de comentar e de discutirmos o assunto. Que pena que não sei onde andam essas anotações.

Você defendia a cultura com a faca nos dentes, certa vez perguntou a uma primeira-dama se ela "peidava" porque ela queria censurar uma peça de teatro infantil que falava "bunda"... Rsrsrs é a sua cara ser reta e direta nos apontamentos.

Vivia durante um tempo da vida metade em Cuba e metade em Chapada dos Guimarães. Era tradutora do Granma cubano. Tradutora das obras do grande poeta e diplomata José Martí as quais me apresentou para o meu deleite.

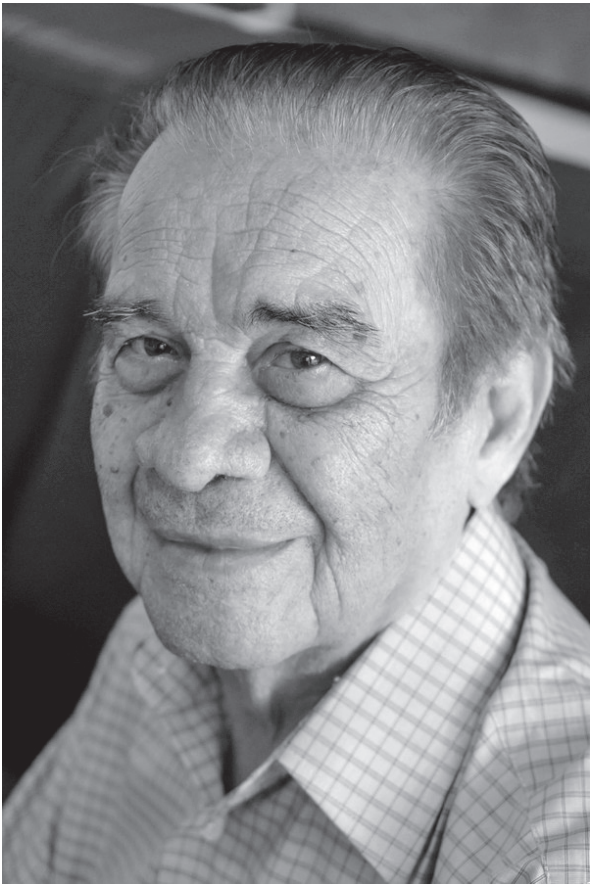
Doou sua biblioteca em vida para o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do qual foi membro. Não havia um sarau, uma exposição, um evento cultural que não se regozijasse com a sua presença. Deixou muitos alunos brilhantes entre eles a Aline Figueiredo que transformou o cenário das artes plásticas de Mato Grosso. Mas eu diria também que não dá para pensar Dante de Oliveira sem pensar em Therezinha Arruda. Sua visão apaixonada de mundo com certeza o inspirou nessa luta eterna por justiça social, por um mundo melhor.

A senhora negava a Europa, dizia que não iria pisar lá para ver as obras e tesouros roubados da gente. É Therezinha nunca foi morna, era quente, um vulcão em erupção. Todavia depois da publicação do seu livro passou a enfrentar os desgastes do corpo físico devido a idade e isso devia te deixar extremamente triste.

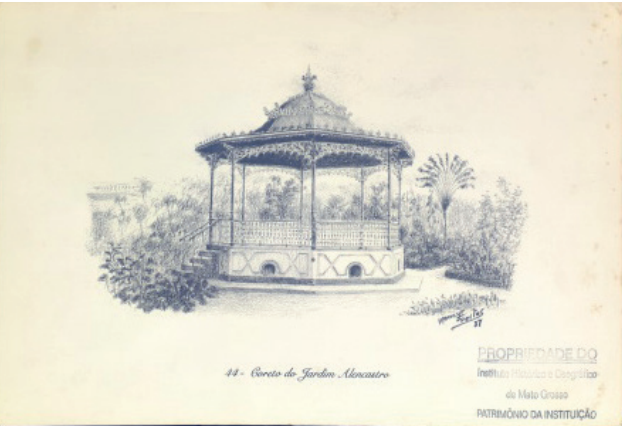
Agora, tia, descanse, a senhora deixou tantas sementes nesse mundo que tenho certeza que se hoje ainda precisamos melhorar muito, a senhora deu uma contribuição muito grande para evitarmos a barbárie. Fique com Deus e com seu amado Andrés, um dia nos encontraremos de novo. Te amamos.

Moacyr Freitas: simplicidade, competência e talento

Elizabeth Madureira Siqueira



Coreto do Jardim Alencastro



Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá

Foi um associado muito colaborativo e participativo do IHGMT. Escreveu nas Revistas, ofereceu seus desenhos para a Instituição, como foi o caso das Gravuras Cuiabanas, em co-autoria com o associado Paulo Pitaluga Costa e Silva.

Igreja de São Gonçalo (Porto)

Casa Barão de Melgaço

Igreja Matriz de Cuiabá (demolida)

Ponte sobre o Córrego da Prainha

Esta coleção de imagens adorna muitas residências e bares de Cuiabá, a exemplo do Chopão. Integrou também um importante projeto de recuperação, em quadros a óleo, da memória histórica de Mato Grosso, quando pintou quadros alusivos aos períodos colonial e imperial. Desejávamos prosseguir nesse trabalho, porém não foi possível. A Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, que patrocinou as telas e detém sua propriedade, fez uma exposição na sua sede, quando Moacyr compareceu e externou vontade de prosseguir na fase republicama, porém, não houve tempo.

Quadros a óleo pintados por Moacyr Freitas

Disponível em: http://www.mt.gov.br/-/cuiaba-por-moacyr-freitas

Além de colaborar com o IHGMT, Moacyr Freitas se eternizou também pelos trabalhos desenvolvidos e realizados no cenário urbano de Cuiabá, a exemplo da atual Rodoviária Engenheiro Cássio Veiga de Sá e na elaboração do conceito arquitetônico e urbanístico do Centro Político e Administrativo de Cuiabá (CPA)., da abertura e implementação do Centro Político-Administrativo (CPA), pelo monumento Marco Zero que está em andamento na comunidade São Gonçalo Beira Rio. Foi um dos arquitetos que lutou em defesa da abertura da Avenida Miguel Sutil. Pertenceu aos quadros docentes da UFMT, auxiliando na ampliação do campi de Cuiabá, além de pertencer aos quadros do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso.

Terminal Rodoviário Engenheiro Cássio Veiga de Sá Palacio Paiaguás (CPA)

https://www.cuiaba.mt.gov.br/governo/

Moacyr Freitas, Gratidão e Eterna saudade do IHGMT

APRESENTAÇÃO – Neila Maria Souza Barreto

EDITORIAL – Conselho Editorias

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

1822 como "continuidade" da história da nação: o episódio da Independência do Brasil e a figura do herói D. Pedro na escrita de Francisco Adolfo de Varnhagen – Renilson Rosa Ribeiro

José Bonifácio de Andrada e Silva: revisitando os 'apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil' – Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa | Lidiane Álvares Mendes

O centenário da Independência: momento fundador do parlamento mato-grossense – Allan Kardec

O ocaso do Império em Mato Grosso: base documental para compreensão das divergências – Elizabeth Madureira Siqueira

Imprensa católica e civismo: o centenário da independência nas páginas de A Cruz – Marcos Amaral Mendes

200 anos de independência: será que realmente somos independentes? – Túlio Eugênio dos Santos

Espacialidades urbanas, imagens e práticas cotidianas em cuiabá no período imperial – Sônia Regina Romancini | Edenilson Dutra de Moura

Expedição Langsdorff: paisagem, imaginário e representação geográfica da Província de Mato Grosso no início do império (1822-1829) – Zuleika Alves de Arruda

100 ANOS DA SEMANA DE ARTE MODERNA

O pioneirismo do poeta Lobivar Matos no cenário literário mato-grossense – Eduardo Mahon | Cristina Campos

A semana de 22 e uma certa modernidade na arquitetura – Gabriel Francisco de Mattos

Oswald de Andrade: a Semana de Arte Moderna e além – Maurilia Valderez Lucas do Amaral

Semana de 22 e as revoluções artístico-culturais em tempos pós-pandêmicos – Ahmad Jarrah

RESENHA

Cadernos cuiabanos 1

O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana – Carlos Rosa

Prefeitura Municipal de Cuiabá/Secretaria de Educação e Cultura/Departamento de Cultura e Turismo, 1976 – Luiza Volpato

HOMENAGENS PÓSTUMAS

Adeus Therezinha – Claudio de Oliveira

Moacyr Freitas, simplicidade, competência e talento – Elizabeth Madureira Siqueira